Diário OFICIAL Executivo

Ano CXII

Edição Digital nº 11990 | 194 páginas
Curitiba, Sexta-feira, 19 de Setembro de 2025

Sumário

Poder Executivo

Poder Executivo 03
Procuradoria Geral do Estado 22
Controladoria Geral do Estado 66

Secretarias de Estado

Secretaria da Administração e da Previdência 67
Secretaria da Agricultura e do Abastecimento 70
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior 71
Secretaria da Comunicação 78
Secretaria da Cultura 78
Secretaria do Desenvolvimento Social e Família 80
Secretaria do Desenvolvimento Sustentável 109
Secretaria da Educação 120
Secretaria da Fazenda 125
Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços 162
Secretaria de Infraestrutura e Logística 162
Secretaria da Justiça e Cidadania 162
Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa 163
Secretaria do Planejamento 165
Secretaria da Saúde 165
Secretaria da Segurança Pública 168
Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda 177
Receita Estadual do Paraná 178

Administração Indireta - Entidades e Órgãos

Autarquias 178
Em Tempo 181

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Poder Executivo Estadual

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Governo do Estado

Governador
Carlos Massa Ratinho Junior

Vice-Governador
Darci Piana

Casa Civil
João Carlos Ortega — Chefe da Casa Civil
Maiquel Guilherme Zimann — Diretor-Geral

Procuradoria Geral do Estado
Luciano Borges dos Santos — Procurador-Geral
Lucia Helena Cachoeira — Diretora-Geral

Controladoria Geral do Estado
Louise da Costa e Silva Garnica — Controladora-Geral
Anna Karina Moreira Braguinia — Diretora-Geral

Chefia de Gabinete do Governador
Darlan Scalco — Chefe de Gabinete

Casa Militar
Coronel Marcos Antonio Tordoro — Chefe

Coordenadoria Estadual da Defesa Civil
Coronel Fernando Raimundo Schunig — Coordenador

Secretarias de Estado

Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
Luiz Goularte Alves — Secretário
Maria Carmen Carneiro de Melo Albanske — Diretora-Geral

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
Marcio Fernando Nunes — Secretário
Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão — Diretora-Geral

Secretaria de Estado das Cidades
Luiz Augusto Silva — Secretário
Felipe Augusto Amadori Flessak — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aldo Nelson Bona — Secretário
Jamil Abdanur Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Comunicação
Cleber de Oliveira Mata — Secretário
Eduardo Pugnali Marcos — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Cultura
Luciana Casagrande Pereira Ferreira — Secretária
Elietti de Souza Vilela — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
Rogério Helias Carboni — Secretário
Luiza Marilda Pacheco Castagno Simonelli — Diretora-Geral

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável
Rafael Valdomiro Greca de Macedo — Secretário
Rodrigo Araújo Rodrigues — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Educação
Roni Miranda Vieira — Secretário
João Luiz Giona Junior — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Esporte
Hélio Renato Wirbiski — Secretário
Ilson Augusto Rhoden — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Fazenda
Norberto Anacleto Ortigara — Secretário
Luiz Paulo Budal Pedroso — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços
Marco Aurelio Ribeiro — Secretário
Daniel de Carvalho Gutierrez — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística
Sandro Alex Cruz de Oliveira — Secretário
José Brustolin Neto — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Inovação e Inteligência Artificial
Alex Canziani Silveira — Secretário
Marcos Vitorio Stamm — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania
Valdemar Bernardo Jorge — Secretário

Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
Leandre Dal Ponte — Secretária
Diego Buligon — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Planejamento
Ulisses de Jesus Maia Kotsifas — Secretário
Domingos Trevizan Filho — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Saúde
Carlos Alberto Gebrim Preto — Secretário
Cesar Augusto Neves Luiz — Diretor-Geral

Secretaria de Estado da Segurança Pública
Hudson Leôncio Teixeira — Secretário
Adilson Luiz Lucas Prusse — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda
Paulo Rogerio do Carmo — Secretário
Willian Porfirio Ribeiro — Diretor-Geral

Secretaria de Estado do Turismo
Leonaldo Paranhos da Silva — Secretário
Jefferson Abade — Diretor-Geral

Imprensa Oficial

Departamento de Imprensa Oficial do Estado (DIOE)

Praça Nossa Senhora de Salete, S/N
80530-909 | Centro Cívico | Curitiba | Paraná
Informações 41 3200-5002

Poder Executivo

Lei nº 22.636

19 de setembro de 2025.

Institui o Conselho Estadual de Juventude do Paraná e a Conferência Estadual de Juventude.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º Institui o Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR, órgão colegiado de caráter consultivo, fiscalizador e deliberativo, vinculado diretamente à Secretaria responsável pela política da juventude no âmbito do Estado.

Art. 2º O Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR tem por finalidade formular e propor diretrizes para a ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas para jovens de quinze a 29 (vinte e nove) anos, de acordo com a Constituição Federal e a Lei Federal nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 - Estatuto da Juventude.

Art. 3º Compete ao Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR:
I - aprovar e revisar o Plano Estadual de Juventude - PEJ, em consonância com a Política Nacional de Juventude, na perspectiva e diretrizes propostas pelas Conferências Estaduais de Juventude - CEJ e demais normativas da área;

II - acompanhar, avaliar e fiscalizar a Política Estadual e Nacional de Juventude, observada a legislação em vigor;

III - apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos e oportunidades da juventude;

IV - encaminhar sugestões para elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, que deverão obedecer a critérios participativos, no que concerne à alocação de recursos destinados à juventude no Estado do Paraná;

V - incentivar a criação de Conselhos Municipais de Juventude, bem como oferecer apoio no desenvolvimento de suas atividades;

VI - incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos da juventude;

VII - promover o intercâmbio com entidades públicas e privadas, organismos nacionais e internacionais visando atender demandas e interesses da juventude;

VIII - convocar e realizar, em conjunto com o titular da Secretaria responsável pela política da juventude no âmbito do Estado, as Conferências Estaduais de Juventude - CEJ;

IX - elaborar, aprovar e alterar o regimento interno do Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR;

X - encaminhar ao Ministério Público Estadual notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos do jovem garantidos na legislação;

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

XII - expedir notificações;

XIII - solicitar informações das autoridades públicas.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º No desenvolvimento de suas ações, de discussões e na definição de suas resoluções, o Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR observará:
I - o fortalecimento da democracia e controle social;

II - o respeito à organização autônoma da sociedade civil;

III - o reconhecimento e a valorização dos jovens perante a coletividade;

IV - a solidariedade entre as gerações;

V - o caráter público das suas discussões, processos e resoluções;

VI - o respeito à identidade e à diversidade da juventude;

VII - a pluralidade da participação juvenil, por meio de suas representações;

VIII - o incentivo permanente à participação popular.

CAPÍTULO III
DA COMPOSIÇÃO

Art. 5º O Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR será composto por 24 (vinte e quatro) membros com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos, protagonismo e oportunidades da juventude, observada a paridade entre organizações da sociedade civil e governo, e terá a seguinte composição:

I - doze representantes titulares e doze suplentes de órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo;

II - doze representantes titulares e doze suplentes de entidades não governamentais de âmbito estadual, escolhidos nos termos desta Lei e do regimento interno.

§ 1º São representantes das organizações da sociedade civil:

I - duas entidades representantes titulares e duas suplentes do movimento estudantil, sendo, necessariamente, uma titular e uma suplente do movimento estudantil secundarista e uma titular e uma suplente do movimento estudantil universitário;

II - uma entidade representante titular e uma suplente dos movimentos dos direitos das mulheres;

III - uma entidade representante titular e uma suplente dos movimentos de empreendedorismo, geração de trabalho, renda e economia solidária;

IV - uma entidade representante titular e uma suplente de juventudes de partidos políticos;

V - uma entidade representante titular e uma suplente do movimento étnico-racial e promoção à igualdade racial;

VI - uma entidade representante titular e uma suplente da juventude do meio rural;

VII - uma entidade representante titular e uma suplente dos movimentos comunitários;

VIII - uma entidade representante titular e uma suplente da juventude do meio religioso;

IX - uma entidade representante titular e uma suplente da juventude dos povos indígenas e comunidades tradicionais;

X - uma entidade representante titular e uma suplente do movimento de diversidade sexual;

XI - uma entidade representante titular e uma suplente da política dos direitos da pessoa com deficiência.

§ 2º Os representantes titulares serão substituídos por seus suplentes em caso de ausência ou impedimento e sucedidos em caso de vacância.

Art. 6º O mandato dos Conselheiros e de seus respectivos suplentes será de dois anos, na forma definida em regimento interno.

Art. 7º Os membros do Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR exercerão função de relevante interesse público, não remunerada.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CAPÍTULO IV
DA ESTRUTURA E DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR possuirá a seguinte estrutura:
I - Plenário;

II - Mesa Diretora;

III - Secretaria-Executiva;

IV - Comissões Temáticas;

V - Grupos de Trabalho.

Parágrafo único. A composição, atribuições e demais disposições relacionadas às instâncias do Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR serão definidas em regimento interno.

Art. 9º A Presidência e a Vice-Presidência do Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR serão ocupadas, alternadamente, entre representantes do Poder Público e das organizações não governamentais.

Art. 10. A Secretaria-Executiva do Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR será exercida por servidor integrante da Secretaria responsável pela política da juventude no âmbito do Estado.

Art. 11. O Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR elaborará e aprovará, em plenário, seu regimento interno.

Parágrafo único. O regimento interno estabelecerá as competências e demais procedimentos necessários ao seu funcionamento.

Art. 12. O Poder Executivo Estadual arcará, conforme disponibilidade orçamentária financeira, com os custos de hospedagem, deslocamento e alimentação de todos os Conselheiros de todas as regiões, quando necessário e justificadamente, para tornar possível sua presença em eventos cuja participação tenha sido deliberada em sessão plenária do Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR e para o exercício de suas funções periódicas do colegiado.

Art. 13. A Secretaria responsável pela política da juventude no âmbito do Estado prestará os necessários apoios técnicos e administrativos para consecução das finalidades do Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR.

CAPÍTULO V
DA CONFERÊNCIA ESTADUAL DE JUVENTUDE

Art. 14. Institui a Conferência Estadual de Juventude - CEJ, evento de caráter avaliativo, propositivo e deliberativo.
Parágrafo único. As reuniões da Conferência Estadual de Juventude - CEJ serão disciplinadas em regimento interno próprio e seguirão o calendário nacional de conferências de juventude.

Art. 15. O regulamento da Conferência Estadual de Juventude - CEJ, a ser aprovado pelo Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR, estabelecerá a forma de participação e de escolha dos delegados dos órgãos e entidades da Administração Pública do Estado e da representação da sociedade civil que dela participarem.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Considerar-se-á instalado o Conselho Estadual de Juventude do Paraná - CEJUV/PR, em sua primeira gestão, com a publicação dos nomes de seus integrantes no Diário Oficial do Estado do Paraná e sua respectiva posse.

Art. 17. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Prot. 21.155.275-1

127219/2025

Lei nº 22.637

19 de setembro de 2025.

Altera a Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Lei nº 16.024, de 19 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 16. ...
(...)
§ 3º Às pessoas com deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.
(...)
.....
Art. 130. ...
(...)
§ 3º Também será concedido horário especial ao funcionário com deficiência quando atestada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário, observado o disposto no § 2º deste artigo.
(...)
§ 5º Será igualmente concedido horário especial ao funcionário que tenha cônjuge, companheiro(a), filhos(as) ou dependente com deficiência e que conste na sua ficha funcional, quando atestada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Desembargadora Lidia Maejima
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

Prot. 24.677.777-2

127221/2025

Lei nº 22.638

19 de setembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Skate de Londrina, com sede no Município de Londrina.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Skate de Londrina - A.S.K.L, com sede no Município de Londrina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Dr. Leônidas
Deputado Estadual

Prot. 24.677.797-7

127222/2025

Lei nº 22.639

19 de setembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Chopinzinhense de Ciclismo, com sede do Município de Chopinzinho.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação Chopinzinhense de Ciclismo - AChoC, com sede do Município de Chopinzinho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Ademar Luiz Traiano
Deputado Estadual

Prot. 24.677.838-8

127223/2025

Lei nº 22.640

19 de setembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública ao Conselho Comunitário de Segurança do Município de Itaguajé, com sede no Município de Itaguajé.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Conselho Comunitário de Segurança do Município de Itaguajé - CONSEG, com sede no Município de Itaguajé.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Soldado Adriano José
Deputado Estadual

Prot. 24.677.848-5

127224/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Lei nº 22.641

19 de setembro de 2025.

Institui a Rota Turística do Surf Paranaense, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Institui a Rota Turística do Surf Paranaense, composta pelos Municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.
§ 1º A Rota Turística do Surf Paranaense compreende as praias e os pontos de interesse para a prática do surf, bem como a infraestrutura turística e esportiva relacionada ao esporte.
§ 2º A Rota ora instituída e os eventos desportivos de competição de surf passam a integrar o Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Paraná.

Art. 2º A Rota Turística do Surf Paranaense tem como objetivos:
I - a promoção:
a) da prática do surf nos municípios descritos no art. 1º desta Lei;
b) do desenvolvimento do turismo e do esporte na região, destacando as belezas naturais e as potencialidades do litoral paranaense;
II - a integração dos municípios que compõem a rota, visando ao estímulo e ao desenvolvimento da prática do surf;
III - o fortalecimento, a ampliação e o desenvolvimento da atividade como fonte de geração de emprego e renda;
IV - a articulação de ações conjuntas entre o Governo do Estado, os municípios abrangidos e a sociedade civil.

Art. 3º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente Lei para o seu fiel cumprimento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Flávia Francischini
Deputada Estadual

Prot. 24.677.863-9

127226/2025

Lei nº 22.642

19 de setembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas Boqueirão, com sede no Município de Ponta Grossa.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas Boqueirão, com sede no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Alexandre Amaro
Deputado Estadual

Prot. 24.687.078-0

127227/2025

Lei nº 22.643

19 de setembro de 2025.

Concede o Título de Utilidade Pública à Associação da Agricultura Familiar de Colorado, com sede no Município de Colorado.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Associação da Agricultura Familiar de Colorado, com sede no Município de Colorado.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Cantora Mara Lima
Deputada Estadual

Prot. 24.687.054-3

127229/2025

Lei nº 22.644

19 de setembro de 2025.

Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luciano Hang.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor Luciano Hang.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 19 de setembro de 2025.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

João Carlos Ortega
Chefe da Casa Civil

Cobra Repórter
Deputado Estadual

Soldado Adriano José
Deputado Estadual

Prot. 24.677.971-6

127230/2025

Decreto nº 11.261

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso VIII, § 1º, do art. 14, e artigo 14E da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 23.392.806-2, 23.573.161-4, 24.036.598-7, 22.546.036-1, 24.548.036-9, 21.606.353-8, 23.334.153-3,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 70.505.526,00 (setenta milhões e quinhentos e cinco mil e quinhentos e vinte e seis reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Ficam estabelecidas as alterações orçamentárias necessárias à readequação da receita e da despesa, nos termos do art. 14-E da Lei nº 22.065, de 18 de julho de 2024, em razão de revisão da estimativa de arrecadação originalmente prevista, de acordo com os Anexos II e III deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 11.261

Formalização 2025FC000634/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
13 - Casa Civil										20.009.515,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná										20.009.515,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná										20.009.515,00
F.13.30.06.181.06.8039 - Ações do DETRAN										15.509.515,00
	2	50	501	000250	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	13.500.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	2.009.515,00
F.13.30.28.846.99.9210 - Encargos Especiais DETRAN										4.500.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.14	0	Não definida	4100	9999999	1.000.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	3.000.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	500.000,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda										4.800.000,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda										4.800.000,00
2902 - Diretoria Geral										4.800.000,00
F.29.02.04.123.13.7098 - Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná										4.800.000,00
	2	75	754	005142	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	800.000,00
	2	75	754	005142	3.3.90.35	0	Não definida	4100	9999999	4.000.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte										3.374.279,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										3.374.279,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										3.374.279,00
F.43.60.27.812.25.8097 - Gestão do Fundo Estadual do Esporte - FEE/PR										3.374.279,00
	2	50	501	000101	4.4.41.42	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	3.374.279,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										5.970.000,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra										5.970.000,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra										5.970.000,00
F.51.32.13.122.27.8200 - Gestão Administrativa CCTG										5.970.000,00
	2	50	501	000101	4.4.90.52	0	Não definida	4101	4106902	5.970.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										35.000.000,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná										35.000.000,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná										35.000.000,00
F.65.30.20.122.22.8268 - Gestão Administrativa IAPAR EMATER										35.000.000,00
	2	50	501	000101	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	35.000.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades										1.240.000,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										1.240.000,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										1.240.000,00
F.67.31.26.453.15.8082 - Transporte Metropolitano										1.240.000,00
	2	50	501	000101	4.4.90.91	0	Não definida	4100	9999999	1.240.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										111.732,00
693100 - Instituto Água e Terra										111.732,00
6931 - Instituto Água e Terra										111.732,00
F.69.31.18.122.23.8286 - Gestão Administrativa IAT										111.732,00
	2	70	700	000281	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	59.294,00
	2	70	700	000281	3.3.90.14	0	Não definida	4100	9999999	42.109,00
	2	70	700	000281	3.3.90.33	0	Não definida	4100	9999999	10.329,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		70.505.526,00
									Total Geral	70.505.526,00

Anexo ao Decreto nº 11.261

Formalização 2025FC000634/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										4.800.000,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência										4.800.000,00
2702 - Diretoria Geral										4.800.000,00
F.27.02.04.128.12.7018 - Gestão Eficiente Patrimonial, de Recursos Humanos e Capacitação										4.800.000,00
	1	75	754	006142	3.3.90.40	20	Equipamentos de rastreamento e telemetria na frota de veículos do Estado instalados e implantados	4100	9999999	1.930.088,00
	1	75	754	006142	3.3.90.40	23	Novo Sistema de Gestão de Bens Imóveis do Estado implantado	4100	9999999	1.064.979,00
	1	75	754	006142	3.3.90.39	25	Capacitação de servidores públicos do Poder Executivo paranaense em Coaching e Menthoring	4100	9999999	1.804.933,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte										18.000.000,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										18.000.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										18.000.000,00
F.43.60.27.812.25.8097 - Gestão do Fundo Estadual do Esporte - FEE/PR										18.000.000,00
	1	75	759	000200	3.3.90.92	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	25.000,00
	1	75	759	000200	3.3.90.93	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	21.442,00
	1	75	759	000200	3.3.40.41	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	4.447.298,00
	1	75	759	000200	3.3.41.41	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	12.339.996,00
	1	75	759	000200	3.3.50.41	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	1.166.264,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania										2.009.515,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania										2.009.515,00
4902 - Diretoria Geral										2.009.515,00
F.49.02.14.421.26.8378 - Gestão do Sistema Socioeducativo										2.009.515,00
	1	75	761	000102	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	2.009.515,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades										10.584.279,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										10.584.279,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										10.584.279,00
F.67.31.26.451.15.7012 - Avança Paraná II - Integração Metropolitana										10.584.279,00
	1	75	754	005120	4.4.90.61	0	Não definida	4100	9999999	10.584.279,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										35.111.732,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										35.111.732,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										35.111.732,00
F.77.30.26.782.17.7022 - PIR DER Programa Inova Paraná										35.000.000,00
	1	75	754	005120	4.4.90.51	1	Duplicação da rodovia PR-417, no trecho Curitiba/Colombo	4101	4105805	35.000.000,00
F.77.30.26.782.17.8398 - Administração da manutenção e segurança do sistema rodoviário estadual										111.732,00
	1	70	720	000105	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	111.732,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		70.505.526,00
									Total Geral	70.505.526,00

Anexo ao Decreto nº 11.261 Formalização 2025FC000634/Bloco1

ANEXO III - DECRÉSCIMO DA RECEITA

Órgão/UG/UO	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Valor
43 - Secretaria de Estado do Esporte						
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná						18.000.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná						18.000.000,00
	1	75	759	000200	2.4.1.9.99.0.1 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	3.000.000,00
	1	75	759	000200	1.7.1.7.99.0.1 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	15.000.000,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania						
990000 - Tesouro Estadual						52.505.526,00
4902 - Diretoria Geral						2.009.515,00
	1	75	761	000102	1.1.1.4.50.2.1 - Adicional ICMS - Fundo Estadual de Combate à Pobreza - Principal	2.009.515,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades						
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná						1.240.000,00
	1	75	754	005120	2.1.1.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.240.000,00
99 - Tesouro Estadual						
9900 - Diretoria do Tesouro Estadual						49.256.011,00
	1	70	720	000105	1.7.1.2.52.4.1 - Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	111.732,00
	1	75	754	005120	2.1.1.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	44.344.279,00
	1	75	754	006142	2.1.2.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	4.800.000,00
					Total da Receita Descentralizada do Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	70.505.526,00
					Total Geral	70.505.526,00

127603/2025

Decreto nº 11.262

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso VII, § 1º, do art. 14, da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 24.508.377-7, 24.599.261-0, 24.632.984-2,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 40.106.248,00 (quarenta milhões e cento e seis mil e duzentos e quarenta e oito reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Em decorrência do contido no artigo anterior, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 11.262 Formalização 2025FC000652/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										5.403.534,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná										5.403.534,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná										5.403.534,00
F.45.34.12.364.34.8078 - Gestão do Hospital Universitário Regional do Oeste do Paraná UNIOESTE										5.388.314,00
	1	60	659	000262	3.3.90.37	0	Não definida	4103	9999999	1.935.124,00
	1	60	659	000262	3.3.90.40	0	Não definida	4103	9999999	1.036.592,00
	1	60	659	000262	3.3.90.30	0	Não definida	4103	9999999	562.845,00
	1	60	659	000262	3.3.90.39	0	Não definida	4103	9999999	1.853.753,00
F.45.34.28.846.99.9017 - Encargos Especiais UNIOESTE										15.220,00
	1	60	659	000262	3.3.90.91	0	Não definida	4103	9999999	15.220,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										24.702.714,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										24.702.714,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										24.702.714,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										24.702.714,00
	1	60	600	003120	3.3.50.41	0	Não definida	4100	9999999	9.878.400,00
	1	60	600	003110	3.3.50.41	0	Não definida	4100	9999999	14.824.314,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										10.000.000,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										10.000.000,00
7702 - Diretoria Geral										10.000.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

F.77.02.15.782.17.8070 - Obras e Serviços com aporte da Itaipu										10.000.000,00
	1	70	703	000148	4.4.90.51	2	Implantação de acesso entre a ponte Brasil / Paraguai e a BR-277	4103	4108304	10.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		40.106.248,00
									Total Geral	40.106.248,00

Anexo ao Decreto nº 11.262 Formalização 2025FC000652/Bloco1

ANEXO II - ACRÉSCIMO DA RECEITA

Órgão/UG/UO	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						5.403.534,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná						5.403.534,00
	1	60	659	000262	1.6.3.1.50.0.1 - Serviços Hospitalares	5.403.534,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						
476000 - Fundo Estadual de Saúde						24.702.714,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						24.702.714,00
	1	60	600	003120	1.7.1.9.99.0.1 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	6.895.145,00
	1	60	600	003120	1.3.2.1.01.0.1 - Remuneração de Depósitos Bancários	2.983.255,00
	1	60	600	003110	1.7.1.9.99.0.1 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	14.824.314,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						10.000.000,00
7702 - Diretoria Geral						10.000.000,00
	1	70	703	000148	2.4.4.1.99.0.1 - Outras Transferências de Instituições Privadas	10.000.000,00
					Total da Receita Descentralizada do Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	40.106.248,00
					Total Geral	40.106.248,00

127604/2025

Decreto nº 11.263

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso VIII, § 1º, do art. 14, e artigo 14E da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 24.548.721-5, 23.772.491-7, 24.473.668-8, 24.590.607-2, 24.536.523-3, 24.548.534-4, 23.410.139-0, 24.606.454-7, 24.488.337-0, 23.520.352-9,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 142.673.372,00 (cento e quarenta e dois milhões e seiscentos e setenta e três mil e trezentos e setenta e dois reais), de acordo com o Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Servirá como recurso para cobertura de crédito de que trata o artigo anterior igual importância proveniente de Superávit Financeiro.

Art. 3º Ficam estabelecidas as alterações orçamentárias necessárias à readequação da receita e da despesa, nos termos do art. 14-E da Lei nº 22.065, de 18 de julho de 2024, em razão de revisão da estimativa de arrecadação originalmente prevista, de acordo com os Anexos II e III deste Decreto.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 11.263 Formalização 2025FC000654/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										21.795.403,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina										5.682.400,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina										5.682.400,00
F.45.30.12.364.34.8116 - Gestão das Atividades Universitárias UEL										3.982.400,00
	2	50	501	000250	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	400.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.14	0	Não definida	4100	9999999	200.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.18	0	Não definida	4100	9999999	220.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	1.700.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	680.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.33	0	Não definida	4100	9999999	782.400,00
F.45.30.28.846.99.9013 - Encargos Especiais UEL										1.700.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	1.700.000,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										5.513.003,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										5.513.003,00

F.45.31.12.364.34.8076 - Gestão do Hospital Universitário Regional dos campos gerais UEPG										4.613.003,00
	2	75	899	000262	3.3.90.33	0	Não definida	4106	4119905	5.000,00
	2	75	899	000262	3.3.90.30	0	Não definida	4106	4119905	100.000,00
	2	75	899	000262	3.3.90.40	0	Não definida	4106	4119905	100.000,00
	2	75	899	000262	3.3.90.39	0	Não definida	4106	4119905	500.000,00
	2	75	899	000262	3.3.90.36	0	Não definida	4106	4119905	3.908.003,00
F.45.31.12.364.34.8119 - Gestão das Atividades Universitárias UEPG										900.000,00
	2	70	700	000281	3.3.90.93	0	Não definida	4106	4119905	900.000,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná										600.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná										600.000,00
F.45.46.12.364.34.8131 - Gestão das Atividades Universitárias UNESPAR										600.000,00
	2	70	703	000284	3.3.90.18	0	Não definida	4100	9999999	300.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.91	0	Não definida	4100	9999999	50.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.18	0	Não definida	4100	9999999	250.000,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná										10.000.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná										10.000.000,00
F.45.70.19.122.33.8043 - Gestão Administrativa do TECPAR										10.000.000,00
	2	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	7.200.000,00
	2	50	500	000000	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	400.000,00
	2	50	500	000000	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	2.400.000,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura										520.000,00
516000 - Fundo Estadual da Cultura										520.000,00
5160 - Fundo Estadual de Cultura										520.000,00
F.51.60.13.392.27.8382 - Fundo Estadual de Cultura FEC										520.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.48	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	456.000,00
	2	50	501	000250	3.3.50.41	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	16.000,00
	2	50	501	000250	3.3.60.41	13	Projetos Culturais apoiados por meio de Recursos do Fundo Estadual de Cultura	4100	9999999	48.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										60.000.000,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										60.000.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										60.000.000,00
F.61.66.08.243.29.8418 - Políticas Públicas da Criança e do Adolescente										60.000.000,00
	2	75	761	000150	3.3.50.41	0	Não definida	4100	9999999	60.000.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										4.000.000,00
653300 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná										4.000.000,00
6533 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná										4.000.000,00
F.65.33.20.609.22.8267 - Defesa Agropecuária ADAPAR										4.000.000,00
	2	50	501	000250	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	4.000.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										56.357.969,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										56.357.969,00
7702 - Diretoria Geral										56.357.969,00
F.77.02.15.782.17.8070 - Obras e Serviços com aporte da Itaipu										56.357.969,00
	2	50	501	000101	4.4.90.51	2	Implantação de acesso entre a ponte Brasil / Paraguai e a BR-277	4103	4108304	55.422.969,00
	2	50	501	000101	4.4.90.39	2	Implantação de acesso entre a ponte Brasil / Paraguai e a BR-277	4103	4108304	935.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		142.673.372,00
									Total Geral	142.673.372,00

Anexo ao Decreto nº 11.263

Formalização 2025FC000654/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
23 - Secretaria de Estado do Planejamento										3.000.000,00
230000 - Secretaria de Estado do Planejamento										3.000.000,00
2301 - Gabinete do Secretário										3.000.000,00
F.23.01.04.121.10.7013 - Assistência Técnica Paraná Eficiente										3.000.000,00
	1	75	754	007142	3.3.90.35	2	Estruturação das Governanças Regionais do Programa Paraná Produtivo	4100	9999999	2.000.000,00
	1	75	754	007142	3.3.90.35	4	Metodologias para o fortalecimento e eficiência institucional do Estado	4100	9999999	262.500,00
	1	75	754	007142	3.3.90.35	6	Plataforma de Gestão Territorial do Programa Paraná Produtivo implantada	4100	9999999	737.500,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda										10.205.020,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda										10.205.020,00
2902 - Diretoria Geral										10.205.020,00
F.29.02.04.123.13.7098 - Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná										10.205.020,00
	1	75	754	005142	3.3.90.35	0	Não definida	4100	9999999	5.682.400,00
	1	75	754	005142	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	4.522.620,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										6.000.000,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná										6.000.000,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná										6.000.000,00
F.39.66.06.122.30.8600 - Gestão Administrativa SESP FUNESP										6.000.000,00
	1	75	759	000113	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	6.000.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

41 - Secretaria de Estado da Educação										12.137.280,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										12.137.280,00
4101 - Gabinete do Secretário										11.000.000,00
F.41.01.12.363.32.8465 - Desenvolvimento da Educação Profissional de nível Médio										6.130.000,00
	1	70	575	000148	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	3.130.000,00
	1	54	570	000107	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	3.000.000,00
F.41.01.12.368.32.8466 - Fortalecimento da Gestão Escolar										3.452.427,00
	1	70	575	000148	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	2.785.000,00
	1	54	570	000107	3.3.90.93	0	Não definida	4105	9999999	582.427,00
	1	70	575	000148	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	85.000,00
F.41.01.12.361.32.8371 - Desenvolvimento da Educação Básica Ensino Fundamental										1.417.573,00
	1	54	570	000107	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.417.573,00
4102 - Diretoria Geral										1.137.280,00
F.41.02.12.122.32.8090 - Gestão Administrativa SEED										1.137.280,00
	1	75	799	000136	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.137.280,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte										1.120.000,00
433000 - Paraná Esporte										1.120.000,00
4330 - Paraná Esporte										1.120.000,00
F.43.30.27.812.25.8081 - Implementação e desenvolvimento do esporte em todas as suas dimensões										1.120.000,00
	1	75	799	000200	3.3.90.39	4	Atletas participantes dos jogos oficiais paranaenses	4100	9999999	1.120.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										15.513.003,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										5.513.003,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa										5.513.003,00
F.45.31.12.364.34.8076 - Gestão do Hospital Universitário Regional dos campos gerais UEPG										5.513.003,00
	1	75	899	000262	3.3.90.34	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	624.316,00
	1	75	899	000262	3.3.90.40	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	281.256,00
	1	75	899	000262	3.3.90.39	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	1.138.743,00
	1	75	899	000262	3.3.90.92	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	90.000,00
	1	75	899	000262	3.3.90.30	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	214.089,00
	1	75	899	000262	3.3.90.93	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	4.500,00
	1	75	899	000262	3.3.90.36	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	2.487.219,00
	1	75	899	000262	3.3.90.14	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	70.000,00
	1	75	899	000262	3.3.90.33	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	12.000,00
	1	75	899	000262	3.3.90.18	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4106	9999999	590.880,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná										10.000.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná										10.000.000,00
F.45.70.19.572.33.8044 - Produção, Soluções Tecnológicas, Pesquisa e Inovação TECPAR										10.000.000,00
	1	75	899	000262	3.3.90.30	1	Entrega de vacinas para o controle de casos de raiva, abrangendo humanos e animais	4100	9999999	10.000.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										28.340.100,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										28.340.100,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										28.340.100,00
F.47.60.10.302.35.8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										28.338.100,00
	1	70	706	003110	3.3.50.41	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	17.999.000,00
	1	70	706	003120	3.3.50.41	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	10.339.100,00
F.47.60.28.846.99.9062 - Encargos Especiais FUNSAUDE										2.000,00
	1	70	706	003110	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	1.000,00
	1	70	706	003120	3.3.90.47	0	Não definida	4100	9999999	1.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades										59.422.969,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										32.422.969,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										32.422.969,00
F.67.31.26.451.15.7012 - Avança Paraná II - Integração Metropolitana										32.422.969,00
	1	75	754	005120	4.4.90.51	1	Implantação do novo trecho da rodovia PR-423	4101	4101804	4.000.000,00
	1	75	754	005120	4.4.90.61	0	Não definida	4100	9999999	28.422.969,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná										27.000.000,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná										27.000.000,00
F.67.74.16.482.16.7005 - Vida Nova										27.000.000,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	35	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Sertanópolis	4105	4126504	760.002,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	37	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Tapejara	4104	4126801	608.002,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	31	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Santo Antônio do Caiuá	4104	4124202	658.669,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	15	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Inácio Martins	4102	4110201	734.669,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	36	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Tamarana	4105	4126678	658.669,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	24	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Marmeleiro	4103	4115408	2.270.890,00

	1	75	754	009142	4.4.90.51	5	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Campina da Lagoa	4104	4103909	506.668,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	18	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Ivaí	4106	4111407	937.336,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	20	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Jaguapitã	4105	4111902	785.336,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	29	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Roncador	4104	4122503	573.623,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	25	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Mirador	4104	4115903	456.002,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	1	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Assaí	4105	4101903	810.669,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	14	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Guapirama	4105	4109005	405.335,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	10	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Cruz Machado	4101	4106803	3.394.667,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	28	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Renascença	4103	4121604	1.520.003,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	26	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Novo Itacolomi	4105	4117297	912.003,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	19	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Ivaiporã	4105	4111506	354.668,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	11	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Faxinal	4105	4107603	760.002,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	17	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Itaúna do Sul	4104	4111308	912.003,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	30	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Santa Cruz do Monte Castelo	4104	4123303	760.002,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	40	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Verê	4103	4128609	304.001,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	12	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Fernandes Pinheiro	4106	4107736	760.002,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	23	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Mamborê	4104	4114005	1.317.336,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	7	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Coronel Domingos Soares	4103	4106456	2.026.672,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	4	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Califórnia	4105	4103503	836.002,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	32	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em São Jorge do Oeste	4103	4125209	2.128.005,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	33	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em São José da Boa Vista	4105	4125407	848.764,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										6.935.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										6.935.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										6.935.000,00
F.77.30.26.782.17.7007 - Programa Rotas do Desenvolvimento Banco do Brasil										935.000,00
	1	75	754	990120	4.4.90.51	2	Duplicação e restauração da PR-092, trecho 2.1.b km, no perímetro urbano entre Curitiba e Almirante Tamandaré	4101	4100400	935.000,00
F.77.30.26.782.17.8398 - Administração da manutenção e segurança do sistema rodoviário estadual										6.000.000,00
	1	70	720	001105	3.3.90.30	2	Conservação e reparos de defeitos das Rodovias Estaduais	4100	9999999	6.000.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		142.673.372,00
									Total Geral	142.673.372,00

Anexo ao Decreto nº 11.263

Formalização 2025FC000654/Bloco1

ANEXO III - DECRÉSCIMO DA RECEITA

Órgão/UG/UO	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Valor
23 - Secretaria de Estado do Planejamento						
990000 - Tesouro Estadual						80.700.269,00
2301 - Gabinete do Secretário						3.000.000,00
	1	75	754	007142	2.1.2.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	3.000.000,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda						
2902 - Diretoria Geral						4.522.620,00
	1	75	754	005142	2.1.2.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	4.522.620,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública						
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná						6.000.000,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná						6.000.000,00
	1	75	759	000113	1.1.2.1.01.0.1 - Taxa de Segurança	6.000.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação						
410000 - Secretaria de Estado da Educação						11.000.000,00
4101 - Gabinete do Secretário						11.000.000,00
	1	54	570	000107	1.7.1.7.51.0.1 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	2.500.000,00
	1	70	575	000148	2.4.4.1.99.0.1 - Outras Transferências de Instituições Privadas	6.000.000,00
	1	54	570	000107	2.4.1.4.51.0.1 - Transferências de Convênios da União Destinadas a Programas de Educação	2.500.000,00
4102 - Diretoria Geral						1.137.280,00
	1	75	799	000136	1.6.1.1.02.0.1 - Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.137.280,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte						
433000 - Paraná Esporte						1.120.000,00
4330 - Paraná Esporte						1.120.000,00
	1	75	799	000200	2.4.1.4.99.0.1 - Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	1.120.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior						
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						5.513.003,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa						5.513.003,00
	1	75	899	000262	1.6.3.1.50.0.1 - Serviços Hospitalares	5.513.003,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná						10.000.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná						10.000.000,00
	1	75	899	000262	1.6.3.1.99.0.1 - Outros Serviços de Atendimento à Saúde	5.000.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	1	75	899	000262	1.6.3.1.52.0.1 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais	5.000.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde						
476000 - Fundo Estadual de Saúde						28.340.100,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde						28.340.100,00
	1	70	706	003120	2.4.1.9.99.0.1 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	10.340.100,00
	1	70	706	003110	1.7.1.9.99.0.1 - Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	18.000.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística						
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem						6.000.000,00
	1	70	720	001105	1.7.1.2.52.1.1 - Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo - Lei nº 7.990/89	6.000.000,00
99 - Tesouro Estadual						
9900 - Diretoria do Tesouro Estadual						66.040.369,00
	1	75	754	990120	1.3.2.1.01.0.1 - Remuneração de Depósitos Bancários	935.000,00
	1	75	754	005120	2.1.1.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	32.422.969,00
	1	75	754	005142	2.1.2.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	5.682.400,00
	1	75	754	009142	2.1.2.9.99.0.1 - Outras Operações de Crédito - Mercado Externo	27.000.000,00
					Total da Receita Descentralizada do Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social	142.673.372,00
					Total Geral	142.673.372,00

127607/2025

Decreto nº 11.264

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso VIII, § 1º do art. 14 da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 24.379.431-5, 24.379.533-8,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 234.934.643,00 (duzentos e trinta e quatro milhões e novecentos e trinta e quatro mil e seiscentos e quarenta e três reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto n° 11.264 Formalização 2025FC000664/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
88 - Fundo Financeiro										198.285.927,00
888800 - Fundo Financeiro do Estado do Paraná										198.285.927,00
8888 - Fundo Financeiro do Estado do Paraná										198.285.927,00
S.88.88.09.272.99.9610 - Aposentadorias e Pensões do Fundo Financeiro Poder Executivo										198.285.927,00
	2	80	801	000144	3.1.90.01	0	Não definida	4100	9999999	198.285.927,00
89 - Fundo Militar										36.648.716,00
898900 - Fundo Militar do Estado do Paraná										36.648.716,00
8989 - Fundo Militar do Estado do Paraná										36.648.716,00
S.89.89.09.272.99.9604 - Aposentadorias e Pensões Fundo Militar										36.648.716,00
	2	80	803	000144	3.1.90.01	0	Não definida	4100	9999999	36.648.716,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		234.934.643,00
									Total Geral	234.934.643,00

127609/2025

Decreto nº 11.265

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso V, da Constituição Estadual, e das autorizações contidas no art. 6º, da Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e no inciso III, § 1º do art. 14 e no § 5º do mesmo artigo da Lei Estadual nº 22.065, de 18 de julho de 2024, e tendo em vista o contido nos protocolos nº 23.712.939-3, 23.315.864-0, 20.011.498-1,

DECRETA:

Art. 1º Fica efetuado um ajuste no Orçamento Geral do Estado, e alterado o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 112.595.026,00 (cento e doze milhões e quinhentos e noventa e cinco mil e vinte e seis reais), de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 19 de setembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.

Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo ao Decreto nº 11.265

Formalização 2025FC000667/Bloco1

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										110.000.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										110.000.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										110.000.000,00
F.31.01.28.846.99.9088 - Pagamento de sentenças judiciais										110.000.000,00
	1	50	501	000101	3.3.90.91	0	Não definida	4100	9999999	29.000.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.91	0	Não definida	4100	9999999	81.000.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										45.026,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná										15.026,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná										15.026,00
F.45.34.28.846.99.9017 - Encargos Especiais UNIOESTE										15.026,00
	2	50	501	000250	3.3.90.91	0	Não definida	4103	9999999	15.026,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná										30.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná										30.000,00
F.45.46.28.846.99.9063 - Encargos Especiais UNESPAR										30.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.91	0	Não definida	4100	9999999	20.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.91	0	Não definida	4100	9999999	10.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										2.550.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família										900.000,00
6102 - Diretoria Geral										900.000,00
F.61.02.08.122.29.8232 - Gestão Administrativa SEDEF										900.000,00
	1	50	500	000000	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	900.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família										1.650.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social										1.650.000,00
F.61.67.08.246.29.8062 - Benefício Social										1.600.000,00
	1	50	501	000101	3.3.90.39	1	Famílias em situação de vulnerabilidade social beneficiadas com transferência de renda	4100	9999999	1.600.000,00
F.61.67.08.245.29.8065 - Cofinanciamento da Política de Assistência Social										50.000,00
	1	50	500	000000	3.3.41.41	7	Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para oferta de serviços tipificados da assistência social e aprimoramento da gestão municipal	4100	9999999	50.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		112.595.026,00
									Total Geral	112.595.026,00

Anexo ao Decreto nº 11.265

Formalização 2025FC000667/Bloco1

ANEXO II - REDUÇÃO DA DESPESA

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Cód. Meta Física	Descrição Meta Física	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										110.000.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										110.000.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										110.000.000,00
F.31.01.28.841.99.9107 - Gestão da Dívida Interna Refinanciamento										57.000.000,00
	1	50	500	000000	3.2.90.21	0	Não definida	4100	9999999	57.000.000,00
F.31.01.28.844.99.9084 - Encargos Gerais da Dívida Pública Externa										24.000.000,00
	1	50	500	000000	4.6.90.71	0	Não definida	4100	9999999	24.000.000,00
F.31.01.28.846.99.9082 - Atendimento a Obrigações Gerais										29.000.000,00
	1	50	501	000101	3.3.91.93	0	Não definida	4100	9999999	29.000.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										45.026,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná										15.026,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná										15.026,00
F.45.34.12.364.34.8128 - Gestão das Atividades Universitárias UNIOESTE										15.026,00
	2	50	501	000250	3.3.90.36	0	Não definida	4103	9999999	15.026,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná										30.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná										30.000,00
F.45.46.12.364.34.8131 - Gestão das Atividades Universitárias UNESPAR										30.000,00
	2	50	501	000250	3.3.90.18	0	Não definida	4100	9999999	20.000,00
	1	50	501	000250	3.3.91.47	0	Não definida	4100	9999999	10.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										2.550.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família										2.550.000,00
6102 - Diretoria Geral										2.550.000,00
F.61.02.08.122.29.8232 - Gestão Administrativa SEDEF										950.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	400.000,00
	1	50	500	000000	3.3.91.47	0	Não definida	4100	9999999	50.000,00
	1	50	500	000000	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	500.000,00
F.61.02.08.244.29.7010 - Projetos Estratégicos Integrados										1.600.000,00
	1	50	501	000101	3.3.90.39	4	Pessoas em situação de vulnerabilidade social e/ou dependência química acolhidas e/ou apoiadas por organizações da sociedade civil (OSCs) contratadas pelo Estado	4100	9999999	1.600.000,00
								Total da Despesa Orçamento Fiscal e/ou Seguridade Social		112.595.026,00
									Total Geral	112.595.026,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 11.266

Nomeação de JOÃO PELC, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, JOÃO PELC, RG nº 5.XXX.472-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-10, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127614/2025

DECRETO Nº 11.267

Nomeação de CAMILA RITA RODRIGUES JOAQUIM JACOMEL, para exercer cargo em comissão da Casa Civil.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, CAMILA RITA RODRIGUES JOAQUIM JACOMEL, RG nº 6.XXX.107-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-1, da Casa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127617/2025

DECRETO Nº 11.268

Nomeia LEONARDO FAJGENBAUM FEIGES, para exercer cargo em comissão da E-Paraná Comunicação.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, LEONARDO FAJGENBAUM FEIGES, RG nº 7.XXX.232-X, para exercer em comissão o cargo de Diretor-Administrativo e Financeiro da E-Paraná Comunicação, ficando exonerada CAMILA RITA RODRIGUES JOAQUIM JACOMEL, RG nº 6.XXX.107-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127620/2025

DECRETO Nº 11.269

Nomeação de membros para compor o Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas com amparo no art. 25 da Constituição Federal, nos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 22.637.716-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Povos e Comunidades Tradicionais – CEPCT/PR, os seguintes representantes da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa:

Titular: HAYANNE GIOVANA IOVANOVITCHI, RG nº 13.XXX.067-X, em substituição a FELIPE KAMAROSKI, RG nº 9.XXX.077-X;

Suplente: FELIPE KAMAROSKI, RG nº 9.XXX.077-X, em substituição a EDUARDO DE OLIVEIRA FILHO, CPF nº 060.XXX.XXX-33.

Art. 2º Altera o inciso I do art. 1º do Decreto nº 7.372, de 19 de setembro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI:

Titular: HAYANNE GIOVANA IOVANOVITCHI, RG nº 13.XXX.067-X

Suplente: FELIPE KAMAROSKI, RG nº 9.XXX.077-X.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

127623/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 11.270

Exoneração de ANDREI FLORIANO DOS SANTOS, da função privativa socioeducativa da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.597.110-9,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, a partir de 1º de setembro de 2025, ANDREI FLORIANO DOS SANTOS, RG nº 8.XXX.849-X, da função privativa socioeducativa de Chefe de Segurança de Centro de Socioeducação – Símbolo FPS-6, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

127627/2025

DECRETO Nº 11.271

Nomeação de representante da sociedade civil para compor o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas com amparo no art. 25 da Constituição Federal, nos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.606.565-9,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia para integrar o Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR, a seguinte representante da sociedade civil, da Associação São Francisco de Assis de Pinhão – ASFAPIN:

I – ANDRÉIA LUCIANE DOS SANTOS NEVES, RG nº 9.XXX.887-X, como conselheira Titular, em substituição a JORGE NEI NEVES, RG nº 8.XXX.715-X.

Art. 2º Altera o inciso IX do art. 1º do Decreto nº 10.364, de 18 de junho de 2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

IX - Associação São Francisco de Assis de Pinhão – ASFAPIN:

Titular: ANDRÉIA LUCIANE DOS SANTOS NEVES, RG nº 9.XXX.887-X;

Suplente: SILVANA DE FÁTIMA NEVES, RG n° 9.XXX.653-X.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

127629/2025

DECRETO Nº 11.272

Exonera CARLOS AUGUSTO PETERSEN PARCHEN, da Função de Desenvolvimento Rural do IAPAR-EMATER.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.643.454-9,

DECRETA:

Art. 1º Exonera, a pedido, CARLOS AUGUSTO PETERSEN PARCHEN, RG nº 93X.3X8-1, da Função de Desenvolvimento Rural de Chefe de Departamento – Símbolo FDR-1, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná IAPAR-EMATER, a partir de 17 de setembro de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MÁRCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

127631/2025

DECRETO Nº 11.273

Nomeações de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Fazenda.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.656.471-0,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem cargos em comissão, da Secretaria de Estado da Fazenda:

JOÃO VICTOR HORN GOMES, RG nº 14.XXX.660-X, Assessor – Símbolo CCE-9, ficando exonerado, em consequência, do cargo de Assessor – Símbolo CCE-11;

JOÃO AUGUSTO DE PAULA LEITE, RG nº 1.XXX.648-X/MG, Assessor – Símbolo CCE-11.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Fazenda

127632/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DECRETO Nº 11.274

Nomeação para exercer Função de Desenvolvimento Rural do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.654.103-5,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com a Lei nº 20.121, de 31 de dezembro de 2019, para exercer Função de Desenvolvimento Rural, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, a partir de 1º de setembro de 2025:

JOSÉ CARLOS DO AMARAL JUNIOR, RG nº 15.XXX.036-X, Assessor – Símbolo FDR-4;

SIDNEY AURÉLIO VALERIANO RAMOS, RG nº 14.XXX.999-X, Assessor – Símbolo FDR-3.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

MÁRCIO NUNES
Secretário de Estado da Agricultura e Abastecimento

127634/2025

DECRETO Nº 11.275

Designa para exercerem funções comissionadas executivas da Loteria do Estado do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.661.342-7,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem funções comissionadas executivas da Loteria do Estado do Paraná:

ADEMIR JOSE CREVELIN, RG nº 83.XXX.XX-7, Assessor – Símbolo FCE-7, ficando exonerado LEANDRO MARCONDES CRUZ, RG nº 10.XXX.XXX-5;

LAURENI FREITAS DA SILVA, RG nº 66.XXX.XX-3, Assessor – Símbolo FCE-10, a partir de 15 de setembro de 2025, ficando exonerado ADEMIR JOSE CREVELIN, RG nº 83.XXX.XX-7.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127639/2025

DECRETO Nº 11.276

Nomeação de INGRID MACHADO DO NASCIMENTO, para cargo em comissão da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo n° 24.668.481-2,

DECRETA:

Art. 1° Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, INGRID MACHADO DO NASCIMENTO, RG nº 4.XXX.710-X, para exercer em comissão o cargo de Assessor – Símbolo CCE-7, da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, ficando exonerado, a pedido, JEFERSON LUIZ IGNACIO DE CASTRO, RG nº 8.XXX.566-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

127640/2025

DECRETO Nº 11.277

Nomeação de representante do poder público da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, no Conselho Estadual dos Povos Indígenas do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas com amparo no art. 25 da Constituição Federal e nos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, tendo em vista o contido no protocolo nº 24.583.426-8,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia o seguinte representante do poder público da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa - SEMIPI, para integrar o Conselho Estadual dos Povos Indígenas – CEPI/PR, conforme segue:

Titular: MIGUEL ALVES, RG nº 6.XXX.683-X, em substituição a MAURO ROCKENBACH, RG nº 13.XXX.768-X.

Art. 2º Altera o inciso I do art. 2º do Decreto nº 4.860, de 16 de fevereiro de 2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

I - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa:

Titular: MIGUEL ALVES, RG nº 6.XXX.683-X

Suplente: FELIPE KAMAROSKI, RG: 9.XXX.077-X.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LEANDRE DAL PONTE
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

127642/2025

DECRETO Nº 11.278

Designação de MARIA EUGENIA PICCOLI VASQUES, para exercer função comissionada executiva do Instituto Água e Terra.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.673.389-9,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, MARIA EUGENIA PICCOLI VASQUES, RG nº 9.XXX.796-X, para exercer função comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-10, do Instituto Água e Terra, ficando exonerado JOSE THADEU BENTIM MONTES DE LACERDA, RG nº 1.XXX.560-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127643/2025

DECRETO Nº 11.279

Nomeações para cargos em comissão do Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.679.520-7,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem em comissão cargos do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR:

RAFAEL HENRIQUE PEGUIM SOUZA, CPF nº 047.XXX.XXX-X2, Chefe de Coordenação – Símbolo CCE-7, ficando exonerado FRANCISCO MIRANDA ZARO, CPF nº 126.XXX.XXX-X8;

FRANCISCO MIRANDA ZARO, CPF nº 126.XXX.XXX-X8, Assessor– Símbolo CCE-10, ficando exonerado RAFAEL HENRIQUE PEGUIM SOUZA, CPF nº 047. XXX.XXX-X2.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127645/2025

DECRETO Nº 11.280

Nomeação de GERSON LUIZ CHARELLO, para exercer cargo em comissão da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.681.070-2,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, GERSON LUIZ CHARELLO, RG nº 3.XXX.816-5, para exercer em comissão o cargo de Chefe de Divisão – Símbolo CCE-5, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, a partir de 18 de setembro de 2025, ficando exonerada, a partir de 17 de setembro de 2025, HELOISA CRISTINA NASS, RG nº 9.XXX.581-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUIZ GOULARTE ALVES
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

127646/2025

DECRETO N° 11.281

Designação de CLEBERSON APARECIDO DA SILVA, para exercer função comissionada executiva da Secretaria de Estado da Saúde.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.684.561-1,

DECRETA:

Art. 1º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, CLEBERSON APARECIDO DA SILVA, RG nº 8.XXX.190-X, para exercer a função

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

comissionada executiva de Assessor – Símbolo FCE-13, da Secretaria de Estado da Saúde, ficando exonerado FELIPE ZAJDOWICZ BRANCO, RG nº 7.XXX.178-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO
Secretário de Estado da Saúde

127648/2025

DECRETO Nº 11.282

Transforma funções e cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e o contido no protocolo nº 24.640.757-6,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, as funções comissionadas executivas integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (um) Assessor, símbolo CCE-7, do Centro Cultural Teatro Guaíra.	em	- 03 (três) cargos de Chefe de Setor, símbolo CCE-14 para o Centro Cultural Teatro Guaíra.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127649/2025

DECRETO Nº 11.283

Nomeações de cargos em comissão da Secretaria de Estado da Cultura.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.640.757-6,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, de acordo com o inciso III do art. 24 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, para exercerem cargos em comissão, da Secretaria de Estado da Cultura, a partir de 1º de setembro de 2025:

JUAREZ GUIMARÃES, RG nº 4.XXX.488-X, Chefe de Setor - Símbolo CCE-14;

NELSON PINTO DE FRANÇA, RG nº 4.XXX.876-X, Chefe de Setor - Símbolo CCE-14;

ROBERTO FERES ANTONIO FILHO, RG nº 5.XXX.763-X, Chefe de Setor - Símbolo CCE-14.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

127653/2025

DECRETO Nº 11.284

Transfere cargo em comissão da Casa Civil para o Departamento de Trânsito do Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Transfere da estrutura organizacional da Casa Civil para o Departamento de Trânsito do Paraná, um cargo em comissão de Assessor – Símbolo CCE-11, com o respectivo titular LUCAS LESSA CARNEIRO PIELAK, RG nº 8.XXX.189-X.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127656/2025

DECRETO Nº 11.285

Transforma funções e cargos comissionados executivos no âmbito do Poder Executivo Estadual.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, e contido no protocolo nº 24.660.921-7,

DECRETA:

Art. 1º Transforma, sem aumento de despesa, nos termos do art. 78 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, as funções comissionadas executivas integrantes da estrutura organizacional do Poder Executivo Estadual, conforme segue:

- 1 (uma) função de Assessor, símbolo FCE-8, da Secretaria de Estado da Segurança Pública; - 3 (três) funções de Assessor, símbolo FCE-13, da Secretaria de Estado da Segurança Pública.	em	- 3 (três) funções de Assessor, símbolo FCE-12, para a Secretaria de Estado da Segurança Pública; - 2 (duas) funções de Assessor, símbolo FCE-14, para a Secretaria de Estado da Segurança Pública.

Parágrafo único. O saldo remanescente da transformação fica sob controle da Casa Civil, nos termos do Parágrafo único do art. 78 da Lei nº 21.851, de 2023, para operação de eventuais alterações futuras.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

127657/2025

DECRETO Nº 11.286

Exonerações e designações para funções comissionadas executiva da Secretaria de Estado da Segurança Pública.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o contido no protocolo nº 24.660.921-7,

DECRETA:

Art. 1º Exonera os seguintes ocupantes de funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a partir de 30 de setembro de 2025:
CLAUDIO TODISCO SILVEIRA, RG nº 7.XXX.002-X, Assessor – Símbolo FCE-8;
ANTONIO JORGE GONCALVES PONTES, RG nº 5.XXX.101-X, Assessor - Símbolo FCE-13;
ROBERTO LADISLAU GONCALVES CHERPINSKI, RG nº 4.XXX.337-X, Assessor – Símbolo FCE-13;
REGINALDO SANTA ROSA, RG nº 7.XXX.174-X, Assessor – Símbolo FCE-13;
Art. 2º Designa, de acordo com o art. 73 da Lei nº 21.851, de 15 de dezembro de 2023, para exercerem funções comissionadas executivas da Secretaria de Estado da Segurança Pública, a partir de 1º de outubro de 2025:
ANTONIO JORGE GONCALVES PONTES, RG nº 5.XXX.101-X, Assessor – Símbolo FCE-12;
ROBERTO LADISLAU GONCALVES CHERPINSKI, RG nº 4.XXX.337-X, Assessor – Símbolo FCE-12;
REGINALDO SANTA ROSA, RG nº 7.XXX.174-X, Assessor – Símbolo FCE-12;
LAIS THUANY CARDOSO THEODORO, RG nº 16.XXX.301-X, Assessor – Símbolo FCE-14;
ANGELO MARCOS SIRINO PEDRO, RG nº 10.XXX.557-X, Assessor – Símbolo FCE-14.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Curitiba, em 19 de setembro de 2025, 204° da Independência e 137° da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

HUDSON LEÔNCIO TEIXEIRA
Secretário de Estado da Segurança Pública

127659/2025

Despacho do Governador

DESPACHO DO GOVERNADOR

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

24.375.683-9/25
1. De acordo com os elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.375.683-9**, e analisando amiúde o caderno administrativo é possível inferir que o Requerente já apresentou todos os recursos administrativos disciplinares cabíveis, nos termos do art. 35, I e II, da Lei estadual nº 16.544/2010, quer sejam, a Reconsideração de Ato ao Comandante-Geral e o subsequente Recurso Disciplinar ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná. 2. Pelo exposto, **NÃO CONHEÇO** do pedido apresentado por **PEDRO ALBERTO BARBOZA**, RG nº 7.xxx.xxx-5, considerando o exaurimento da via administrativa, nos termos da fundamentação supra. 3. **PUBLIQUE-SE** e **ENCAMINHE-SE** ao Órgão de origem para conhecimento e ciência do interessado. Em 19.09.25. (Enc. Proc à COGER/PMPR).

127277/2025

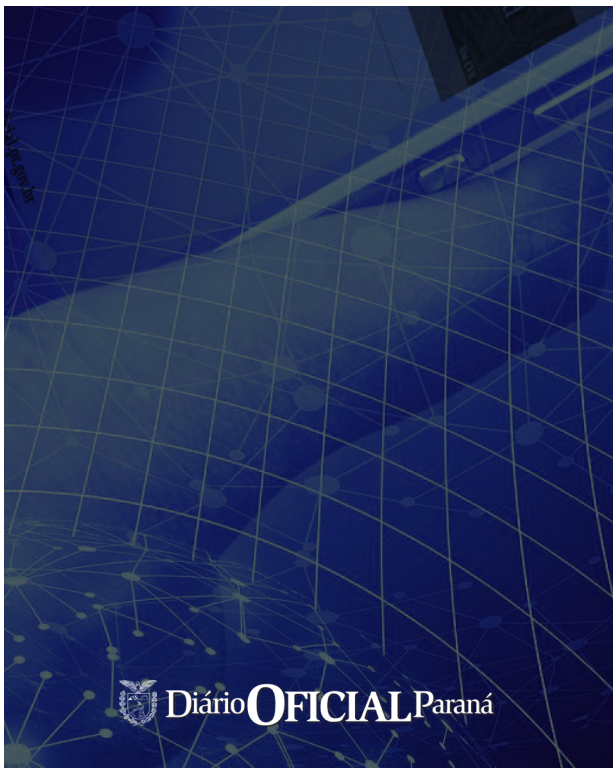
Despacho do Chefe da Casa Civil

DESPACHO DO CHEFE DA CASA CIVIL

SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES

24.573.570-7/25
1. De acordo com elementos constantes no **PROTOCOLADO nº 24.573.570-7, EXCEPCIONALIZO** as regras administrativas previstas no art. 1º, I, da Resolução Conjunta nº 01/2024 CC/SEAP/SEFA, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado das Cidades – SECID, especificamente retratada no caderno administrativo. 2. **A autorização supra fica condicionada aos limites de acréscimo de despesa com outras despesas correntes, nos termos do Decreto nº 5919/2024 e Resolução Conjunta CC/SEFA nº 01/2024**. A análise das questões financeiras e orçamentárias, assim como demais elementos técnicos é de competência do Titular do Órgão/Entidade solicitante. 3. **PUBLIQUE-SE**. Em 19.09.25. (Enc. Proc. à SECID).

127278/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Procuradoria Geral do Estado

Resolução nº 228/2025-PGE

Aprova Parecer Referencial que objetiva revisar a minuta padronizada para a contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional, aprovada pela Resolução PGE nº 068/2024 e alterada pela Resolução PGE nº 143/2025, acompanhada da lista de verificação.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares definidas na Lei Complementar nº 26/1985, nos artigos 2º, § 3º, 4º e 14, todos da Lei Estadual n° 21.352/2023, e nos artigos 2º e 8º do Decreto nº 3.203/2015, bem como nos termos do artigo 3º, § 7º, da Resolução nº 41/2016-PGE,

RESOLVE

Art. 1º Aprovar Parecer Referencial que objetiva revisar a minuta padronizada para a contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional, aprovada pela Resolução PGE nº 068/2024 e alterada pela Resolução PGE nº 143/2025, acompanhada da lista de verificação, com objeto definido, conforme protocolo nº 24.396.863-1;
Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. ANOTE-SE.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.

Luciano Borges dos Santos
Procurador-Geral do Estado.

PARECER REFERENCIAL nº 25/2025-PGE

REVISÃO DE MINUTA PADRONIZADA COM OBJETO DEFINIDO. EDITAL DE LICITAÇÃO E ANEXOS DE CONCORRÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL. ARTIGO 8º, INCISO I E §§ 1º E 4º, DA RESOLUÇÃO Nº 41/2016-PGE.

1 - RELATÓRIO
Trata-se de proposta de revisão da minuta padronizada para a contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional, aprovada pela Resolução PGE nº 068/2024 e alterada pela Resolução PGE nº 143/2025. A proposta inicial de revisão foi apresentada pela Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM, com o objetivo de adequar o procedimento ao rito especial da Lei Federal nº 12.232/2010.
O protocolo foi inicialmente instruído pela Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM) com a Informação Técnica nº 011/2025 (mov. 2, fls. 2-4) e o Ofício nº 109/2025 – GS/SECOM (mov. 4, fls. 107-108), acompanhados de uma proposta de revisão da minuta (mov. 3, fls. 5-106).
Após análise preliminar, esta Comissão Permanente de Minutas Padronizadas (CPMP/PRC) emitiu o Despacho nº 001/2025 (mov. 7, fls. 111-118), no qual reconheceu o mérito da adequação legal, mas apontou a necessidade de justificativas e revisões em pontos específicos.
Em resposta, a SECOM apresentou a Informação Técnica nº 014/2025 – AT/SECOM (mov. 9, fls. 120-130), acolhendo as recomendações desta Comissão e apresentando as justificativas solicitadas para as alterações mantidas. Juntamente, submeteu nova versão da Minuta de Edital e Anexos (mov. 10, fls. 131-238) e o Ofício nº 185/2025 – DG/SECOM (mov. 11, fls. 239-240).
Assim, o feito retornou a esta Comissão para análise da versão revisada da Minuta Padronizada e da respectiva Lista de Verificação, a fim de se exarar manifestação conclusiva.
2 - MANIFESTAÇÃO
2.1 DA RELEVÂNCIA DA PADRONIZAÇÃO
Cumpre ressaltar, de início, a relevância da aprovação da Minuta em análise, de objeto definido, com base no art. 1º, § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE[1], que passará a ser de utilização obrigatória pela Administração Pública Estadual, de acordo com o previsto no Decreto Estadual nº 3.203/2015, evitando-se, assim, o envio dos Protocolos de forma individual para a análise da Procuradoria-Geral do Estado[2].
A SECOM, na Informação Técnica nº 011/2025 (mov. 2) e no Despacho nº 001/2025 (mov. 7), já havia justificado a necessidade e a recorrência da contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional pelos órgãos do Sistema Estadual de Comunicação – SICOM, o que fundamenta a presente iniciativa.
2.2 DA NECESSIDADE DE JUSTIFICATIVA PARA A CONCORRÊNCIA PRESENCIAL E PARA O TIPO MELHOR TÉCNICA E PREÇO
A presente Minuta Padronizada é exclusiva para concorrência presencial do tipo melhor técnica e preço. A Nota explicativa 1 da proposta de padronização específica a necessidade justificativa específica, em cada caso concreto, tanto para a escolha da concorrência presencial quanto para a escolha da licitação tipo técnica e preço.
A Minuta de Edital de Licitação que se pretende padronizar deve seguir as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 10.086/2022, observado o art. 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010 (incluído pela Lei Federal nº 14.356/2022), que dispõe que a "contratação de serviços de comunicação institucional, que compreendem os serviços de relação com a imprensa e de relações públicas, deverá observar o disposto no art. 5º desta Lei.", artigo 5º que merece transcrição:
Art. 5° As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço".
Diante da previsão acima e por se tratar de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme fundamentado na Informação Técnica nº 011/2025 (mov. 2), a licitação em análise deve se dar por meio de concorrência, tendo em vista a impossibilidade de utilização do pregão (art. 5º da Lei nº 12.232/2010[3], c/c inciso XLI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021[4]). Considerando que a padronização é específica para o tipo "técnica e preço" (art. 5º acima transcrito c/c art. 33, IV, da Lei já citada[5]) – o uso do tipo melhor técnica não está incluído nesta minuta – isto atrai o modo de

[1] § 1° Serão objeto de padronização as minutas dos instrumentos de que trata o capuz que, por sua reiteração ou abrangência, necessitem tratamento uniforme pelos órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado do Paraná abrangidas pela presente resolução.
[2] A SECOM, após a indagação desta Comissão no Despacho nº 4/2024, fortaleceu a justificativa sobre a necessidade de padronização no item 1 da Informação Técnica nº 1/2024-AT/SECOM (fls. 311/328).

[3] Art. 5º As licitações previstas nesta Lei serão processadas pelos órgãos e entidades responsáveis pela contratação, respeitadas as modalidades definidas no art. 22 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, adotando-se como obrigatórios os tipos "melhor técnica" ou "técnica e preço".
[4] XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;
[5] Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;
II - maior desconto;
III - melhor técnica ou conteúdo artístico;
IV - técnica e preço;
V - maior lance, no caso de leilão;
VI - maior retorno econômico.

disputa fechado (hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação - art. 56, II, da Lei já indicada), conforme o art. 56, § 2º, da Lei de Licitações[6].
Deve ser justificada, portanto, em cada caso concreto, a escolha do critério melhor técnica e preço (e não a escolha do critério técnica).
Quanto à forma de realização do certame, o art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que "As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo."
Na primeira versão da minuta, a SECOM inserira uma justificativa padrão baseada na alegada incapacidade do sistema Compras.gov.br de suportar o rito de disputa fechado com as particularidades da Lei nº 12.232/2010. Em atendimento ao Despacho nº 001/2025 desta Comissão, a SECOM corrigiu a minuta, substituindo o texto fixo por um placeholder (campo a ser preenchido), para que o órgão ou entidade licitante, em cada caso concreto, apresente a motivação específica e atual para a não utilização da forma eletrônica, o que se trata de justificativa técnica sob responsabilidade do órgão que promove a licitação.
No caso de inexistência de justificativa apta para adoção da licitação presencial ou do tipo melhor técnica e preço, não deverá ser utilizada a presente Minuta Padronizada.
2.3 DA ANÁLISE DA MINUTA DE EDITAL (E SEUS ANEXOS) E DA LISTA DE VERIFICAÇÃO
Superada a questão procedimental geral, passa-se à análise da minuta revisada (mov. 10, fls. 131-238). A estrutura do edital proposto observa os requisitos do art. 25 da Lei Federal nº 14.133/2021, que elenca o conteúdo obrigatório de todo edital de licitação, conforme se demonstra:

REQUISITOS LEGAIS	OBSERVAÇÕES
A definição do objeto para o atendimento da necessidade	Item 1 do edital e deve ser detalhado pelo Órgão/Entidade no subitem 1.1 do Termo de Referência
Valor máximo da licitação	Item 2 do edital
Recursos orçamentários	Item 3 do edital
Acesso à licitação e suas condições	Item 4 do edital
Esclarecimentos, impugnações e recursos	Item 5 do edital
Critério de julgamento das propostas	Item 2 das condições específicas da concorrência e item 7 das condições gerais da concorrência
Prazo mínimo de validade das propostas	Item 3 das condições específicas da concorrência
Reserva de lotes para ME e EPP	Item 5 das condições específicas da concorrência
Garantia	Item 6 das condições específicas da concorrência
Participação em consórcio	Item 7 das condições específicas da concorrência
Programa de integridade	Item 8 das condições específicas da concorrência
Procedimento da licitação: realização da concorrência/abertura da sessão; condições de participação; entrega dos envelopes e julgamento das propostas e análise dos documentos de habilitação; credenciamento de representantes; e subcomissão técnica	Itens 1 a 7 das condições gerais concorrência
Recursos	Item 8 das condições gerais concorrência
Adjudicação e Homologação	Item 9 das condições gerais concorrência
Contrato, Recebimento e Pagamento	Item 10 das condições gerais concorrência
Sanções	Item 12 das condições gerais concorrência
Disposições Gerais	Item 13 das condições gerais concorrência

A principal inovação da minuta revisada é a sua completa adequação ao rito procedimental da Lei Federal nº 12.232/2010, notadamente quanto à sistemática de entrega de propostas em múltiplos invólucros, incluindo a via não identificada do plano de comunicação, visando garantir a impessoalidade no julgamento técnico. A SECOM justificou a medida à luz dos princípios da isonomia e impessoalidade, garantindo uma avaliação idônea de propostas de natureza predominantemente intelectual (mov. 2).
Pertinente apontar que a SECOM realizou os aprimoramentos recomendados por esta Comissão. As notas explicativas, essenciais para orientar os órgãos e entidades na aplicação do padrão, foram reincorporadas. A versão final da minuta prevê um campo aberto (placeholder) para a definição dos pesos das propostas técnica e de preço (subitem 4.5.3 dos "Mecanismos de Condução do Certame e Condições da Licitação"), cabendo ao órgão licitante justificá-los em cada caso concreto.
O regramento para elaboração do Programa de Integridade, obrigatório para contratos de grande vulto, foi reintroduzido como Anexo XVIII (e será usado a depender do caso concreto). A SECOM justificou a inclusão dos Anexos XIII a XVII como um aperfeiçoamento procedimental, espelhado na minuta padronizada para serviços de publicidade (Resolução PGE nº 235/2023) e alinhado às exigências da Lei nº 12.232/2010, o que se afigura pertinente.
Adicionalmente, a exigência de retirada presencial do invólucro apócrifo foi flexibilizada, permitindo-se sua obtenção momentos antes do início da sessão de recebimento, mitigando o risco de restrição à competitividade. A justificativa apresentada para a inviabilidade de envio postal ou digital, pautada em custos, riscos logísticos e segurança do material, mostra-se razoável.
O rito procedimental, agora detalhado em quatro sessões públicas distintas, e a previsão de formação da Subcomissão Técnica por sorteio público, com possibilidade de impugnação dos nomes, estão alinhados aos arts. 10 e 11 da Lei Federal nº 12.232/2010. A gravação da sessão em áudio e vídeo, requisito para a modalidade presencial, está expressamente prevista no subitem 1.5 das Condições Específicas da Concorrência.
Por fim, constam os seguintes Anexos na versão revisada:

Anexo	Título do Documento
Anexo I	Termo de Referência;
Anexo II	Documentos de habilitação;
Anexo III	Orçamento de Referência;
Anexo IV	Orientação para elaboração de proposta técnica;
Anexo V	Exercício criativo;
Anexo VI	Proposta de Preço:
Anexo VI.1	Modelo de Proposta de Preço,
Anexo VI.2	Planilha de Custos e Formação de Preços, e
Anexo VI.3	Modelo de Planilha de Detalhamento da Proposta e Demonstração Mensal de Custos e Impostos;
Anexo VII	Modelo de Procuração;
Anexo VIII	Modelo de Declaração;
Anexo IX	Modelo de Declaração de Conhecimento;
Anexo X	Minuta Padrão - Contrato de Prestação de Serviço;
Anexo XI	Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
Anexo XII	Declaração LGPD;
Anexo XIII	Modelo de Declaração de que trata o art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Anexo XIV	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;

[6] § 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo	Título do Documento
Anexo XV	Modelo de Elaboração Independente de Proposta;
Anexo XVI	Formulário de Cadastro - Lista de Composição da Subcomissão Técnica - Membro COM Vínculo Funcional ou Contratual com o Estado do Paraná;
Anexo XVII	Formulário de Cadastro - Lista de Composição da Subcomissão Técnica - Membro SEM Vínculo Funcional ou Contratual com o Estado do Paraná.
Anexo XVIII	Regramento para elaboração do programa de integridade

As alterações na lista de anexos foram devidamente justificadas pela SECOM (mov. 9), destacando-se a inclusão de novos modelos de declarações para aumentar a segurança jurídica do certame e de formulários para o cadastramento e sorteio dos membros da Subcomissão Técnica, em alinhamento com a Lei nº 12.232/2010. Ressalta-se que, após recomendação desta Comissão, o Anexo referente ao Programa de Integridade foi reintegrado à minuta, garantindo sua aplicação a contratos de grande vulto.
Por sua vez, a Lista de Verificação atualmente vigente foi apenas pontualmente alterada para refletir a proposta de revisão, aqui basicamente com a finalidade de incluir a menção à designação da Comissão Especial de Licitações.
3 - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão Permanente encaminha para aprovação o Parecer Referencial sobre a padronização da Minuta de Edital de Licitação e Anexos de Concorrência para Contratação de Serviços de Assessoria de Comunicação Institucional, bem como a respectiva Lista de Verificação.
Destaque-se que a Minuta integra o grupo dos “editais e instrumentos com objeto definido”, de que trata o art. 8º, inciso I e § 1º, da Resolução nº 41/2016-PGE, com redação alterada pela Resolução nº 29/2021-PGE[7], ficando dispensada a análise jurídica da PGE, conforme § 4º do mencionado artigo[8].
A criação de link de acesso, com habilitação para download, no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral do Estado, compete à Coordenadoria de Estudos Jurídicos – CEJ/PGE, nos termos do art. 11 da Resolução nº 41/2016-PGE[9] c/c art. 1º da Portaria PGE nº 33/2018[10].
Encaminhe-se, inicialmente, à Coordenadoria do Consultivo - CCON para conhecimento e, após, ao Gabinete do Sr. Procuradora-Geral do Estado para apreciação, nos termos da Resolução nº 41/2016-PGE.

(assinado e datado digitalmente) Apoenna Amaral de Alencar Castro Presidente da Comissão Permanente	(assinado e datado digitalmente) Allyson Martins Coelho Membro da Comissão Permanente
(assinado e datado digitalmente) Antônio Pedro de Lima Pellegrino Revisor e Membro da Comissão Permanente	(assinado e datado digitalmente) Moisés de Andrade Relator e Membro da Comissão Permanente

EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio da XXXXXXXXXXXX, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL XX/XXXX TIPO: TÉCNICA E PREÇO MODO DE DISPUTA: FECHADO	1ª SESSÃO PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E DE PREÇO: • Data: XXXXXX • Horário: XXXXX • Local: XXXXXXX Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.

1 OBJETO:
1.1 A presente licitação tem por objeto contratar serviços de assessoria de comunicação institucional, observado o conceito de tal serviço previsto no art. 20-B da Lei Federal nº 12.232/2010, para atender a demanda do(a) XXXXXXXX (Órgão/Entidade Estadual)..
1.2 A licitação será realizada por intermédio da Comissão Especial de Licitação nomeada pela Resolução nº XXXXX/XXXX – XXXXX.
1.3 A licitação, observados os arts. 5º e 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010, utilizará como critério de julgamento o tipo “técnica e preço” para o(a) (Órgão/Entidade Estadual), na qualidade de unidade integrante do Sistema Estadual de Comunicação – SICOM (Decreto Estadual nº 2.663/2023).
1.4 A licitação se dará de modo presencial, tendo em vista XXXXXXXX (JUSTIFICAR O MOTIVO ATUAL)
1.5 Não serão aceitas propostas parciais, somente as que contemplarem todos os itens solicitados.
1.6 O regime de execução dos serviços será de forma indireta, de acordo com o previsto neste Edital e seus anexos, sob regime de execução XXXXXXXX (JUSTIFICAR O CRITÉRIO ADOTADO, OBSERVADO QUE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO SE APLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO DE UNIDADES DETERMINADAS E EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO E TOTAL).

[7] Art. 8° As minutas padronizadas são divididas em:
I - editais e instrumentos com objeto definido;
(...)
§ 1° Quanto às minutas de editais de licitações, contratos, convênios e seus congêneres, entende-se como objeto definido aquele que tem o escopo de regular a formação de vínculo jurídico específico e individualizado, e sem objeto definido o enquadramento genérico (compra, serviço, cessão, obra, entre outras).
[8] § 4° As minutas padronizadas de que trata o inciso I desse artigo não serão objeto de análise jurídica, inclusive nas hipóteses do art. 71, da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, nos termos do art. 5º do Decreto Estadual nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015.

[9] Art. 11. A implementação do disposto no art. 3º do Decreto nº 3.203, de 22 de dezembro de 2015, ficará a cargo da Coordenadoria de Gestão Estratégica e Tecnologia da Informação – CDTI, da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná.
[10] Art. 1° Atribuir à Coordenadoria de Estudos Jurídicos - CEJ as atividades de indexação e inserção no sistema Documentador, no site da PGE, na intranet da PGE e no site de legislação da Casa Civil, conforme o caso, dos seguintes atos normativos, expedidos pelo Gabinete da Procuradoria-Geral do Estado:
I. Resoluções;
II. Resoluções Conjuntas;
III. Portarias;
IV. Enunciados do Procurador-Geral;
V. Autorizações do Procurador-Geral;
VI. Pareceres;
VII. Orientações Administrativas;
VIII. Súmulas Administrativas.
Parágrafo único. As atividades previstas no caput serão exercidas pela CEJ sem prejuízo daquelas previstas no art. 21 do Regulamento da Procuradoria-Geral do Estado - RPGE (Anexo ao Decreto n° 2.137/2015).

Nota explicativa 1
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A presente Minuta é exclusiva para Concorrência presencial, fechada, do tipo melhor técnica e preço.
Deve ser justificada, portanto, a escolha do critério melhor técnica e preço (em detrimento do critério melhor técnica), e a adoção da concorrência presencial, visto que as licitações devem ser realizadas, preferencialmente, sob a forma eletrônica, conforme o art. 17, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, justificativa esta cuja análise cabe exclusivamente à autoridade competente, por se tratar de questão técnica.
No caso de inexistência de justificativa apta para adoção da licitação presencial ou do tipo melhor técnica e preço, não deverá ser utilizada a presente Minuta Padronizada.

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:
O valor total estimado para a execução do objeto deste certame é de R$ XXXXXX (valor por extenso).

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Dotação orçamentária: XXXXXX
Unidade: XXXXXX.
Elemento da despesa: XXXXXX
Fonte: XXXXXX

4 DOS MECANISMOS DE CONDUÇÃO DO CERTAME E CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO
4.1 A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições deste Edital e pelo disposto nos seus anexos.
4.2 A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações, observados os arts. 5º, 20-A e 20-B da Lei Federal n.º 12.232, de 2010.
4.3 Este edital poderá ser obtido nos seguintes endereços eletrônicos: (Indicar e-mail e, se for o caso, também indicar outra forma de contato) e estará disponível, também, no PNCP.
4.3.1 Os interessados em participar desta licitação se obrigam a acompanhar eventuais alterações e/ou informações sobre esta concorrência.
4.4 Os Invólucros contendo as Propostas Técnicas e de Preços, acompanhados das declarações exigidas neste Edital serão recebidos no endereço, data e horário indicados para a sessão de abertura
4.5 O valor total máximo estimado para a contratação é de R$ XXXXXX (valor por extenso)., e os licitantes devem obedecer ao critério de julgamento da proposta de preço adotado neste Edital, não ultrapassando o máximo fixado.
4.5.1 Não serão aceitas propostas com valor superior ao preço máximo admitido para a licitação, inclusive quanto aos quantitativos unitários, e não serão acolhidas propostas parciais (apenas para todos os serviços em um único conjunto).
4.5.2 Nenhum licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma proposta de preço e de técnica.
4.5.3 Os licitantes apresentarão a proposta de preços e a proposta técnica, que serão julgadas conforme o previsto neste Edital, sendo atribuída à proposta de preços o peso XXX (XXXX) e à proposta técnica o peso XXX (XXXX), sendo a nota final a média entre as duas notas, observado o § 2º do art. 36 da Lei Federal nº 14.133/2021. (DEVE SER JUSTIFICADO O PESO ATRIBUÍDO)
4.6 O licitante assume todos os custos decorrentes da elaboração de propostas e da apresentação de documentos de habilitação exigidos neste certame, ficando a Contratante isenta de qualquer responsabilidade por tais custos, independentemente do resultado do procedimento licitatório.
4.7 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas que serão julgadas pela Subcomissão Técnica, sendo que ambas serão compostas por 3 (três) membros distintos cada qual.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:
5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:
Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.
5.1.1 Os pedidos de esclarecimentos ou impugnações deverão ser encaminhados ao órgão responsável pela licitação no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame, pelos seguintes meios:
a) por meio de Ofício a ser encaminhado pelo Sistema Integrado de Documentos - eProtocolo, direcionado ao(à) XXXXXXX; ou
b) presencialmente no(a) XXXXXXX, situado(a) no XXXXXXX, durante o horário de expediente; ou
c) para o e-mail (INDICAR E-MAIL).
5.1.2 Os esclarecimentos solicitados e eventuais impugnações terão a resposta ou decisão disponibilizadas no (ENDEREÇO ELETRÔNICO), no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:
As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, observando as regras dispostas neste Edital.
5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:
No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema eProtocolo no site https://www.eprotocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA CONCORRÊNCIA

1. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS
1.1 As Propostas Técnica, a de Preço e os Documentos de Habilitação deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação em invólucros intactos, lacrados, distintos e separados.
1.2 A sessão de recebimento das propostas técnicas e de preços será realizada no dia XXXXXXX, às XXXXXXX horas, no XXXXXXX, sendo que todos os atos praticados nesta licitação serão relatados no https://pncp.gov.br/ e (INDICAR ENDEREÇO ELETRÔNICO)
1.3 Nova sessão será agendada para as demais etapas do certame, incluindo o recebimento dos documentos de habilitação.
1.4 As convocações mencionadas neste edital se darão mediante comunicação no endereço (INDICAR ENDEREÇO ELETRÔNICO)
1.5 Todas as sessões públicas desta licitação serão registradas em ata e gravadas em áudio e vídeo, e esse material será juntado aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento, em atendimento ao artigo 17, §§ 2º e 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. DAS PROPOSTAS, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO:
2.1 Para efeito de avaliação, o critério de julgamento será do tipo “técnica e preço”.
2.2 Serão desclassificadas as propostas de preços que permanecerem acima dos valores unitários e totais fixados neste Edital.
2.3 Após a primeira sessão pública para o recebimento dos envelopes contendo a proposta técnica e de preço, será marcada nova sessão pública, conforme descrito neste Edital.
2.4 A avaliação das propostas técnicas será feita tópico por tópico (item por item), levando-se em consideração: clareza e objetividade, a consistência, o atendimento ao respectivo desafio de comunicação específico (exercício criativo – Anexo V ao Edital) indicado neste edital e todos os elementos desta carta convocatória, além da confiabilidade e experiência da licitante.
2.5 A pontuação de cada item corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos pela Subcomissão Técnica, levando-se em consideração o peso atribuído a estas.
2.6 A pontuação final da avaliação a ser considerada para a classificação das concorrentes será efetuada na forma disposta neste edital.

3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3.1 O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo VI deste Edital), será de xxx (xxxx) dias, renovável por igual período, a critério do licitante, diante de solicitação escrita da Comissão Especial de Licitação.
3.2 Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.
3.3 O prazo tratado neste item não poderá ser inferior ao fixado neste edital.

4 VIGÊNCIA:
4.1 O contrato terá vigência pelo prazo de ____ (dias/meses/anos), contado da assinatura do instrumento, observada a disciplina do art. 106 da Lei nº 14.133/2021.
4.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
OU
4.1.1. O contrato terá vigência pelo prazo de ____ (dias/meses/anos), contado da assinatura do instrumento, não sendo prorrogável.
Nota Explicativa 2:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A duração dos contratos regidos pela Lei n.º 14.133, de 2021, será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5 PARTICIPAÇÃO E ME E EPP:
5.1 Poderão participar desta Concorrência todos os interessados do ramo pertinente que preencherem as condições deste Edital e apresentarem os documentos nele exigidos.
5.2 Aos licitantes cadastradas no Cadastro Unificado de Fornecedores e Prestadores de Serviços do Estado – CAUFPR no site https://www.administracao.pr.gov.br/Compras da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, na correspondente especialidade, poderão informar essa condição na sessão de entrega dos envelopes e expor apenas os documentos relacionados nos subitens correspondentes à Habilitação, que não tenham sido entregues anteriormente para aquele cadastro, ou que, se apresentados, já estejam com os respectivos prazos de validade vencidos.
5.3 Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) XXXX, XXXX e XXXX as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006. As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência. Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.
5.4 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.
5.5 Fica afastada a aplicação do tratamento favorecido previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, quanto ao lote ou item, a depender do critério de adjudicação adotado, cujo valor estimado para a contratação ultrapasse a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Nota explicativa 3:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O item 5.3 deverá ser removido, caso não haja lote(s) exclusivo(s) para microempresa e empresa de pequeno porte e microempreendedor individual.

Quando não for possível a realização de licitação exclusiva para ME e EPP, é preciso justificativa do órgão licitante, demonstrando a subsunção do caso ao disposto no art. 49, da Lei Complementar 123/06.

De todo modo, é preciso realçar que a aplicação do art. 48, da Lei Complementar 123/06, não pode resultar em mitigação de vantajosidade, a ponto de superar os benefícios nacionais trazidos pelo tratamento diferenciado a essas empresas. Exige-se ponderação na decisão administrativa, como é próprio da solução de antinomias (princípio da vantajosidade x tratamento favorecido a ME e EPP).
Ou seja, na fase interna da licitação, a Administração deverá justificar a inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar 123/06, porque não vantajoso, à luz do disposto no art. 120, do Decreto Estadual 10.086/2022.

6 GARANTIA:
Será exigida garantia da execução do Contrato, na forma da Minuta de Contrato (Anexo a este Edital).

Nota explicativa 4
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Este tópico deverá ser removido, caso a Administração opte por não exigir justificadamente a garantia.

7.CONSÓRCIO:
Nota explicativa 5
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O juízo acerca da admissão ou não das empresas consorciadas na licitação dependerá de cada caso concreto e deverá estar devidamente justificado no procedimento licitatório, com base em elementos técnicos e econômicos, a partir das variáveis da complexidade do objeto e das circunstâncias do mercado, tais como o risco à restrição da competitividade, as dificuldades de gestão da execução do contrato e a capacidade técnica e econômica dos participantes.
A Administração deverá optar por uma das seguintes redações:
"7.1 Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e do Decreto n.º 10.086, de 2022 e aquelas estabelecidas neste edital, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.
7.1.1 As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.
7.1.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:
a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.
7.1.3 Os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.
7.1.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.
7.1.5 Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.
7.1.6 A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
7.1.7 Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.
7.1.8 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

7.1.9 Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.
7.1.10 Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso
OU
"7.1 Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo."

8 DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE:
8.1 O contratado deverá apresentar o programa de integridade com o cronograma de implantação do citado programa, no prazo de 6 (seis) meses a contar da celebração do contrato.
8.2 O programa de integridade deverá ser elaborado de acordo com o disposto no art. 531 e seguintes do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, no que couber.
8.3 Na hipótese de não implantação do programa de integridade de que trata o item 8.1 o contratado estará sujeito a multa por inexecução parcial, nos termos previstos no instrumento convocatório e no contrato.

Nota Explicativa 6:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Nos casos de contratação de grande vulto, deverão ser inseridos os itens 8.1 a 8.3 em atenção ao disposto no §4º do art. 25 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
Caso não seja de grande vulto, este item deverá ser excluído e ajustada a numeração sequencial, bem como excluído o Anexo correspondente, inclusive do item seguinte.

9 ANEXOS:
Anexo I – Termo de Referência;
Anexo II – Documentos de habilitação;
Anexo III – Orçamento de Referência;
Anexo IV – Orientação para elaboração de proposta técnica;
Anexo V – Exercício criativo;
Anexo VI – Proposta de Preço:
Anexo VI.1 – Modelo de Proposta de Preço,
Anexo VI.2 – Planilha de Custos e Formação de Preços, e
Anexo VI.3 – Modelo de Planilha de Detalhamento da Proposta e Demonstração Mensal de Custos e Impostos;
Anexo VII – Modelo de Procuração;
Anexo VIII – Modelo de Declaração;
Anexo IX – Modelo de Declaração de Conhecimento;
Anexo X – Minuta Padrão – Contrato de Prestação de Serviço;
Anexo XI – Modelo de Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte;
Anexo XII – Declaração LGPD;
Anexo XIII – Modelo de Declaração de que trata o art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
Anexo XIV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente;
Anexo XV – Modelo de Elaboração Independente de Proposta;
Anexo XVI – Formulário de Cadastro – Lista de Composição da Subcomissão Técnica – Membro COM Vínculo Funcional ou Contratual com o Estado do Paraná;
Anexo XVII – Formulário de Cadastro – Lista de Composição da Subcomissão Técnica – Membro SEM Vínculo Funcional ou Contratual com o Estado do Paraná.
Anexo XVIII – Regramento para elaboração do programa de integridade

CONDIÇÕES GERAIS DA CONCORRÊNCIA

1 A REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA
1.1 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas, que será realizada por Subcomissão Técnica de Licitação.
1.1.1 Ambas as comissões serão nomeadas para tanto, sendo que a Subcomissão Técnica de Licitação deverá ter composição mista com 01 (um) membro do(a) órgão/entidade interessada na licitação, 01 (um) membro da Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM) e 01 (um) membro sem vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com o órgão responsável pela licitação.
1.2 Os integrantes da Subcomissão Técnica de Licitação não poderão participar das sessões de recebimento dos invólucros das Propostas Técnica e de Preços.
1.3 Serão realizadas sessões públicas, de acordo com os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros e pelos representantes das licitantes presentes.
1.4 Os invólucros com as Propostas Técnicas (via identificada e via não identificada) e de Preços, serão recebidos na Primeira Sessão Pública desta Concorrência, como segue:
– Data: XXXXXXX
– Horário: XXXXXXX
– Local: XXXXXXX
1.4.1 Se não houver expediente nessa data, os invólucros serão recebidos no primeiro dia útil subsequente.
1.4.2 A verificação, a abertura dos invólucros e demais procedimentos licitatórios obedecerão ao disposto neste Edital e na legislação.
1.4.3 No local, data e horário indicados nesse item 1.4, ocorrerá a instalação da primeira sessão pública, cuja finalidade é a de receber o INVÓLUCRO Nº 01 – PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – VIA NÃO IDENTIFICADA; INVÓLUCRO Nº 2 – PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – VIA IDENTIFICADA; INVÓLUCRO Nº 3 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, PERFIL E HABILIDADES ESPECÍFICOS DA EQUIPE; e INVÓLUCRO Nº 4 – PROPOSTA DE PREÇOS.
1.4.4 A Comissão Especial de Licitação exigirá do representante legal do licitante, na abertura da sessão pública, declaração, sob as penas da lei, de que reúne as condições de habilitação exigidas no edital, conforme modelo constante no Anexo XIII deste Edital.
1.5 O julgamento das Propostas Técnicas e de Preços e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.
1.5.1 Antes do aviso oficial do resultado da proposta técnica, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre as propostas.
1.5.2 Qualquer tentativa de licitante influenciar a Comissão Especial de Licitação ou a Subcomissão Técnica de Licitação no processo de julgamento das Propostas resultará na sua desclassificação.
1.6 A Comissão Especial de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.
1.6.1 Após a primeira sessão, a convocação para as sessões subsequentes se dará na forma do subitem 1.7.4 e será realizado em prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis anteriores à data da próxima sessão.
1.7 A juízo da Comissão Especial de Licitação, todas as decisões referentes a esta concorrência poderão ser divulgadas conforme a seguir, ressalvadas aquelas cuja publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná é obrigatória:
1.7.1 nas sessões de abertura de arquivos;
1.7.2 por qualquer outro meio que permita a comprovação inequívoca do recebimento da comunicação pelas licitantes;
1.7.3 no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no caso da prática de atos exigidos pela Lei n. 14.133/2021;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.7.4 no endereço oficial da licitação localizado no site https://www.comunicacao.pr.gov.br
2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

Nota explicativa 7:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O artigo 87, § 3.º da Lei Federal n.º 14.133/2021 estabelece que a Administração poderá realizar licitação restrita a cadastrados no PNCP.
Caso a Administração opte por restringir a licitação aos licitantes cadastrados no PNCP, deverá ser utilizada a seguinte redação:
2.1 Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que estejam com cadastro regular no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
2.1.2 Os interessados deverão efetuar seu cadastro dentro do prazo previsto no edital para apresentação de propostas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e que trata a Lei Federal nº 14.133/2021, de 2021, recomenda-se também a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos termos do Decreto Estadual nº 9.762, de 2013.

OBS.: Caso a Administração opte por não restringir a licitação aos licitantes cadastrados no PNCP, deverá ser utilizada a seguinte redação:
2.1 Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

2.2 Não poderão participar desta licitação as pessoas físicas ou jurídicas que:
2.2.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
2.2.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas, conforme item 2.2.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
2.2.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.2.2;
2.2.4 não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
2.2.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
2.2.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.
2.2.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
2.2.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
2.3 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
2.4 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.
2.5 O responsável pela condução da licitação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
3 DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS
3.1 Esta concorrência será processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.
3.2 A comissão de licitação e a subcomissão técnica para contratação dos serviços descritos neste Edital serão compostas e escolhidas na forma do art. 10, da Lei Federal nº 12.232/2010 e do art. 36 do Decreto n.º 2.663/2023.
3.2.1 As Propostas Técnicas serão analisadas e julgadas por Subcomissão Técnica, composta por membros que sejam formados em comunicação, publicidade ou marketing ou que atuem em uma dessas áreas.
3.2.2 A escolha dos membros da Subcomissão Técnica dar-se-á por sorteio, em sessão pública, entre os nomes de uma seleção que terá, no mínimo, o triplo do número de integrantes da subcomissão, e todos serão previamente cadastrados pelo(a) XXXX (Órgão/Entidade interessado pela licitação) e pela Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM).
3.2.2.1 Os nomes remanescentes da relação após sorteio dos membros da Subcomissão Técnica serão todos sorteados para definição de uma ordem de suplência, a serem convocados nos casos de impossibilidade de participação de algum dos titulares.
3.2.3 A relação dos nomes referidos no item 3.2.2 deste Edital será publicada em Diário Oficial, em prazo não inferior a 10 (dez) dias da data em que será realizada a sessão pública marcada para o sorteio.
3.2.4 O sorteio será processado pela Comissão Especial de Licitação de modo ao preenchimento das vagas da Subcomissão Técnica, de acordo com a proporcionalidade do número de membros que mantenham ou não vínculo com o(a) (Órgão/Entidade interessado pela licitação) e com a Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM), nos termos dos itens 3.2.1 e 3.2.2 deste Edital.
3.2.5 A relação prevista no item 3.2.2 deste Edital conterá, separadamente, os nomes dos que mantêm e os dos que não mantêm vínculo com o(a) (Órgão/Entidade interessado pela licitação) e a Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM).
3.2.6 Até 48 (quarenta e oito) horas antes da sessão pública destinada ao sorteio, qualquer interessado poderá impugnar pessoa integrante da relação a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3, mediante a apresentação à Comissão Especial de Licitação de justificativa para a exclusão.
3.2.7 Admitida a impugnação, o impugnado terá o direito de abster-se de atuar na Subcomissão Técnica, declarando-se impedido ou suspeito, antes da decisão da autoridade competente.
3.2.8 A abstenção do impugnado ou o acolhimento da impugnação, mediante decisão fundamentada da autoridade competente, implicará, se necessário, a elaboração e a publicação de nova lista, sem o nome impugnado.
3.2.9 Será necessário publicar nova relação se o número de membros mantidos depois da impugnação restar inferior ao mínimo exigido no item 3.2.2.
3.2.10 Só será admitida nova impugnação a nome que vier a completar a relação anteriormente publicada.
3.2.11 A sessão pública para o sorteio será realizada após a decisão motivada da impugnação, em data previamente designada, garantidos o cumprimento do prazo mínimo previsto neste Edital e a possibilidade de fiscalização do sorteio por qualquer interessado.
3.3 Serão realizadas sessões públicas, de acordo com os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais serão lavradas atas circuncidadas dos atos e fatos dignos de registro, assinadas pelos membros e pelos representantes das licitantes presentes.
3.3.1 A participação de representante de qualquer licitante dar-se-á mediante a prévia entrega de documento hábil, conforme estabelecido previamente neste Edital.
3.3.2 Os representantes das licitantes presentes poderão indicar 03 (três) deles para formação de comissão para, em seu nome, tomar conhecimento e rubricar as Propostas e documentos de Habilitação nas sessões públicas.
3.3.3 A Comissão Especial de Licitação e a Subcomissão Técnica, conforme o caso, cuidarão para que a interpretação e aplicações das regras estabelecidas neste edital e em seus Anexos busquem o atingimento das finalidades da licitação, evitando-se o apego a formalismos exagerados, irrelevantes ou desarrazoados, que não contribuam para assegurar a contratação da proposta mais vantajosa e a igualdade de oportunidade de participação dos interessados.
3.3.4 A Comissão de Licitação e a Subcomissão técnica, conforme o caso, poderão, no interesse do(a) (Órgão/Entidade interessado pela licitação) e da Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM), relevar aspectos puramente formais nas Propostas Técnicas e de Preço e nos documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometam a lisura e o caráter competitivo desta concorrência.
3.3.5 O julgamento das Propostas Técnicas e de Preços e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.
3.3.6 Antes do aviso oficial do resultado da proposta técnica, não serão fornecidas, a quem quer que seja, quaisquer informações referentes à análise, avaliação ou comparação entre as propostas.
3.3.7 A Comissão Especial de Licitação poderá alterar as datas ou as pautas das sessões, ou mesmo suspendê-las, em função do desenvolvimento dos trabalhos, obedecidas as normas legais aplicáveis.
3.3.8 Se os invólucros das licitantes desclassificadas ou inabilitadas não puderem ser devolvidos nas sessões públicas, ficarão à disposição das interessadas por 30 (trinta) dias úteis, contados do encerramento desta concorrência – após transcorrer o prazo para interposição de recurso contra o resultado final da licitação ou ter havido a sua desistência ou, ainda, terem sido julgados os recursos interpostos. Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, será providenciada sua destruição.
3.4 A Proposta Técnica deve conter a descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, de forma que permita a verificação de conformidade com as exigências contidas nesse documento.
3.5 Na Proposta de Preços, deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

3.5.1 Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
3.6 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
3.7 Nenhum licitante poderá participar desta concorrência com mais de uma proposta de preço e de técnica.
3.8 O conteúdo digitalizado de todos os Invólucros será oportunamente disponibilizado no endereço eletrônico (INDICAR O SITE).
4. DA APRESENTAÇÃO DOS INVÓLUCROS E SEUS CONTEÚDOS:
4.1 Os licitantes deverão entregar o INVÓLUCRO Nº 1 – PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – VIA NÃO IDENTIFICADA, o INVÓLUCRO Nº 2 – PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – VIA IDENTIFICADA; o INVÓLUCRO Nº 3 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, PERFIL E HABILIDADES ESPECÍFICOS DA EQUIPE; o INVÓLUCRO Nº 4 – PROPOSTA DE PREÇOS e, fora de qualquer invólucro, as seguintes declarações no dia da primeira sessão pública: as declarações do Anexo XI (se for o caso de ME/EPP), do Anexo XII, do Anexo XIII e do Anexo XIV, conforme item 3.2 deste Edital.
4.2 DO INVÓLUCRO Nº 1 – PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – VIA NÃO IDENTIFICADA
4.2.1 O invólucro nº 1 deverá ser apresentado nos termos dispostos nos itens seguintes:
4.2.1.1 No invólucro nº 1 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada de que tratam os Anexos IV e V deste Edital.
4.2.1.2 Só será aceito o Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada que estiver acondicionada no invólucro fornecido, obrigatoriamente, pela Comissão Especial de Licitação.
4.2.1.2.1 O invólucro padronizado para a apresentação do Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada – Invólucro n° 1, deverá ser retirado pela interessada durante o horário de expediente do(a) (Órgão/Entidade Estadual) no endereço XXXXXXXXXX, e também estará disponível na data e no local definidos neste Edital para realização da Primeira Sessão Pública, podendo ser entregue à interessada até o máximo de 15 (quinze) minutos anteriores à hora definida para início da Primeira Sessão Pública.
4.2.1.2.2 O invólucro padronizado para a apresentação do Plano de Comunicação Institucional – Invólucro n° 1 será entregue ao representante da empresa interessada mediante solicitação por escrito, assinada por representante legal da empresa, conforme modelo e instruções a serem disponibilizados no site (INSERIR ENDEREÇO ELETRÔNICO)
4.2.1.2.3 O Invólucro n° 01 deverá ser entregue pela proponente somente com o fechamento próprio do invólucro, sem qualquer outra forma de lacre, sem assinatura ou rubrica e sem qualquer identificação que não seja a disposta neste Edital.
4.2.1.3 Para preservar, até a abertura do Invólucro n° 2: Plano de Comunicação Institucional – Via Identificada, o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Institucional, o Invólucro n° 1: Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada:
a) não poderá ter identificação alguma;
b) não poderá apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante;
c) não poderá estar danificado ou deformado pelas peças, material e/ou demais documentos nela acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante.
4.3 DO INVÓLUCRO Nº 2 – PLANO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL – VIA IDENTIFICADA
4.3.1 O invólucro nº 2 deverá ser apresentado nos termos dispostos nos itens seguintes:
4.3.1.1 No invólucro nº 2 deverá estar acondicionado o Plano de Comunicação Institucional – Via Identificada de que tratam os Anexos IV e V deste Edital.
4.3.2 O invólucro n° 2 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro n° 2 Plano de Comunicação Institucional: Via Identificada Nome empresarial e CNPJ da licitante Concorrência n° XXXXXXX/202X

4.3.3 O Invólucro n° 2 deverá ser providenciado pela licitante e poderá ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.
4.4 DO INVÓLUCRO Nº 3 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, PERFIL E HABILIDADES ESPECÍFICOS DA EQUIPE
4.4.1 O Invólucro nº 3 deverá ser apresentado nos termos dispostos nos itens seguintes:
4.4.1.1 Os documentos referentes à capacidade de atendimento, perfil e habilidades específicos da equipe deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação acondicionados no Invólucro nº 3.
4.4.1.2 O invólucro n° 3 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro n° 3 Capacidade de atendimento, perfil e habilidades específicos da equipe Nome empresarial e CNPJ da licitante Concorrência n° XXXXXXX/202X

4.4.1.3 O Invólucro nº 3 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.
4.4.1.4 O Invólucro n° 3 não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Institucional – Via Não identificada e que possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do Invólucro n° 2.
4.5 DO INVÓLUCRO Nº 4 – PROPOSTA DE PREÇOS
4.5.1 O invólucro nº 4 deverá ser apresentado nos termos dispostos nos itens seguintes:
4.5.1.1 A Proposta de Preços deverá ser entregue à Comissão Especial de Licitação acondicionada no invólucro n° 4.
4.5.1.2 O invólucro n° 4 deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro n° 4 Proposta de Preços Nome empresarial e CNPJ da licitante Concorrência n° XXXXXXX/202X

4.5.1.3 O Invólucro nº 4 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.
4.5.1.4 A Proposta de Preços deverá ser elaborada conforme o modelo do Anexo VI deste Edital, redigida em língua portuguesa (salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente), com páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas.
4.5.2 O Invólucro nº 4 deverá conter os seguintes documentos, todos assinados pelo representante legal do licitante ou por seu procurador, juntando-se cópia do respectivo instrumento de procuração, e contendo os seguintes elementos:
a) Nome, endereço e CNPJ do licitante;
b) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação;
c) Preço total para a execução do objeto, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
d) Planilha de preços unitários e totais, conforme o modelo do Anexo VI deste Edital, preenchida em todos os itens, com seus respectivos preços unitários e global, grafados em moeda corrente nacional com no máximo duas casas decimais, sendo que os custos unitários propostos não devem superar os valores indicados na Planilha Orçamentária Detalhada (Anexo III deste Edital – Orçamento de Referência);
e) Declaração, em conformidade com o modelo do Anexo XV deste Edital, afirmando que a proposta foi elaborada de maneira independente e que o licitante conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento ao §1º do art. 63 da lei nº 14.133/2021.
4.5.3 Os preços incluem todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) que se refiram ao objeto licitado descrito e caracterizado no Termo de Referência.
4.5.4 O prazo de validade da proposta será de XXX (XXXXXX) dias, contados a partir do último dia previsto para o recebimento dos invólucros;
4.5.5 O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4.5.6 As Microempresas e Empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas, sob pena de desclassificação pela Comissão Julgadora da Licitação.
4.6 DO INVÓLUCRO Nº 5 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4.6.1 O invólucro nº 5 deverá ser apresentado nos termos dispostos nos itens seguintes:
4.6.2 Os documentos de habilitação deverão estar acondicionados no invólucro n° 5, que deverá estar fechado e rubricado no fecho, com a seguinte identificação:

Invólucro n° 5 Documentos de Habilitação Nome empresarial e CNPJ da licitante Concorrência n° XXXXXXX/202X

4.6.3 Os documentos de habilitação deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação apenas pela licitante mais bem classificada no julgamento final das Propostas Técnicas e de Preço (com a maior Nota Final), em dia, hora e local previstos na convocação da sessão a ser realizada para esse fim.
4.6.4 O Invólucro nº 5 será providenciado pela licitante e pode ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata, até sua abertura.
4.6.5 Os documentos de habilitação deverão ser entregues em sessão específica, que será marcada após as etapas anteriores restarem exauridas.
4.6.6 O Invólucro nº 5 deve estar de acordo com o Anexo II deste Edital e se constitui em requisito para a habilitação do licitante vencedor.
4.6.7 Os documentos de Habilitação deverão ser acondicionados em caderno único, todas as suas páginas devem ser numeradas e rubricadas pelo representante legal da licitante e serem apresentados alternativamente: em original ou cópia autenticada por cartório ou acompanhada de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão Especial de Licitação.
5. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicados neste Edital.
5.2.O Critério de julgamento adotado será o de melhor técnica e preço, conforme definido neste Edital e seus Anexos, sendo na proporção de XXXX (PESO) para a técnica e XXXX (PESO) para o preço, respectivamente, os pesos estabelecidos para estes critérios.
5.3 Será adotado na Concorrência o modo de disputa “fechado”, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.
5.4 A sessão de abertura do certame será pública e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados pela Comissão Julgadora da Licitação, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.
5.5 A entrega dos Invólucros à Comissão Julgadora da Licitação implica a aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, a superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso, conforme o modelo do Anexo XIV desta carta convocatória.
5.6 Após o recebimento dos Invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 e demais procedimentos previstos neste Edital, a primeira sessão será encerrada, nova sessão pública será marcada para a comunicação dos resultados das Propostas Técnicas e para a abertura dos invólucros das propostas de preços (Invólucro nº 4) e demais atos, conforme previsto neste Edital.
6 CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES
6.1 Para participar deste certame, o representante legal ou procurador da licitante apresentará à Comissão Especial de Licitação o documento que o credencia, juntamente com seu documento oficial de identificação com foto, no ato programado para a entrega dos invólucros com as Propostas Técnicas (Vias Identificada e Não Identificada, bem como de Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe) e de Preços.
6.2 Serão considerados documentos oficiais de identificação: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Trabalho, Carteira Profissional, Carteira de Identificação Funcional, Registro Nacional de Estrangeiro e Passaporte.
6.3 Quando a representação for exercida na forma de seus atos de constituição, por sócio ou dirigente, o documento de credenciamento consistirá, respectivamente, em cópia do ato que estabelece a prova de representação da empresa, onde conste o nome do sócio e os poderes para representá-la, ou cópia da ata da assembleia de eleição do dirigente, em ambos os casos autenticada em cartório, ou apresentada junto com o documento original, para permitir que a Comissão Especial de Licitação ateste sua autenticidade, ou acompanhada de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.
6.4 Caso o preposto da licitante não seja seu representante estatutário ou legal, o credenciamento será feito por intermédio de procuração, mediante instrumento público ou particular, no mínimo com os poderes constantes do modelo que constitui o Anexo VII deste Edital. Neste caso, o preposto também deverá entregar à Comissão Especial de Licitação, cópia autenticada em Cartório do ato que estabelece a prova de poderes para constituição de mandatários.
6.5 Os documentos previstos nos dois itens anteriores, bem como a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (Anexo XIII deste Edital), deverão ser entregues à Comissão Especial de Licitação no momento de abertura da sessão pública, apartados dos arquivos das Propostas.
6.6 A documentação apresentada na primeira sessão de recebimento das Propostas Técnicas e de Preços credencia o representante a participar das demais sessões.
6.7 É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa credenciada.
6.8 Na hipótese de substituição do representante credenciado no decorrer do processo licitatório, deverá ser realizado novo credenciamento.
7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
7.1 A primeira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos neste Edital e terá a seguinte pauta inicial:
a) Identificar os representantes dos licitantes, por meio dos documentos exigidos neste Edital;
b) receber os Invólucros n° 1, nº 2, nº 3 e nº 4;
c) conferir se, externamente, esses invólucros estão em conformidade com as disposições deste Edital;
d) rubricar no fecho, mas sem abri-lo, os Invólucros nº 2 e nº 4, que permanecerão fechados sob a guarda e responsabilidade da Comissão Especial de Licitação, e separá-los do Invólucro nº 1;
e) retirar e rubricar o conteúdo do Invólucro nº 1 (Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada), padronizado e apócrifo, de todas as licitantes;
f) retirar e rubricar o conteúdo do Invólucro nº 3 (Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe) de todas as licitantes;
g) colocar à disposição dos representantes das licitantes (ou de uma comissão formada por estes, a critério da Comissão Especial de Licitação), para exame e rubrica, os documentos que constituem o Invólucro nº 1 (Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada) e nº 3 (Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe);
h) informar que as licitantes serão convocadas para a próxima sessão por meio eletrônico.
7.1.1 O Invólucro n° 1, com a via não identificada do Plano de Comunicação Institucional, só será recebido pela Comissão Especial de Licitação se:
a) não estiver identificado;
b) não apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação inequívoca da licitante antes da abertura do Invólucro n° 2;
c) não estiver danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos acondicionados de modo a possibilitar a identificação da licitante antes da abertura do Invólucro nº 2;
d) estiver acondicionado em invólucro fornecido pelo(a) (Órgão/Entidade interessado pela licitação).
7.1.2 Ante a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas "a", "b", "c" e “d” do item 7.1.1, a Comissão Especial de Licitação não receberá o Invólucro n° 1, o que também a impedirá de receber os demais invólucros da mesma licitante.
7.1.3 Os licitantes deverão apresentar na primeira sessão, fora dos Invólucros, mas juntamente com eles:
a) em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal do licitante afirmando o seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal, em conformidade com o modelo Anexo XI deste Edital;
b) declaração informando a ciência de disponibilidade de dados, em conformidade com o modelo Anexo XII deste Edital;
c) declaração de pleno atendimento aos requisitos da habilitação, de acordo com o modelo estabelecido no Anexo XIII deste edital;

d) declaração de que mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, e que informará a superveniência de fato impeditivo à sua participação no certame, conforme modelo do Anexo XIV deste Edital.
7.1.4 A Comissão Especial de Licitação, antes do procedimento previsto na alínea "e" do item 7.1 deste Edital, adotará medidas para evitar que seus membros e/ou os representantes das licitantes possam, ainda que acidentalmente, identificar a autoria de algum Plano de Comunicação Institucional não identificado.
7.1.4.1 Antes de serem abertos para rubrica dos conteúdos pelos presentes na segunda sessão, os Invólucros nº 1, com o Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada, devem ser misturados, de modo que não possam ser vinculados aos respectivos autores, considerada a ordem sequencial de sua entrega à Comissão Especial ou Permanente de Licitação
7.1.5 Se, ao rubricar os conteúdos do Invólucro n° 1, a Comissão Especial de Licitação constatar ocorrência(s) que possibilite(m), inequivocamente, a identificação da autoria da Proposta Técnica não identificada, desclassificará a licitante e ficará de posse de todos os seus invólucros até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.
7.1.6 A Comissão Especial de Licitação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos Invólucros n° 1 nem nos documentos que compõem a via não identificada do Plano de Comunicação Institucional.
7.1.7 As licitantes não poderão desistir de suas Propostas, a não ser por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela Comissão Especial de Licitação.
7.1.8 Se houver desistência expressa de todas as licitantes do direito de recorrer em relação às decisões tomadas pela Comissão Especial de Licitação na primeira sessão, os procedimentos de licitação terão continuidade de acordo com o previsto no item 7.1.9 e seguintes. Caso contrário, a Comissão Especial de Licitação divulgará o resultado das decisões na forma do item 1.7 e seguintes deste Edital, abrindo-se o prazo de 3 (três) dias úteis para a interposição de recursos.
7.1.9 Não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos, serão adotados os seguintes procedimentos:
a) encaminhamento, pela Comissão Especial de Licitação à Subcomissão Técnica, dos Invólucros n° 1, com as vias não identificadas do Plano de Comunicação Institucional, acompanhados dos questionamentos relativos à Proposta Técnica, se for o caso, e das respectivas respostas, sem identificação de autoria;
b) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, das vias não identificadas do Plano de Comunicação Institucional, de acordo com os critérios especificados neste Edital;
c) elaboração e encaminhamento, pela Subcomissão Técnica à Comissão Especial de Licitação, da ata de julgamento do Plano de Comunicação Institucional, de planilha com as pontuações e de justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso, e encaminhamento desses documentos à Comissão Especial de Licitação;
d) análise individualizada e julgamento, pela Subcomissão Técnica, dos conteúdos dos Invólucros nº 3 (Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe) das licitantes, de acordo com os critérios especificados neste Edital;
e) elaboração, pela Subcomissão Técnica, de ata de julgamento dos Invólucros nº 3 (Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe) e de planilha com as pontuações e justificativas das razões que as fundamentaram, e encaminhamento desses documentos à Comissão Especial de Licitação.
7.1.10 Se alguma Proposta Técnica for desclassificada com base no item 7.2.4, alíneas ‘a’ e ‘b’ deste Edital, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire a fase de recursos relativos a essa fase.
7.1.11 O disposto no item precedente não se aplica aos casos em que o descumprimento de regras previstas neste Edital resulte na identificação da licitante antes da abertura dos Invólucros n° 2.
7.1.12 A planilha prevista no item 7.1.9 conterá as pontuações de cada membro para cada subquesito das Propostas Técnicas de cada licitante.
7.2 A segunda sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos em Edital a ser publicado no site https://www.comunicacao.pr.gov.br e será realizada após a Comissão Especial de Licitação receber as atas de julgamento das Propostas Técnicas, respectivas planilhas de julgamento e demais documentos elaborados pela Subcomissão Técnica, nos termos do item 7.1.9 e suas alíneas, acima. A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes para participar da segunda sessão pública, com a seguinte pauta básica:
a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
b) abrir o Invólucro nº 2 (Plano de Comunicação Institucional – Via Identificada);
c) cotejar as vias não identificadas (Invólucro nº 1) com as vias identificadas (Invólucro nº 2) para identificação de sua autoria;
d) elaborar planilha geral com as pontuações atribuídas a cada quesito de cada Proposta Técnica, desconsiderando eventuais pontuações das Vias Não Identificadas da Proposta Técnica que não obtiverem correspondência com as Vias Identificadas;
e) realizar o sorteio previsto no item 4.11.1 previsto no Anexo IV deste Edital, se for o caso;
f) comunicar os resultados das notas técnicas, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação, abrindo-se prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso.
7.2.1 As propostas técnicas apresentadas pelos licitantes serão analisadas pela Subcomissão Técnica, a qual verificará o atendimento das condições previstas neste Edital e em seus anexos. Esta Subcomissão realizará avaliação e estabelecerá a classificação, de acordo com os critérios pertinentes e adequados ao objeto licitado, procedendo à totalização dos pontos obtidos pelas licitantes na avaliação referida no Anexo IV deste Edital, e assim procederá:
7.2.3 A Subcomissão Técnica determinará o Índice de Pontuação das Propostas Técnicas (IPPT), resultante da aplicação da seguinte fórmula:
IPPT = (TP/MTP) X XXXXXX (PESO)
Sendo:
IPPT = índice de pontuação da Proposta Técnica da licitante.
TP= total de pontos obtidos pela licitante na avaliação referida no Anexo IV.
MTP = maior total de pontos verificado entre as licitantes na avaliação referida no Anexo IV.
7.2.4 Será desclassificada a Proposta Técnica que:
a) não alcançar, no total, a nota mínima de XXX (XXXX) pontos;
b) obtiver pontuação zero em quaisquer dos quesitos sobre a proposta para o tema do exercício criativo e avaliação de experiência/capacidade dos recursos humanos, referidos nos itens 4.5 e 4.6 do Anexo IV;
c) for formulada por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do presente certame licitatório;
d) apresentar informação que permita, inequivocamente, a identificação da autoria do Plano de Comunicação Publicitária– Via Não Identificada, antes da abertura do Invólucro nº 2;
e) apresentar valor global superior àquele orçado pela Unidade Contratante na Planilha Orçamentária Detalhada, que integra este Edital;
f) lançar preço unitário ou total simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os preços dos insumos ou salários de mercado;
g) apresentar preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não tenham sua viabilidade demonstrada por meio de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
7.2.4.1 Poderá ser desclassificada a Proposta Técnica que não atender às demais exigências do Edital, a depender da gravidade da ocorrência, podendo ser relevados aspectos puramente formais que não comprometam a lisura e o caráter competitivo da concorrência, com aplicação de desconto de nota, na forma deste Edital.
7.2.5 Em caso de empate, a decisão será efetuada na forma do art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.
7.2.6 Além das demais atribuições previstas neste Edital, caberá à Subcomissão Técnica manifestar-se em caso de eventuais recursos de licitantes, relativos ao julgamento das Propostas Técnicas, se solicitado pela Comissão Especial de Licitação.
7.3 A terceira sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos em Edital a ser publicado no site https://www.comunicacao.pr.gov.br e será realizada em não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos em relação ao resultado da segunda sessão pública.
7.3.1 A Comissão Especial de Licitação convocará as licitantes, na forma do item 1.7 e seguintes deste Edital, para a terceira sessão pública, que terá a seguinte pauta básica:
a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
b) abrir o Invólucro n° 4, com a Proposta de Preço cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

c) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame dos documentos integrantes dos Invólucros n° 4;
d) analisar o cumprimento, pelas licitantes, das exigências deste Edital para a elaboração das Propostas de Preços e julgá-las de acordo com os critérios nele especificados;
e) Informar que o resultado do julgamento da Proposta de Preço e do julgamento final das propostas será publicado na forma do item 1.7 e seguintes deste Edital, com a indicação da ordem de classificação, abrindo-se prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso.
7.3.2 Em caso de discrepância entre valores, a Comissão Julgadora da Licitação tomará como corretos os valores unitários informados pelo licitante na planilha de preços unitários e totais.
7.3.3 Erros no preenchimento da planilha de preços não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pela Comissão Julgadora da Licitação, desde que não haja majoração do preço proposto.
7.3.4 A Comissão Especial de Licitação, a qualquer momento, poderá solicitar aos licitantes a composição de preços unitários dos serviços, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.
7.3.5 Não serão consideradas para fins de julgamento da Proposta de Preços ofertas de:
a) vantagem não prevista neste instrumento convocatório e nem preço ou vantagem baseados nas ofertas das demais licitantes;
b) prazo ou condições diferentes dos fixados nesta licitação.
7.3.6 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
7.3.7 Todos os valores devem ser expressos com separação por meio de vírgula dos centavos e devem ser representados com 2 (duas) casas decimais.
7.3.8 Serão desconsiderados os valores expressos que ultrapassem duas casas decimais.
7.3.9 As propostas de preços serão classificadas em ordem crescente dos valores, a partir da menor, proposta esta que será considerada a primeira classificada no critério “Preço”.
7.3.10 Após a seleção das melhores propostas, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial detentora do menor preço. Sendo esta empresa de grande porte e havendo propostas de preço até 10% superiores ofertadas por ME ou EPP, aplicar-se-á o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
7.3.11 No caso de ocorrer o empate ficto descrito no item 7.3.10, será assegurado direito de preferência aos licitantes que sejam microempresas, empresas de pequeno porte que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, e sejam detentoras de propostas de preço até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada de que trata o item 7.3.10.
7.3.12 A microempresa ou empresa de pequeno porte nas condições do item 7.3.10 e 7.3.11 e detentora da proposta de preço melhor classificada imediatamente após a melhor proposta de preço geral, será convocada pela Comissão Especial de Licitação para exercer o direito de apresentar preço inferior ao da mais bem classificada.
7.3.13 Caso haja empate entre as microempresas, empresas de pequeno porte nas condições do item 7.3.10 e 7.3.11, a Comissão Especial da Licitação realizará sorteio para identificar aquela que primeiro poderá apresentar a nova oferta, nos termos do item 7.3.12.
7.3.14 Não havendo o exercício do direito de desempate por parte do licitante que preencha as condições do item 7.3.12, será convocado o licitante seguinte que esteja nas condições do item 7.3.11 - e assim sucessivamente na respectiva ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.
7.3.15 O exercício do direito de preferência de que trata o item 7.3.11 ocorrerá na mesma sessão pública de julgamento das propostas, ou a critério da Comissão Especial da Licitação, em nova sessão a ser realizada em dia e horário comunicados aos licitantes pelo site da licitação - podendo ser inclusive online. A ausência de manifestação implicará a preclusão do direito de preferência que poderia ser exercido pelo licitante ausente.
7.3.16 Não haverá direito de preferência quando a proposta mais bem classificada, segundo a lista de classificação do item 7.3.9, houver sido apresentada por microempresa, empresa de pequeno porte que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.
7.3.17 Havendo o exercício do direito de preferência a que alude o item 7.3.11, será elaborada nova lista de classificação nos moldes do item 7.3.9.
7.3.18 No caso de novos preços, estes serão apresentados em nova planilha, nos moldes do Anexo VI deste edital, a ser entregue diretamente no endereço da XXXXXXXXXXXXX, ou em formato digital para o e-mail XXXXXXXXX no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após o da sessão.
7.3.19 Não sendo aplicável o direito de preferência, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a lista de classificação do item 7.3.9.
7.3.20 Sempre que uma proposta não for aceita, ou for desclassificada ou inabilitada, e antes de a Comissão Especial de Licitação passar à empresa subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência de empate ficto, nos termos do item 7.3.11, se for o caso.
7.3.21 Durante a análise das propostas, a Comissão Especial de Licitação poderá convocar as licitantes para quaisquer esclarecimentos adicionais. As licitantes deverão atender aos comunicados até o próximo dia útil ao do recebimento destes avisos. Todas as interações e esclarecimentos deverão ser efetuados por escrito e protocolados via sistema eProtocolo (https://www.eprotocolo.pr.gov.br) pelos interessados.
7.3.22 Após consolidação dos preços, proceder-se-á à atribuição das notas, considerando as Propostas de Preços válidas nos termos do estabelecido neste edital, e mediante a aplicação da seguinte fórmula:
NPP = (MP/P) X XXXXXX (PESO)
Sendo:
NPP = Nota da Proposta de Preços
MP = menor valor total proposto no certame, consideradas as propostas válidas, nos termos do estabelecido neste edital.
P = valor total proposto pela licitante.
7.3.23 Para a definição da Nota Final, a Comissão Especial de Licitação, considerando a pontuação atribuída às Propostas Técnicas e às de Preços, utilizará a seguinte fórmula:
NF = IPPT + NPP
Na qual:
NF = Nota Final
IPPT = Índice de Pontuação da Proposta Técnica do licitante.
NPP = nota da Proposta de Preços
7.4 A quarta sessão pública será realizada no dia, hora e local previstos em Edital a ser publicado no site https://www.comunicacao.pr.gov.br e será realizada em não tendo sido interposto recurso, ou tendo havido a sua desistência ou, ainda, tendo sido julgados os recursos interpostos em relação ao resultado da terceira sessão pública.
7.4.1 A Comissão Especial de Licitação convocará a quarta sessão pública com a seguinte pauta básica:
a) identificar os representantes das licitantes presentes e colher suas assinaturas na lista de presença;
b) receber e abrir o Invólucro n° 5 da licitante classificada em primeiro lugar na etapa anterior, cujos documentos serão rubricados pelos membros da Comissão Especial de Licitação e pelos representantes das licitantes presentes ou por comissão por eles indicada;
c) analisar a conformidade dos documentos de Habilitação com as condições estabelecidas neste Edital e na legislação em vigor;
d) colocar à disposição dos representantes das licitantes, para exame, os documentos integrantes dos Invólucros n° 5;
e) informar:
i) que o resultado da habilitação será publicado na forma do item 1.7 e seguintes deste Edital, com a indicação das licitantes habilitadas e inabilitadas, abrindo-se prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de recurso;
ii) que será publicado na forma do item 1.7 e seguintes deste Edital o nome da licitante vencedora desta concorrência, caso não tenha sido interposto recurso na fase de habilitação, ou tenha havido a sua desistência ou, ainda, tenham sido julgados os recursos interpostos.
7.4.2 Quanto aos documentos de habilitação, deverão estar acondicionados no Invólucro n° 5, nos termos do item 4.6 e seguintes deste Edital.
7.4.3 O Invólucro nº 5 deverá ser providenciado pela licitante mais bem classificada e deve ser constituído de embalagem adequada às características de seu conteúdo, desde que inviolável, quanto às informações de que trata o Anexo II deste Edital.
7.4.4 Admitir-se-á o saneamento de falhas relativas aos documentos de habilitação, a critério da Comissão de Contratação, se esse saneamento for mera formalidade e no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de inabilitação e aplicação das sanções cabíveis.
7.4.5 As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sendo que de acordo com o art. 43, §1°, da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
7.4.6 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

7.4.7 A não regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes ou revogar a licitação.
7.4.8 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.
7.4.9 Será considerada apta a licitante que atender a todas as condições da habilitação.
8. OS RECURSOS
8.1 Qualquer licitante poderá recorrer dos atos referentes à presente concorrência, que deverão ser interpostos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da intimação do ato, publicação no sítio oficial da licitação ou da lavratura da ata, em petição escrita, a ser protocolizada, preferencialmente, pelo eProtocolo, com uso de certificação digital ICP-Brasil, dirigida ao(à) (ÓRGÃO/ENTIDADE ESTADUAL), e destinada à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida.
8.1.1 A não apresentação das razões recursais no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.
8.2 Interposto o recurso, os demais licitantes ficarão desde logo intimados, por meio da publicação de comunicado no sítio oficial da licitação (INSERIR ENDEREÇO ELETRÔNICO), que poderão impugná-lo no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do recurso no sítio oficial da licitação (INSERIR ENDEREÇO ELETRÔNICO), exclusivamente por meio eletrônico e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.
8.3 Recebidas as impugnações, ou esgotado o prazo para tanto, a Comissão Especial de Licitação poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, no mesmo prazo, submeter o recurso, devidamente instruído, e respectivas impugnações, à autoridade competente, que decidirá em 10 (dez) dias úteis contados de seu recebimento.
8.4 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, fora do prazo legal ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pela Comissão.
8.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
9.1 Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, o procedimento licitatório será encaminhado à autoridade máxima para adjudicação e homologação.
9.2 Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.
10. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO
10.1 O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de XXXX (XXXX) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.
10.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 observará o § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
10.2 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
10.3 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.
10.4 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.
10.5 Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.4 ou se recusar a assinar o contrato, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para apresentação de documentos de habilitação e posterior celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.
10.5.1 A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.
10.5.2 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para apresentação de documentos de habilitação e posterior celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.
10.6 No ato da assinatura, a contratada fica obrigada a apresentar a comprovação das condições de habilitação do Edital, as quais deverão ser mantidas durante a vigência do contrato.
10.7 Os serviços licitados serão liberados para execução mediante Ordem de Serviço, subordinando-se às condições estabelecidas no contrato a ser firmado entre as partes, devendo a referida Ordem de Serviço ser assinada pelo representante legal do Contratado.
10.8 O Contratado deverá comprovar o vínculo ou compromisso de toda a equipe técnica por meio da apresentação de documentos (ou fotocópias autenticadas na forma da Lei ou acompanhados de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal), conforme Anexo IV deste Edital.
10.9 A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida neste Edital e seus Anexos.
10.10 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

10.11 Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.,

Nota explicativa 8:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Caberá ao órgão/entidade licitante definir se haverá a exigência de garantia e o prazo a que se refere o item 11.1, inclusive atentando-se para o caso de se exigir garantia (considerando que no caso do seguro-garantia demanda-se a observância do prazo mínimo de 1 mês entre a homologação e a assinatura do contrato e quem opta pela forma de garantia é o contratado).
Este tópico deverá ser removido, caso a Administração opte por não exigir justificadamente a garantia.

11 GARANTIA
11.1 Será exigida da licitante vencedora prestação de garantia, no prazo de 30 (trinta) dias, em favor do(a) (Órgão/Entidade interessado na licitação), correspondente a XXXX % (XXXX por cento) sobre o valor máximo do contrato, assim entendido o valor máximo desta licitação, que corresponde a R$ XXXXX (valor por extenso), em uma das modalidades previstas no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021, à escolha das licitantes vencedoras, nas seguintes modalidades:
11.1.1 caução em dinheiro;
11.1.2 seguro-garantia;
11.1.3 fiança bancária.
11.1.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nota explicativa 9:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Será exigida das licitantes vencedoras a prestação de garantia, em prazo a ser definido. Tal prazo não poderá ser inferior a 1 mês (art. 96, § 3º, Lei 14.133/2021).
A garantia será prestada em favor do órgão e corresponderá a valor que não poderá ultrapassar 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme prevê o art. 98 da Lei Federal nº. 14.133/2021. O percentual poderá ser majorado para até 10% (dez por cento), desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos) sobre o valor máximo do contrato, assim entendido o valor máximo desta licitação.

11.2 Se a licitante optar pela caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito em conta-corrente aberta pela contratante no Banco (indicar)
11.3 Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia:
11.3.1 seu prazo de validade deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de 90 (noventa) dias;
11.3.2 a apólice deverá indicar o(a) (Órgão/Entidade Estadual) como beneficiário(a);
11.3.3 não será aceita apólice que contenha cláusula contrária aos interesses do(a) (Órgão/Entidade Estadual).
11.4 A fiança bancária será formalizada por meio de carta de fiança emitida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante.
11.5 A carta de fiança deverá ter:
11.5.1 prazo de validade correspondente ao período de vigência de contrato acrescido de 90 (noventa) dias;
11.5.2 expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento ao(à) (Órgão/Entidade Estadual) independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
11.5.3 renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
11.5.4 cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, a atualização do valor afiançado, de acordo com o previsto neste Edital.
11.6 Se a opção for pelo título da dívida pública, este deverá:
11.6.1 ter valor de mercado correspondente ao valor garantido e ser reconhecido pelo Governo Federal, constando entre aqueles previstos na legislação específica,
11.6.2 ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, podendo o(a) (Órgão/Entidade Estadual) recusar o título ofertado, caso verifique a ausência desses requisitos.

12 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
12.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
12.4 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.
12.4.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando mora, nem gera compensação financeira.
12.5 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.
12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFR-PR).

13 DISPOSIÇÕES GERAIS
13.1 Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
13.2 Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização de sessão pública na data designada, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
13.3 É facultada à Comissão a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
13.4 O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer comunicados emitidos pela Comissão Especial de Licitação.
13.5 A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.
13.6 Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
13.7 Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente no modo exposto nas Condições Gerais da Concorrência. A Comissão, se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
13.8 A Comissão poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.
13.9 A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
13.10 O foro é o da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Foro Central de Curitiba, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

O servidor que subscreve este edital e seus anexos atesta que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Curitiba, XX de XXXXXX de 20XX.

XXXXXXXXXXXX
SERVIDOR(A) ÓRGÃO/ENTIDADE / SETOR

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
1 DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E DA EXECUÇÃO
1.1 A presente concorrência tem por objeto a contratação, por meio de licitação pública do tipo “técnica e preço”, de serviços de assessoria de comunicação institucional para atender as demandas do(a) XXXXXXXXX (Órgão/Entidade Estadual), conforme detalhamento das atividades adiante discriminadas:

EXPLICAR E JUSTIFICAR DETALHADAMENTE O SERVIÇO A SER PRESTADO, INCLUINDO O QUADRO DE HORAS-ATIVIDADES ESTIMADAS PARA CADA UM DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO DA LICITAÇÃO E A QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, OBSERVADO O FIXADO PELA SECOM SOBRE O ASSUNTO, SEM SE OLVIDAR QUE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL É AQUELE PREVISTO NO ART. 20-B DA LEI FEDERAL Nº 12.232/2010,.

Lote	Item	Objeto	Valor mensal	Valor anual
XXX	XX	A presente concorrência tem por objeto contratar a prestação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional para o(a) XXXXX, na qualidade de Unidade Setorial do SICOM, para apoio e atendimento específico no que concerne às ações, projetos e programas do(a) XXXX, conforme detalhado neste Termo de Referência.	R$ XXXXX (valor por extenso)	R$ XXXXX (valor por extenso)

Os serviços de Assessoria de Comunicação Institucional são entendidos como os previstos no art. 20-B da Lei Federal Nº 12.232, de 29 de abril de 2010, e deverão ser prestados neste total estimado de A + B + C + D = XXXX horas mensais e XXXX horas para XXX (XXXXXX) meses.
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1.1.1 PERFIS DOS PROFISSIONAIS:

1.1.1.1 Para a execução dos serviços, a licitante deverá possuir, em seu quadro de pessoal, profissionais qualificados em número suficiente ao desenvolvimento das atividades, que envolvem experiência, capacidade de atendimento, perfil e habilidades dos profissionais da licitante, tendo em vista as especificações qualitativas e quantitativas que serão demonstradas a partir da experiência e capacitação dos recursos técnicos e humanos necessários à prestação de serviços objeto da presente licitação. A licitante deverá comprovar, por meio idôneo, compromisso atual da equipe declarada, que pode se dar mediante declaração de disponibilidade firmada pelo representante legal ou procurador da licitante.

1.1.1.1.1 A formação técnica da equipe de profissionais da licitante será avaliada com fundamento na:

a) formação acadêmica, de ensino superior completo, a ser comprovada por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, bem assim como será avaliada a experiência desses profissionais em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em jornalismo; e

b) na experiência profissional, exposta por meio de currículo de cada profissional, devidamente acompanhado dos documentos comprobatórios das qualificações (formação acadêmica e experiência profissional) neles consignadas, por meio de certificados, declarações de tomadores de serviço, carteira de trabalho, contratos de prestação de serviço ou qualquer outro documento hábil, os quais devem ser apresentados no original ou por meio de cópia autenticada. Para enquadramento adequado nos perfis contidos no item 4.6 deste Anexo IV, deverá ser apresentada documentação que comprove expressamente a função declarada, como cópia da carteira de trabalho e de contrato de prestação de serviços, bem assim como cópias de expedientes de jornais e revistas, declaração do empregador ou qualquer outro meio idôneo.

PERFIL 1: deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 1.1.1.1, de:

a) De no mínimo, 06 (seis) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional, e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;

b) Ter atuado como diretor de jornalismo no âmbito de emissoras de TV e rádio, jornais e revistas, agências ou departamentos de comunicação (ou atividades similares, tais como: redator chefe, ou chefe de reportagem, ou editor, ou editor assistente, ou subeditor, ou editor adjunto), e possuir conhecimentos e habilidades específicos para atendimento das atividades especificadas no objeto deste Edital.

PERFIL 2: deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 1.1.1.1, de:

a) De no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de assessoria de Assessoria de Comunicação Institucional;

b) Ter atuado como coordenador de jornalismo (ou atividades similares, tais como: redator chefe, ou chefe de reportagem, ou editor, ou editor assistente, ou subeditor, ou editor adjunto), e possuir conhecimentos e habilidades específicos para atendimento das atividades especificadas no objeto deste Edital.

PERFIL 3: deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 1.1.1.1, de:

a) No mínimo, 2 (dois) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;

b) Ter atuado como repórter, possuindo ainda conhecimentos e habilidades específicos na redação, edição e revisão de textos, além de conhecimentos e habilidades específicos para o desempenho das atividades especificadas no objeto deste Edital.

PERFIL 4: deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 1.1.1.1, de:

a) Ter no mínimo, 1 (um) ano de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;

b) Ter atuado como repórter, possuindo ainda conhecimentos e habilidades específicas na organização e disponibilização de bancos de dados de informações, além de conhecimentos e habilidades específicas para o desempenho das atividades especificadas no objeto deste Edital.

1.2 A presente contratação adotará como regime de execução a modalidade indireta por XXXXXXXXX (JUSTIFICAR O CRITÉRIO ADOTADO, OBSERVADO QUE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO SE APLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO DE UNIDADES DETERMINADAS E EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO E TOTAL),

1.2.1 Os serviços objeto da contratação serão prestados na forma do estabelecido no objeto da licitação, as quais deverão ser prontamente atendidas, devendo a Contratada garantir os meios para a comunicação adequada entre seus prepostos e a CONTRATANTE, representada pelo seu gestor, utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis, tais como telefones fixos, celulares, vias eletrônicas como internet e demais similares.

1.3 Para garantir a celeridade e a qualidade na prestação dos serviços, a CONTRATADA disponibilizará equipe técnica responsável para eventual atendimento tanto na sede da CONTRATADA, como da CONTRATANTE, quando necessário.

1.4 Os serviços serão executados de forma contínua, por se tratar de atividades de apoio imprescindíveis para a adequada consecução dos objetivos institucionais da CONTRATANTE.

1.5 Para a execução dos serviços, a licitante deve considerar a estimativa projetada para eventuais deslocamentos indicada abaixo:
XXXXX

1.6 Para a execução dos serviços, a licitante deve considerar a estimativa mínima de assinaturas de periódicos indicada abaixo, podendo ocorrer alterações ou substituições de veículos sempre que necessário:
XXXXX

1.7 Os serviços serão prestados pela CONTRATADA, por intermédio da equipe técnica relacionada na proposta, profissionais estes que obrigatoriamente deverão cumprir as exigências constantes deste Termo de Referência, com dados fornecidos em currículo resumido, cujas informações poderão ser objeto de diligências para comprovação e/ou complementação de dados ali indicados.

1.8 A CONTRATADA deverá ainda cumprir rigorosamente todas as programações e atividades do objeto do Contrato e, mais especificamente, deverá, ainda:
XXXXXX DETALHAR CONFORME ITEM 1.1 DESTE TERMO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.9 O prazo de vigência do contrato é de XXXXXXXX (dias/meses, anos), podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.
OU
1.9. O contrato terá vigência pelo período de XXXXXXXX (dias/meses/anos), não sendo prorrogável.

Nota explicativa 10:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A duração dos contratos regidos pela Lei n.º 14.133/2021 será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários e a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2 DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2 Nota explicativa 11:
3 (Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
4 A justificativa há de ser clara, precisa e suficiente, sendo vedadas justificativas genéricas, incapazes de demonstrar de forma cabal a necessidade da Administração.
5 O tópico deverá compreender, no mínimo: i) a justificativa da necessidade da prestação do serviço; ii) a razão do quantitativo demandado; iii) a motivação para as especificações técnicas exigidas; iv) manifestação do setor técnico competente, justificando as especificações técnicas especializadas.
6
7 A justificativa, em regra, deve ser apresentada pelo setor requisitante. Quando o serviço possuir características técnicas especializadas, deve o órgão requisitante solicitar à unidade técnica competente a definição das especificações do objeto, e, se for o caso, do quantitativo a ser adquirido.
8
Caso haja a necessidade de modificação da justificativa em relação à originalmente feita nos estudos técnicos preliminares, recomenda-se que se faça menção ao fato com as razões que levaram a alteração.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:
3.1 XXXXXXXXXX

Nota explicativa 12:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Conforme o contido no art. 341 do Decreto n.º 10.086, de 2022:
Art. 341. A descrição da solução como um todo deverá considerar o ciclo de vida do objeto, na sua totalidade, inclusive a especificação da garantia, quando couber, e as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

Em caso de necessidade de modificação da descrição em relação à originalmente feita nos estudos técnicos preliminares, recomenda-se ajustar a redação do item 3. Anote-se que o objeto deve ser descrito de forma detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contração, cuidando-se para que não sejam admitidas, previstas ou incluídas condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o específico objeto do contrato.

4 PESQUISA DE PREÇOS

Nota explicativa 13:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Deverão ser indicados e justificados os parâmetros utilizados para a formação do(s) preço(s) máximo(s) dentre os previstos no art. 368 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022. Ademais, deve-se atentar para a necessidade de justificar a utilização ou não das fontes de pesquisa para fixação dos preços estimativos, conforme parágrafo primeiro do referido artigo.

5 PARCELAMENTO DO OBJETO

Nota explicativa 14:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O objeto deverá ser dividido em tantas parcelas/lotes quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis. Quando o mesmo lote reunir diversos itens, deverá haver justificativa nos autos que demonstre as razões técnicas e econômicas para a não adoção do parcelamento.
Destaque-se o teor da Súmula 247 do TCU: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."
2. ADOÇÃO DE MODELAGEM DE LICITAÇÃO POR LOTE GLOBAL E NÃO POR ITEM.
A licitação deve propiciar à Administração Pública a contratação mais vantajosa, de forma que o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 determina a divisão do objeto em tantas parcelas quanto técnica e economicamente viável, o que amplia a competição, conquanto, de toda sorte, que essa escolha possa resultar maior economicidade (no mesmo sentido, vide orientação do TCU, Súmula 247)
Daí porque é necessário que conste no procedimento interno justificativa pela indivisibilidade do objeto licitado, ou seja, que se apresente as razões para a adoção por lote global, devendo ser consideradas as circunstâncias constantes no art. 47, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

6 SUSTENTABILIDADE

Nota explicativa 15:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O campo deverá indicar as práticas de sustentabilidade aplicáveis ao objeto, conforme o art. 363 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Atenção! A Administração deve avaliar a necessidade de incluir como obrigação do contratado a execução de logística reversa, conforme artigo 19, inc. XIV, do Decreto nº 10.086/2022.
Caso verificada a necessidade de execução de logística reversa, a obrigação deve ser incluída na minuta do contrato.

Obs.: Ao preencher este tópico do Termo de Referência, não utilizar a expressão "no que couber", uma vez que a definição deverá ser prévia.

Caso não sejam necessárias exigências de sustentabilidade, deve o órgão/entidade demandante elencar os motivos para não tratamento desse requisito.

7 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Nota explicativa 16:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Nos termos do art. 48, I da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, os itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.
O afastamento das regras acima mencionadas deverá ser fundamentado em justificativa que comprove uma ou mais das seguintes situações, elencadas nos incisos II e III do art. 49 da citada Lei:

I – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.
Obs. Deve-se atentar para o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º, da Lei 14.133/2021, que trazem regras de resguardo da Administração Pública ao estabelecer uma presunção de ausência de capacidade financeira das EPP e ME nas contratações públicas.

Outrossim, a Administração deverá justificar a inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar 123/06, porque não vantajoso, à luz do disposto no art. 120, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

8 SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO
8.1 Trata-se de serviço técnico especializado de assessoria de comunicação institucional.
8.2 Os serviços a serem contratados enquadram-se no conceito do art. 20-B da Lei Federal nº 12.232/2010 e nos pressupostos do Decreto n° 10.086, de 2022, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 414 do citado decreto, cuja execução indireta é vedada.
8.3 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados do contratado e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
9.1 São obrigações do Contratado:
9.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;
9.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
9.1.3 manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
9.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
9.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
9.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
9.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
9.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
9.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
9.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
9.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
9.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
9.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
9.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação na contratação direta;
9.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
9.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
9.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
9.1.17.1 alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
9.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
9.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
9.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
9.1.17.5 impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
9.1.17.6 omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
9.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal n° 14.133, de 2021;
9.1.19 ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;
9.1.20 garantir ao contratante:
9.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
9.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.
9.1.21 cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no Art. 63 da Lei 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
9.1.22 Quanto à exigência de logística reversa, deverá envolver a coleta, transporte, reciclagem e tratamento adequado de resíduos gerados no processo de comunicação, como papéis, embalagens e materiais impressos.
9.1.23 Deverá haver participação direta e pessoal dos profissionais indicados pela Contratada na proposta técnica (Invólucro nº 3). Será admitida a substituição de profissionais, desde que o perfil seja equivalente ou superior àquele que vier a ser substituído, e desde que haja aprovação da Contratante.

Nota explicativa 17:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, dentre as demais previstas nos incisos I a XXI do art. do art. 349 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, em função da peculiaridade do objeto a ser contratado.

As obrigações contidas nos subitens 9.1.18 a 9.1.20 devem ser retiradas caso não sejam pertinentes com o objeto específico a ser contratado.

Nota explicativa 18:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração deve avaliar a necessidade de incluir como obrigação do contratado a execução de logística reversa, conforme artigo 19, inc. XIV, do Decreto nº 10.086/2022.
Caso verificada a necessidade de execução de logística reversa, deve ser incluído item nas obrigações do contratado.

9.2 São obrigações do Contratante:
9.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
9.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
9.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
9.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
9.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
9.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
9.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

Nota explicativa 19:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, pertinentes ao objeto, observado que as obrigações das Partes ora previstas devem ser as mesmas da cláusula 10 da Minuta de Contrato.

10. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Nota explicativa 20:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia, bem como justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.
Não exigindo garantia, deverá ser utilizada a seguinte redação:
10.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
10.1.1…
OU
Exigindo, deve utilizar os subitens abaixo.

10.1 O adjudicatário, no prazo de ..... (.....) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a ..... (.....) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
10.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o contratado opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
10.2 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até 30º dia de atraso.
10.2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.
10.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
10.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
11.3.2 seguro-garantia;
11.3.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
10.3.3.1. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.
10.3.3.2. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, esta não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
10.3.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
10.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada em favor do contratante, na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.
10.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
10.5.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente
10.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [XXXXXXX] (XXXX) dias úteis, contados da data em que for notificada.
10.7 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
10.8 A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).

OBS. O prazo de 1 (um) mês é o mínimo a ser assegurado ao futuro contratado quando optar pelo seguro-garantia (art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/2021). Dessa forma, o prazo poderá ser maior que 1 (um) mês.

Nota explicativa 21:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

No caso de prestação contínua de serviços, a administração poderá inserir cláusula com a permissão de substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto. Tal previsão visa atender ao disposto no § único do Art. 97 da Lei 14.133/2021:

Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:
I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo único. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.

O item deverá ser inserido conforme redação a seguir:

10.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

11 FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3 O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais da Concorrência.

11.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

11.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) / 365 I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

11.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

Nota explicativa 22:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Poderão ser incluídas outras especificações referentes ao pagamento, conforme exigir o objeto da licitação, observado que devem ser as mesmas previstas na cláusula 9 da Minuta de Contrato.

12 DO REAJUSTAMENTO

Nota explicativa 23:

(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O § 7.º do artigo 25 da Lei 14.133/2021 estabelece que independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.
Assim, por expressa previsão legal, recomenda-se a previsão de critério de reajuste de preços, inclusive em contratos com prazo de vigência inicial inferior a doze meses, como forma de contingência para o caso de, excepcionalmente, decorrer, ao longo da vigência do instrumento, o interregno de um ano contado da data do orçamento estimado na respectiva licitação.
Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 7184/2018 - Segunda Câmara (Relator Min. Augusto Nardes, Data da sessão: 07/08/2018), ratificou o entendimento da Corte acerca do assunto, invocando, para tanto, o Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário, no qual restou assim assentado:
"66. Entretanto, o estabelecimento dos critérios de reajuste dos preços, tanto no edital quanto no instrumento contratual, não constitui discricionariedade conferida ao gestor, mas sim verdadeira imposição, ante o disposto nos artigos 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/93. Assim, a sua ausência constitui irregularidade, tendo, inclusive, este Tribunal se manifestado acerca da matéria, por meio do Acórdão 2804/2010-Plenário, no qual julgou ilegal a ausência de cláusula neste sentido, por violar os dispositivos legais acima reproduzidos. Até em contratos com prazo de duração inferior a doze meses, o TCU determina que conste no edital e no contrato cláusula que estabeleça o critério de reajustamento de preço (Acórdão 73/2010-Plenário, Acórdão 597/2008-Plenário e Acórdão 2715/2008-Plenário, entre outros)". (Acórdão nº 2205/2016-TCU-Plenário, Relatora: Min. Ana Arraes, Data da sessão: 24/08/2016)

12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.

12.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice XXXXXXXX (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses, sendo a data-base do reajuste vinculada à data do orçamento estimado, qual seja, xx/xx/xxxx (inserir a data do orçamento estimado).

12.3.1 O requerimento intempestivo pelo contratado trará como consequência a concessão do reajuste de forma proporcional à data de assinatura do Termo de Apostilamento.

12.4 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.

12.5 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

12.5.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

12.5.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

12.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.8 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.9 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

12.10 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
12.11 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.

Nota explicativa 24:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração deverá atentar para que o índice utilizado seja o indicador mais próximo da efetiva variação dos preços dos serviços a serem prestados, "...o qual deverá ser preferencialmente um índice setorial ou específico, e, apenas na ausência de tal índice, um índice geral, o qual deverá ser o mais conservador possível de forma a não onerar injustificadamente a administração..." – TCU, Ac. nº 114/2013-Plenário. A Administração poderá, ainda, utilizar índices diferenciados, de forma justificada, de acordo com as peculiaridades envolvidas no objeto contratual.

13 REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
Os requisitos de habilitação são aqueles previstos nos Documentos de Habilitação (Anexo II do Edital).

14 ALTERAÇÃO SUBJETIVA
14.1 É admissível a continuidade do Contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:
14.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
14.1.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; e
14.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.
14.2 A alteração subjetiva a que se refere o item 14.1 deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ao contrato.

15 CONTROLE DA EXECUÇÃO
15.1 O serviço terá início em XX [INSERIR O NÚMERO DE DIAS] a contar de XXXXXX.
15.2 Os serviços devem ser recebidos, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de XXX (XXX) dias.
15.2.1 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.
15.3 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
15.4 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de XXX (XXX) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
15.4.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
15.5 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.
15.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, à custa do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Nota explicativa 25:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Os prazos previstos neste item deverão ser dimensionados considerando as especificidades da contratação, a periodicidade do faturamento, pela empresa, bem como as condições do CONTRATANTE de realizar os atos necessários para os recebimentos provisório e definitivo dos serviços.
Os prazos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo dos serviços contratados deverão ser igualmente definidos no termo de referência e no contrato, sendo que o início do prazo de recebimento definitivo contar-se-á do término do prazo de recebimento provisório, conforme o previsto no art. 358 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

Nota explicativa 26:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Decreto n.º 10.086/2022
Art. 358. O objeto contratado será recebido:
I – em se tratando de prestação de serviços:
a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Caberá ao gestor definir, em função da complexidade e/ou do vulto do objeto, se o recebimento definitivo será feito por servidor ou comissão designada.

Nota explicativa 27:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O modelo de execução do objeto deve seguir o disposto no inciso V, § 1º do art. 19 e no art. 349, ambos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

16 DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO
16.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que o contratado:
16.1.1 não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
16.1.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
16.1.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Nota explicativa 28:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A execução dos contratos deve ser acompanhada por meio de instrumentos de controle que permitam a mensuração de resultados e adequação do objeto prestado. Estes instrumentos de controle, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento equivalente, foram idealizados, inicialmente, para contratos de prestação de serviços como mecanismo de monitoramento e mensuração da qualidade e pontualidade na prestação dos serviços e, consequentemente, como forma de adequar os valores devidos como pagamento aos índices de qualidade verificados. Contudo, para correta aplicação da regra insculpida acima, é necessário que o órgão estabeleça quais são os critérios de avaliação e os devidos parâmetros, de forma a se obter uma fórmula que permita quantificar o grau de satisfação na execução do objeto contratado, e, consequentemente, o montante devido em pagamento. Sem o devido estabelecimento dos critérios e parâmetros de avaliação dos itens previstos no artigo, a cláusula torna-se inexequível, absolutamente destituída de efeitos. Consequentemente, para que seja possível efetuar a glosa, é necessário definir, objetivamente, quais os parâmetros para mensuração do percentual do pagamento devido em razão dos níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.
No Decreto Estadual n.º 10.086/2022, o IMR é tratado de forma detalhada nos artigos 417 a 419.

16.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
16.2.1 …

16.2.2 ...
17.SUBCONTRATAÇÃO

Nota explicativa 29:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Dispõe a Lei Federal n.º 14.133, de 2021, em seu art. 122, que o contratado, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração. A subcontratação, desde que prevista no instrumento convocatório, possibilita que terceiro, que não participou do certame licitatório, realize parte do objeto.
À Administração contratante cabe, exercitando a previsão do edital, autorizar a subcontratação mediante ato motivado, comprovando que atende às recomendações do Termo de Referência e convém à consecução das finalidades do contrato. Caso admitida, cabe ao Termo de Referência estabelecer com detalhamento seus limites e condições.
O setor competente deve, previamente, definir se será ou não admitida a subcontratação parcial do objeto em função de suas peculiaridades.
A subcontratação parcial é permitida e deverá ser analisada pela Administração com base nas informações contidas no estudo técnico preliminar, em cada caso concreto. Caso admitida, o edital deve estabelecer com detalhamento seus limites e condições, inclusive especificando quais parcelas do objeto poderão ser subcontratadas.
É importante verificar que são vedadas (i) a subcontratação integral (ii) a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas; (iii) a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório; (iv) a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que tenham participado da licitação; (iv) a subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratada; (v) a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
Quando a qualificação técnica da empresa for fator preponderante para sua contratação, e a subcontratação for admitida, é imprescindível que se exija o cumprimento dos mesmos requisitos por parte do subcontratado.
Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

17.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
Ou
17.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, observadas as seguintes condições:
17.1.1 é vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;
17.1.2 é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;
17.1.3 .....
17.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
17.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
17.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

18. VISTORIA
18.1 Os licitantes poderão vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da 1ª sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento junto ao XXXX, pelo telefone XXXXXXXX.
18.2 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
18.3 Nenhum licitante poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto.

Nota explicativa 30:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
De acordo com o art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, a vistoria passou a ser um direito do licitante, e não uma obrigação imposta pela Administração.
O item alusivo à vistoria é necessário quando a prestação dos serviços envolver atividades a serem realizados em local específico, cujas condições influenciem a execução contratual. Desse modo, nem toda contratação demandará a previsão de vistoria, devendo-se avaliar o caso concreto segundo as peculiaridades do objeto.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
19.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Gestão/Unidade: XXXXX
Fonte de Recursos: XXXXX
Programa de Trabalho: XXXXX
Unidade: XXXXX
Dotação Orçamentária: XXXXX
Elemento de Despesa: XXXXX

Nota explicativa 31:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Anote-se que o termo de referência deve deixar clara a adequação orçamentária.

1. Deve-se atentar para o disposto nos artigos, 33, 34 e 55 da Decreto n.º 10.086/2022.

Art. 33. O empenho da despesa não excederá o valor das obrigações administrativas a serem cumpridas no exercício financeiro em curso.
Art. 34. Quando a obrigação administrativa onerosa for viabilizada por execução descentralizada de crédito orçamentário, o respectivo termo deverá constar do processo de contratação e seu código será expressamente referenciado nos documentos de adequação orçamentária da despesa firmados pelo ordenador de despesa e pelos servidores da unidade administrativa competente, sem prejuízo de sua indicação no instrumento contratual ou congênere.
Art. 55. Na fase interna, a Administração elaborará os atos e expedirá os documentos necessários para a caracterização do objeto a ser licitado e definição dos parâmetros do certame, tais como:
(...)
V - previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de licitação para registro de preços;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VI - declaração de compatibilidade com o plano plurianual, no caso de investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro e o impacto orçamentário a que se refere a inciso II, do art. 16 da lei de responsabilidade fiscal;

2. Ainda, deve-se observar o contido no art. 10 do Decreto n.º 3.169, de 2019, ou outro que venha a substituí-lo.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.
Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Nota explicativa 32:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O Termo de Referência deverá ser devidamente aprovado pelo ordenador de despesas ou outra autoridade competente, por meio de despacho motivado, indicando os elementos técnicos fundamentais que o apoiam, bem como quanto aos elementos contidos no orçamento estimativo e no cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso.

Curitiba, XX de XXXXXXXXXX de 202X

(Nome do servidor)
(cargo)
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

ANEXO II
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Os documentos de habilitação, descritos neste Anexo II, deverão compor o Invólucro nº 5, e deverão ser acondicionados em caderno único, todas as suas páginas numeradas e rubricadas por representante legal da licitante e deverão ser apresentados alternativamente: em original, em cópia autenticada por cartório competente, sob a forma de publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópia não autenticada, desde que seja exibido o original, para conferência pela Comissão Especial de Licitação, no ato da abertura dos documentos de Habilitação, ou acompanhada de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. Só serão aceitas cópias legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da Comissão Especial de Licitação.

Nota explicativa 33:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração poderá realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados, atendidos os critérios, as condições e os limites estabelecidos em regulamento, bem como a ampla publicidade dos procedimentos para o cadastramento, conforme o disposto no § 3.º do art. 87 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021. Nesse caso, o item 1.1 deverá conter a seguinte redação:
1.1 Todos os licitantes deverão estar registrados no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes.

OU (para o caso de licitação não restrita a fornecedores cadastrados)

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), no portal https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/conheca-o-compras/sicaf-digital, e os documentos abaixo descritos, salvo os já estejam contemplados e válidos no referido certificado;

Nota explicativa 34:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

A documentação de habilitação referida no Capítulo do Título II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 poderá ser:
a) apresentada em original, por cópia ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
b) substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que previsto no edital e que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei;
c) dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor indicado no inciso III do art. 70 da Lei n.º 14.133/2021.

OBS. 1: No caso do item c, deverá ser anexada aos autos a motivação visando demonstrar a adequação para a dispensa total ou parcial de documentos de habilitação, considerando que tal opção poderá impactar na aferição da aptidão dos futuros licitantes.

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA: Cédula de Identidade, no caso de pessoa física. Registro comercial, no caso de empresa individual. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. Procuração do representante do licitante.

Nota explicativa 35:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O subitem 1.2.1 deverá ser inserido no caso de necessidade de comprovação da autorização para funcionamento.
A Administração deverá verificar a necessidade de exigir a autorização de funcionamento e justificar a exigência de acordo com a legislação pertinente.

1.2.1 Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo [XXXXXXXXXXXX] órgão competente nos termos da [XXXXX].

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA: Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal; Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias); Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná paro licitantes sediados em outro Estado da Federação); e Fazenda Municipal; e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011; Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

1.4 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 O fornecedor deverá encaminhar:
1.4.1.1 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
1.4.1.2 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
1.4.1.3 os documentos exigidos no item 1.4.1.1 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
1.4.1.3.1 as empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
1.4.1.4 a comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}};$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}};$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e}$$

1.4.1.5 As empresas, cadastradas ou não no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), deverão apresentar resultado: superior ou igual a XXXX no índice de Liquidez Geral (LG); superior ou igual a XXXX no índice de Solvência Geral (SG); superior ou igual a XXXX no índice de Liquidez Corrente (LC).

Nota explicativa 36:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

Compete à Administração Pública definir os índices escolhidos, justificando de forma expressa no protocolado, por meio de estudos técnicos, vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a correta avaliação da situação financeira da licitante, suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. Nos termos da Súmula n.º 289 do TCU: "A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade."

1.4.1.6 As empresas DEVERÃO APRESENTAR OS ÍNDICES JÁ CALCULADOS, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base no balanço apresentado.

Nota explicativa 37:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

a) Na execução de serviços, para fins de qualificação econômico-financeira, poderá a Administração, de forma justificada, exigir dos licitantes, ainda, capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, de forma não cumulativa. Nessa hipótese, deverá incluir o item abaixo:

1.4.1.7 As empresas deverão comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo de XX% do valor estimado da contratação ou item pertinente.

A Administração deverá juntar aos autos justificativas para o percentual fixado de capital ou de patrimônio líquido mínimo, limitado a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação (§ 4.º do art. 69 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021), assegurando-se de que não restrinja o caráter competitivo do certame.

b) A Administração, considerando as peculiaridades do objeto, poderá exigir a relação dos compromissos assumidos pelos licitantes. Nesse caso, deverá incluir o item a seguir:

1.4.1.8 As empresas deverão apresentar a relação dos compromissos assumidos que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
1.5.1 declaração(ões), expedida(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que ateste(m) que a licitante prestou à(s) declarante(s) serviços compatíveis com os do objeto desta Concorrência;

Nota explicativa 38:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor técnico deverá justificar a exigência dos documentos de qualificação técnica e/ou a dispensa de exigência de Atestado de capacidade técnica.
Observe que as exigências demasiadas poderão prejudicar a competitividade da licitação e ofender ao disposto no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.
Para fins de qualificação técnica, a Administração deverá ficar, a princípio, restrita ao que estabelece o art. 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, salvo no que tange requisitos previstos em lei especial, os quais podem ser exigidos nesse contexto caso se relacionem à aferição da aptidão do licitante, nos termos do inc. IV daquele dispositivo.
Conforme o previsto no § 3.º do artigo 67 da Lei Federal n.º 14.133/2021, salvo nas contratações de obras e serviços de engenharia, as exigências previstas nos incisos I e II do caput do artigo 67, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas no edital, e justificadas no estudo técnico preliminar.

1.6 As seguintes declarações também devem compor o Invólucro nº 5, na forma deste Edital:
1.6.1 DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES, DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LOGÍSTICA REVERSA DOS PRODUTOS E DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (ANEXO VIII DESTE EDITAL).
1.6.2 DECLARAÇÃO DE QUE O LICITANTE TOMOU CONHECIMENTO DE TODAS AS INFORMAÇÕES E DAS CONDIÇÕES LOCAIS PARA O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES OBJETO DA LICITAÇÃO (ANEXO IX DESTE EDITAL);
1.7 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso: Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual nº 10.086/2022).
1.7.1 De acordo com o art. 43, §1°, da Lei Complementar Federal n° 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
1.7.1.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1.8 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
1.9 Na hipótese do item 1.7.1, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
1.10 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.
1.11 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz). Quando a proposta for apresentada pela MATRIZ, e o fornecimento for através de sua filial, o CNPJ da filial deverá constar da proposta.

ANEXO III
ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA

Quadro de horas-atividades para cada um dos itens que compõem o objeto desta licitação, cujas quantidades devem ser obrigatoriamente observadas:

<table>
<tr><th>Atividades que comporão o objeto desta licitação, subdividida em itens técnicos e seus subitens:</th><th>Número de horas atividade estimadas/mês</th><th>Preço por hora</th><th>Valor Total mensal por atividade</th></tr>
<tr><td>A - XXXXXXXXXXXXX</td><td>A= (a1) XXXX h</td><td rowspan="2">R$ XXXX
(valor por extenso)</td><td rowspan="2">A = R$ XXXX
(valor por extenso)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXXX</td><td>XXX h</td></tr>
<tr><td>B. XXXXXXXXXXXXXX</td><td colspan="2">B= (b1 + b2)
XXX h</td><td rowspan="3">B(b1+b2) =
R$ XXXX
(valor por extenso)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXX</td><td>b1 = XXXX h</td><td rowspan="2">R$ XXXX
(valor por extenso)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXX</td><td>b2 = XXXX h</td></tr>
<tr><td>C. XXXXXXXXXXXXX</td><td colspan="2">C= (c1+c2) = XXXX h</td><td rowspan="3">C = (c1+c2) =
R$ XXXX
(valor por extenso)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXX</td><td>c1 = XXXX h</td><td rowspan="2">R$ XXXX
(valor por extenso)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXX</td><td>c2 = XXXX h</td></tr>
<tr><td>D. XXXXXXXXXXXXX</td><td colspan="2">D= (d1+d2+d3+d4) = XXXX h</td><td rowspan="3">D = (d1+d2+d3+d4) = R$ XXXX
(valor por extenso)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXX</td><td>d1 = XXXX h</td><td rowspan="2">R$ XXXX
(valor por extenso)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXX</td><td>d2 = XXXX h</td></tr>
</table>

XXXXXXXXXXXXX	d3 = XXXX h		
XXXXXXXXXXXXX	d4 = XXXX h		
Total do número de horas atividades estimadas por mês para atendimento (A+B+C+D).	A+B+C+D = XXXX h	R$ XXXX (valor por extenso)	
Valores para 12 (doze) meses	XXXX h	R$ XXXX (valor por extenso)	

ANEXO IV
ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

1 DAS REGRAS GERAIS

1.1 A Proposta Técnica deverá basear-se nas especificações, condições e prazos estabelecidos nesta Concorrência, sendo constituída pelo conjunto de itens a seguir descritos e deverá ser apresentada pelos licitantes em arquivos distintos, e serão submetidos à avaliação da Subcomissão Técnica, que verificará o cumprimento das exigências constantes do edital, bem como a metodologia de trabalho a ser desenvolvida, de acordo com os critérios definidos no presente anexo.
1.2 A proposta técnica – via não identificada, contida no Invólucro nº 1 deverá ser produzida de acordo com as seguintes regras de formatação:
a) os textos devem ser digitados em cor preta, impressos em papel branco, no formato A4 (21 cm x 29,7 cm), orientação "retrato", sem marcações como negrito, itálico, sublinhado, tachado ou qualquer outra marcação;
b) a impressão deve ser em anverso (apenas um lado da folha);
c) as margens devem ser: esquerda e superior de 3 cm e direita e inferior de 2 cm;
d) fonte "Times New Roman", de tamanho 12 para todo o texto, excetuando-se o texto de gráficos e tabelas, que deve ser em tamanho 10;
e) os textos devem ser digitados com espaçamento 1,5 entre linhas, excetuando-se o texto de gráficos e tabelas, que deve ser digitado em espaço simples;
f) os textos devem ter alinhamento "justificado";
g) em caderno único e com espiral preto colocado à esquerda;
h) capa e contracapa em papel A4 branco com 75 gr/m² a 90 gr/m², ambas em branco;
i) todas as folhas deverão ser numeradas, pelo editor de texto, em algarismos arábicos, a partir da primeira página interna, no canto inferior direito da página, em fonte "Times New Roman";
j) a primeira linha dos parágrafos deve ter um recuo de 1,25 cm da margem esquerda para o corpo do texto;
k) para os títulos, deve-se utilizar letras maiúsculas, sem recuo da margem esquerda e sem utilização de recursos tipográficos (sem negrito, itálico ou sublinhado);
l) listas deverão ter como marcador o caractere "-" (traço simples), com a mesma formatação geral do texto, sem recuo em relação à margem esquerda;
m) não são permitidas notas de rodapé ou notas de fim, sendo que a inserção de eventuais referências deve se dar ao longo do texto, sem inserção de hyperlinks.
1.3 Na elaboração da Proposta Técnica, a licitante deverá levar em consideração:
1.3.1 a necessidade do(a) (Órgão/Entidade) de trabalhar a partir de um planejamento de comunicação com os veículos de comunicação, notadamente em sua área de atuação, envolvendo as várias atividades desenvolvidas pelo(a) (Órgão/Entidade), sempre em consonância com as diretrizes do SICOM – Sistema Estadual de Comunicação do Paraná.
1.3.2 a execução da prestação de serviços em curtíssimo prazo e o atendimento concomitante de outras necessidades de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional.
1.4 Para os cadernos do Invólucro nº 3, quanto aos documentos que não permitirem numeração sequencial de páginas pelo editor de texto, poderá ser realizada a numeração de forma manual, na margem inferior direita da página e de forma legível.
2 DA APRESENTAÇÃO
2.1 A Proposta Técnica deverá ser encadernada (papel tamanho A4), conforme regras contidas neste Edital e não serão aceitas as enviadas em vídeo, DVD ou qualquer outro composto multimídia, nem peças isoladas em cartões em outros tamanhos que não aqueles especificados no presente Edital.
2.1.1 As folhas da Proposta Técnica, assim como os documentos que a complementam, deverão ser numeradas sequencialmente no padrão de 01 até (última página).
2.2 A proposta técnica – Via Não Identificada, será desclassificada se:
a) tiver capa ou contracapa de material plástico, devendo ser composta apenas pelas folhas em papel A4 branco;
b) for acondicionada em invólucro diferente daquele fornecido pelo(a) (Órgão/Entidade interessado pela licitação), nos termos deste Edital;
c) dentro do Invólucro nº 1 constar qualquer outra embalagem ou material além do caderno contendo a via não identificada da proposta técnica;
d) tiver número maior de laudas do que o permitido para cada quesito;
e) deixar de ter suas folhas numeradas;
f) possuir imagens ao longo da proposta técnica não identificada, sendo permitido somente a inserção de tabelas e gráficos exclusivamente no subquesito relativo ao Raciocínio Básico;
g) incorrer em identificação inequívoca de sua autoria, nos termos deste Edital.
2.2 Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada (Invólucro nº 1)
2.2.1 O Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada deverá ser apresentado na forma do item 1.2 deste Anexo IV, acondicionado no Invólucro retirado junto ao(à) (Órgão/Entidade interessado pela licitação), e não poderá ter qualquer identificação da licitante.
2.2.2 O Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada não poderá ter informação, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que possibilite a identificação de sua autoria antes da abertura do Invólucro n° 2.
2.2.3 Podem ser utilizadas páginas isoladas, com a finalidade de separar a Proposta Técnica e seus subquesitos. Essas páginas não serão computadas no limite previsto no item 3.2.1 deste Anexo e devem seguir as especificações do item 2.2, no que couber.
2.2.4 O Plano de Comunicação Institucional será composto, de forma sequencial, pelos textos dos itens 3.2.1.1, 3.2.1.2, 3.2.1.3, 3.2.1.4 e 3.3, deste Anexo IV, nessa ordem.
2.2.5 Exclusivamente o subquesito "Raciocínio Básico" poderá ter gráficos e/ou tabelas, observadas as seguintes regras:
a) os gráficos ou tabelas poderão ser editados em cores;
b) os dados ou informações dos gráficos ou tabelas devem ser editados na fonte "Times New Roman", cor preta, tamanho 10, espaço simples entre linhas;
c) a página em que estiverem inseridos os gráficos e/ou tabelas poderá ser de tamanho A3, dobrado. Neste caso, para fins do limite de páginas previsto, o papel A3 será computado como duas páginas de papel tamanho A4;
d) a folha em tamanho A3 poderá ser impressa na orientação paisagem.
2.3 Plano de Comunicação Institucional – Via Identificada (Invólucro nº 2)
2.3.1 O Plano de Comunicação Institucional – Via Identificada deverá constituir-se em cópia da via não identificada (inclusive quanto à formatação, conforme item 2.2.1 acima), com a identificação da licitante, e ser datada e assinada na última página e rubricado nas demais, por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos ou procuração, devidamente identificado.
2.4 Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe (Invólucro nº 3)
2.4.1 A licitante deverá apresentar os documentos e informações que constituem a Capacidade de Atendimento em caderno específico, com ou sem uso de cores, em papel tamanho A4, na forma do item 1.2 deste Anexo IV, no que couber, em folhas numeradas sequencialmente, a partir da primeira página interna, todas rubricadas, e assinada a última página por quem detenha poderes de representação de licitante, na forma de seus atos constitutivos ou procuração, devidamente identificado.
2.4.2. Qualquer página com os documentos e informações previstos nos itens 3.4 a 3.6 deste Anexo poderá ser editada em papel A3 dobrável.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2.4.3. Os documentos e informações e o caderno específico mencionados neste item 2.4 não poderão ter informações, marca, sinal, etiqueta, palavra ou outro elemento que conste do Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada e possibilite a identificação da autoria deste antes da abertura do Invólucro n° 2.
2.4.4 A capacidade de atendimento será constituída de texto, tabelas, gráficos, diagramas, fotos e outros recursos, por meio dos quais a licitante apresentará os elementos previstos no item 3.4.4 deste Anexo.
2.4.5. Não há limitação de número de páginas para apresentação das informações e documentos referidos neste item 2.4.

3 CONTEÚDO DA PROPOSTA TÉCNICA
3.1 A Proposta Técnica, no formato indicado no item 2, será composta pelos seguintes elementos:
3.1.1 Proposta para o tema do Exercício Criativo (conforme Anexo V deste Edital), que deverá ser desenvolvido pela licitante em 04 (quatro) textos distintos, conforme o disposto no item 3.2 subsequente;
3.1.2 Análise da imagem, que deverá ser desenvolvida pela licitante em texto obedecendo ao disposto no item 3.3, descrito abaixo;
3.1.3 Experiência, capacidade de atendimento e perfil e habilidades dos profissionais da licitante, que deverá ser desenvolvido pela licitante em texto, obedecendo ao disposto no item 3.4, descrito abaixo.
3.2 O exercício criativo terá por tema “XXXXXXXXX”.XXXXXXXXXX
3.2.1 A partir do tema do exercício criativo, a licitante deverá produzir os seguintes textos:
3.2.1.1 Raciocínio básico – de, no máximo, 3 (três) laudas, no qual pormenorizará sua compreensão sobre as informações apresentadas no desafio específico de comunicação supracitado, expressando seu entendimento sobre a interligação entre o exercício criativo apresentado, na interface com a estrutura a missão institucional do(a) XXXXX, considerando, ainda:
a) lógica e clareza de exposição;
b) consistência das relações de causa e efeito entre o desafio e a proposta de solução apresentada;
c) relevância dos resultados apresentados.
3.2.1.2 Plano de Ação – de, no máximo, 10 (dez) laudas, para resolução do desafio específico, de acordo com o raciocínio básico desenvolvido no item 3.2.1.1, detalhando os seguintes pontos:
a) estratégia de relacionamento com a mídia;
b) ações a serem desenvolvidas pela contratada junto à mídia, e
c) materiais a serem produzidos.
3.2.1.2.1 A licitante deverá considerar, na elaboração do plano de ação, todos os elementos e itens desta proposta técnica, bem como os demais dados deste edital convocatório do certame, para a adequada prestação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional, atentando para:
a) lógica e clareza de exposição;
b) consistência das relações de causa e efeito entre desafio e proposta de solução apresentada;
c) relevância dos resultados apresentados;
d) agilidade e eficácia das medidas adotadas.
3.2.1.3 Oportunidades de mídia positiva: no máximo, 02 (duas) laudas, nas quais a licitante deverá apontar e detalhar 03 (três) aspectos positivos detectados com relação ao exercício criativo proposto, atentando para:
a) lógica e clareza de exposição;
b) relevância e pertinência dos itens apresentados com atuação do(a) (Órgão/Entidade) como órgão pertencente ao SICOM – Sistema Estadual de Comunicação do Paraná, conforme descritos no exercício criativo.
3.2.1.4 Identificação dos riscos à imagem: de, no máximo, 02 (duas) laudas, nas quais a licitante deverá apontar e detalhar 03 (três) aspectos de risco à imagem detectados na atuação do(a) (Órgão/Entidade) ocasionados pelo desafio específico do exercício criativo, atentando para:
a) lógica e clareza de exposição;
b) relevância e pertinência dos itens apresentados com a atuação do(a) (Órgão/Entidade) no relacionamento diário com os veículos de comunicação na busca incessante pela correta e necessária informação, considerando o exercício criativo.
3.3 A Análise Diária de Imagem (Auditoria do conteúdo publicado ou veiculado em veículos de comunicação – jornais, revistas, televisão, rádio, internet e em emissoras de televisão), dar-se-á mediante a apresentação de relatório analítico sobre as notícias veiculadas, que sejam relacionadas ou de interesse do(a) (Órgão/Entidade), identificando e detalhando os pontos positivos e os de risco à imagem, com fundamento na estratégia global de comunicação e sugerindo ações de Assessoria de Comunicação Institucional.
3.3.1 O relatório deverá ser feito especificamente entre o período de matérias a partir de (dia) de (mês) de 20XX até (dia) de (mês) de 20XX, com base na cobertura dos veículos de comunicação, servindo como caráter exemplificativo e demonstrativo as matérias disponibilizadas nos endereços eletrônicos abaixo descritos:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

3.3.2. O texto relativo à Análise Diária de Imagem deverá ser elaborado em, no máximo, 02 (duas) laudas por dia indicado, limitando-se a no máximo 100 laudas no total, e a licitante deverá atentar para:
a) lógica e clareza de exposição;
b) clareza, concisão e objetividade dos textos;
c) relevância e pertinência dos itens apontados com a atuação do(a) (Órgão/Entidade).
Sendo que:
3.3.2.1 Lógica e clareza da exposição: Capacidade de apresentar suas ideias em texto expositivo com a interpretação sobre a matéria jornalística de forma coerente e precisa, no qual as ideias devem estar concatenadas e possuir uma relação silogística;
3.3.2.2 Concisão e objetividade dos textos: A concisão e objetividade dos textos deve ocorrer com a melhor relação entre menor quantidade de palavras utilizadas e melhor eficiência na transmissão da ideia pretendida;
3.3.2.3 Relevância e pertinência dos itens apontados com a atuação do órgão: As questões apontadas e as soluções sugeridas pela licitante devem retratar valores a serem preservados ou males a serem evitados, de grande importância para o órgão licitante, tendo em vista as suas características institucionais.
3.4 A experiência, capacidade de atendimento, perfil e habilidades dos profissionais da licitante (Invólucro nº 3) serão demonstradas a partir da experiência e capacitação dos recursos técnicos e humanos necessários à prestação de serviços objeto da presente licitação:
3.4.1 Para a execução dos serviços, a licitante deverá possuir, em seu quadro de pessoal, profissionais qualificados em número suficiente ao desenvolvimento das atividades relacionadas no item 3.4, tendo em vista as especificações qualitativas e quantitativas do objeto.
3.4.1.1 A licitante deverá comprovar, por meio idôneo, compromisso atual da equipe declarada, que pode se dar mediante declaração de disponibilidade firmada pelo representante legal ou procurador da licitante.
3.4.1.2 A formação técnica da equipe de profissionais da licitante será avaliada com fundamento na:
a) formação acadêmica, de ensino superior completo, a ser comprovada por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em jornalismo; e
b) na experiência profissional, exposta por meio de currículo de cada profissional, devidamente acompanhado dos documentos comprobatórios das qualificações (formação acadêmica e experiência profissional) neles consignadas, por meio de certificados, declarações de tomadores de serviço, carteira de trabalho, contratos de prestação de serviço ou qualquer outro documento hábil, os quais devem ser apresentados no original ou por meio de cópia autenticada. Para enquadramento adequado nos perfis contidos no item 4.6 deste Anexo IV, deverá ser apresentada documentação que comprove expressamente a função declarada, como cópia da carteira de trabalho e de contrato de prestação de serviços, bem assim como cópias de expedientes de jornais e revistas, declaração do empregador ou qualquer outro meio idôneo.

3.4.2 A quantidade dos profissionais necessários para a correta e adequada execução dos serviços a serem realizados será apontada pela licitante, que deverá considerar:
a) a execução dos serviços em padrão de elevada qualidade;
b) a obediência aos perfis indicados para a prestação dos serviços no item 4.6 deste Anexo IV;
c) as atividades indicadas no objeto e a estimativa de horas/atividade discriminadas, item a item, de forma a garantir uma prestação de serviços de forma eficaz.
3.4.3 A proposta técnica deverá considerar no dimensionamento da capacidade de atendimento a ser descrita:

3.4.3.1 a necessidade do interessado na licitação (Órgão/Entidade interessado pela licitação), na qualidade de participante do SICOM e face às necessidades supervenientes e prementes já descritas no Termo de Referência deste Edital, de trabalhar a partir de um planejamento estratégico de Assessoria de Comunicação Institucional, bem como a necessidade de um planejamento de atendimento aos veículos de comunicação, consoante objeto deste edital.
3.4.3.2 o atendimento, em caráter permanente, mesmo em forma de plantão, considerando-se eventual necessidade de atendimento emergencial em período noturno, feriados e fins de semana;
3.4.3.3 a apresentação de relatórios e demonstrativos sistemáticos da contratada para os serviços prestados por ela, de forma rotineira e organizada, bem como a demonstração dos resultados obtidos.
3.4.4 A licitante deverá apresentar documento subscrito por seu representante legal indicando:
a) relação nominal dos principais clientes atendidos pela licitante, mencionando o período de atendimento;
b) as instalações, a infraestrutura e os recursos materiais disponíveis para a execução do contrato, bem como todo o suporte administrativo inerente às atividades a serem executadas;
c) a sistemática de atendimento, com a descrição das atividades a serem cumpridas pelo prestador de serviços, delimitando as atividades de cada membro da equipe, considerando os perfis indicados e de forma resumida, incluídos os prazos a serem cumpridos em condições normais da prestação de serviços, e em atendimentos emergenciais e, ainda, declaração de disponibilidade para cada atendimento solicitado, na forma aqui delineada;
d) a quantificação e qualificação dos profissionais da equipe que colocará à disposição para execução do contrato, sob forma de currículo resumido (no mínimo: nome, formação e experiência, além de qualificação técnica), descrevendo-se as áreas de atuação, tais como redação, edição, revisão de texto, editoria nas áreas de política, economia, assuntos da cidade ou similares, produção de veículos de comunicação, como, por exemplo, rádio e TV, produção gráfica, mídia e atendimento técnico e administrativo e demais áreas concernentes, como especificado nos perfis constantes no Anexo IV do Edital.
3.4.5 A equipe de profissionais submetida a julgamento pela licitante exigirá que, caso seja vencedora do certame, na execução do respectivo contrato, necessariamente, haja participação direta e pessoal dos profissionais correspondentes. Isto dará cumprimento ao previsto no art. 38 da Lei nº 14.133/2021.
3.5 O número de profissionais apresentado pela licitante deverá ser adequado às necessidades de atendimento a trabalhos concomitantes, mantendo-se o padrão de qualidade exigido. A quantificação/qualificação dos profissionais apresentados para esta prestação de serviços deverá ser feita e será de inteira responsabilidade da licitante, considerando o real e efetivo dimensionamento quantitativo dos profissionais que entenda compatíveis para o perfeito cumprimento das obrigações e do objeto da presente licitação.
3.6 Deverá ser entregue junto com a documentação de qualificação técnica uma lista detalhada de informações sobre os recursos tecnológicos que a empresa disponibilizará, caso seja contratada.
4 DA AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
4.1 Para efeito de avaliação, o critério de julgamento será do tipo “técnica e preço”, atendidas as especificações do Termo de Referência.
4.2 A avaliação das propostas técnicas será feita tópico por tópico (item por item), levando-se em consideração a clareza e objetividade das propostas, sua consistência, o atendimento ao respectivo desafio de comunicação específico (exercício criativo), indicado neste edital, e todos os elementos do edital convocatório do certame, além da confiabilidade e experiência da licitante.
4.3 A pontuação de cada item corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos pelos membros da Subcomissão Técnica de Licitação.
4.3.1 A pontuação final da avaliação a ser considerada para a classificação das concorrentes será a somatória dos pontos obtidos nos itens de cada tópico, conforme indicado nos quadros deste Anexo IV do Edital.
4.3.2 A avaliação do exposto acima será feita na forma das seguintes tabelas:

QUESITO 1 – PROPOSTA PARA O TEMA DO EXERCÍCIO CRIATIVO (Anexo IV) (item 3.1.1) - máximo de 45 pontos		
SUBQUESITOS	PONTUAÇÃO	CRITÉRIOS
SUBQUESITO 1 Raciocínio Básico (item 3.2.1.1)	Nota de 0 a 10, sendo: 0 – não atende; 1 a 4 – atende pouco; 5 a 7 – atende razoavelmente bem; 8 a 10 – atende com excelência.	a) Lógica e clareza da exposição; b) Consistência das relações de causa e efeito entre o problema e a proposta de solução apresentada; c) Relevância dos resultados apresentados.
SUBQUESITO 2 Plano de Ação – Estratégia de relacionamento com a mídia (item 3.2.1.2, ‘a’)	Nota de 0 a 7, sendo: 0 – não atende; 1 a 3 – atende pouco; 4 a 6 – atende razoavelmente bem; 7 – atende com excelência.	a) Lógica e clareza da exposição; b) Consistência das relações de causa e efeito entre o problema e a proposta de solução apresentada; c) Relevância dos resultados apresentados; d) Agilidade e eficácia das medidas adotadas.
SUBQUESITO 3 Plano de Ação – Ações a serem desenvolvidas pela contratada junto à mídia (item 3.2.1.2, ‘b’)	Nota de 0 a 5, sendo: 0 – não atende; 1 a 2 – atende pouco; 3 a 4 – atende razoavelmente bem; 5 – atende com excelência.	a) Lógica e clareza da exposição; b) Consistência das relações de causa e efeito entre o problema e a proposta de solução apresentada; c) Relevância dos resultados apresentados; d) Agilidade e eficácia das medidas adotadas.
SUBQUESITO 4 Plano de Ação Materiais a serem produzidos (item 3.2.1.2, ‘c’)	Nota de 0 a 5, sendo: 0 – não atende; 1 a 2 – atende pouco; 3 a 4 – atende razoavelmente bem; 5 – atende com excelência.	a) Lógica e clareza da exposição; b) Consistência das relações de causa e efeito entre o problema e a proposta de solução apresentada; c) Relevância dos resultados apresentados; d) Agilidade e eficácia das medidas adotadas.
SUBQUESITO 5 Oportunidade de Mídia Positiva (item 3.2.1.3)	Nota de 0 a 9, sendo: 0 – não atende 1 a 3 – atende pouco 4 a 7 – atende razoavelmente bem; 8 e 9 – atende com excelência	a) Lógica e clareza da exposição; b) Relevância e pertinência dos itens apresentados em relação ao exercício criativo.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SUBQUESITO 6 Identificação de Riscos a Imagem (item 3.2.1.4)	Nota de 0 a 9, sendo: 0 – não atende 1 a 3 – atende pouco 4 a 7 – atende razoavelmente bem; 8 e 9 – atende com excelência.	a) Lógica e clareza da exposição; b) Relevância e pertinência dos itens apresentados em relação ao exercício criativo.

QUESITO 2 – ANÁLISE DE IMAGEM DO CONTEÚDO PUBLICADO E/OU VEICULADO EM JORNAIS E EMISSORAS DE TELEVISÃO SOBRE O TEMA DO EXERCÍCIO CRIATIVO (Anexo IV) (ITEM 3.3.) - máximo de 10 pontos	
PONTUAÇÃO	CRITÉRIO
Nota de 0 a 10, sendo: 0 – não atende; 1 a 4 – atende pouco; 5 a 7 – atende razoavelmente bem; 8 a 10 – atende com excelência	a) Lógica e clareza da exposição; b) Consistência das relações de causa e efeito entre o problema e a proposta de solução apresentada; c) Relevância e pertinência dos itens apontados.

QUESITO 3 – CAPACIDADE DE ATENDIMENTO, PERFIL E HABILIDADES ESPECÍFICOS DA EQUIPE (item 3.4.) - máximo de 15 pontos		
SUBQUESITOS	PONTUAÇÃO	CRITÉRIO
SUBQUESITO 1 Principais Clientes (item 3.4.4, 'a')	Nota de 0 a 3, sendo: b.1 b.2 0 – não atende; b.3 1 – atende pouco; b.4 2 – atende razoavelmente bem; 3 – atende com excelência.	a) Porte, tradição e conceito dos clientes atuais da licitante; b) Conceito dos produtos e/ou serviços dos clientes atuais da licitante no mercado ou relevância da atuação desses na sociedade.
SUBQUESITO 2 Estrutura Física: Instalações, infraestrutura e recursos materiais (item 3.4.4, 'b')	Nota de 0 a 3, sendo: 0 – não atende; 1 – atende pouco; 2 – atende razoavelmente bem; 3 – atende com excelência.	Adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato.
SUBQUESITO 3 Sistemática de Atendimento (item 3.4.4, 'c')	Nota de 0 a 3, sendo: 0 – não atende; 1 – atende pouco; 2 – atende razoavelmente bem; 3 – atende com excelência.	Adequação da sistemática de atendimento pela licitante em sua solução (viabilidade de implementação, efetividade dos meios e processos e demais formas que comprovem a capacidade de atendimento.
SUBQUESITO 4 Qualificação da Equipe de Profissionais (Item 3.4.4, 'd')	Nota de 0 a 6	Cálculo aritmético com base nas regras dos itens 4.6 e 4.7

4.4 Os critérios acima descritos serão entendidos conforme conceituação que segue abaixo explicitada:
a) consistência: qualidade de apresentar coerência entre as partes e o todo;
b) pertinência: aquilo que concerne ao assunto desta licitação, como delineado no Exercício Criativo;
c) adequação: atendimento o mais perfeito possível, de forma organizada, às necessidades e objetivos do órgão licitante.
d) relevância: o que tem importância ou relevo num contexto determinado;
e) acuidade: qualidade de percepção de modo eficaz, sutileza e eficiência;
f) síntese: capacidade de resumir determinado texto ou assunto, conservando a objetividade e clareza do mesmo, bem como a precisão de seu objeto.

4.5 Sistemática de atendimento:
a) demonstração de conhecimento técnico sobre o cliente: 1 ponto;
b) demonstração de conhecimento técnico sobre a dinâmica de um órgão público, prazos (urgentes ou não), cadeia de aprovação/decisões, atendimentos em emergências, conhecimento sobre disponibilização de equipes/meios, coordenação no atendimento: 1 ponto;
c) identificação de situações que reclamem respostas rápidas aos cases/problemas apresentados pelo cliente, com adoção de rotina diferenciada: 1 ponto.

4.5.1 A pontuação técnica de cada proposta corresponderá à soma dos pontos atribuídos aos quesitos.
4.5.2 A avaliação da experiência e capacidade em relação aos recursos humanos será feita considerando-se as exigências e a tabela de pontuação.
4.5.3 Para execução dos serviços, a licitante deverá possuir profissionais qualificados em número suficiente ao desenvolvimento das atividades, tendo em vista suas especificações qualitativas e quantitativas.

4.6 A avaliação da experiência e capacidade em relação aos recursos humanos será feita considerando-se as exigências e a tabela de pontuação para cada perfil:

4.6.1 PERFIL 1 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 3.4.1.2, de:
a) no mínimo, 06 (seis) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
b) ter atuado como diretor de jornalismo no âmbito de emissoras de TV e rádio, jornais e revistas, agências ou departamentos de comunicação (ou atividades similares, tais como: redator chefe, ou chefe de reportagem, ou editor, ou editor assistente, ou subeditor, ou editor adjunto), e possuir conhecimentos e habilidades específicos para atendimento das atividades especificadas no objeto deste Edital.

Tempo de experiência	(-6 anos)	(6 a 9 anos)	(+9 a 15 anos)	(+15 anos)
Pontos	0	4	5	6

4.6.2 PERFIL 2 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 3.4.1.2, de:
a) no mínimo, 4 (quatro) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
b) ter atuado como coordenador de jornalismo (ou atividades similares, tais como: redator chefe, ou chefe de reportagem, ou editor, ou editor assistente, ou subeditor, ou editor adjunto), e possuir conhecimentos e habilidades específicos para atendimento das atividades especificadas no objeto deste Edital.

Tempo de experiência	(-4 anos)	(4 a 9 anos)	(+9 a 15 anos)	(+15 anos)
Pontos	0	3	4	5

4.6.3 PERFIL 3 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 3.4.1.2, de:
a) no mínimo, 2 (dois) anos de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
b) ter atuado como repórter, possuindo ainda conhecimentos e habilidades específicos na redação, edição e revisão de textos, além de conhecimentos e habilidades específicos para o desempenho das atividades especificadas no objeto deste Edital.

Tempo de experiência	(-2 anos)	(2 a 7 anos)	(+7 a 11 anos)	(+11 anos)
Pontos	0	2	3	4

4.6.4 PERFIL 4 – deverá ter ensino superior completo, comprovado por meio de diploma ou certificado de curso de nível superior, no original ou cópia autenticada, reconhecido pelo Ministério da Educação, em Comunicação Social, preferencialmente com habilitação em Jornalismo e com experiência comprovada, nos termos do item 3.4.1.2, de:
a) no mínimo, 1 (um) ano de experiência no ramo de comunicação, tendo prestado serviços a veículos de comunicação (jornais, emissoras de TV e rádio, revistas), de abrangência estadual e/ou nacional; e/ou na área de Assessoria de Comunicação Institucional;
b) ter atuado como repórter, possuindo ainda conhecimentos e habilidades específicos na organização e disponibilização de bancos de dados de informações, além de conhecimentos e habilidades específicos para o desempenho das atividades especificadas no objeto deste Edital.

Tempo de experiência	(-1 ano)	(1 a 6 anos)	(+6 a 10 anos)	(+10 anos)
Pontos	0	1	2	3

4.7 O valor total de pontos será dividido pelo número total de profissionais apresentados, obtendo-se a nota final para o referido subquesito (de 0 a 6,0).
4.8 A licitante deverá apresentar, em conjunto com a documentação que consta no item 4.6, a seguinte tabela abaixo preenchida, para cada profissional que integre a sua equipe, que será avaliada e conferida pelos membros da Subcomissão Técnica:

Nome completo do profissional:				
Perfil: (indicar em qual dos perfis do item 4.6 do Anexo IV do Edital o profissional está inserido)				
Formação: (indicar a graduação do profissional e sua habilitação)				
TEMPO DE EXPERIÊNCIA NA ÁREA				
Cargo	Forma de comprovação (indicar o documento utilizado para comprovação do vínculo e as folhas em que se encontra)	Entrada	Saída	Tempo em dias
Tempo total em dias				
Total (anos, meses e dias):				

4.9 Pontuação. A pontuação de cada quesito corresponderá à média aritmética dos pontos atribuídos individualmente pelos membros da Subcomissão Técnica.
4.9.1 A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos neste Edital;
4.9.2 A nota de cada licitante corresponderá à soma dos pontos dos quesitos.
4.10 As propostas técnicas do Invólucro nº 1 que não respeitarem as regras de formatação e apresentação terão sua nota reduzida em 1,0 (um) ponto pelo descumprimento de qualquer das regras das alíneas do item 1.2, sem prejuízo de desclassificação em caso de identificação inequívoca da autoria da proposta antes da abertura do Invólucro nº 2.
4.11 Critérios de Desempate. Havendo empate entre duas ou mais notas referentes às Propostas Técnicas (soma das médias referentes aos invólucros 1 e 3), serão consideradas como mais bem classificados os licitantes que tiverem obtido as maiores pontuações, sucessivamente, nos quesitos referentes ao: Raciocínio Básico; Plano de Ação – Estratégia de relacionamento com a mídia; Plano de Ação – Materiais a serem produzidos; Oportunidade de Mídia Positiva; Identificação de Riscos a Imagem; e Análise Diária de Imagem, previstos neste Edital, nessa ordem.
4.11.1 Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio a ser realizado na segunda sessão pública, em ato público marcado pela Comissão Especial de Licitação, cuja data será divulgada na forma do item 1.7 deste Edital e para o qual serão convidados todos os licitantes.

ANEXO V
EXERCÍCIO CRIATIVO

Tema: XXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 INTRODUÇÃO
XXXXXXXXXXXXX

2. O CLIENTE

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

2.1 O cliente é o(a) XXXXX, na qualidade de unidade setorial do SICOM – Sistema Estadual de Comunicação do Paraná, o qual foi instituído pela Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro 2023 e regulamentado por meio do Decreto Estadual nº 2366/2023, que estabelecem as diretrizes para o seu funcionamento.

3. OS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS DO(A) XXXXX E A ATUAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.
3.1 XXXXXXXXXXXXXXXXXX

3.1.1 O tema do exercício criativo será: XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
3.1.2 Assim sendo, o exercício criativo deste edital deve ser realizado tendo por base, as informações fornecidas neste documento, edital, no site XXXXXXXX, devendo focar e propor em todo o seu planejamento e em suas ações os temas acima citados.

4. PLANO DE COMUNICAÇÃO
É necessário observar para a elaboração do Plano de Comunicação:
4.1 Informar, de forma eficaz, sobre as ações, projetos e programas do(a) XXXX. Este plano estratégico e operacional deve conter medidas de curto, médio e longo prazos, com propostas de execução que possibilitem o fornecimento de informação adequada a todos os veículos de comunicação, contemplando a forma e conteúdo da produção de informativos, sejam eles press releases, avisos de pauta, artigos, notas, cartas e outros materiais necessários para sua execução, e contendo ainda as etapas e especificações contidas neste edital.

ANEXO VI
DA PROPOSTA DE PREÇOS
ANEXO VI.1 – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

CONCORRÊNCIA N º XXX/XXXX

PROCESSO N º XXXX

À Comissão Julgadora da Licitação,

O licitante _____ (firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ), por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, se PROPÕE executar os serviços licitados:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

sob sua integral responsabilidade pelo valor total de R$ _____ (valor por extenso), nos termos da planilha que constitui parte indissociável desta proposta de preços.

Esta proposta é válida por _____ (número por extenso) dias.

(Local e data)

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO VI.2
MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

<table>
<tr><th>Atividades que comporão o objeto desta licitação, subdividida em itens técnicos e seus subitens:</th><th>Número de horas atividade estimadas/mês</th><th>Preço por hora</th><th>Valor Total mensal por atividade</th></tr>
<tr><td>A – XXXXXXXXXXXXXXXXX</td><td>A= (a1) XXX h</td><td rowspan="2">R$ XXX,XX
(XXXXXXX)</td><td rowspan="2">A = R$ XXX,XX
(XXXXXXX)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXXX</td><td>XXX h</td></tr>
<tr><td>B. XXXXXXXXXXXXXXXXXX</td><td colspan="2">B= (b1 + b2)
XXX h</td><td rowspan="3">B(b1+b2) =
R$ XXX,XX
(XXXXXXX)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXXX</td><td>B1 = XXX h</td><td rowspan="2">R$ XXX,XX
(XXXXXXX)</td></tr>
<tr><td>XXXXXXXXXXXXXX</td><td>B2= XXX h</td></tr>
</table>

C. XXXXXXXXXXXXXXX	C= (c1+c2) = XXXX h		
XXXXXXXXXXXXXXX	C1 = XXX h	R$ XXX,XX (XXXXXXX)	C= (c1+c2) = R$ XXX,XX (XXXXXXX)
XXXXXXXXXXXXXXX	C2 = XXX h		
D. XXXXXXXXXXXXXXX	D= (d1+d2+d3+d4) = XXXX h		
XXXXXXXXXXXXXXX	d1 = XXX h	R$ XXX,XX (XXXXXXX)	D= (d1+d2+d3+d4) = R$ XXX,XX (XXXXXXX)
XXXXXXXXXXXXXXX	d2 = XXX h		
XXXXXXXXXXXXXXX	d.3 = XXX h		
XXXXXXXXXXXXXXX	d.4 = XXX h		
Total do número de horas atividades estimadas por mês para atendimento (A+B+C+D).	A+B+C+D = XXXX h	R$ XXX,XX (XXXXXXX)	
Valores para 12 (doze) meses	XXXXX h	R$ XXX,XX (XXXXXXX)	

ANEXO VI.3 – MODELO DE PLANILHA DE DETALHAMENTO DA PROPOSTA E DEMONSTRAÇÃO MENSAL DE CUSTOS E IMPOSTOS

ITEM	DESCRIÇÃO Itens Obrigatórios	%	VALOR TOTAL MENSAL
I	Despesas com Pessoal		
II	Encargos/Obrigações Sociais		
III	Insumos		
IV	Tributos		
V	Demais Componentes		
	Total	100%	

I – PESSOAL

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	QTDE HORAS	VALOR DA HORA	VALOR TOTAL MENSAL
TOTAL				

II – ENCARGOS / OBRIGAÇÕES SOCIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MENSAL
TOTAL		

III – INSUMOS

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ITEM	DESCRIÇÃO Itens Exemplificativos	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL MENSAL
01	Material de Consumo / Escritório			
02	Material Permanente			
03	Outros (Especificar)			
TOTAL				

VI – TRIBUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL MENSAL
TOTAL		

V – DEMAIS COMPONENTES

ITEM	DESCRIÇÃO Itens Exemplificativos	VALOR TOTAL MENSAL
01	Despesas Administrativas	
02	Despesas Operacionais	
03	Outros (Especificar)	
04	Lucro	
TOTAL		

(Local, data)

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

Observações:
Estas planilhas são explicativas, servindo de base para elaboração das propostas;
Custos indiretos e taxas de administração a critério de cada fornecedor;
Os impostos devem ser preenchidos pela licitante com base no regime de lucro presumido.

ANEXO VII
MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO[11]

A empresa (razão social da licitante), com sede na Rua (endereço completo da licitante), na cidade de (nome da cidade), Estado de (nome do Estado), inscrita no CNPJ sob o n° (n° do CNPJ) neste ato representada pelo (a) Sr.(ª). (nome do representante legal da licitante), portador(a) do RG n° (n° do RG do representante legal da licitante) e do CPF n° (n° do CPF do representante legal da licitante) nos termos de seu Estatuto Social, pela presente CREDENCIA O(A) Sr.(ª). (nome do representante credenciado pela licitante), portador do RG n° (n° do RG do representante credenciado pela licitante) e do CPF n° (n° do CPF do representante credenciado pela licitante) para representá-la na presente licitação, promovida pelo(a) (Órgão/Entidade interessado pela licitação), para atender à demanda do(a) XXXX, OUTORGANDO-LHE plenos poderes para prestar esclarecimento, concordar, desistir, tomar deliberações, interpor recursos, renunciar ao direito de interpor recurso, renunciar ao recurso, negociar novas condições, assinar termos de compromisso, transigir, firmar recibos, assinar atas e outros documentos, acompanhar todo o processo licitatório até o seu final, tomar ciência das deliberações da Comissão Especial de Licitação, podendo para tanto, praticar todos os atos necessários à plena participação de nossa empresa na presente licitação e tudo o mais que se faça necessário para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

Local e data.

_____
Empresa
Assinatura do representante legal

Nome e função da pessoa que assina
Obs.: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelos representantes legais. Sua assinatura deverá estar devidamente reconhecida em cartório ou acompanhada de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal. e deverá juntar a comprovação dos poderes de representação do signatário. Será aceita escritura pública, desde que com mesmo conteúdo. Também serão aceitas procurações particulares firmadas eletronicamente.

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO
(timbre ou identificação do licitante)

[11] A procuração deverá ser acompanhada de cópia do documento oficial de identidade do outorgado.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:
1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal n.º 14.133/2021, em especial:
1.1 Não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES
Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À POLÍTICA AMBIENTAL DE LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL
Que atesta o atendimento à política pública ambiental de licitação sustentável, em especial que se responsabiliza integralmente com a logística reversa dos produtos, embalagens e serviços pós-consumo no limite da proporção que fornecerem ao poder público, assumindo a responsabilidade pela destinação final, ambientalmente adequada.

4. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS
Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

Local e data.

_____
Nome do representante legal

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

(timbre ou identificação do licitante)

Concorrência nº XXX/XXXX

Declaro que a empresa XXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX estabelecida na cidade de XXXXX, Estado de XXXXX, no endereço XXXXX, telefone nº XXXX, por meio de seu representante legal XXXXX, inscrito no CPF sob nº XXXXXXXX, para fins de participação nessa licitação, tem pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos e assume total responsabilidade por este fato, de forma que a falta de conhecimento das condições do local, onde serão executados os serviços, não será utilizada para quaisquer questionamentos futuros e jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmo o presente.

XXXX [Local],XX de XXXX de XXXX.

[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO LICITANTE – NOME DA EMPRESA]

ANEXO X
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N° XXXXXXXX

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através do órgão/entidade XXXXXXX, com sede no XXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º XXXXXXX, neste ato representada por seu XXXXXXX, inscrito no CPF sob o n.º XXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXX.

CONTRATADO(A): [NOME], inscrito no CNPJ/CPF sob o n.º XXXXXXXX, com sede no(a) XXXXXXXX, neste ato representado por [NOME E QUALIFICAÇÃO], inscrito(a) no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG n.º XXXXXXXX, expedido por XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, e-mail XXXXXXXX e telefone XXXXXXXX.

O presente Contrato será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo Edital de Concorrência Pública nº XXX/XXXX (protocolo n.º XXXXX) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1 OBJETO:
[Descrição sucinta do objeto], conforme descrito no Termo de Referência.
2 FUNDAMENTO:
Este contrato decorre da Concorrência n.º XXX/XXXX, objeto do processo administrativo n.º XXXX, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º XXXXXXXX, de XXXXXXXX e conforme ato de autorização nas fls. [XXXX] deste protocolo.
3 PREÇO E VALOR DO CONTRATO:
3.1 A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto do presente contrato pelo valor mensal estimado de R$ XXXX (XXXXXX) e pelos valores unitários da hora-atividade constantes de sua Proposta de Preços, nos quais estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas e demais despesas de qualquer natureza, tais como diárias, deslocamento, hospedagem e transporte.
3.2 O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.
3.3 O valor total do contrato é de R$ XXXXXXXX (VALOR POR EXTENSO).
3.4 No preço pactuado estão incluídas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.
4 REAJUSTE
4.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado.
4.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice XXXXXXXX (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
4.3 O reajuste deverá ser solicitado pelo Contratado mediante requerimento protocolado até 30 (trinta) dias antes do fim de cada período de doze meses, sendo a data-base do reajuste vinculada à data do orçamento estimado, qual seja, xx/xx/xxxx (inserir a data do orçamento estimado).

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

4.3.1 O requerimento intempestivo pelo contratado trará como consequência a concessão do reajuste de forma proporcional à data de assinatura do Termo de Apostilamento.
4.4 A assinatura do aditivo ao contrato mantendo as demais cláusulas em vigor, sem ressalva em relação ao reajustamento de preços, importará renúncia quanto às parcelas reajustáveis anteriores ao aditivo.
4.5 O reajuste será concedido mediante apostilamento, conforme dispõe o § 6.º do art. 170 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.
4.5.1 Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
4.5.2 A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.
4.6 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
4.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
4.8 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
4.9 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
4.10 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
4.11 Se, juntamente do reajustamento, houver a necessidade de prorrogação de prazo e/ou acréscimo e/ou supressão de serviços, é possível formalizá-lo no mesmo termo aditivo.
5 DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:
5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste edital, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.
5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos serviços prestados, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

6 EXECUÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS:
6.1 A presente contratação adotará como regime de execução xxxxxxxx (JUSTIFICAR O CRITÉRIO ADOTADO, OBSERVADO QUE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO SE APLICA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO DE UNIDADES DETERMINADAS E EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO POR PREÇO CERTO E TOTAL).
6.2 O serviço terá início em XX [INSERIR O NÚMERO DE DIAS] a contar de XXXXXX.
6.3 Os serviços serão prestados no(a) XXXXX, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins.
6.4 Os serviços devem ser recebidos provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo de XXX (XXXXX) dias.
6.5 Cabe ao fiscal do Contrato avaliar o caso concreto para o fim de fixar prazo para as correções.
6.6 Nos termos do art. 359 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos serviços até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.
6.7 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de XXX (XXXXX) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
6.7.1 Na hipótese da verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do fornecimento do objeto ou do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato .
6.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do termo de referência, da proposta ou do contrato, podendo ser fixado pelo fiscal do contrato, avaliado o caso concreto, um prazo para a substituição do bem, ou o refazimento do serviço, às custas do contratado, e sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Nota explicativa 39:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

De acordo com as peculiaridades do objeto e regime de execução, pode a Administração Pública prever período antecedente à emissão da ordem de serviço para verificação de pendências, liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início da execução dos serviços, nos termos do art. 92, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

7 FONTE DE RECURSOS:
7.1 A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:
- Gestão/Unidade: XXXXXX
- Fonte de Recursos: XXXXXX
- Programa de Trabalho: XXXXXX
  - Unidade: XXXXXX
- Elemento de Despesa: XXXXXX

8 VIGÊNCIA:
8.1 O prazo de vigência do contrato é de XXXXXXXX (dias/meses, anos), contado da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogado por interesse das partes com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133, de 2021.
OU
8.1 O contrato terá vigência pelo período de XXXXXXX (dias/meses/anos), contado da assinatura do instrumento, não sendo prorrogável.

Nota explicativa 40:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A prorrogação dos contratos de serviços contínuos está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos, cuja observância deverá ser demonstrada no protocolado:
a) os serviços devem ter sido prestados regularmente;
b) a Administração deve manter interesse na realização do serviço;
c) o valor do contrato deve permanecer economicamente vantajoso para a Administração;
d) o Contratado deve manifestar expressamente interesse na prorrogação;
e) devem ser mantidas as condições de habilitação; e
f) deve ser juntada a documentação orçamentária e financeira.

9 PAGAMENTO:
9.1 O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento da contratada em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e da verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.
9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação de serviços ou no cumprimento de obrigações contratuais.
9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 O prazo estabelecido no item 9.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais da Concorrência.
9.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.
9.4 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6/100) 365 I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%.

9.5 O pagamento a ser efetuado ao Contratado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.
9.6 Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

10 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE
10.1 São obrigações do Contratado:
10.1.1 executar os serviços conforme especificações contidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade lá especificadas;
10.1.2 reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
10.1.3 Manter os empregados nos horários predeterminados pela Administração, quando for o caso;
10.1.4 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando o Contratante autorizado a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos ao Contratado, o valor correspondente aos danos sofridos;
10.1.5 utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
10.1.6 zelar para que os empregados se apresentem uniformizados e portem crachá de identificação, nos casos de serviços a serem prestados nas dependências da contratante, e utilizem os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários à segurança no trabalho, na forma da lei;
10.1.7 apresentar ao contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço a serem prestados nas dependências do contratante;
10.1.8 responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao contratante;
10.1.9 atender as solicitações da contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado o descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos;
10.1.10 instruir os empregados da observância obrigatória das normas internas da Administração, salvo disposição que especificamente os dispense;
10.1.11 instruir os empregados sobre as atividades que devem desempenhar e proibi-los de exercer atividades não relacionadas à execução do objeto contratado, devendo prontamente relatar à contratante qualquer ocorrência capaz de caracterizar desvio de função;
10.1.12 relatar ao Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
10.1.13 não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
10.1.14 manter-se, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e com as condições exigidas para a habilitação na licitação;
10.1.15 manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;
10.1.16 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;
10.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:
10.1.17.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
10.1.17.2 superveniência de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
10.1.17.3 retardamento na expedição da ordem de execução do serviço, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
10.1.17.4 aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
10.1.17.5. impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
10.1.17.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
10.1.18 ceder os direitos patrimoniais relativos ao projeto ou serviço técnico especializado, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) e a respectiva documentação técnica associada, para livre uso e alteração pela Administração Pública em outras ocasiões, nos termos do artigo 93 da Lei Federal n° 14.133, de 2021;
10.1.19 Ceder os direitos e fornecer os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra quando o projeto se referir à obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio;
10.1.20 Garantir ao contratante:
10.1.20.1 o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo ao contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
10.1.20.2 os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiras subcontratadas, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa do contratante.
10.1.21 Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista no art. 63 da Lei 14.133/2021, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
10.1.22 Quanto à exigência de logística reversa, deverá envolver a coleta, transporte, reciclagem e tratamento adequado de resíduos gerados no processo de comunicação, como papéis, embalagens e materiais impressos.
10.1.23 Deverá haver participação direta e pessoal dos profissionais indicados pela Contratada na proposta técnica (Invólucro nº 3). Será admitida a substituição de profissionais, desde que o perfil seja equivalente ou superior àquele que vier a ser substituído, e desde que haja aprovação da Contratante.

Nota explicativa 41:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, dentre as demais previstas nos incisos I a XXI do art. do art. 349 do Decreto Estadual nº 10.086/2022 em função da peculiaridade do objeto a ser contratado.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

As obrigações contidas nos subitens 10.1.18 a 10.1.20 devem ser retiradas caso não sejam pertinentes com o objeto específico a ser contratado.

Nota explicativa 42:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração deve avaliar a necessidade de incluir como obrigação do contratado a execução de logística reversa, conforme artigo 19, inc. XIV, do Decreto nº 10.086/2022.
Caso verificada a necessidade de execução de logística reversa, deve ser incluído item nas obrigações do contratado.

10.2 São obrigações do Contratante:
10.2.1 receber o objeto no local, prazo e nas condições estabelecidas no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
10.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos, bem como na proposta;
10.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes do termo de referência, do edital de licitação e seus anexos, bem como da proposta, para fins de aceitação e, após, para o recebimento definitivo;
10.2.4 comunicar ao contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
10.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do contratado, por intermédio de comissão ou servidor especialmente designado;
10.2.6 efetuar o pagamento ao contratado no valor correspondente ao efetivo fornecimento do objeto ou à efetiva execução do serviço ou etapa do serviço, no prazo e forma estabelecidos no termo de referência, no edital de licitação e seus anexos e no contrato;
10.2.7 efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecidas pelo contratado, no que couber;
10.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
10.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
10.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência.

Nota explicativa 43:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)

O setor competente poderá incluir no referido item novas obrigações, pertinentes ao objeto, observado que as obrigações das Partes previstas na presente cláusula devem ser as mesmas que previstas no item 9 do Termo de Referência.

11 GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Nota explicativa 44:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia, bem como justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.
Não exigindo garantia, deverá ser utilizada a seguinte redação:
11.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões consignadas no Termo de Referência.
OU
Exigindo, deve utilizar os subitens abaixo.
11.1 O adjudicatário, no prazo de ..... (.....) dias após a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a ..... (.....) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 96 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que cumpridas as obrigações contratuais.
11.1.1 Caso seja exigida garantia de execução contratual e o adjudicatário opte pelo seguro-garantia como modalidade de garantia a ser prestada, o prazo indicado no item 11.1 será de, no mínimo, 01 (um) mês, conforme § 3º do Art. 96 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
11.2 A inobservância do prazo contido no item 11.1 acarretará a aplicação de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, até o limite de 2% (dois por cento), até o 30º dia de atraso.
11.2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias na apresentação de garantia configura inadimplência total e implicará rescisão do contrato.
11.3 Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
11.3.1 Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
11.3.2 seguro-garantia;
11.3.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
11.3.3.1. A garantia prestada em carta fiança emitida por cooperativa de crédito deverá vir acompanhada da autorização de funcionamento emitida pelo Banco Central do Brasil.
11.3.3.2. Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro-Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade coincidir com o prazo de vigência do contrato. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.
11.3.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
11.4 A garantia em dinheiro deverá ser depositada na Instituição Financeira indicada pela Administração, com correção monetária.
11.5 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
11.5.1 Havendo acréscimo no valor contratual, o contratado deverá proceder o reforço proporcional da garantia. O não atendimento autoriza o contratante a descontar das faturas o valor correspondente.
11.6 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de [XXXXXXX] (XXXX) dias úteis, contados da data em que for notificada.
11.7 O contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
11.8 As garantias serão devolvidas ao CONTRATADO, após a lavratura do termo de recebimento definitivo e da apuração dos haveres, devidamente atualizados ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente. (art.100 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021).
OBS.O prazo de 1 (um) mês é o mínimo a ser assegurado ao futuro contratado quando optar pelo seguro-garantia (art. 96, § 3º da Lei nº 14.133/2021). Dessa forma, o prazo contido no item 11.1 poderá ser maior que 1 (um) mês.

Nota explicativa 45:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
No caso de prestação contínua de serviços, a administração poderá inserir cláusula com a permissão de substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto. Tal previsão visa atender ao disposto no § único do Art. 97 da Lei 14.133/2021:
Art. 97. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas por esta Lei:
I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
Parágrafo único. Nos contratos de execução continuada ou de fornecimento contínuo de bens e serviços, será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no § 2º do art. 96 desta Lei.

O item deverá ser inserido conforme redação a seguir:
11.9 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as mesmas condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto.

12 PENALIDADES:
12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.
12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:
a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
12.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
12.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.
12.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
12.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
12.6 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.
12.7 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
12.8 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
12.9 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).
12.10 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.
13 CASOS DE EXTINÇÃO:
13.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua extinção, com as consequências previstas em lei, no Decreto Estadual nº 10.086/2022 e neste contrato.
13.2. Constituem motivo para extinção do contrato:
13.2.1. O não cumprimento de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos;
13.2.2. O cumprimento irregular de cláusulas, condições, especificações, projetos e prazos,
13.2.3. A lentidão no seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a presumir a não conclusão do serviço nos prazos estipulados;
13.2.4. O atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
13.2.5. A paralisação do serviço sem justa causa e sem prévia comunicação ao CONTRATANTE;
13.2.6. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do CONTRATADO com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do contrato, fusão, cisão ou incorporação, que afetem a boa execução desse, exceto se autorizada pelo CONTRATANTE nos casos permitidos em lei;
13.2.7. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução, assim como as de seus superiores;
13.2.8. O cometimento reiterado de faltas na execução do ajuste, anotadas no Relatório de Fiscalização;
13.2.9. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do CONTRATADO;
13.2.10. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que, a juízo do CONTRATANTE, prejudique a execução do contrato;
13.2.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
13.2.12. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
13.2.13. A falta de integralização da garantia nos prazos estipulados;
13.2.14. Razões de interesse público justificadas e determinadas pela autoridade máxima do órgão ou entidade;
13.2.15. A supressão, por parte do CONTRATANTE, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido legalmente;
13.2.16. A suspensão de sua execução, por ordem escrita do CONTRATANTE, por prazo superior a 3 (três) meses, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
13.2.17. O atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE decorrentes de serviços ou fornecimentos ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
13.2.18. A não liberação, por parte do CONTRATANTE, de área, local ou objeto para execução de serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
13.2.19. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva da execução do contrato.
13.2.20. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
13.2.21. A superveniência da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública;
13.2.22. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença.
13.3 O presente instrumento poderá ser extinto:
13.3.1 determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
13.3.2 consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou
13.3.3 determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
13.4 No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.
13.5 Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.
13.6 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.
14 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:
14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.
14.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
14.2 É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
14.2.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
14.2.2 sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
14.2.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

14.3 As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.
14.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

Nota explicativa 46:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A Administração deverá optar por uma das cláusulas abaixo, conforme previamente definido no Termo de Referência:
15.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
Ou
15.1 É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de .....% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
15.1.1 é vedada a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo submetidas a prova de capacidade técnica, assim definidas no instrumento convocatório;
15.1.2 é vedada a subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte e microempreendedor individual que tenham participado da licitação;
15.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
15.3 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
15.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

A Administração Pública deve avaliar a necessidade de incluir outras condicionantes quando se admitir a subcontratação parcial, de acordo com o objeto, podendo elencá-las como desdobramentos do subitem 15.1.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS
16.1 O Contratante e o Contratado, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
16.2 O tratamento de dados pessoais indispensáveis à prestação dos serviços por parte do contratado, se houver, será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do contratante, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade;
16.3 Os dados tratados pelo contratado somente poderão ser utilizados na prestação dos serviços especificados neste contrato, e em hipótese alguma poderão ser utilizados para outros fins, observadas as diretrizes e instruções transmitidas pelo contratante;
16.4 Os registros de tratamento de dados pessoais que o contratado realizar serão mantidos em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo;
16.5 o Contratado deverá apresentar evidências e garantias suficientes de que aplica adequado conjunto de medidas técnicas e administrativas de segurança, para a proteção dos dados pessoais, segundo a legislação e o disposto nesta Cláusula;
16.6 o Contratado dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do contratante, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.
16.7 O eventual acesso, pelo contratado, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos comerciais ou industriais implicará para o contratado e para seus prepostos – devida e formalmente instruídos nesse sentido – o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato e após o seu encerramento.
16.8 O encarregado do contratado manterá contato formal com o encarregado do contratante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.
16.9 A critério do controlador e do encarregado de Dados do contratante, o contratado poderá ser provocado a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.
16.10 o Contratado responde pelos danos que tenha causado em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.
16.11 Os representantes legais do contratado, bem como os empregados que necessariamente devam ter acesso a dados pessoais sob controle do Estado para o cumprimento de suas tarefas, deverão firmar termo de compromisso e confidencialidade, em que se responsabilizem pelo cumprimento da LGPD e pelo disposto nesta Cláusula.
16.12 As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte do contratado, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
16.13 As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos artigos 11, 12 e 13 do Decreto Estadual n.º 6.474, de 2020.
16.14 O contratante poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados ao Contratado, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento dos deveres e obrigações aplicáveis;
16.15 Eventual compartilhamento de dados pessoais com empresa subcontratada dependerá de autorização prévia do contratante, hipótese em que o subcontratado ficará sujeito aos mesmos limites impostos ao contratado.
16.16 Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, o contratado providenciará o descarte ou devolução, para o contratante, de todos os dados pessoais e as cópias existentes, atendido o princípio da segurança.
16.17 As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do contratante à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada.

Nota explicativa 47:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Caso o órgão, durante o estudo técnico preliminar, entenda pela necessidade de elaboração de matriz de risco, deve ser inserida na minuta do contrato cláusula definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:
a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico;
c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no Termo de Referência,
consideradas as características do regime de execução;
No caso de inserção de cláusula sobre matriz de risco, a numeração dos itens do contrato deverá ser ajustada na sequência.

Nota explicativa 48:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
A presente minuta foi elaborada sem a inclusão de cláusula compromissória.
No caso de adoção de cláusula compromissória, conforme o estabelecido no art. 726 do Decreto n.º 10.086/2022, o órgão/entidade deverá utilizar o texto da cláusula compromissória aprovada pela PGE.

Art. 726. Os contratos de concessão de serviços públicos, as concessões patrocinadas e administrativas poderão conter cláusula compromissória.
§ 1º Poderá, ainda, conter cláusula compromissória qualquer outro contrato ou ajuste cujo valor exceda a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
§ 2º A Procuradoria-Geral do Estado padronizará, mediante Resolução, o texto das cláusulas compromissórias.
§ 3º As cláusulas compromissórias adotarão a forma escalonada, devendo as partes submeter-se à mediação prévia à instauração da arbitragem.
(...)
No caso de inserção de cláusula compromissória, a numeração dos itens do contrato deverá ser ajustada na sequência.

17. DA CONFIDENCIALIDADE E DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES
17.1 Consideram-se informações todos os dados revelados por meio de acesso aos sistemas do Estado, independentemente de sua disponibilidade por meio de senha pessoal, ou manuseio de arquivos físicos, incluindo-se o que tiver acesso em razão de atendimentos realizados, telefonemas ou informações havidas por quaisquer outros meios durante a prestação do serviço ora contratado.
17.2 A CONTRATADA e seus empregados se comprometem a utilizar as informações reveladas exclusivamente para os propósitos da execução do presente Contrato.
17.3 A CONTRATADA se obriga a não revelar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento a terceiros, bem como a não permitir que nenhum de seus empregados, prepostos e/ou representantes faça uso das informações obtidas em cumprimento do Contratado.
17.4 A CONTRATADA responsabiliza-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por seu intermédio, obrigando-se a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo ou confidencialidade de todas as informações fornecidas.
17.5 A CONTRATADA se compromete a cientificar seus empregados, prepostos e/ou representantes da presente cláusula e da natureza confidencial das informações.
17.6 A CONTRATADA firmará acordos por escrito com seus empregados, prepostos e/ou representantes ligados direta ou indiretamente ao Contrato, cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições da presente cláusula.
17.7 A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor, incluindo a rescisão do presente Contratado.
17.8 A CONTRATADA estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Estado do Paraná, inclusive os de ordem moral, sem prejuízo da apuração de responsabilidade no âmbito civil, criminal e administrativo após regular processo administrativo ou judicial.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS:
18.1 Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.
18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.
18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.
18.4 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Local e data

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas

1 – Nome:

2 – Nome:

ANEXO XI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos na Concorrência n.º XXX/XXXX, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

( ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local, data.

_____
Representante Legal

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo representante legal, separadamente dos Invólucros nº 1, 2, 3 e 4, nos termos do item 7.1.3 do Edital.

ANEXO XII
MODELO DECLARAÇÃO LGPD

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
1.2. referentes a participações societárias;
1.3. informações inseridas em contratos sociais;
1.4. endereços físicos e eletrônicos;
1.5. estado civil;
1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
1.7. relações de parentesco;
1.8. número de telefone;
1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.
2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública.
3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

_____
Representante Legal

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo representante legal, separadamente dos Invólucros nº 1, 2, 3 e 4, nos termos do item 7.1.3 do Edital.

ANEXO XIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE TRATA O ART. 63, I, DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021

(timbre ou identificação do licitante)

A empresa (razão social da licitante), com sede na(o) (endereço completo da licitante), na cidade de (nome da cidade), Estado de (nome do Estado), inscrita no CNPJ sob o n° (n° do CNPJ) neste ato representada pelo(a) Sr.(ª). (nome do representante legal da licitante), portador(a) do RG n° (n° do RG do representante legal da licitante) e do CPF n° (n° do CPF do representante legal da licitante), em atendimento ao disposto no art. 63, I, da Lei Federal n° 14.133/2021, DECLARA, sob as penas da lei, que reúne as condições de habilitação exigidas no edital de Concorrência Pública nº XXX/XXXX, que tem por objeto a contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional para atender à demanda do(a) XXXXX .

Local e data.

_____
Empresa

Assinatura do representante legal

Nome e função da pessoa que assina

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo representante legal, separadamente dos Invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4, nos termos do item 7.1.3 do Edital.

ANEXO XIV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

A empresa (razão social da licitante), com sede no(a) (endereço completo da licitante), na cidade de (nome da cidade), Estado de (nome do Estado), inscrita no CNPJ sob o nº (n° do CNPJ) neste ato representada pelo(a) Sr(ª). (nome do representante legal da licitante), portador do RG nº (no do RG do representante legal da licitante) e do CPF nº (nº do CPF do representante legal da licitante), DECLARA, para fins de participação na Concorrência Pública nº XXX/XXXX, cujo objeto é a contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional para atender à demanda do(a) XXXXXXXX, sob as penas da lei que, que até a presente data inexiste(m) fato(s) superveniente(s) impeditivo(s) para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

_____

Representante legal

Qualificação e assinatura

Obs: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo representante legal, separadamente dos Invólucros nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4, nos termos do item 7.1.3 do Edital.

ANEXO XV
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

A empresa (razão social da licitante), com sede no(a) (endereço completo da licitante), na cidade de (nome da cidade), Estado de (nome do Estado), inscrita no CNPJ sob o nº (n° do CNPJ) neste ato representada pelo(a) Sr(ª). (nome do representante legal da licitante), portador do RG nº (no do RG do representante legal da licitante) e do CPF nº (nº do CPF do representante legal da licitante), para fins do disposto no item 4.4.1.1, alínea ‘e’, das Condições Gerais do Edital da Concorrência Pública nº XXX/XXXX, cujo objeto é a contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional para atender à demanda do(a) XXXXXXXX, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:
a) a proposta apresentada para participar dessa Concorrência foi elaborada de maneira independente (pela licitante), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar dessa Concorrência não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência quanto a participar ou não da referida licitação;
d) o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato dessa Concorrência antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
e) o conteúdo da proposta apresentada para participar dessa Concorrência não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Secretaria de Estado da Comunicação (SECOM) ou do(a) (Órgão/Entidade interessado pela licitação) antes da abertura oficial das propostas; e
f) está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data.

_____
Empresa
Assinatura do representante legal

Obs. 1: Esta declaração deverá ser impressa em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo representante legal.
Obs. 2: Esta Declaração deverá ser apresentada junto com a Proposta de Preços do Anexo VI.

ANEXO XVI

FORMULÁRIO DE CADASTRO
LISTA DE COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA
MEMBRO COM VÍNCULO FUNCIONAL OU CONTRATUAL COM O ESTADO DO PARANÁ

ORIENTAÇÕES GERAIS

Esta Concorrência para contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional prestados por intermédio de empresa especializada é processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, na forma do art. 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

A Subcomissão Técnica analisará as propostas e informações apresentadas nos Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada) e nº 3 (Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe) para julgamento das Propostas Técnicas das licitantes.

A Subcomissão Técnica tem total autonomia na pontuação das propostas técnicas, observadas as disposições estabelecidas no Edital, não estando submetida a nenhuma autoridade, interferência ou influência do órgão contratante, nem da Comissão Especial de Licitação, nas questões relacionadas ao julgamento técnico.

Todos os membros da Subcomissão Técnica participam de forma igualitária, com o mesmo poder de decisão e expressão, independente do cargo/função exercida no órgão contratante.

Todas as informações relativas às Propostas Técnicas e ao seu julgamento são de caráter estritamente sigiloso e não devem ser divulgadas pelos integrantes da Subcomissão Técnica, externamente ou internamente no órgão contratante, antes da publicação na imprensa oficial do resultado do julgamento técnico, pela Comissão Especial de Licitação.

Nome:	
Nacionalidade:	
Estado Civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

Eu, _____, após a leitura das orientações gerais, solicito meu cadastro para participar da lista a partir da qual serão escolhidos, mediante sorteio, os integrantes da Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas no curso da Concorrência Pública nº XXX/XXXX da Secretaria de Estado da Comunicação, para atendimento da demanda do(a) XXXXXXX, em cumprimento ao que dispõe o art. 10 da Lei nº 12.232/2010.

Declaro que cumpro os requisitos necessários para, caso seja sorteado(a), integrar a Subcomissão Técnica desta licitação, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.232/2010, pois:

( ) possuo formação acadêmica ou
( ) atuo na área de ( ) comunicação, ( ) publicidade ou ( ) marketing

E para comprovar declaro anexar ao presente formulário os seguintes documentos:
(especificar os documentos que estão sendo apresentados, por exemplo, documento oficial com foto – RG, carteira de habilitação, carteira profissional, etc. – diploma de conclusão de curso, currículo, etc.)

_____
_____
_____

Declaro, ainda, que:
• não mantenho nenhum vínculo com qualquer licitante que participará do certame, nem exerço atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse na Concorrência em comento;
• não possuo cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possam ser por mim beneficiados ou influir em meus atos nesta Subcomissão Técnica;
• sendo escolhido(a), mediante sorteio, para compor a subcomissão técnica, assumo desde já o compromisso de:
(i) eximir-me de participar, de qualquer maneira, direta ou indiretamente, inclusive de assistir à transmissão ao vivo da primeira sessão pública da licitação, em que serão entregues os invólucros pelas empresas participantes, bem como me eximo de investigar a identidade dessas proponentes e das propostas técnicas por elas apresentadas;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

(ii) permanecer em sala reservada com os demais membros da subcomissão técnica durante a realização da primeira sessão pública, conforme as instruções da Secretaria de Estado da Comunicação e/ou do(a) (Órgão/Entidade interessado na licitação) de modo a resguardar o sigilo necessário quanto à autoria das propostas técnicas;
(iii) sempre atender ao chamado da Secretaria de Estado da Comunicação e/ou do(a) (Órgão/Entidade interessado na licitação) para reunir-me com os demais integrantes da subcomissão técnica para realizar os trabalhos inerentes ao julgamento técnico do certame;
(iv) abster-me de exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições da subcomissão e com a imparcialidade da análise e julgamento das Propostas Técnicas da Concorrência em comento;
(v) guardar sigilo sobre as informações relativas ao processo licitatório, até sua divulgação ao público e de não me utilizar de informações às quais tenha acesso em razão do exercício das minhas atividades, de modo a obter, para mim ou para outrem, vantagem de qualquer natureza;
• estou ciente de que serei responsabilizado, administrativa e criminalmente na forma da lei, por eventuais ações ou omissões que prejudiquem o curso do processo licitatório, nos termos do Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), no que couber.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local, data

(Assinatura)

_____
(Nome completo)

Observação: esta declaração é destinada ao preenchimento pelos servidores e integrantes da sociedade civil que se cadastrarão para realização do sorteio que designará a Subcomissão Técnica, não sendo necessária sua apresentação pelas licitantes.

ANEXO XVII

FORMULÁRIO DE CADASTRO
LISTA DE COMPOSIÇÃO DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA
MEMBRO SEM VÍNCULO FUNCIONAL OU CONTRATUAL COM O ESTADO DO PARANÁ

ORIENTAÇÕES GERAIS

Esta Concorrência para contratação de serviços de assessoria de comunicação institucional prestados por intermédio de empresa especializada é processada e julgada por Comissão Especial de Licitação, na forma do art. 10 da Lei Federal nº 12.232/2010, com exceção da análise e julgamento das Propostas Técnicas.

A Subcomissão Técnica analisará as propostas e informações apresentadas nos Invólucros nº 1 (Plano de Comunicação Institucional – Via Não Identificada) e nº 3 (Capacidade de Atendimento, Perfil e Habilidades Específicos da Equipe) para julgamento das Propostas Técnicas das licitantes.

A Subcomissão Técnica tem total autonomia na pontuação das propostas técnicas, observadas as disposições estabelecidas no Edital, não estando submetida a nenhuma autoridade, interferência ou influência do órgão contratante, nem da Comissão Especial de Licitação, nas questões relacionadas ao julgamento técnico.

Todos os membros da Subcomissão Técnica participam de forma igualitária, com o mesmo poder de decisão e expressão, independente do cargo/função exercida no órgão contratante.

Todas as informações relativas às Propostas Técnicas e ao seu julgamento são de caráter estritamente sigiloso e não devem ser divulgadas pelos integrantes da Subcomissão Técnica, externamente ou internamente no órgão contratante, antes da publicação na imprensa oficial do resultado do julgamento técnico, pela Comissão Especial de Licitação.

Nome:	
Nacionalidade:	
Estado Civil:	
Profissão:	
RG:	
CPF:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	

Eu, _____, após a leitura das orientações gerais, solicito meu cadastro para participar da lista a partir da qual serão escolhidos, mediante sorteio, os integrantes da Subcomissão Técnica responsável pela análise e julgamento das propostas técnicas apresentadas no curso da Concorrência Pública nº XXX/XXXX da Secretaria de Estado da Comunicação, para atendimento da demanda do(a) XXXXXXX, em cumprimento ao que dispõe o art. 10 da Lei nº 12.232/2010.

Declaro que cumpro os requisitos necessários para, caso seja sorteado(a), integrar a Subcomissão Técnica desta licitação, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei nº 12.232/2010, pois:

( ) possuo formação acadêmica ou
( ) atuo na área de ( ) comunicação, ( ) publicidade ou ( ) marketing

E para comprovar declaro anexar ao presente formulário os seguintes documentos:

(especificar os documentos que estão sendo apresentados, por exemplo, documento oficial com foto – RG, carteira de habilitação, carteira profissional, etc. – diploma de conclusão de curso, currículo, etc.)

_____
_____
_____

Declaro, ainda, que:
• não mantenho nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto, com as Secretarias de Estado da Comunicação e/ou do(a) (Órgão/Entidade interessado na licitação);
• não mantenho nenhum vínculo com qualquer licitante que participará do certame, nem exerço atividade que implique a prestação de serviços ou a manutenção de relação de negócio com pessoa física ou jurídica que tenha interesse na Concorrência em comento;

• não possuo cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, e que possam ser por mim beneficiados ou influir em meus atos nesta Subcomissão Técnica;
• sendo escolhido(a), mediante sorteio, para compor a subcomissão técnica, assumo desde já o compromisso de:
(i) eximir-me de participar, de qualquer maneira, direta ou indiretamente, inclusive de assistir à transmissão ao vivo da primeira sessão pública da licitação, em que serão entregues os invólucros pelas empresas participantes, bem como me eximo de investigar a identidade dessas proponentes e das propostas técnicas por elas apresentadas;
(ii) permanecer em sala reservada com os demais membros da subcomissão técnica durante a realização da primeira sessão pública, conforme as instruções da Secretaria de Estado da Comunicação de modo a resguardar o sigilo necessário quanto à autoria das propostas técnicas;
(iii) sempre atender ao chamado da Secretaria de Estado da Comunicação e/ou do(a) (Órgão/Entidade interessado na licitação) para reunir-me com os demais integrantes da subcomissão técnica para realizar os trabalhos inerentes ao julgamento técnico do certame;
(iv) abster-me de exercer, direta ou indiretamente, atividade que em razão da sua natureza seja incompatível com as atribuições da subcomissão e com a imparcialidade da análise e julgamento das Propostas Técnicas da Concorrência em comento;
(v) guardar sigilo sobre as informações relativas ao processo licitatório, até sua divulgação ao público e de não me utilizar de informações às quais tenha acesso em razão do exercício das minhas atividades, de modo a obter, para mim ou para outrem, vantagem de qualquer natureza;
• estou ciente de que serei responsabilizado, administrativa e criminalmente na forma da lei, por eventuais ações ou omissões que prejudiquem o curso do processo licitatório, nos termos do Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), no que couber.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Local, data

(Assinatura)

_____
(Nome completo)

Observação: esta declaração é destinada ao preenchimento pelos servidores e integrantes da sociedade civil que se cadastrarão para realização do sorteio que designará a Subcomissão Técnica, não sendo necessária sua apresentação pelas licitantes.

Anexo XVIII

REGRAMENTO PARA ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Nota explicativa 49:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas do edital a ser publicado)
Nos casos de contratações e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá conter regramento para elaboração de programa de integridade.
Caso não seja de grande vulto, este anexo deverá ser excluído e ajustada a numeração sequencial.

LISTA DE VERIFICAÇÃO -
Concorrência – Serviços de Comunicação Institucional

Protocolo n.º

Nota explicativa 1
A presente lista de verificação foi elaborada com base na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 10.086/2022, observados os arts. 5º, 20-A e 20-B da Lei Federal nº 12.232/2010.

Nota explicativa 2
A presente lista pressupõe a utilização dos modelos de editais, contratos e termos de referência elaborados pela PGE, uma vez que tais modelos cumprem os requisitos legais essenciais.

Nota explicativa 3
A lista deve ser preenchida pelo órgão contratante como instrumento de transparência e eficiência durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência das exigências mínimas nela contidas, devendo ser juntada ao processo.

Nota explicativa 4
A lista foi dividida em duas tabelas. A primeira trata de requisitos gerais de todas as contratações. A segunda abrange as justificativas que devem integrar a instrução processual.

Nota explicativa 5
As respostas foram pré-definidas nas tabelas, sendo:
S (sim)
N (não)
N/A (não se aplica)

Nota explicativa 6
Na utilização das listas, deverão ser analisadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução.

REQUISITOS					
DESCRIÇÃO	SIM	NÃO	N/A*	FOLHAS	SETOR TÉCNICO COMPETENTE

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	REQUISITOS					
1.	Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, nos termos do Decreto n.º 7.304/2021?					
2.	Consta a solicitação/requisição do objeto, elaborada pelo agente ou setor competente?					
3.	Foi avaliada a possibilidade de os serviços objeto da licitação serem prestados pelos servidores do respectivo órgão ou entidade, considerando os termos do art. 20-A, § 3º, da Lei nº 12.232/2010?					
4.	A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?					
5.	Foi certificado o atendimento do princípio da segregação de funções? (art. 7º, §1º, Lei Federal nº. 14.133/2021).					
6.	Consta documento de formalização de demanda?					
7.	O objeto requisitado está contemplado no Plano de Contratações Anual, de acordo com o Decreto n.º 10.086/2022?					
8.	A autoridade competente da unidade demandante justificou a necessidade da contratação?					
9.	Há justificativa fundamentada dos quantitativos requisitados, tais como demonstrativo de consumo dos exercícios anteriores, relatórios do setor de contratos e/ou outros dados objetivos que demonstrem o dimensionamento adequado da aquisição/contratação?					
10.	Há Estudo Técnico Preliminar elaborado pelo setor requisitante e aprovado pela autoridade competente (art. 15, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 10.086/2022)?					
11.	Há Análise de Riscos?					
12.	Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?					
13.	Há Termo de Referência elaborado pelo setor requisitante?					
14.	O documento contendo as especificações e a quantidade estimada do serviço observou as diretrizes da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 10.086/2022?					
15.	Foram utilizados os modelos de minutas padronizados da Procuradoria-Geral do Estado?					
16.	Consta a aprovação motivada do termo de referência pela autoridade competente, nos termos do §3.º do art. 19 do Decreto n.º 10.086/2022?					
17.	Foi realizada ampla pesquisa de preços praticados pelo mercado do ramo do objeto a ser contratado, baseada em critérios aceitáveis observando-se o contido no Decreto n.º 10.086/2022?					
18.	A metodologia de obtenção do preço de referência foi esclarecida e devidamente justificada?					
19.	Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica?					
20.	Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD					
21.	Declaração de Adequação da Despesa e de Regularidade do Pedido					
22.	Se for o caso, constam a estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa prevista no art. 16, I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16?					
23.	A autoridade competente designou a Comissão Especial de Licitações?					
24.	Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório?					
25.	Há anuência da SECOM/PR (art. 36, §2, Decreto nº. 2.663/2023) sobre a contratação?					
26.	Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?					
27.	A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital?					
28.	Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo?					
29.	Caso não seja licitação realizada pela SECOM/PR, há anuência deste órgão (art. 36, §2, Decreto nº. 2.663/2023) para a contratação?					

Assinatura do agente competente:
Nome: _____

ANEXO À LISTA DE VERIFICAÇÃO
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVAS QUE DEVERÃO INTEGRAR O PROCESSO LICITATÓRIO

JUSTIFICATIVAS						
DESCRIÇÃO		S	N	N/A	Folhas	Setor Técnico Competente
1.	Justificativa para licitação se dar de modo presencial.					
2.	Exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto.					
3.	Qualificação econômico-financeira.					
4.	Critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas.					
5.	Regras pertinentes à participação de empresas em consórcio.					
6.	Justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (deve integrar o ETP – inciso V, do § 1.º do art. 18, da Lei Federal n.º 14.133/2021).					
7.	Opção pelo parcelamento ou não da contratação.					
8.	Manifestação quanto à observância do princípio da padronização, em atenção ao disposto no art. 19, §2º, da Lei 14.133/2021 c/c art. 20, do Decreto 10.086/2022, quando o serviço se encontrar padronizado.					
9.	O estudo técnico preliminar contempla todos os elementos previstos no § 1.º do art. 18 da Lei Federal n.º 14.133/2021 (O ETP deverá conter no mínimo os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º do art. 18).					
10.	Utilização do catálogo eletrônico de padronização.					
11.	Escolha de fornecedores utilizados na pesquisa para a formação do orçamento.					
12.	Opção pelo caráter sigiloso do orçamento estimado da contratação.					
13.	Exigência de que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da Administração Pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial ou tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não. (Autoridade competente)					
14.	Justificativa da proporção / peso máxima entre proposta técnica e a de preços					
15.	Proposta parcial: Para afastar a admissão de proposta parcial pelo licitante, a Administração deve justificar o prejuízo. O quantitativo mínimo deve estar previsto no Termo de Referência.					
16.	Inaplicabilidade do art. 48, da Lei Complementar nº. 123/06, à luz do disposto no art. 120, do Decreto nº 10.086/2022.					
17.	Garantia de execução: Fica a critério da Administração exigir, ou não, a garantia, devendo justificar as razões para essa decisão, considerando os estudos preliminares e a análise de riscos feita para a contratação.					
18.	Justificativa da escolha do critério de julgamento técnica e preço (e não apenas técnica), tendo em vista o art. 5º c/c art. 20-A da Lei Federal nº 12.232/2010.					
19.	O prazo contratual, bem como o índice de reajuste do contrato					
20.	Determinação do prazo de validade das propostas					
21.	Substituição da documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional (Art. 67, §3º, Lei Federal nº. 14.133/2021)					
22.	Os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?					
23.	Justificativa para permitir ou vedar a subcontratação.					

Nota Explicativa 7
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser assinada)

Essa lista de verificação destina-se à licitação na modalidade Concorrência, na forma presencial, para a contratação de serviços de comunicação institucional, para atender às demandas dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Nota Explicativa 8
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser assinada)
A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos, conforme o estabelecido no parágrafo único do art. 4.º do Decreto n.º 3.203/2015.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Local, [dia] de [mês] de 20XX.

[Nome e assinatura do servidor responsável pelo preenchimento]

[Nome e assinatura do chefe do setor competente]

[Nome e assinatura
servidor responsável pela licitação/contratação]

Nota explicativa 9:
(Obs. As notas explicativas são meramente orientativas. Portanto, devem ser excluídas da lista de verificação a ser apensada ao processo)
Recomenda-se que as assinaturas na lista de verificação sejam realizadas por meio eletrônico, nos termos do Decreto Estadual n.º 7.304/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

126092/2025

Controladoria Geral do Estado

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
RESOLUÇÃO CONJUNTA CGE/SEEC Nº 01/2025

Designa servidora para exercer, interinamente, a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial junto à Secretaria de Estado da Cultura.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023; e pelo § 2º, do art. 10, da Lei Estadual nº 17.745, de 2013, e

A **SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023,

RESOLVEM:

Art.1º Designar a servidora CARLA HOLLER ALVES, matrícula n.º 922743, para, sem prejuízo das suas atribuições, exercer interinamente a função de Chefe de Núcleo de Integridade e Compliance Setorial junto à Secretaria de Estado da Cultura, no período de 22/09/2025 a 01/10/2025, em substituição ao titular do cargo ROBSON LUIS BUENO BALAGUER, matrícula n.º 750111, por motivo de férias, conforme protocolo n. º 24.647.951-8.

Art.2º Essa Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

IZABEL CRISTINA MARQUES
Controladora-Geral do Estado, em substituição.

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA
Secretária de Estado da Cultura

125639/2025

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RESOLUÇÃO CGE Nº 115/2025

Designa servidores para atuarem como gestor e fiscal do Contrato Administrativo GMS n.º 6000/2025, firmado entre a Controladoria-Geral do Estado - CGE e a empresa Debrin Brasil LTDA ME.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, em substituição, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023, e pelo art. 10 da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores, MARCELA GONÇALVES DE OLIVEIRA, matrícula n.º 1076378, para atuar como gestora, JULIANE FROGGEL ALVES DE SOUZA, matrícula n.º 810347, para atuar em substituição da gestora; ALESSANDRA CARDOSO DOS SANTOS, matrícula n.º 798999, para atuar como fiscal e MATHEUS HENRIQUE ORTEGA, matrícula n.º 818063, para atuar em substituição da fiscal do Contrato Administrativo GMS sob o n.º 6000/2025, cujo objeto trata da aquisição de pastas personalizadas, firmado entre a CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 19.507.673/0001-60 e a empresa DEBRIN BRASIL LTDA ME, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.658.540/0001-67, sendo responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados e da qualidade dos serviços prestados

Art. 2° Ao Gestor do Contrato compete o cumprimento das atribuições previstas no art. 10 e ao Fiscal do Contrato o cumprimento das atribuições previstas nos artigos 11 e 12 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, na proporção dos aspectos técnicos e administrativos da fiscalização.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

IZABEL CRISTINA MARQUES
Controladora-Geral do Estado, em substituição

125712/2025

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
RESOLUÇÃO CGE Nº 113/2025

Designa servidor para exercer, interinamente, a função de Coordenador de Corregedoria da Controladoria-Geral do Estado.

A **CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 2023; e pelo §2º, do art. 10, da Lei Estadual nº 17.745, de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor CONRADO FERNANDO SCHRAMME, matrícula nº 793117, para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer, interinamente, a função de Coordenador de Corregedoria da Controladoria-Geral do Estado, no período de 29/09/2025 a 08/10/2025, em substituição ao titular do cargo, DANIEL LUIZ GODOY DALACQUA, matrícula n.º 545244, por motivo de férias, conforme protocolo n. º 24.669.451-6.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

IZABEL CRISTINA MARQUES
Controladora-Geral do Estado, em substituição.

125697/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Administração e da Previdência

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SESP N.º 941/2025

Concede promoção aos servidores do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Segurança Pública**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo nº 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.529.494-8,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Conceder aos servidores estáveis e ativos do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo II desta Resolução.

Art. 4º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Cel. PM RR Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

ANEXO I

PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO

NOME	CPF	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
WENILTON CALVETTI	355.XXX.XXX-04	1	SESP	AE	XIV	XV
ALEXANDRE SILVA DO NASCIMENTO	028.XXX.XXX-58	2	SESP	AE	VII	VIII
SONIA MARIA KUSS	738.XXX.XXX-15	2	SESP	AE	VII	VIII
VERA LUCIA PICHUR	033.XXX.XXX-30	1	SESP	AE	III	IV
ENIO AUGUSTO GRANATTO DE OLIVEIRA	877.XXX.XXX-49	1	SESP	AP	VIII	IX

ANEXO II

PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO

NOME	CPF	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
CLAUDIO ZAMBRINI INES	651.XXX.XXX-49	2	SESP	AO	VIII	XIII
RUTH MARCIA GONCALVES	934.XXX.XXX-72	2	SESP	AO	VIII	XIII
MARCELO DE CASTILHO OLIVEIRA	673.XXX.XXX-00	1	SESP	AO	VIII	XIII
LUCIANO CARDOSO DE SOUZA	869.XXX.XXX-15	1	SESP	AO	VIII	XIII
ISIDORIO KULKA	017.XXX.XXX-27	1	SESP	AO	II	VII
CRISTIANE FERREIRA DE SOUZA BATILANA	020.XXX.XXX-77	1	SESP	AE	IX	XIII
JACQUES ADRIANO CAIMI	615.XXX.XXX-53	1	SESP	AE	VIII	XIII
ROSA DOMENICA BARATO	510.XXX.XXX-53	1	SESP	AE	VIII	XIII
ELENITA TEREZINHA WOLFART CAPELETTI	022.XXX.XXX-31	1	SESP	AE	VII	XIII
ELISEU DE OLIVEIRA FERREIRA	979.XXX.XXX-68	1	SESP	AE	IX	XIII
GILSELENA BEKER DE SOUZA	478.XXX.XXX-72	1	SESP	AE	VIII	XIII
CLAUDIA FERNANDES DA SILVA	039.XXX.XXX-33	1	SESP	AP	VIII	XIII
LUCIR BARBOSA DE OLIVEIRA BARBIERO	621.XXX.XXX-00	1	SESP	AP	IX	XIII
ROSARIA DE CAMPOS TEIXEIRA	020.XXX.XXX-50	1	SESP	AP	III	VII
RICARDO CESAR MAZETTO	029.XXX.XXX-08	1	SESP	AP	II	XIII
CARINA CASTANHEIRA DOS SANTOS DE ASSIS	903.XXX.XXX-15	1	SESP	AP	IX	XIII
ANDREIA MIKUSKA	044.XXX.XXX-43	1	SESP	AP	VIII	XIII
MONICA CIELO VEDOIN	003.XXX.XXX-56	1	SESP	AP	VIII	XIII

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/DETRAN N.º 939/2025

Concede Promoção à servidora do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná – QPDE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito do Paraná**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, o contido na Lei n.º 18.467 de 27 de abril de 2015, que Regulamentou o Quadro Próprio e cargos comissionados do Departamento de Trânsito do Paraná, o contido na Lei n.º 21.107 de 30 de junho de 2022, que dispõe sobre o subsídio do Quadro Próprio dos Servidores do Detran do Estado do Paraná, considerando o artigo 13 da Lei Complementar n.º 231, de 17 de dezembro de 2020 e o Despacho do Governador de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3) e ainda ao disposto no Protocolo n.º 24.545.553-4,

RESOLVEM:

Art. 1º. Conceder à servidora estável, ativa, regida pela Lei Estadual n.º 18.467/2015, do Quadro Próprio dos Servidores do Detran do Estado do Paraná – QPDE, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR MERECIMENTO** na forma do artigo 8º, da Lei Estadual n.º 21.107/22 e do artigo 2º da Portaria n.º 938/2022-DG do Detran/PR, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º. Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional às Unidades de Recursos Humanos da servidora, nos sistemas administrados pela Divisão de Gestão da Folha – DGF/SEAP.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Santin Roveda
Presidente do Departamento de Trânsito do Paraná

ANEXO ÚNICO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	QUADRO	CARGO	CLASSE	
						DE	PARA
TANIA MARA ASSUMPÇÃO DE OLIVEIRA	2.XXX.547-X	1	DETRAN	QPDE	DTTE	VII	VIII

125911/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEAB/IDR N.º 940/2025

Concede promoção à servidora do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência**, o **Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento** e o **Diretor-Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER** no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.545.746-4,

RESOLVEM:

Art. 1° Conceder à servidora estável e ativa do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regido pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, 1 (uma) classe salarial a título de **PROMOÇÃO POR CAPACITAÇÃO**, na forma do inciso II, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, à servidora a seguir:

N.	NOME	RG	ID	LF	CARGO	DE	PARA
1	NADIA OKAWA BONFIM	7.XXX.552-X	511846	1	AGENTE DE EXECUÇÃO	VII	VIII

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4 à Unidade de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Camila Luiza Cunha Bernardo Aragão
Secretária de Estado da Agricultura e do Abastecimento em Exercício

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

125928/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEDEF N.º 938/2025

Concede promoção à servidora do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE.

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família**, no uso de suas atribuições legais,

conferidas pelo artigo 90 da Constituição Estadual, considerando a Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e art. 7° do Regulamento da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, aprovado pelo Decreto n.º 3.888, de 21 de janeiro de 2020, considerando o contido na Lei n.º 13.666/2002, de 05 de julho de 2002, que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, considerando o Despacho do Governador, de 4 de abril de 2025 (protocolo n.º 23.342.639-3), e o disposto no Protocolo n.º 24.616.969-1,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder à servidora estável e ativa do Quadro Próprio do Poder Executivo – QPPE, regida pela Lei Estadual n.º 13.666, de 05 de julho de 2002, **PROMOÇÃO POR ESCOLARIDADE OU TITULAÇÃO**, na forma do inciso III, §1º do Art. 9ºA da Lei Estadual n.º 13.666/02, conforme o Anexo Único desta Resolução.

Art. 2º Determinar o processo de implantação e registro dos institutos de desenvolvimento funcional no sistema RH-Paraná/Meta4às Unidades de Recursos Humanos dos servidores.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 12 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Rogerio Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

ANEXO ÚNICO

NOME	RG	LF	ÓRGÃO	CARGO	DE	PARA
					CL	CL
SAMANTA KREVORUCZKA	6.XXX.662-X	1	SEDEF	AGP	IX	XIII

125691/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAP/SEJU N.º 942/2025

O **Secretário de Estado da Administração e da Previdência** e o **Secretário de Estado da Justiça e Cidadania**, face suas atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 21.352 de 01 de janeiro de 2023, e considerando a Lei n.º 13.666 de 05 de julho de 2002 que instituiu o Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado do Paraná – QPPE, considerando a Lei nº 21.119, de 30 de junho de 2022 que altera dispositivos da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002, regulamentada no Decreto n.º 4.333 de 07 de dezembro de 2023 e considerando o contido no protocolo n.º 24.209.535-9,

RESOLVEM:

Art. 1º Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução n.º 14.969, de 03 de agosto de 2018 - SEAP, publicada no Diário Oficial n.º 10.247, de 07 de agosto de 2018, na parte que concedeu ao servidor **Lucas Fernandes dos Santos, RG n.º 7.XXX.370-X,** a progressão por titulação na classe III, referência 3, para que passe a constar a progressão por titulação para a classe III, referência 4, a partir de 01 de agosto de 2018.

Art. 2º Conceder, por força de decisão judicial, Progressão por Antiguidade, ao servidor **Lucas Fernandes dos Santos, RG nº 7.XXX.370-X,** da classe III, referência 6, para Classe III, referência 07, a partir de 04/02/2023.

Art. 3º Retificar, por força de decisão judicial, o Anexo Único da Resolução n.º 902, de 30 de março de 2023, publicada no Diário Oficial n.º 11.391, de 31 de março de 2023, na parte que concedeu ao servidor **Lucas Fernandes dos Santos, RG nº 7.XXX.370-X,** o enquadramento funcional na classe III, para que passe a constar o enquadramento na classe IV, a partir de 01 de abril de 2023.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Valdemar Bernardo Jorge
Secretário de Estado da Justiça e Cidadania

125643/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
EXTRATO DO EDITAL CONJUNTO 11/2025-SEAP/SETI

Protocolo: 24.567.792-8

Integrantes:
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP, CNPJ 77.071.579/0001-08 e Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, CNPJ 77.046.951/0001-25 - Universidade Estadual De Ponta Grossa (UEPG), CNPJ 80.257.355/0001-08

Objeto:
Divulgação da abertura das inscrições para a realização de processo seletivo para o preenchimento de 33 (trinta e três) vagas, para nova turma do Programa de Pós-Graduação lato sensu – Especialização em Engenharia e Gestão Ambiental.

Público Alvo (*):
Ser empregado público ou servidor público civil ou militar, incluindo-se os servidores cargos em comissão, ocupantes de cargos do Poder Executivo do Estado do Paraná ou militares de todos os Quadros da Polícia Militar do Paraná, em efetivo exercício de suas funções, com formação de nível superior em uma das seguintes áreas: Engenharia, Ciências Ambientais, Arquitetura, Geografia e áreas afins

Período de Inscrições: 19/09/2025 a 08/10/2025.

Início previsto das Aulas: novembro de 2025.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

Aldo Nelson Bona
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

(*) EDITAL COMPLETO disponível no Portal da Escola de Gestão do Paraná: http://www.administracao.pr.gov.br/Escola-de-Gestao

125269/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução SEAP n. 10.362/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Autorização Governamental exarada à folha 141 do Protocolo n. 19.411.688-8, e considerando o art. 5°, inciso LV, e o art. 37, ambos da Constituição Federal, e a Lei Estadual n. 20.656, de 03 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa SIGPLAST EMBALAGENS LTDA, CNPJ n.º 12.793.110/0001-37, para apuração de possíveis irregularidades praticadas no bojo do Pregão Eletrônico n. 183/2022, cujo objeto era Registro de preços para a futura e eventual aquisição de bobinas de papel térmico, etiquetas adesivas, fitas ribbon, bobinas de plástico bolha e aplicadores de fita adesiva, sujeitando-se, assim, às sanções administrativas previstas na Lei Estadual n. 15.608/2007, em razão de não apresentar, nos lotes n. 01 e 02 do certame, os documentos de habilitação (anexo II), o descritivo da proposta (anexo III) e a amostra (no prazo e condições previstos no item 1.4 do anexo I do edital), acarretando a não manutenção da proposta.
Art. 2°. Fundamentar a presente instauração no artigo 150, incisos II e III, artigo 152, incisos I e artigo 154, inciso II, todos da Lei Estadual n. 15.608/2007.

Art. 3°. Encaminhar à Comissão Permanente de Processo Administrativo para as devidas providências e o respectivo processamento legal.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

125462/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DO ESTADO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL

Protocolo nº: 17.567.070-0
Termo de Cessão de Uso nº: 129/2023
Termo Aditivo nº: 31/2025
Cedente: Estado do Paraná
Cessionário: Município de Roncador
Fundamento legal: Lei Estadual nº 3641 de 11/10/2023, publicada no Diário Oficial nº 11521 de 11/10/2023.
Descrição: Correção da autoridade competente para assinar.
Imóvel: Cessão de uso de Imóvel do patrimônio estadual solicitada pelo Município de Roncador, objeto da Matrícula n.º 8.660 do Registro de Imóveis da Comarca de Iretama. Imóvel localizado na Avenida São Pedro nº 74 - Centro, no Município de Roncador, com área de 2.000,00m², destinado ao funcionamento de Serviços Públicos Municipais.
Valor do Imóvel: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

125575/2025

Resolução SEAP n.10.212/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Autorização Governamental exarada à folha 174 do Protocolo n. 19.489.314-0, e considerando o art. 5°, inciso LV, e o art. 37, ambos da Constituição Federal, e a Lei Estadual n. 20.656, de 03 de agosto de 2021;

RESOLVE:

Art. 1°. Instaurar o Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade (PAAR) em desfavor da empresa LIFE CARE MEDICAL INDÚSTRIA COMÉRCIO EIRELI, CNPJ n.º 39.492.550/0001-00, para apuração de possíveis irregularidades praticadas no bojo do Pregão Eletrônico n. 337/2021, cujo objeto era o Registro de preços para a futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de resgate, busca e salvamento, conduzido pelo Departamento de Logística para Contratações Públicas (DECON) desta Pasta, sujeitando-se, assim, às sanções administrativas previstas na Lei Estadual n. 15.608/2007, em razão de não apresentar os documentos de habilitação (anexo II) e o descritivo da proposta (anexo III), relativos aos lotes 25 e 26, acarretando a não manutenção da proposta.

Art. 2°. Fundamentar a presente instauração no artigo 150, incisos II e III, artigo 152, incisos I e artigo 154, inciso II, todos da Lei Estadual n. 15.608/2007.

Art. 3°. Encaminhar à Comissão Permanente de Processo Administrativo para as devidas providências e o respectivo processamento legal.

Art. 4°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de setembro de 2025.

Luizão Goulart
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

125475/2025

Resolução Retificadora SEAP Nº 10467/2025

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições legais e considerando o disposto na Lei Estadual nº 21.352, de 1° de janeiro de 2023 e pelo Decreto n° 9327 de 24 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Art. 1º da Resolução SEAP nº 10385/2025 de 10/09/2025, D.I.O.E nº 11985 de 12/09/2025.

Onde se lê: Art.1° Designar a servidora Ana Lucia Wesgueber Santos, RG nº 8.XXX.360-X, para responder como Chefe da Divisão de Documentação de Veículos do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DETO/DDV no período de 24/09/2025 a 03/10/2025, em virtude das férias do titular da função, o servidor Thiago de Carvalho Paula, RG n° 10.XXX.790-X.

Leia-se: Art. 1° Designar o servidor Elieser Cabral, RG nº 4.XXX.233-X, para responder como Chefe da Divisão de Documentação de Veículos do Departamento de Gestão do Transporte Oficial da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – SEAP/DETO/DDV no período de 24/09/2025 a 03/10/2025, em virtude das férias do titular da função, o servidor Thiago de Carvalho Paula, RG n° 10.XXX.790-X.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Luizão Goulart

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

126031/2025

Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAB/IDR Nº 11, de 16 de setembro de 2025.

Designa servidores para exercerem suas funções junto a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 20.121/2019.

RESOLVEM:

Art. 1º Designar, para exercerem suas funções junto à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), os servidores a seguir, nomeados em **Função de Desenvolvimento Rural – FDR** no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater, conforme Decreto nº 11.211, de 11 de setembro de 2025:

I – Maria do Rocio Maier Campos Carollo, RG nº 3.XXX.101-X;

II – Celso Luiz Barbizan Da Silva, RG nº 3.XXX.426-X;

III – Robson Nogueira Rachid, RG nº 9.XXX.969-X;

IV – João Carlos Dias, RG nº 3.XXX.245-X.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Márcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente
Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

125524/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA SEAB/IDR Nº 012, de 18 de setembro de 2025.

Designa servidor para exercer suas funções junto ao Instituto De Desenvolvimento Rural Do Paraná – IAPAR-EMATER.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023 e o DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei nº 20.121/2019.

RESOLVEM:

Art. 1º Designar, para exercer suas funções junto **Instituto De Desenvolvimento Rural Do Paraná – IAPAR-EMATER**, o servidor a seguir, nomeados em à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (Seab), conforme Decreto nº 11.211, de 11 de setembro de 2025:

I – Diniz Dias Doliveira, RG nº 1.XXX.046-X;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 11 de setembro de 2025.

Publique-se.

Márcio Fernando Nunes
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB

Natalino Avance de Souza
Diretor-Presidente
Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER

126007/2025



RESOLUÇÃO Nº 114, de 16 de setembro de 2025.

Designa servidor para substituir o Chefe do Departamento de Economia Rural, durante período de férias regulamentares do titular.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e com fundamento no art. 70, parágrafo único da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora **Fernanda Marie Yonamini**, RG nº 13.xxx.074-x, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pela função de Chefe do Departamento de Economia Rural, durante 15 (quinze) dias, no período de 06/10/2025 a 20/10/2025, em razão das férias regulamentares do exercício 2023, do titular **Marcelo Garrido Moreira.**

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

125496/2025

RESOLUÇÃO Nº 115, de 17 de setembro de 2025.

Designa servidor para desempenhar as atribuições relativas à Chefia do Deagro.

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO**, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor **Bruno Luis Krevoruczka,** RG nº 7.XXX.761-X, para atuar como Chefe do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável (Deagro).

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de setembro de 2025.

Publique-se.

Anote-se.

Márcio Fernando Nunes,
Secretário de Estado.

125403/2025

Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

PROGRAMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL COM FOCO NO MERCADO (PRIME)

EDIÇÃO 2025 – 3ª FASE

De acordo com o Edital nº 01/2025, serão concedidos até 10 prêmios, a título de incentivo científico e tecnológico, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) cada, totalizando R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais). Os recursos serão aportados pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e pela Fundação Araucária, provenientes da dotação orçamentária de 2025, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento das tecnologias.

Pesquisadores e projetos selecionados

	NOME	PROJETO	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
01	Alesandro Bail	Sulfur-Out – Tecnologia para dessulfurização de gases de alto desempenho	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Londrina (PR)
02	Antonio Verguetz Silva	Próteses Mamárias Externas obtidas com auxílio de Impressão 3D para Mulheres Mastectomizadas	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Curitiba (PR)
03	David Kretschek	Além da Cura: Manufatura Digital de Próteses Areolares	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Curitiba (PR)
04	Emanuelle Naumann	Estima	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Ponta Grossa (PR)
05	Flávio Luís Beltrame	Formulações para aplicação tópica de hidrolisado ou concentrado do hidrolisado oriundo de pele de tilápia	Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Ponta Grossa (PR)

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

06	Gerson Nakazato	Food NatClean: Sanitizante natural para alimentos	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina (PR)
07	Joziane Gimenes Meneguin	TransformaLixo: Lixeira Inteligente que Converte Resíduos em Adubo	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Maringá (PR)
08	Leticia Fernandes Gonçalves	ReMush-AgroScience	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina (PR)
09	Murilo Pereira Moisés	Produção Sustentável e Nacional de Zeólitas Sintéticas para Captura de CO_2	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Apucarana (PR)
10	Sonia Maria Fabris Luiz	Fibro Placa	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina (PR)

Pesquisadores e projetos não selecionados

	NOME	PROJETO	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO
01	Christopher Porath Gretter	Desenvolvimento de novos módulos geradores de plasma frio: eletrificação de processos químicos para a indústria e agropecuária	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Curitiba (PR)
02	Cristiane Mengue Feniman Moritz	Bem-Estar com nanoemulsão de breu-branco	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Umuarama (PR)
03	Daniela de Cassia Faglioni Boleta Ceranto	Cristais de óleo essencial para aplicação em auriculoterapia	Universidade Paranaense (Unipar)	Umuarama (PR)
04	Daniela Mayer Antunes	Inteligência Visual para Decisões Digitais	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Ponta Grossa (PR)
05	Daniella Londero Silva Batisti	Dispositivo para utilização de água estéril em atendimento odontológico	Universidade Paranaense (Unipar)	Umuarama (PR)
06	Fabiane de Paiva Silva Coqueiro	Dessecante Agrícola Natural	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Umuarama (PR)
07	Fábio Moritz	Ovos de Pentadomidae bioimpressos em 3D	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Umuarama (PR)
08	Fabricio Maestá Bezerra	Sensoriamento Integrado em Tecidos para Segurança em Ambientes Industriais	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Apucarana (PR)
09	Felipe Luiz de Lemos Nobre	Avant soluções agricolas - PLH	Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)	Cascavel (PR)
10	Gustavo de Paula Paduano	EssentialGen Biotech	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Ponta Grossa (PR)
11	Karina Futema Seto	Primeira Mobil Home Brasileira	Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar)	Foz do Iguaçu (PR)
12	Luiz Antonio Odenath Penha	Herbicida natural orgânico	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR)	Londrina (PR)
13	Marcela Moreira Terhaag	Tecnologia de processamento para raízes e subprodutos do processamento do ginseng-brasileiro	Instituto Federal do Paraná (IFPR)	Umuarama (PR)
14	Mariana Homem de Mello Santos	VetTech Silver	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Londrina (PR)
15	Rebeca Paciornik Kuperstein	My Ploy – Desenvolvimento de equipamento motorizado a partir de dispositivo patenteado para estabilidade da cadeira de rodas manual na mobilidade urbana em velocidade da marcha, com patente internacional	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Ponta Grossa (PR)
16	Rogério dos Santos Maniezzo	Hidrocarvão ativado produzido a partir de resíduo de óleo vegetal	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	Maringá (PR)
17	Rubiana Mara Mainardes	Tecnologia de Microemulsão de Canabidiol para Soluções Terapêuticas e Dermocosméticas	Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)	Guarapuava (PR)
18	Wesley Shin Yamaguchi	Watchiotvision X	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Cornélio Procópio (PR)

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

125951/2025

RESOLUÇÃO N.º 207/2025-SETI, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

Designa substituto durante o afastamento do titular da Pasta.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Estadual n.º 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e do Decreto Estadual n.º 4.468, de 18 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar o servidor **Jamil Abdanur Junior**, CPF n.º 508.XXX.XXX-68, Diretor-Geral desta Secretaria de Estado, para exercer, interinamente e sem prejuízo de suas atribuições, o cargo de Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, durante o período de 26 a 30 de setembro de 2025, em razão do afastamento do titular da Pasta para missão internacional.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

ALDO NELSON BONA
Secretário de Estado

125924/2025

UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2203/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF,

resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1408/2025 Pregão Eletrônico nº209/2024

Contratada: Stan Comércio de Produtos Médicos Ltda

Objeto: Fornecimento Parcelado de Porta-Agulha Diversas (Hegar Mayo, Castroviejo, Microvascular, Entre Outras) Para Atender A Clínica Odontológica-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Silvia Paulino Ribeiro Albanese
Matricula 1913200
E-mail silviaalbanese@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,17 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

PORTARIA GEFIS Nº 2204/2025

A Diretora Superintendente do Hospital Universitário de Londrina, no uso de suas atribuições, com fundamento no Ato Executívo nº 52/2023, art. 1° alínea "o", tendo em vista o disposto na legislação de licitações e contratos, em especial na Lei n° 8.666/93, e no art. 97, inc. III e art. 118 da Lei Estadual n° 15.608/07, nos arts. 72, 73 e 74 do Decreto Estadual n° 4.993/16, na Lei n° 14.133/21, em especial no seu art. 8°, § 3°, assim como seu respectivo regulamento, o Decreto n° 11.246/22; e ainda o Decreto Estadual n° 10.086/22, em seus arts. 10, 11 e 12, conforme forem aplicáveis, e ainda no contido em Instrução de Serviço da PROAF, resolve DESIGNAR os servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, conforme discriminação a seguir:

Contrato nº 1409/2025 Pregão Eletrônico nº209/2024

Contratada: Ana Julia Martins Faleiros de Andrade Ltda.

Objeto: Fornecimento Parcelado de Porta-Agulha Diversas (Hegar Mayo, Castroviejo, Microvascular, Entre Outras) Para Atender A Clínica Odontológica-Uel e Hospital Universitário de Londrina.

GESTOR:

Servidor Flavia Regina Yoshida Nakamura
Matricula 0605363
E-mail fregina@uel.br

Servidor Rodrigo Tiossi
Matricula 1815654
E-mail rtiossi@uel.br

FISCAL:

Tipo Contrato Fiscal de Contrato
Servidor Silvia Paulino Ribeiro Albanese
Matricula 1913200
E-mail silviaalbanese@uel.br

Tipo Contrato Fiscal Administrativo
Servidor Fernanda Cristina Sposito
Matricula 0603349
E-mail fernandasposito@uel.br

As atribuições do gestor e do fiscal devem ser desempenhadas conforme Instrução de Serviço da PROAF.
Esta Portaria entra em vigor na data do início da vigência do contrato, revogadas disposições em contrário.

Hospital Universitário de Londrina,17 Setembro 2025

Iara Aparecida de Oliveira Secco

Superintendente do Hospital Universitário de Londrina/UEL

125295/2025

PORTARIA N° 2559 —17/09/2025

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo nº 21.121.903-3, em especial o Relatório Final de TAC (fls. 47) e o Despacho da Assessoria de Corregedoria Setorial (fl. 48),

R E S O L V E:

I – **Arquivar** o Processo Administrativo Disciplinar nº 21.121.903-3, com a finalidade de pôr fim a este, tendo em vista o **fiel cumprimento** do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre a Universidade Estadual de Londrina e o discente indiciado no referido processo.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

125659/2025

PORTARIA N° 2560 —17/09/2025

A Reitora da Universidade Estadual de Londrina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o consubstanciado no Processo nº 21.269.334-0, em especial o Relatório Final de TAC (fls. 56) e o Despacho da Assessoria de Corregedoria Setorial (fl. 57),

R E S O L V E:

I – **Arquivar** o Processo Administrativo Disciplinar nº 21.269.334-0, com a finalidade de pôr fim a este, tendo em vista o **fiel cumprimento** do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre a Universidade Estadual de Londrina e a discente indiciada no referido processo.

II – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua **publicação no Diário Oficial**.

Profa. Dra. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

125667/2025

Considerando a Instrução Normativa Nº 142/2018 do Tribunal de Contas do Paraná; O Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Estadual de Londrina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Ato Executivo nº 83/2022 de 10/06/2022; **R E S O L V E**: Tornar público os extratos das prorrogações de Contratos de Trabalho em Regime Especial dos Docentes, regidos pela Lei Complementar Estadual nº 108/2005, no mês de setembro, outubro e novembro de 2025.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇAO DE CONTRATO DO REGIME ESPECIAL-CRES:

Nome: **Alais Maria Dall Agnol** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 211/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 03/09/2025 até 02/09/2026.

Nome: **Alexandre Stein** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 217/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 13/11/2025 até 12/11/2026.

Nome: **Amanda Cristina Carvalho Canezin** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 220/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 17/09/2025 até 16/09/2026.

Nome: **Ana Celi Pavão Guerchmann** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 201/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 18/10/2025 até 17/10/2026.

Nome: **Angelica Nunes Tiepo** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 199/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 25/11/2025 até 24/11/2026.

Nome: **Arthur Lustosa Strozzi** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 204/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 21/10/2025 até o retorno do professor MIGUEL BELINATI PICCIRILLO ao Departamento, desde que não ultrapasse 20/10/2026.

Nome: **Cecilia Resende Brunow Bazzo** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 223/2025, Função: Professor Colaborador Auxiliar Especialista, Prorrogar a partir de 18/10/2025 até 17/10/2026.

Nome: **Eduardo Prazeres dos Santos** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 196/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 02/09/2025 até 01/09/2026.

Nome: **Fabio Morotti** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 209/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 07/10/2025 até 06/10/2026.

Nome: **Gabriela de Souza Reginato** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 197/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 25/09/2025 até 24/09/2026.

Nome: **Giselle Heimbecker Lages** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 224/2025, Função: Professor Colaborador Auxiliar Especialista, Prorrogar a partir de 28/10/2025 até 27/10/2026.

Nome: **Isabela Bossi Faleiros** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 225/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 04/11/2025 até 03/11/2026.

Nome: **Ivana Nobre Bertolazo** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 221/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 17/09/2025 até 16/09/2026.

Nome: **Jamile da Costa Riechi** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 222/2025, Função: Professor Colaborador Auxiliar Especialista, Prorrogar a partir de 22/10/2025 até 21/10/2026.

Nome: **Jonas Fernandes Gamba** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 198/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 13/09/2025 até o retorno do professor Alex Eduardo Gallo ao Departamento, desde que não ultrapasse 12/09/2026.

Nome: **Juliana Costa Silva** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 203/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 28/10/2025 até o retorno do professor PEDRO PAULO DA SILVA AYROSA ao Departamento desde que não ultrapasse 27/10/2026.

Nome: **Leticia Figueira Moutinho Kulaitis** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 195/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 18/09/2025 até 17/09/2026.

Nome: **Leticia Trindade Cyrino de Sousa** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 215/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 07/11/2025 até o retorno do professor LEANDRO RICARDO ALTIMARI ao Departamento, desde que não ultrapasse 06/11/2026.

Nome: **Lina Penati Ferreira** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 194/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 28/10/2025 até 27/10/2026.

Nome: **Luciana Tiemi Inagaki Nomura** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 206/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 25/11/2025 até 24/11/2026.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Nome: **Marcelo da Silva Bego** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 205/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 22/10/2025 até 21/10/2026.
Nome: **Marcelo Vitor da Costa** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 216/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 28/10/2025 até 27/10/2026.
Nome: **Marcos Antonio de Moraes** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 228/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 16/10/2025 até 15/10/2026.
Nome: **Michele Lunardi** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 210/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 23/09/2025 até 22/09/2026.
Nome: **Michelle Popenga Geraim Monteiro** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 207/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 13/09/2025 até 12/09/2026.
Nome: **Muriel Emidio Pessoa do Amaral** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 227/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 04/10/2025 até o retorno do professor Edmilson Lenardão ao Departamento de Educação, desde que não ultrapasse 03/10/2026.
Nome: **Natalia Carolina Rodrigues Colombo** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 226/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 29/10/2025 até 28/10/2026.
Nome: **Priscila Henning** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 213/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 28/10/2025 até o retorno da professora ELOISA RAMOS RIBEIRO RODRIGUES ao Departamento, desde que não ultrapasse 27/10/2026.
Nome: **Rafael Guillardi Armelin** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 200/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 23/09/2025 até o retorno do professor JEFFERSON OLIVATTO DA SILVA ao Departamento, desde que não ultrapasse 22/09/2026.
Nome: **Rafael Humberto de Carvalho** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 212/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 03/09/2025 até 02/09/2026.
Nome: **Ruth Taina Aparecida Piveta** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 202/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 07/11/2025 até 06/11/2026.
Nome: **Sabrina Silva Sestak** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 219/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 23/10/2025 até 22/10/2026.
Nome: **Sandra Regina Davanço** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 208/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 28/10/2025 até o retorno do professor Edmilson Lenardão ao Departamento, desde que não ultrapasse 27/10/2026.
Nome: **Vanessa Costa Santos** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 214/2025, Função: Professor Colaborador Assistente, Prorrogar a partir de 15/10/2025 até 14/10/2026.
Nome: **Vinicius Antonio Hiroaki Sato** – Termo Aditivo de Prorrogação de Contrato nº 218/2025, Função: Professor Colaborador Adjunto, Prorrogar a partir de 22/10/2025 até 21/10/2026.
Leandro Ricardo Altimari - Pró-Reitor de Recursos Humanos.

125645/2025

UEM

O Pró-Reitor de Recursos Humanos e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Maringá - UEM, José Maria de Oliveira Marques, no uso de suas atribuições regulamentares, torna(m) pública(s) a(s) Portaria(s) de alteração da data de atribuição do(s) Quinquênio(s), datada de 11/09/2025, conforme abaixo:

P O R T A R I A Nº 785/2025–PRH

Considerando a Lei Complementar nº 173 de 27/05/2020, publicada no DIOE em 28/05/2020; considerando o Informativo nº 008/2022 da Procuradoria Consultiva de Recursos Humanos da Procuradoria Geral do Estado do Paraná de 16/03/2022;

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a data de atribuição dos QUINQUÊNIOS do servidor abaixo relacionado, com amparo no artigo 170 e 171 da Lei 6.174, de 16/11/1970, o artigo 9º da Lei Estadual n 10068 de 28/08/1992 e o artigo 8º da Lei 10.296 de 27/05/1993 totalizando o índice abaixo:

Nome	CPF	Lotação	Cargo	%	Data
JOSE PINTO DE SOUSA	323.634.359-15	Divisão de Vigilância	Agente de Segurança Interna	30	06/09/2024
JOSE PINTO DE SOUSA	323.634.359-15	Divisão de Vigilância	Agente de Segurança Interna	35	06/09/2025

Art. 2º - Esta Portaria gera efeito nesta data, com EXCLUSÃO do nome nas Portarias nº 135/2023-PRH de 01/03/2023, 157/2024-PRH de 04/03/2024 e 185/2025-PRH de 10/03/2025.

122476/2025

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Prof. Dr. Leandro Vanalli, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública a Portaria de averbação de tempo de contribuição datada de 17/09/2025, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 866/2025-GRE

Considerando o protocolo digital nº 24.680.086-3 de 17/09/2025;
Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14023050.1.00609/25-8 datada de 14/08/2025, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social / INSS;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) HILDA ADRIANA GAMBARIN SANTANA, portador(a) do CPF nº. 020.XXX.XXX-93, no cargo de Agente Universitário de Apoio na função de Auxiliar Operacional, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
INSS	01/07/1985 a 18/10/1986	01	03	18
INSS	21/10/1986 a 02/02/1987	-	03	12
INSS	01/06/1987 a 25/06/1987	-	-	25
INSS	24/08/1988 a 05/09/1988	-	-	12
INSS	09/09/1988 a 17/09/1988	-	-	09
INSS	16/11/1989 a 11/01/1990	-	01	26
INSS	20/06/1990 a 01/01/1991	-	06	12
INSS	14/03/1991 a 13/05/1991	-	02	-
INSS	21/09/1992 a 01/12/1993	01	02	11
INSS	21/03/1994 a 11/05/1994	-	01	21
INSS	10/11/1994 a 05/12/1994	-	-	26
INSS	02/05/1995 a 20/01/1997	01	08	19
INSS	14/05/1997 a 11/08/1997	-	02	28
INSS	09/09/1997 a 03/11/1998	01	01	25
INSS	14/06/1999 a 11/09/1999	-	02	28
TOTAL		07	04	02

PORTARIA Nº. 867/2025-GRE

Considerando o protocolo digital nº 24.679.182-1 de 17/09/2025;
Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 14022070.1.00408/25-4 datada de 08/09/2025, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social / INSS;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria, disponibilidade e para a concessão de adicionais por tempo de serviço, nos termos do artigo 8º da Lei nº. 10296/1993, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) CHRISTYNA BEATRIZ APARECIDA GENOVEZ TAVARES, portador(a) do CPF nº. 665.XXX.XXX-06, no cargo de Agente Universitário Profissional na função de Enfermeiro, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
TELEPAR	09/05/1992 a 22/12/1995	03	07	14
TOTAL		03	07	14

125470/2025

O Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Prof. Dr. Leandro Vanalli, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, torna pública a Portaria de averbação de tempo de contribuição datada de 17/09/2025, conforme abaixo:

PORTARIA Nº. 861/2025-GRE

Considerando o protocolo digital nº 24.675.674-0 de 17/09/2025;
Considerando a Certidão de Tempo de Contribuição nº 013/2025, datada de 02/09/2025, expedida pela Prefeitura do Município de Cianorte;

R E S O L V E:

Art. 1º - Determinar, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos da Lei 7.634, de 13 de julho de 1982, a averbação do tempo de contribuição do(a) servidor(a) VITOR HUGO RAMOS MACHADO, portador(a) do CPF nº. 008.XXX.XXX-60, no cargo de Professor de Ensino Superior, na classe de Professor Adjunto, conforme abaixo discriminado:

ÓRGÃO	PERÍODO	ANOS	MESES	DIAS
PREF. CIANORTE	15/02/2016 a 31/05/2025	09	03	16
TOTAL		09	03	16

125088/2025

UENP

PORTARIA/GR Nº 308/2025
SÚMULA: Concede ascensão de nível à Docente da UENP.
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de

junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.588.076-6,
RESOLVE
Art. 1º Conceder ascensão de nível à seguinte Professora de Ensino Superior:

Item	Protocolo	Nome	CPF	Classe
1	24.510.423-5	Marisa Noda	531.***.***-87	Associada B

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 15 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 309/2025
SÚMULA: Cancelamento da concessão de adicional de insalubridade ao servidor Robson da Silva Gama.
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 21.626.568-8,
RESOLVE
Art. 1º Fica cancelada a concessão do adicional de insalubridade ao servidor Robson da Silva Gama, RG nº 8.xxx.446-x, em razão das atividades atualmente desempenhadas no Campus de Cornélio Procópio, com efeito retroativo a 1º de abril de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 15 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 310/2025
SÚMULA: Exonerar o Professor Vitor Hideo Nasu da função de Chefe de Divisão - Contabilidade (PROAF), simbologia FA-2.
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.578.888-6,
RESOLVE
Art. 1º Exonerar, a partir de 24 de setembro de 2025, o Professor Vitor Hideo Nasu, RG nº 12.xxx.083-x, da função de Chefe de Divisão - Contabilidade (PROAF), nível FA-2.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 311/2025
SÚMULA: Concede adicional de insalubridade à Professora Thaise Castanho da Silva.
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 22.896.248-1,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), à Professora Thaise Castanho da Silva, RG nº 8.xxx.441-x, por exercício de suas atividades na Clínica de Enfermagem do Campus de Bandeirantes, a partir de 14 de outubro de 2024.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 312/2025
SÚMULA: Concede Promoção de Classe a Docente da UENP.
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.579.176-3,
RESOLVE
Art. 1º Conceder promoção de classe ao seguinte Professor de Ensino Superior:

Item	Protocolo	Nome	CPF	Classe
1	24.412.953-6	Luiz Fernando Kazmierczak	032.***.***-03	Associado A

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 313/2025
SÚMULA: Exonera a Servidora Larissa Braga Alves, do cargo de Assessora Técnica - Recursos Humanos (DA-4).
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.632.992-3,
RESOLVE
Art. 1º Exonerar, a partir de 30 de setembro de 2025, a Servidora Larissa Braga Alves, RG nº 7.xxx.922-x PR, do cargo de Assessora Técnica - Recursos Humanos, simbologia DA-4..
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em
Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 314/2025
SÚMULA: Nomeia a Servidora Larissa Braga Alves, Assessora de Diretoria - Centro de Estudos (DA-5)
.O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 24.632.992-3,
RESOLVE
Art. 1º Nomear, a partir de 01 de outubro de 2025, a Servidora Larissa Braga Alves, RG nº 7.xxx.922-x, Assessora de Diretoria - Centro de Estudos - Secretaria do Centro de Ciências Humanas e Educação (CCHE), simbologia DA-5, Campus de Cornélio Procópio.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP em
Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 315/2025
SÚMULA: Nomeia o Servidor Hanri Felipe Soares, Assessor Especial – Recursos Humanos, simbologia DA-4.
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando e-protocolo 24.636.580-6,
RESOLVE
Art. 1º Nomear, a partir de 01 de outubro de 2025, o Servidor Hanri Felipe Soares, CIN nº xxx.340.999-xx, Assessor Especial – Recursos Humanos, simbologia DA-4.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP em
Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 316/2025
SÚMULA: Concede adicional de insalubridade à Professora Natacha Bolorino.
O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.330.740-6,
RESOLVE
Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), à Professora Natacha Bolorino, RG nº 12.xxx.924-x, por exercício de suas atividades na Clínica de Enfermagem do Campus Luiz Meneghel de Bandeirantes, a partir de 14 de julho de 2025.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 317/2025
SÚMULA: Concede adicional de insalubridade ao Professor Fernando Isquierdo de Souza.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.247.225-0,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), ao Professor Fernando Isquierdo de Souza, RG nº 14.xxx.897-x, por exercício de suas atividades na Clínica de Odontologia do Campus de Jacarezinho- PR, a partir de 01 de julho de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 318/2025
SÚMULA: Designa servidores na função de fiscais do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 005/2025 - Projeto do Curso de Pós-Graduação.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelos decretos nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 23.971.123-5,

RESOLVE

Art. 1º Ficam designados os seguintes servidores para as funções de Fiscal Titular e Fiscal Suplente do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 005/2025, nos termos do art. 17 da Lei Estadual nº 11.180/2022:

I – Fiscal Titular:
Mauricio Gonçalves Saliba – RG nº 10.XXX.598-X
II – Fiscal Suplente:
Adriana Setsuko Morisaki – RG nº 7.XXX.303-X

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 319/2025
SÚMULA: Concede ascensão de nível à Docente da UENP.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.624.223-2,

RESOLVE

Art. 1º Conceder ascensão de nível ao seguinte Professor de Ensino Superior:

Item	Protocolo	Nome	CPF	Classe
1	24.367.122-1	Paulo Rogério Alves Brene	032.***.***-03	Associado A

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 16 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 320/2025
SÚMULA: Concede adicional de insalubridade à Professora Francielle Gibson da Silva Zacarias.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.505.182-4,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 20% (vinte por cento), à Professora Francielle Gibson da Silva Zacarias, RG nº 6.xxx.342-x,, a partir de 18 de agosto de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 17 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

PORTARIA/GR Nº 321/2025
SÚMULA: Concede adicional de insalubridade ao Professor Vitor Bruno Bianconi Rosa.

O Reitor da Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP, Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini, nomeado pelo decreto nº 11.309, de 06 de junho de 2022, e nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, do Governo do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o e-protocolo 24.586.553-8,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedido o adicional de insalubridade, no percentual de 40% (quarenta por cento), ao Professor Vitor Bruno Bianconi Rosa, RG nº 8.xxx.495-x, a partir de 02 de setembro de 2025.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE

Gabinete do Reitor da UENP, em Jacarezinho, 17 de setembro de 2025.
Prof. Dr. Fábio Antonio Néia Martini
Reitor

125324/2025

UEPG

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Planejamento

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) torna público que requereu ao Instituto de Água e Terra (IAT), a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC), para atividade de Bovinocultura de Leite, especificamente para criação de animais em lactação semiconfinados, na Fazenda Escola Capão da Onça (FESCON), localizada na Rodovia Ponta Grossa Itaiacoca, Km 7, Itaiacoca, Ponta Grossa / PR. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.
Andrea Tedesco

Pró-Reitora de Planejamento
Ponta Grossa, 18 de setembro de 2025.

125372/2025

Portaria R. - Nº 2025.665

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando
a Lei Estadual no 15.608/2007;
o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, instaurada pela Portaria R. no 2024.73, de 15 de fevereiro de 2024, alterada pelas Portarias R. nos 2024.115; 2024.289; 2024.664; e,
considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo n° 24.000000144-0,
R E S O L V E:
Art. 1° Acatar a conclusão da Comissão de Processo Administrativo, instaurada pela Portaria R. no 2024.73 e alterações, na conformidade do Relatório Final emitido pela referida Comissão, em aplicar à empresa Adona Ribeiro Serviços Médicos Ltda, CNPJ no 51.465.828/0001-56, a Pena de Advertência, nos termos dos artigos 150, I e 151 da Lei Estadual no 15.608/2007, e do Art. 60, § 1o, "a", do Decreto Estadual no 4.507/2009, por descumprimento de obrigações do Contrato no 294/2023.
Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 16 de setembro de 2025.
Miguel Sanches Neto,
Reitor.

125450/2025

Portaria R. - Nº 2025.659

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando
a Portaria R. no 2025.190, de 21 de março de 2025; e,
considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo n° 24.000085795-7,
R E S O L V E:
Art. 1° Designar o professor Kleber Cazzaro, RG no 4.XXX.697-X, lotado no Departamento de Direito Processual, para compor a Comissão de Sindicância Administrativa, em substituição a Igor Sporch da Costa.
Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 10 de setembro de 2025.
Miguel Sanches Neto,
Reitor.

125454/2025

Portaria R. - Nº 2025.667

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando
a Portaria R. no 2025.129, de 11 de março de 2025; e,

considerando mais, os termos do expediente autuado no Sistema Eletrônico de Informações da Universidade Estadual de Ponta Grossa, onde se consubstanciou no Processo n°25.000072925-5,

R E S O L V E:

Art. 1° Designar o professor Eduardo Pereira, RG no 8.XXX.645-X, lotado no Departamento de Engenharia Civil, para compor a Comissão de Processo Administrativo, em substituição a Taiana Baumel Kohlrausch.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 17 de setembro de 2025.

Miguel Sanches Neto,

Reitor.

125447/2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

A Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais;
considerando a autonomia administrativa conferida pelo Artigo 207 da Constituição da República do Brasil e art. 180 da Constituição do Estado do Paraná;
considerando o art. 53º e 54º da Lei nº 9.394/96;
considerando o art. 28, inciso X, do Estatuto da Universidade Estadual de Ponta Grossa;
considerando o art. 4º da Lei n° 9.663/91;

TORNA PÚBLICO:

O(s) Extrato(s) da(s) Portaria(s) R. emitida(s) abaixo relacionada(s):

PORTARIA R. Nº 2025.664 – 16/09/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000062646-4) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Professor Colaborador, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP/DICON nº 2025.422**, seguinte(s):	
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Romualdo Flavio Dropa	20 Horas
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Rosana Angst Pasqualotto	20 Horas
PORTARIA R. Nº 2025.666 - 17/09/2025 (PROCESSO SEI Nº 25.000043554-5) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente Universitário CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PROGESP-DICON nº 2025.77**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: BIBLIOTECÁRIO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Raquel Matos de Aguiar	40 Horas
FUNÇÃO: TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Jean Rafael Mendes	40 Horas
FUNÇÃO: ENFERMEIRO DO TRABALHO	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Ellen de Souza Mello	40 Horas
PORTARIA R. Nº 2025.668 – 17/09/2025 (PROCESSO SEI Nº 23.000037525-4) – Autoriza a **contratação** do(a)(s) candidato(a)(s) aprovado(a)(s) em Processo Seletivo Simplificado, Agente CRES-UEPG, aberto e disciplinado pelo **Edital PRORH-DICON nº 2023.201**, seguinte(s):	
FUNÇÃO: PEDAGOGO - EDUCADOR ESPECIAL	
NOME	**CARGA HORÁRIA**
Jacqueline Maria de Oliveira Gomes	40 Horas

Eliane de Fátima Rauski
Pró-Reitor

126030/2025

UNICENTRO

O PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO, no uso de suas atribuições legais, torna público as seguintes PORTARIAS expedidas no mês de setembro de 2025:

445-PROGESP, de 19-9-2025: Concede ascensão de nível à docente Renata Léia Demário Vieira, RG nº 6.XXX.121-X, para o nível C, da classe de Professor Adjunto, a partir da publicação desta Portaria.

Gabinete do Pró-Reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Robson Paulo Ribeiro Ferras
Pró-Reitor.

125967/2025

Diário OFICIAL Paraná

UNIOESTE

PUBLICAÇÃO DA DECISÃO FINAL DE PROCESSO DISCIPLINAR DISCENTE, instaurado pela Portaria nº 004/2025. **FAZ SABER:** Acompanha o resultado da Sindicância e decide pela aplicação da sanção de rescisão contratual, nos termos exarados no Parecer Jurídico nº 098/2025-PROJU (fls.216-218).
Cascavel, 17 de setembro de 2025 - Gilvana Pessi Mayorca Camargo – Corregedoria/Unioeste

125303/2025

GABINETE DA REITORIA
ATO EXECUTIVO Nº 123/2025-GRE, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.

SÚMULA: Aprova, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de vaga a integrar o 1º Processo Seletivo Simplificado/2023, para docentes da Unioeste.

O Reitor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, no uso das atribuições estatutárias e regimentais, considerando o disposto no Art.23, Inciso XV, do Estatuto da Unioeste; considerando o Processo nº 24.680.370-6, de 17 de setembro de 2025, RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho Universitário – COU, a ampliação de 01(uma) vaga a integrar o **1º Processo Seletivo Simplificado/2023 para docentes da Unioeste**, conforme segue:

CAMPUS DE FOZ DO IGUAÇU
CENTRO DE ENGENHARIAS E CIÊNCIAS EXATAS – CECE
VAGAS-RT-ÁREA-JUSTIFICATIVAS
01-40-**FÍSICA PARA ENGENHARIAS**-1) Art. 2º, §2º, da Lei Compl. 108/2005 - Cargo Administrativo: Luciano Panek (Mestrado Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade) - (10h)

Art. 2º Este Ato Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE, CASCAVEL – PARANÁ.
Publique-se.

ALEXANDRE ALMEIDA WEBBER
Reitor

125682/2025

PORTARIA Nº 4066/2025-GRE, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025.

Conceder adicionais por serviço público efetivo prestado ao Estado do Paraná, aos vencimentos do Servidor GERALDO SEVERINO ZIENTARSKI, RG nº 6.XXX.277-X, admitido na Unioeste em data de 24 de agosto de 1983, no cargo de Agente Universitário de Execução, na Função de Motorista, Linha Funcional 01, lotado na Reitoria, conforme segue: **40% (quarenta por cento)**, referente ao período aquisitivo 24-02-2015 a 23-02-2016, a contar de 24 de fevereiro de 2016. **45% (quarenta e cinco por cento)**, referente ao período aquisitivo 24-02-2016 a 23-02-2017, a contar de 24 de fevereiro de 2017. **50% (cinquenta por cento)**, referente ao período aquisitivo 24-02-2017 a 23-02-2018, a contar de 24 de fevereiro de 2018.

PORTARIA Nº 4072/2025-GRE, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.

Conceder Licença Especial Remuneratória, para fins de Aposentadoria, a Professora NELZA MARA PALLÚ, RG nº 4.XXX.708-X, lotada no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, do Campus de Marechal Cândido Rondon, a ser usufruída a contar de 15 de setembro de 2025 até a finalização do processo de aposentadoria.

PORTARIA Nº 4073/2025-GRE, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.

Autorizar o afastamento, para o exterior, da Professora ÂNGELA MEIRELLES DE OLIVEIRA, RG nº 15.XXX.911-X, lotada no Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras do Campus de Marechal Cândido Rondon, para realizar pesquisa de campo na cidade de Assunção – Paraguai referente ao Pós-Doutorado, no período de 21 a 27 de setembro de 2025.

PORTARIA Nº 4074/2025-GRE, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025.

Conceder progressão de nível a Professora TATIANA RODRIGUES DA SILVA BAUMGARTNER, RG nº 7.XXX.149-X, RT-40, lotada no Centro de Engenharias e Ciências Exatas do Campus de Toledo, da classe de Professor Associado – nível A para nível B, por avaliação de desempenho.

125912/2025

NOTIFICAÇÃO REFERENTE CERTIFICADO DE DESCUMPRIMENTO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E APLICAÇÃO DE SANÇÕES. De acordo com o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, instaurado pela Portaria n° 095/2024-DGC e do Termo de Ajustamento de Conduta, conforme eProtocolo n° 22.839.739-3; De acordo com a falta de manifestação e o descumprimento do TAC, o que configura como confissão ficta ou revelia;

O Diretor-Geral da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Campus Cascavel, no uso das atribuições estatutárias e regimentais, cientifica a Empresa La Maison Distribuidora Ltda, (nome fantasia Alpino Distribuidora), localizada no Município de Vespasiano - MG, sobre a emissão de Certificado de Descumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta e aplica as sanções previstas no Processo Administrativo de Responsabilização e de conhecimento da Empresa, sob pena de encaminhamento do processo para inscrição em dívida ativa e demais encaminhamentos.

GEYSLER ROGIS FLOR BERTOLINI
Diretor-Geral do Campus Cascavel

125541/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Comunicação

PORTARIA Nº 031/2025-SECOM

Súmula: Designa gestor e fiscal para o Contrato 6693/2025 – GMS/SECOM – para prestação de serviços de Assessoria de Comunicação Institucional.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação**, no uso de suas atribuições legais e na Lei Estadual 21.352 de 01 de janeiro de 2023 e no Decreto Estadual 239/2023 de 25 de janeiro de 2023, e considerando o contido na Resolução 27/2025 – SECOM.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores a seguir relacionados como Gestor e Fiscal do Contrato 6693/2025 – GMS/SECOM, celebrado com a empresa CAIO GOTTLIEB COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 77.866.259/0001-44, referente à contratação de empresa para prestação de serviço de Assessoria de Comunicação Institucional para a Secretaria de Estado da Educação, na qualidade de Unidade Setorial do SICOM, para apoio e atendimento específico no que concerne às ações, projetos e programas da SEED:

FUNÇÃO	NOME	RG	CPF
Gestor	Eriksson Felipe Denk	14.XXX.575-X	XXX.132.129-XX
Fiscal	Amanda de Souza Laynes	8.XXX.512-X	XXX.679.889-XX

Art. 2º O fiscal designado é ocupante de cargo em comissão, levando em consideração a experiência e conhecimento do servidor em relação à área do objeto do contrato, em atenção aos princípios da Administração Pública e a efetiva fiscalização dos contratos – justificando-se assim, sua designação.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado eletronicamente.*

Eduardo Pugnali
Diretor-Geral Secretaria de Estado da Comunicação do Paraná

125605/2025

RESOLUÇÃO Nº 033/2025 – SECOM

Súmula: Designação de substituição do Secretário de Estado da Comunicação

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, e considerando o contido no Decreto Estadual nº 4276 de 01 de dezembro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **EDUARDO PUGNALI MARCOS**, RG nº 2.XXX.130-X/SP, sem prejuízo de suas atribuições de Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Comunicação – SECOM, conferidas pelo Decreto nº 239, de 25 de janeiro de 2023, publicado na Edição nº 11.346 do Diário Oficial do Paraná, para responder cumulativamente pela função de Secretário de Estado da Comunicação, em substituição ao titular **CLEBER MATA**, RG nº 30.XX.395-X/SP, por motivo de viagem internacional para compor comitiva governamental, no período de 23 a 30 de setembro.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Cleber Mata
Secretário de Estado da Comunicação

125603/2025



Secretaria da Cultura

RESOLUÇÃO SEEC Nº 99/2025

Súmula: Designa a comissão de acompanhamento e apuração de irregularidades em editais da Política Nacional Aldir Blanc - PNAB e Lei Paulo Gustavo – LPG.

A Secretária de Estado da Cultura, no uso de suas respectivas atribuições legais, contidas no artigo 47, da Lei Estadual nº 21.352/2023, de 1º de janeiro de 2023,

CONSIDERANDO que a Lei n.º 14.399/2022 instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), com o objetivo de fomentar a cultura no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, assegurando financiamento continuado a agentes, espaços e ações culturais, por meio de editais, chamamentos públicos, execução direta e demais instrumentos legais de fomento;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar n.º 195/2022 instituiu a Lei Paulo Gustavo (LPG), destinada a apoiar e garantir ações emergenciais no setor cultural em todo o território nacional;

CONSIDERANDO que a Lei n.º 14.903/2024 instituiu o Marco Regulatório do Fomento à Cultura, regulando os instrumentos e regimes próprios de fomento cultural, estabelecendo normas de transparência, responsabilização e critérios específicos para editais, fortalecendo o controle social e administrativo sobre o uso dos recursos públicos em cultura;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de assegurar à sociedade civil mecanismos de controle e fiscalização sobre os editais culturais fomentados com recursos da PNAB e LPG, em consonância com os princípios constitucionais da administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência), previstos no caput do art. 37 da Constituição Federal.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica instituída a comissão de acompanhamento e apuração de irregularidades de editais fomentados com recursos da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB) e da Lei Paulo Gustavo (LPG), com a finalidade de apurar denúncias e analisar as prestações de contas não aprovadas destes editais.

Art. 2º Compete à Comissão:
I – receber, registrar e acompanhar as denúncias formais, relacionados aos editais PNAB e LPG, apresentadas por cidadãos, entidades culturais, beneficiários ou demais interessados;
II – receber, registrar e acompanhar as prestações de contas não aprovadas nos editais fomentados com recursos da PNAB e LPG;
III – requisitar informações, documentos e manifestações indispensáveis à apuração das denúncias e/ou prestação de contas não aprovadas;
IV – elaborar relatório conclusivo, propondo medidas administrativas cabíveis e encaminhando-o à Autoridade Superior.
Parágrafo único. As atribuições desta Comissão não se confundem com as competências de outras comissões existentes na SEEC, em especial a Comissão de Heteroidentificação, que possui caráter específico e atua exclusivamente na apuração de denúncias relacionadas a cotas e critérios de identidade.

Art. 3º A presente Comissão será composta por 05 membros titulares e 05 suplentes, da seguinte forma:
I - Allan Kolodzieisk - CPF: XXX.810.679-XX, titular, e como suplente Adriane Isabelle Fagundes dos Santos - CPF: XXX.470.379-XX;
II - Ana Lucia Tulio Juki - CPF: XXX.041.109-XX , titular, e como suplente Igor Halter Andrade - CPF: XXX.078.439-XX;
III - Fernanda Schuhli Bourges - CPF: CPF: XXX.362.509-XX, titular, e como suplente Pedro Furlan da Silva - CPF: XXX.751.109-XX;
IV - Luiz Felipe de Lima Rodelli - CPF: XXX.170.839-13, titular, e como suplente Claudia Chipon Staude - CPF: XXX.805.759-XX;
V - Victor Havro de Sa Grein - CPF: XXX.000.000-XX, titular, e como suplente Cibele de Biasi da Silva - CPF: XXX.657.819-XX
§ 1º Os suplentes substituirão automaticamente os respectivos titulares em suas ausências ou impedimentos.
§ 2º Designa-se o(a) servidor(a) [NOME] como Presidente da Comissão, responsável por conduzir as reuniões, organizar e coordenar os trabalhos, bem como distribuir as atividades entre os membros.
§ 3º Na ausência do Presidente, exercerá interinamente suas funções o seu suplente, assegurando a continuidade dos trabalhos da Comissão.

Art. 4º O Presidente da Comissão poderá comunicar à Autoridade Máxima da SEEC qualquer membro titular ou suplente que não participe efetivamente dos trabalhos, se mantenha alheio às atividades ou deixe de colaborar com as atribuições da Comissão, para que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.
§ 1º Considera-se inatividade, para fins deste artigo:
I – 2 (duas) ausências consecutivas ou 3 (três) alternadas às reuniões no período de 90 dias, sem justificativa; ou
II – descumprimento reiterado de prazos atribuídos pela Presidência, com atraso superior a 15 (quinze) dias, sem justificativa.
§ 2º Antes da comunicação, a Presidência notificará o(a) membro(a) por e-mail institucional, concedendo 5 (cinco) dias para manifestação e apresentação de justificativa.

§ 3º A comunicação não implica substituição automática, eis que caberá à Autoridade Máxima decidir, por despacho fundamentado, podendo designar o(a) suplente na forma do art. 3º, § 1º.
§ 4º A Presidência fará constar em ata e juntará ao processo a notificação, a resposta, se houver, e a comunicação encaminhada.
§ 5º O disposto neste artigo não substitui eventuais procedimentos disciplinares ou de gestão de pessoal, quando cabíveis.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

125756/2025

RESOLUÇÃO CONJUNTA 102/2025 SEEC/SECID/SEPL

Súmula: Designa Grupo de Trabalho, no âmbito da contratação da obra do futuro Centre Pompidou Paraná – Museu Internacional da Arte, referente ao processo de realização de Audiência Pública, nos termos dos artigos 51 e 52 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA CULTURA, SECRETARIA DO ESTADO DO PLANEJAMENTO E O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhes são conferidas,

R E S O L V E M:

Art. 1º Fica instituído o Grupo de Trabalho – GT, com a finalidade de coordenar, planejar e executar as atividades relacionadas à realização da Audiência Pública referente à contratação da obra do futuro Centre Pompidou Paraná – Museu Internacional da Arte, nos termos dos artigos 51 e 52 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, sendo composto pelos seguintes membros:
I – Carolina Valentim Loch, CPF nº XXX.422.789-XX, Diretora do Museu Internacional de Arte, pertencente à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná;
II – André Avelino da Silva, RG nº X.876.702-X, Diretor da Diretoria de Memória e Preservação Cultural, pertencente à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná;
III – Lis Harumi de Sá Flórido, CPF nº XXX.160.859-XX, Assessora da Diretoria de Memória e Preservação Cultural, pertencente à Secretaria de Estado da Cultura do Paraná;
IV – Rafael Rauta Buiar, RG nº 10.XXX.118-X, Chefe do Núcleo de Planejamento Setorial, pertencente à Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná;
V – Rosana de Fátima Menarin, RG nº 1.XXX.062-X, Coordenadora da Unidade Técnica de Licitações, pertencente à Secretaria de Estado das Cidades do Paraná.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:
I – elaborar plano de ação para a realização da Audiência Pública;
II – propor metodologia de participação e consulta;
III – consolidar documentos técnicos e jurídicos necessários;
IV – acompanhar e registrar as etapas do processo;
V – apresentar relatório conclusivo às Secretarias signatárias.

Art. 3º Esta Resolução Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Secretária de Estado da Cultura

125762/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família

RESOLUÇÃO *AD REFERENDUM* 019/2025 | CEAS/PR

A **MESA DIRETORA DO CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições regimentais;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta N° 001/2025, a qual convoca a XV Conferência Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR nº 017/2025 que regulamenta XV Conferência Estadual de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Deliberação CEAS/PR nº 102/2024, que institui a Comissão Organizadora da XV Conferência Estadual de Assistência Social do Paraná;

CONSIDERANDO o Informe CNAS 002/2025 que orienta acerca das Conferências Municipais de Assistência Social;

CONSIDERANDO a reunião da Comissão Organizadora da Conferência Estadual, ocorrida em 16 de setembro de 2025;

RESOLVE

Art. 1º Aprovar e publicizar a lista dos participantes habilitados para participação na XV Conferência Estadual de Assistência Social, conforme Anexo I da presente Resolução.

§1º Concede vagas complementares aos participantes conforme indicação na tabela C do Anexo I.

I – O custeio das vagas complementares é responsabilidade conjunta do CMAS e do CEAS e se dará conforme os critérios dispostos na Resolução CEAS/PR 015/2025, aprovada pela Deliberação CEAS/PR 050/2025.

II – A Certificação de participação será fornecida apenas aos participantes que se inscreverem no portal da Escola de Gestão do Paraná, no curso específico da XV Conferência Estadual de Assistência Social.

Art. 2º Aprovar e publicizar a lista de participantes inaptos a participação na XV Conferência Estadual de Assistência Social, conforme Anexo II da presente Resolução.

Art. 3º Revoga a Deliberação CEAS/PR 058/2025.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Curitiba, 18 de setembro de 2025

PUBLIQUE-SE

Renata Mareziuzek dos Santos
Presidente do CEAS/PR
Rogéria Aparecida Ortelhado
Vice Presidente do CEAS/PR

ANEXO I – PARTICIPANTES HABILITADOS

A. SECRETÁRIOS EXECUTIVOS

Cidade da Representação:	Nome:	Município Habilitado	Status
Almirante Tamandaré	Ricardo Riffert	Reabilitado	Apto
Apucarana	Criséle Gonçalves Moreno	-	Apto
Arapongas	Tiago Antonio De Carvalho Coati	-	Apto
Araucária	Laudiner Rafael	-	Apto
Cambé	Gislaine Garozi Utecht	-	Apto
Campo Mourão	Marisa Aparecida Simões De Freitas	Reabilitado	Apto
Cascavel	Janaine Lima Camargo	-	Apto
Castro	Edni Silva Guerreiro	-	Apto
Cianorte	Letícia Martins Leão	Reabilitado	Apto
Colombo	Cassia Regina Gatto Sgoda	-	Apto
Curitiba	Simone Andreia Alibosek	-	Apto
Francisco Beltrão	Anasmi Vanusa De Oliveira Negri	-	Apto
Guarapuava	Jeane Ramos Silvério Garcia	-	Apto
Ibiporã	Amanda Welter	-	Apto
Irati	Denis Cezar Musial	-	Apto
Londrina	Selma Renata Souto	-	Apto
Medianeira	Cheile Kátia Da Silva De Oliveira	-	Apto
Paranaguá	Erica Roberta Santos Ribeiro	-	Apto
Paranavaí	Jézica Neres Fonseca Buniotti	-	Apto
Pinhais	Salita Karin Marchette Silveira	-	Apto
Piraquara	Aline Marques Da Silva	-	Apto
Ponta Grossa	Andressa Maravieski	-	Apto
Rolândia	Fernanda Cotarelli Buranello De Almeida	-	Apto
São José dos Pinhais	Monique Da Costa Martins	-	Apto
Telemâco Borba	Francieli Lang Schiavon	-	Apto
Toledo	Ana Maria Krolow	-	Apto
Umuarama	Gláucia Yamamoto Moreno De Freitas	-	Apto
União da Vitória	Carlos Fernando Jacyntho	-	Apto

B. ACOMPANHANTES

Cidade da Representação	Nome:	Acompanhante de:	Status
Espigão Alto do Iguaçu	Ivo Bieseche Proêncio	Luciane Bieseche Proêncio	Apto
Guaratuba	Dirceu Diniz Bemfica Junior	Diego Duarte Silva	Apto
Maringá	Bruna Souza Theodoro	Claudiane Maria Vieira Theodoro	Apto

C. DELEGADOS HABILITADOS

Ref	N.I.	Cidade Da Representação	Delegado Titular	Delegado Suplente	Obs	Cota	Representação	Segmento da	Status

								sociedade civil:	
1/1	1	Abatiá	Fabiola Cristina Marques Zuquer	Brendaly Pinto Guergolett	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	5	Alto Paraíso	Mirian De Jesus Faria Santos	Dayane Aparecida Lourenço Ferreira Mancini	-	Não	Governamental		Apto
1/1	6	Alto Paraná	Andreia Zablonski	Marcio Ribeiro Dos Santos	-	Não	Governamental		Apto
1/1	7	Alto Piquiri	Alexandra Pedro Moro	Andréa Diva Angélica Cézar	-	Não	Governamental		Apto
1/1	8	Altônia	Sonia Aparecida Dos Santos	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	9	Alvorada Do Sul	Érica Mara Barro Silva	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	10	Alvorada Do Sul	Daiane Dos Santos Batista	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	11	Amaporã	Alice Fuchter Oliveira Alves	Aline Cristina Dos Santos	-	Não	Governamental		Apto
1/1	12	Anahy	Jeniffer Karoline Dos Santos Vidal Bueno	Angelina Cleiciane Pertile	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	13	Andirá	Juliana Casagrande Felix	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	14	Ângulo	Gleicy Kelly De Abreu Barbosa	Simone Araujo De Oliveira	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	15	Antonina	Logan Udson Cabral Mendes	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	16	Antônio Olinto	Maria Silmara Machado	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	17	Antônio Olinto	Jessica Barbosa Franco	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/3	18	Apucarana	Fabíola Cristina Carrero	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	19	Apucarana	Susana Aparecida De Oliveira Soares Lima	-	-	Não	Governamental		Apto
3/3	20	Apucarana	Suellen Rubia Correa	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/3	21	Arapongas	Vitor Gabriel André Viana	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	22	Arapongas	Maria Josiani Targa Pinto	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/3	23	Arapongas	Silvana Aparecida Rezende	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	24	Arapongas	Angela Cristina Ramalho	-	-	Sim	Governamental		Apto
3/3	25	Arapongas	Dejanira Da Silva Cândido	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	26	Arapongas	Rafaela Ferreira Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	27	Arapoti	Karen Cristina De Souza Franco	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	28	Arapoti	Cintia Aparecida Rocha Da Silva	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	29	Arapuã	Karina Cardoso Kurten Oening	Thais Pravato Borges	-	Não	Governamental		Apto
1/3	30	Araucária	Edinéia Pereira Da Silva	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	31	Araucária	Gisele De Souza Chibinski	-	-	Não	Governament		Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

							al		
2/3	32	Araucária	Marilda Damião Rodrigues Gomes	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	33	Araucária	Karina Dos Santos	-	-	Sim	Governamental		Apto
3/3	34	Araucária	Jadwiga Kosinski Pires	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	35	Araucária	Hudson Luis Bruno	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	36	Ariranha Do Ivaí	Marcelo José Vieira	José Jefferson Maia Alves	-	Não	Governamental		Apto
1/1	37	Assis Chateaubriand	Edenir Prandini	Adriana Aparecida Dos Santos Corrêa	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	38	Astorga	Daniel Rodrigues Pereira Filho	Joselaine Lima Ferreira	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	39	Atalaia	Beatriz De Souza Gonçalves	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	40	Balsa Nova	Jeferson Luiz Bonato Cochinski	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	41	Bandeirantes	Ebenezer Oliveira Müller	Graziele Cristiane Da Silva	-	Não	Governamental		Apto
1/1	42	Barbosa Ferraz	Lucilena Grando	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	43	Barbosa Ferraz	Antonio Marcos Da Silva Mazzo	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	44	Barracão	Angela Maria Franquim Menegassi	Anderson Lucas Pinto	-	Não	Governamental		Apto
1/1	45	Bela Vista Da Caroba	Eliandra Moretto Ferrari	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	46	Bela Vista Da Caroba	Cledimara Teixeira De Moura	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	47	Bela Vista Do Paraíso	Beatriz Miyuki Yokota	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	48	Bituruna	Karen Eduarda Pereira	Salete Fátima Da Silva	-	Não	Governamental		Apto
1/1	49	Boa Esperança	Elionai De Oliveira Cardoso Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	50	Boa Esperança Do Iguaçu	Ivanete Rufatto Trindade	Francieli De Souza	-	Não	Governamental		Apto
1/1	51	Boa Vista Da Aparecida	Rodrigo Florentino Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	52	Bocaiúva Do Sul	Fabiola Alberti	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	53	Bom Jesus Do Sul	Janete Fernandes Dos Santos	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	54	Bom Sucesso Do Sul	Roberta Kravec	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	55	Borrazópolis	Adriangela Pereira Pessegueiro	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	56	Borrazópolis	Josele Cristina De Souza	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	57	Braganey	Lidamares De Oliveira Barbosa	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	58	Cafelândia	Paulo Sergio Moreira	Andreia Meurer	-	Não	Governamental		Apto
1/1	59	Cambará	Stefane Luciana De Carvalho	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/3	60	Cambé	Barbara Angelica Colono	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	61	Cambé	Gesielene Oliveira De Carvalho	-	-	Sim	Governament		Apto

							al		
3/3	62	Cambé	Marcio Jose Novais De Carvalho	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	63	Cambira	Francielle Ravanelli	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	64	Campina Da Lagoa	Teresa De Lima Mazer Lichmann	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	65	Campina Do Simão	Marcio Amadiu	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	66	Campina Grande Do Sul	Cíntia Mara Cardoso	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	69	Campo Magro	Suellen Cristina Faveri Da Costa	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	70	Campo Magro	Cleide Aparecida De Oliveira	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	73	Cândido De Abreu	Neiva Leachenski Borges Peruzzi	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	74	Cantagalo	Edi Carlos Straube Domingues	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	75	Capanema	Izolete Aparecida Walker	Bruna Aline Padilha	-	Não	Governamental		Apto
1/1	76	Carambeí	Thiago Rodrigues De Paula	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/4	77	Cascavel	Liliane Farias	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	78	Cascavel	Kelly Kristina Kumbier	-	-	Não	Governamental		Apto
2/4	79	Cascavel	Jaco Basczask	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	80	Cascavel	Rafaela Zulmira De Oliveira Moraes	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
3/4	81	Cascavel	Clara Krüger Lopes	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	82	Cascavel	Daniele Foscarini	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
4/4	83	Cascavel	Verônica Maria Simplício Ferreira De Oliveira	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	84	Cascavel	Cleodomira Soares Dos Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/2	85	Castro	Ataise De Lima Vilas Boas Maroneze	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/2	86	Castro	Juliana Silva Castro	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	87	Catanduvas	Eliziane Blem Da Silva Pavan	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	88	Catanduvas	Silvia Vieira Marcelino	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	89	Centenário Do Sul	Vanderly Pissinati Nicacio	Poliana Papker Lavall	-	Não	Governamental		Apto
1/1	90	Céu Azul	Andreia Strinta Dos Santos Elias	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	91	Chopinzinho	Eliana Piaia	Fabiana Rotta Pozza	-	Não	Governamental		Apto
1/1	95	Clevelândia	Francieli De Quadros Graciano	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/3	96	Colombo	Caiena Louise De Oliveira Rodrigues	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	97	Colombo	Kamila Da Silva Felicio	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/3	98	Colombo	Ana Clara Coracin B. Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

VC	99	Colombo	Daniele Ferreira	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
3/3	100	Colombo	Marta Freitas De Oliveira	Vanderley Prestes De Campos	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	101	Colorado	Dircilene Barbosa Da Silva	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	102	Congoinhas	Ana Cristina Lozano	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	103	Corbélia	Verônica Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	104	Corbélia	Endy Bispo Dos Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	105	Cornélio Procópio	Lindalva Tomaz De Oliveira	Cristiane Araujo Da Silva Francisco	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	106	Coronel Domingos Soares	Vanessa De Souza Matiello	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	107	Coronel Vivida	Deisi Maciel De Oliveira	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	108	Coronel Vivida	Marilu Salete Tassi	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	109	Cruz Machado	Vilmarise De Fatima Bueno	Sandra Da Conceição Behrens	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	110	Cruzeiro Do Iguaçu	Eleandra Araldi Bissoto Manfroi	Maria Dolores De Azevedo Kovalski	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	111	Cruzeiro Do Oeste	Ana Paula De Araújo Nocko	Kauane Eduarda Henrique Sanches Dos Reis	-	Não	Governamental		Apto
1/1	112	Cruzeiro Do Sul	Creuza Maria Torratti	Adilson Da Silva Landin	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	113	Cruzmaltina	Gabriela Valentina Galvao Haider De Almeida	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/6	114	Curitiba	Silvane Oliveira Gonçaves	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	115	Curitiba	Luiza Helena Cosmo Spaki	-	-	Não	Governamental		Apto
2/6	116	Curitiba	Jefferson Portugal Marchioratp	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	117	Curitiba	Carla De Souza	-	-	Não	Governamental		Apto
3/6	118	Curitiba	Karen Kegles Da Silva Bueno	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	119	Curitiba	Thainy Madureira Tralescki	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
4/6	120	Curitiba	Mirele Cristine Dos Santos Do Amaral	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	121	Curitiba	Felipe Viana De Oliveira	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
5/6	122	Curitiba	Marlon Luiz Lima	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	123	Curitiba	Antonia Liliane Lima Rodrigues	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
6/6	124	Curitiba	Wanderléia Maria Santos França	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	125	Curitiba	Zenia Ebert	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	126	Curiúva	Maria Luiza Ruas De Barros	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto

1/1	127	Diamante Do Norte	Andreza Da Silva Pariz	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	128	Dois Vizinhos	Alex Junior Bachi	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	129	Douradina	Aline Renata Miranda	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	130	Douradina	Welington De Oliveira Campos	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	131	Doutor Camargo	Joana Aparecida Gonzaga	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	132	Doutor Camargo	Élica De Paiva Lopes Ruiz	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	133	Enéas Marques	Jocemara Brasil	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	134	Engenheiro Beltrão	Izabel De Paula Lima	Sandra Silva Sobral Da Costa	-	Não	Governamental		Apto
1/1	135	Entre Rios Do Oeste	Rafael Lobo De Souza	Marla Letícia Back Frantz	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	136	Esperança Nova	Valquiria Dos Santos Ochman	Walkiria Eloi Benedito	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	137	Espigão Alto Do Iguaçu	Luciane Bieseche Proêncio	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	138	Farol	Maria Aparecida De Souza	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	139	Fazenda Rio Grande	Rosenilda Jocelia Lopes Alerico	Eliane Oliveira Da Silva	-	Não	Governamental		Apto
1/1	140	Fernandes Pinheiro	Thais Salvado Tartarotti	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	141	Fernandes Pinheiro	Thais Salvado Tartarotti	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	142	Flor Da Serra Do Sul	Marina Parise Reina	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	143	Floraí	Kele Cristhine Martins Jiopato	Caroliny De Souza Nascimento Cardoso	-	Não	Governamental		Apto
1/1	144	Floresta	Maria De Fatima Martins	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	145	Floresta	Samara Cristina Carreira Cavichiolli	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	146	Florestópolis	Luciana Paula Carnelossi	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	147	Flórida	Rosinara Ciavolela	Grazielly Fernandes Rodrigues	-	Não	Governamental		Apto
1/1	148	Formosa Do Oeste	Maria Graciela Alves De Lima	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/3	149	Foz Do Iguaçu	Karla Karine De Maria Luciano	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	150	Foz Do Iguaçu	Giane Franciele Negri	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	151	Foz Do Iguaçu	Pedro Iglesias Menezes Borba	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	152	Foz Do Iguaçu	Gláucia Emilia Warken De Souza	-	-	Não	Governamental		Apto
3/3	153	Foz Do Iguaçu	Janaina Guimarães Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	154	Foz Do Jordão	Fatima Marilim Mendes De Almeida Macedo	Fabieli Borges Marques	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	155	Francisco Alves	Zulma Delabeneta Caliari	-	-	Sim	Sociedade	Usuários do	Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

							civil	SUAS	
1/2	156	Francisco Beltrão	Daniele Fagundes	-	-	Não	Governamental		Apto
2/2	157	Francisco Beltrão	Paula Cristina França Felisbino	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	158	Francisco Beltrão	Maiza Lúcia Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	159	General Carneiro	Eloize Emanuelle Padilha Albino	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	160	Goioerê	Aléxia Alexandra Tomadon Nunes	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	161	Goioxim	Amanda Santos Machado	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	162	Guaíra	Ronaldo Martines Esquivel	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	163	Guaíra	Liliana Elizabeth Gimenez Acosta	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	165	Guamiranga	Nilson Roberto Taques	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	166	Guaraci	Simone De Oliviera Freitas Martins	Paulo Henrique Padilha	-	Não	Governamental		Apto
1/3	167	Guarapuava	Losanja Luciana Gonzales Dos Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
2/3	168	Guarapuava	Daniele Schinemann Do Prado	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	169	Guaraqueçaba	Selma Aparecida Matias Doelle	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	170	Guaratuba	Diego Duarte Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	171	Guaratuba	Sandra Cristina De Oliveira Araujo	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	172	Honório Serpa	Cleonyce Do Amaral Pizzi	Deisimara Vivian Tubin	-	Não	Governamental		Apto
1/2	174	Ibiporã	José Tiago Gomes De Oliveira	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	175	Ibiporã	Jaqueline Debora Balbino Ribeiro	-	-	Não	Governamental		Apto
2/2	176	Ibiporã	Marcia Cristina Silva Barbieri	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	177	Icaraíma	Diego Vinicius Santos Silva	Thayara De Oliveira Duarte Da Silva	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	178	Iguaraçu	Nádia Mirian De Souza	Cristiana Aparecida Pereira Candido	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	179	Iguatu	Gislei Luiza De Melo Fraga	Tania Machado Campos	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	180	Imbaú	Soeli Almeida De Oliveira	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	181	Imbituva	Gracinhe Henriette Camargo Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	182	Imbituva	Ardiana Aparecida Ribeiro	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	183	Inácio Martins	Osvaldir Nunes Pereira	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	184	Inajá	Giselle Florêncio Lucas De Lima De Souza	Milena Ferreira Guimarães	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	185	Indianópolis	Melissa Gimaiel Ferreira	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	186	Ipiranga	Paola Nayana Kachaki	-	-	Sim	Sociedade	Usuários do	Apto

							civil	SUAS	
1/1	187	Iporã	Ana Rebeca Oliva Todão	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	188	Iracema Do Oeste	Alessandra De Souza Orlandini	Andressa De Souza Orlandini	-	Não	Governamental		Apto
1/2	189	Irati	Dora Leandra Wolaniuk	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	190	Irati	Dienifer Aparecida Lopes	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	191	Itaguajé	Etiene Cristina Dias De Oliveira Luiz	Andreia Faustino De Farias	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	192	Itaipulândia	Tânia Mahl	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	193	Itaipulândia	Andriele Vargas Ferraz	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	194	Itambaracá	Amanda Milena Ribeiro	Debora Aparecida Dias	-	Não	Governamental		Apto
1/1	195	Itapejara Do Oeste	Eliane Cristina Piazentini Dos Rezes	Denise Fernandes Schwancka	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	196	Itaperuçu	Sabrina Willrich De Oliveira	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	197	Itaúna Do Sul	Solange Aparecida Freitas Do Nascimento	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	198	Ivaí	Regina Camargo De Cristo	Patricia Bobek	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	199	Ivaiporã	Pamella Kelly Marrafon Rosina	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	200	Ivaiporã	Michele Da Rocha Alves De Lima	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	201	Ivaté	Andréia Pestana Biatto	Mercia Elaine Da Silva Santos	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	202	Ivatuba	Raphaelle Martire Mezavilla	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	203	Jacarezinho	Isabel Cristina Cândido Melo	Gesilene Barbosa	-	Não	Governamental		Apto
1/1	204	Jaguapitã	João Paulo Gomes Figueira	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	205	Jaguariaiva	Daniela Canavarro Mendes	Bruna Caroline Crivelaro Lima	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	206	Jandaia Do Sul	Sidneia Dias De Lima	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	207	Janiópolis	Denise Rodrigues	Tereza Rodrigues	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	208	Japira	Valdineia De Oliveira Rocha	Bruna Corrêa Noveli	-	Não	Governamental		Apto
1/1	209	Jardim Alegre	Roberto José De Brito Neto	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	210	Jardim Olinda	Monica Gobi Zanella	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	211	Juranda	Carla Aparecida Latczuk Ribeiro	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	212	Jussara	Jéssica Rogério Ferreira	Jéssica Camila Lopes Furtado	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	213	Laranjeiras Do Sul	João Paulo Assunção Ribeiro	Danielle Teles Gomes Mendes	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	214	Leópolis	Estela Aparecida De Lima	Sirléia Pereira Muniz	-	Não	Governamental		Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

				Fernandes					
1/1	215	Lidianópolis	Ludimila Aparecida Martins Bueno	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	216	Loanda	Eliane Buzulini De Lira	Carla Graziela Viotto	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	217	Lobato	Daniel Gomes Da Rocha	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	218	Lobato	Gislayne Esperança Siqueira Bezerra	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/4	219	Londrina	Ana Beatriz Santos Pimentel	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
2/4	220	Londrina	Rita De Cassia Lemos Barboza	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
3/4	221	Londrina	Pamela Rachel Gonçalves Alves	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	222	Luiziana	Vera Lucia Moreira Dos Santos	Rosilda Aparecida Dos Santos	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	223	Lunardelli	Rodrigo Deldotto Rezende	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	224	Lupionópolis	Lilia Castro De Souza	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	225	Mallet	Darlei Antonio Cabral	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	226	Mamborê	Vanessa Aparecida Martins Ferreira	Anna Cláudia Sartori Maggioni	-	Não	Governamental		Apto
1/1	227	Mandaguaçu	Gisiane Camargos De Freitas	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	228	Mandaguari	Izildinha Aparecida Marques Sincero	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	229	Mandaguari	Cristiane Aparecida Tossati Formaggi	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	230	Mandirituba	Caroline Kabuchi Figueiredo	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	231	Mandirituba	Nilza Ferreira Lopes Muzzolon	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	232	Mangueirinha	Ladijane Brunetti	-	-	Não	Governamental		Apto
a	233	Manoel Ribas	Thais Regina Castilho De Oliveira	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/2	234	Marechal Cândido Rondon	Fernanda Luana Schmitt	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	235	Maria Helena	Gercina Dionizio Belançon	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	236	Maria Helena	Vilma Aparecida Da Silva Margonari	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	237	Marialva	Adriano José De Lima	Alessandra Gomes Dos Santos	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	238	Marilena	Darlene De Souza Barbosa	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	239	Mariluz	Carlos Eduardo De Paula	Rosiléia Aparecida Fantin Santos	-	Sim	Governamental		Apto
1/4	240	Maringá	Cristiane Muller Calazans	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	241	Maringá	Gabriel Antunes Da Silva	-	-	Não	Governamental		Apto

2/4	242	Maringá	Ana Aparecida De Brito	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	243	Maringá	Tiago Henrique Dolphine Alves	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
3/4	244	Maringá	Clarice Leriano Malentaqui	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	245	Maringá	Vanessa Souza Ortiz	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
4/4	246	Maringá	Maria Auxiliadora Pimentel Dos Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	247	Maringá	Claudiane Maria Vieira Theodoro	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	248	Mariópolis	Maicon Charles Bassanese	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	249	Mariópolis	Emires Aparecida Sbardella	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	250	Maripá	Diego Eduardo Stange	Mylena Damaris Schwambach	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	251	Marmeleiro	Vera Lucia Cecchin Dapont	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	252	Marmeleiro	Susani Scandolara Campra	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	253	Marquinho	Walter Arana Vargas	Patrieli De Almeida	-	Não	Governamental		Apto
1/1	461	Matinhos	Rosilene Leite Corrêa	Juliana Furtado Gonçalves	-	Não	Governamental		Apto
1/1	254	Mato Rico	Maria Veronica Da Silva Humeniuk	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	255	Mauá Da Serra	Camila Mizuno	Anny Karyna Violato	-	Não	Governamental		Apto
1/2	256	Medianeira	Adirlene Aparecida Moura Horonzi	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	257	Medianeira	Evandro Matos Barreiro	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/2	258	Medianeira	Raquel Gaige Pinto Da Maia	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	259	Medianeira	Ana Carolina Nienow	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	260	Mirador	Marlene Jaboticaba Da Silva Botelho	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	261	Miraselva	Alyne Luiza De Oliveira Tonin	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	262	Miraselva	Terezinha Lopes Ferreira Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	263	Missal	Andreia Marta Konzen Scherer	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	264	Morretes	Hannah Hend Toso Sfair	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	267	Nova Aliança Do Ivaí	Francine Rodrigues Ferreira Da Rocha	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	268	Nova América Da Colina	Ingrid Oliveira Araújo	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	269	Nova América Da Colina	Jozilaine Fernanda Malheiros	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	270	Nova Aurora	Daiane Da Silva Lima	Lucerly Gisley Locks Grama	-	Não	Governamental		Apto
1/1	271	Nova Cantu	Leticia Gaspar Camargo Batista	-	-	Não	Sociedade	Usuários do	Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

							civil	SUAS	
1/1	272	Nova Esperança	Mariana Felipe Galbiatti	Roseani Cristina Sacani	-	Não	Governamental		Apto
1/1	273	Nova Esperança Do Sudoeste	Jully Aguiar	Deivid Antunes	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	274	Nova Fátima	Célia Lourdes Sales Roque Da Silva	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	275	Nova Olímpia	Valdete Souza Da Silva	Josefa Maria Ferreira	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	276	Nova Prata Do Iguaçu	Maristela Rodrigues De Lima	Camilla Medeiros	-	Não	Governamental		Apto
1/1	277	Nova Santa Rosa	Leticia Kerber Heimerdinger	Ana Paula Jacobson Wesseling Hein	-	Não	Governamental		Apto
1/1	278	Nova Tebas	Willian Eduardo Cassemiro Tomazin	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	279	Nova Tebas	Luiza Godoi Rodrigues	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	280	Ourizona	Aparecida Pomini Ferrareze	Lucia Czusz Da Silva	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	281	Ouro Verde Do Oeste	Regina Célia Dos Santos	Adriana Moreira Pinho	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	282	Paiçandu	Ana Alice Dos Santos	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	283	Palmas	Daniela Toldo Pedroso	Aline Terezinha Ambrósio	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	285	Palotina	Isabel Dias Fuentes	Nyelen Cintia Delani Potrick	-	Não	Governamental		Apto
1/1	286	Paraíso Do Norte	Israel De Moraes	Jaqueline Carvalho De Souza	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	287	Paranacity	Cleisiely Alencar Soler	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/3	288	Paranaguá	Flávia Moreira Pinto	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	289	Paranaguá	Erica Roberta Santos Ribeiro	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	290	Paranaguá	Wagner Luíz Peixoto Da Silva	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	291	Paranaguá	Joilson Marques Cardoso	-	-	Sim	Governamental		Apto
3/3	292	Paranaguá	Fabiana Pereira Monteiro Bachmann	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	293	Paranaguá	Elenise Gomes Da Costa Martinski	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/2	294	Paranavaí	Luciane Estevam De Pontes Costa	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	295	Paranavaí	Valdirene Rodrigues De Souza	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/2	296	Paranavaí	Lídia Rodrigues Dos Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	297	Pato Bragado	Paula Graciele Kramatscheck	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/2	298	Pato Branco	Carlos Henrique Galvan Gnoatto	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	299	Pato Branco	Heloiza Natalia Garbin	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/2	300	Pato Branco	Gabriel Henrique Damin Picolotto	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto

1/1	301	Paula Freitas	Elizete Marino	Ana Paula Costodio	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	302	Paulo Frontin	Aneliese Najara Lichtfeld De Mattos Jasinski	Debora Chilanti	-	Não	Governamental		Apto
1/1	303	Peabiru	Joziane Aparecida Ferreira	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	304	Perobal	Raira Estela Ricardo Caetano	Francisca Gonçalves E Silva Girotto	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	305	Pérola D'oeste	Tania Lovis	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	306	Piên	Camila Márcia Dos Santos Moletta	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	307	Piên	Candida De Lourdes Simões Bineck	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/3	308	Pinhais	Danielly Dinacir Araujo Remedi	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	309	Pinhais	Douglas Eduardo Pereira	-	-	Não	Governamental		Apto
3/3	310	Pinhais	Renato Luiz De Oliveira Homem	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	311	Pinhal De São Bento	Marlene Righi	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	312	Pinhalão	Carlos Rodrigues	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	313	Pinhão	Iara Aparecida De Oliveira	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	314	Piraí Do Sul	Rita De Cássia De Mello Correa	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/3	315	Piraquara	Karina Torrecilha Da Conceição	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	316	Piraquara	Suelen Cristina Pietroski De Oliveira	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	317	Piraquara	Alana Graziele Weber Selke	-	-	Não	Governamental		Apto
3/3	318	Piraquara	Marcia Maria Feyh	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	319	Piraquara	Samuely Maria Moreira Zorzan Oliveira	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	320	Pitanga	Ana Claudia Nunes Silva	Sirlene Proença Maciel	-	Não	Governamental		Apto
1/1	321	Pitangueiras	Luana Aparecida Sgorlon	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	322	Pitangueiras	Samira Silveira Dos Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	323	Planaltina Do Paraná	Valério Xavier Dos Santos	Maria Da Glória Alves Freitas Da Silva	-	Não	Governamental		Apto
1/1	324	Planalto	Janice Royer Borchardt	-	-	Não	Governamental		Apto
1/3	325	Ponta Grossa	Everaldo Carneiro Ortiz	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/3	326	Ponta Grossa	Silmara Ap. Lesiko	-	-	Não	Governamental		Apto
3/3	327	Ponta Grossa	Tayná Schnepper Barche	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	328	Pontal Do Paraná	Andreia Gomes Santos	Gislaine Alvez De Almeida Vaz	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	329	Porecatu	Roseli Aparecida Gomes	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	330	Porecatu	Stefanie Cesarina Bazoni Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	332	Porto Barreiro	Silvana Apª De Oliveira Matos	-	-	Não	Governament		Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

							al		
1/1	333	Porto Vitória	Loreli Aparecida Da Cruz	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	334	Prado Ferreira	Beatriz Werlingue Morandi	Antonia Perre Dos Santos	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	335	Pranchita	Caroline Fedrigo	Eliana Clelia Silva Da Rosa	-	Não	Governamental		Apto
1/1	336	Presidente Castelo Branco	Maria Izabel Roque Troleis	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	337	Prudentópolis	Lorraine Helena Dias	Lucia Da Cruz Alexandre	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	338	Quarto Centenário	Samara Alves Da Silva	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	339	Quatro Barras	Claudineia Maria Antonio	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	340	Quatro Pontes	Vanessa De Souza Cazari Pozzolo	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	341	Quatro Pontes	Adriel Jose De Quadros	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	342	Querência Do Norte	Leandro Lopes Dos Santos	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	343	Quinta Do Sol	Leila Rosa Menechini	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	344	Quinta Do Sol	Neide Teixeira Schorba	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	345	Quitandinha	Iracema De Jesus Santos	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	346	Ramilândia	Soeli Terezinha De Oliveira Do Nascimento821748149-00	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	347	Rancho Alegre	Maiara Colombaroli	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	348	Rancho Alegre	Maiara Colombaroli	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	349	Rancho Alegre D'oeste	Janaina Nayara Silva Mariano	Janaína Letícia Da Silva	-	Não	Governamental		Apto
1/1	350	Realeza	Camila Eduarda Lopes	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	351	Rebouças	Rosangela Laurindo	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	352	Renascença	Maria Aparecida Prates De Oliveira	Lucieli Fatima Ramos	-	Não	Governamental		Apto
1/1	353	Reserva	Luciane Fernandes Vieira	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	354	Reserva Do Iguaçu	Daisy Cristina Schmitz	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	355	Ribeirão Claro	Rosmery Lisarazu Shiosaky	Neide Vicente Da Silva	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	356	Ribeirão Do Pinhal	Maria Eduarda De Souza Ramos	Gisele Thainara De Elson Coelho	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	357	Rio Bonito Do Iguaçu	Mariana Panassolo	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	358	Rio Branco Do Sul	Debora Menezes Da Silva	Elisane Souza Miranda	-	Não	Governamental		Apto
1/1	359	Rio Negro	Leonice Gritti Duarte	-	-	Não	Governamental		Apto
1/2	360	Rolândia	Carla Patrícia Mastelini	-	-	Não	Governamental		Apto
2/2	361	Rolândia	Giovana Casarin Silva	-	-	Sim	Sociedade	Trabalhadore	Apto

							civil	s do SUAS	
1/1	362	Roncador	Rose Mari Maybuk	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	365	Sabáudia	Mario Roberto Teixeira	Anahi Zagrski Chagas	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	366	Salgado Filho	Silvana Tereza Welter	Marcia Maria Terras Barreto	-	Não	Governamental		Apto
1/1	367	Salto Do Lontra	Simone Soranzo	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	368	Salto Do Lontra	Rudilete Simões Pires	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	369	Santa Amélia	Maria Aparecida Ipolito Coneglian	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	370	Santa Fé	Elza Paes De lira	Francisco Carmino Senise	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	371	Santa Helena	Edina Barbosa Roseno	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	372	Santa Helena	Jaqueline Fernanda Turcatto	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	373	Santa Inês	Janes De Rezende Rocha Galindo	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	374	Santa Inês	Kátia Aparecida Santana	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	375	Santa Isabel Do Ivaí	Franklin Carlos Jacomel	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	376	Santa Izabel Do Oeste	Juliani Aparecida Azambuja	Deborah Alana Girotto	-	Não	Governamental		Apto
1/1	377	Santa Lúcia	Indianara Aparecida De Lima Colasso	Edi Lurdes Dos Santos	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	378	Santa Maria Do Oeste	Maria Da Gloria Tomen	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	379	Santa Mariana	Fatima Oliveira Souza	Rosana Aparecida Lozano Madeira	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	380	Santa Mônica	Alessandra Duarte Dos Santos	Luzinete Ferreira Da Silva Hillmann	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	381	Santa Tereza Do Oeste	Samuel Schaia	Jéssica Priscila Dos Santos Costa	-	Não	Governamental		Apto
1/1	382	Santa Terezinha Do Itaipu	Valter Larssen Junior	Bianca Lucia De Souza Branco Sartor	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	383	Santo Antônio Da Platina	Helena Cristina Gonçalves Menezes	Israel Junior Da Silva	-	Não	Governamental		Apto
1/1	384	Santo Antônio Do Caiuá	Adriele De Souza Da Silva	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	385	Santo Antônio Do Paraíso	Vanessa Cristina Rodrigues Da Costa Silva	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	386	Santo Inácio	Elaine De Carvalho	Talita Aparecida De Brito Segantine	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	387	São Jerônimo Da Serra	Lillian Gabriella R Teixeira Avelar	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	388	São João	Andrieli Borsati	Sandra Mara Menegoto Fim	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	389	São João Do Caiuá	Josilaine Costa Leandro	-	-	Sim	Governamental		Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1/1	390	São João Do Ivaí	Patricia Maria Dos Santos	Jéssica Mayara Da Silva Costa	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	391	São João Do Triunfo	Ana Paula Grechaki Halila	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	392	São Jorge D'oeste	Orlanda Aquino Barbosa	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	393	São Jorge D'oeste	Ronaldo Roque Poyer	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	394	São Jorge Do Ivaí	Marlene Da Cruz Casagrande	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	395	São Jorge Do Patrocínio	Antonia Elivaneide Barbosa Da Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	396	São José Da Boa Vista	Érica Aparecida Veiga	-	-	Não	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	397	São José Das Palmeiras	Andréia Cristine Zimpel	-	-	Não	Governamental		Apto
1/4	398	São José Dos Pinhais	Gustavo Filipowsk	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	399	São José Dos Pinhais	Emanuel Fernando Cochinski	-	-	Sim	Governamental		Apto
2/4	400	São José Dos Pinhais	Thalita Karen Lopkowski Bueno	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	401	São José Dos Pinhais	Silvia Maria Cardozo Dos Sanros	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
3/4	402	São José Dos Pinhais	Danielle Cristine Ferreira Borges	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	403	São José Dos Pinhais	Jessica Paola Da Silva Miranda	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
4/4	404	São José Dos Pinhais	Geraldo Rodrigues Da Silva Filho	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
VC	405	São José Dos Pinhais	Judite Pereira Dos Santos	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	406	São Manoel Do Paraná	Estevam Caetano	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	407	São Mateus Do Sul	Leandro Ulbrich Bueno Da Silveira	Naiara Giane Iork Nora Stocki Travinski	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	408	São Pedro Do Ivaí	Andreia Galan Carniato	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	409	São Pedro Do Paraná	Fernanda Farias Negrizolli	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	410	São Pedro Do Paraná	Thalyta Meryce Dos Santos Sofiatte	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	411	São Tomé	Bilania Camila De Carvalho	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	412	Sapopema	Angelita Subtil Guerreiro Da Silva	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	413	Saudade Do Iguaçu	Carmen Fatima Gabiatti	-	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	414	Sengés	Delma Lucia Alves	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	415	Sengés	Camila Bittes Correa Fernandes	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	416	Sertanópolis	Antônio Roberto Marques De Souza	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	417	Siqueira Campos	Maiara Sabino Rosa	Lidinei Batista Alves De Souza	-	Não	Governamental		Apto

1/1	418	Sulina	Vidiane Forlin	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	419	Tamarana	Carlos Eduardo Ramos	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	420	Tamarana	Danilo Aparecido Mendonça Pereira	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	421	Tamboara	Alana Alves Dos Reis Pim	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	422	Tapejara	Regiane Dutra Vilas Boas	Luciene Tofanin Cuareli	-	Não	Governamental		Apto
1/1	423	Teixeira Soares	Aline Bueno Marochi	Evelyn Muriel Vieira Bindas	-	Sim	Governamental		Apto
1/2	424	Telemâco Borba	Jéssica Emanuele Martins Lopes	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	425	Telemâco Borba	Alessandra Ferreira Dos Santos	-	-	Não	Governamental		Apto
2/2	426	Telemâco Borba	Murilo Camilo Chagas Cardoso	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	427	Telemâco Borba	Elisandra Maria Catarina De Jesus Silva	-	-	Sim	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	428	Terra Boa	Karina Da Silva Araujo	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	429	Terra Rica	Daiane Aparecida Machado Dos Santos	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	430	Terra Roxa	Marilita De Souza Anderson	Siriaco Lopes	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	431	Tibagi	Silvana Campos Novakoski	Andriele Ramos Coutinho	-	Não	Governamental		Apto
1/1	432	Tijucas Do Sul	José Lucas Januário De Menezes	Khadija De Barros Crul	-	Sim	Governamental		Apto
1/3	433	Toledo	Cínthia Regina Brun	-	-	Não	Governamental		Apto
VC	434	Toledo	Jean Michell Fagundes Bispo	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	435	Toledo	Marilia Borges Leite	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
VC	436	Toledo	Villian Veiss	-	-	Sim	Governamental		Apto
3/3	437	Toledo	Carla Patricia Radtke	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	438	Toledo	Everton Chaves Maria	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	439	Tomazina	Giselle Bordim Moura	-	-	Não	Governamental		Apto
1/1	440	Três Barras Do Paraná	Neusa De Souza	Irma Da Aparecida Cordeiro De Deus	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	441	Tuneiras Do Oeste	Andreia Marçal Da Costa	-	-	Sim	Governamental		Apto
1/1	442	Tupãssi	Luiz Carlos Chesca	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	443	Turvo	Micheli Johann Figueiredo	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	444	Ubiratã	Jean Carlos Bonissoni	Ana Carolina Rinaldi	-	Sim	Governamental		Apto
1/3	445	Umuarama	Rogério Angelo Da Silva	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	446	Umuarama	Maurício Kölln Genero	-	-	Não	Governamental		Apto
2/3	447	Umuarama	Janaína Conceição Barboza	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	448	Umuarama	Eduardo Benedito Cólis	-	-	Sim	Governamental		Apto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3/3	449	Umuarama	Roseni De Moraes Carvalho	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	450	Umuarama	Francielle Cassiano Pimenta Sousa	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/2	451	União Da Vitória	Liamar Aparecida Da Silva	-	-	Sim	Governamental		Apto
VC	452	União Da Vitória	Ângela Andrea Horbatiul	-	-	Não	Governamental		Apto
2/2	453	União Da Vitória	Marcia Aparecida Mohilski	-	-	Não	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
VC	454	União Da Vitória	Neusa Lucia Benoni	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	455	Ventania	Gabrieli Batista Lima	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto
1/1	457	Verê	Patrícia Aparecida Zanata	Susana Alves Carneiro	-	Não	Governamental		Apto
1/1	458	Virmond	Sandra Kozak	-	-	Não	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Apto
1/1	459	Vitorino	Ronicléia Dos Santos José	Vera Lucia Dos Santos Ribas	-	Sim	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Apto
1/1	460	Xambrê	Guilherme Augusto Neves De Souza	-	-	Sim	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Apto

LEGENDAS E ORIENTAÇÕES

VC = Vaga complementar: Obtida das vagas remanescentes oriundas de municípios que não inscreveram delegados e de municípios desabilitados em decorrência do não atendimento dos critérios referentes ao turno de realização das conferências municipais e de delegados desabilitados em virtude da não observação da representação designada na distribuição de vagas.

N.I. = Número de inscrição: Será utilizado para inscrever-se nas salas de trabalho em grupo e para qualificação das moções.

R = Reabilitado: Município reabilitado após recurso e revisão, tendo o mesmo atendido ao critério de turnos exigidos.

Delegados Suplentes: Poderão participar apenas na ausência do delegado titular.

Custeio das vagas complementares: Deverá ser observado os critérios dispostos na Resolução CEAS/PR 015/2025, aprovada pela Deliberação CEAS/PR 050/2025.

Certificação: A 15ª Conferência Estadual de Assistência Social será certificada pela Escola de Gestão do Paraná. Para tanto, solicitamos que os participantes realizem o cadastro no site da Escola de Gestão do Paraná <https://www.ead.pr.gov.br/enrol/index.php?id=2912> até o dia 30/09/2025, conforme orientações contidas no Anexo III da presente Deliberação. A não realização da inscrição conforme orientação, inviabilizará o recebimento de certificação.

ANEXO II - PARTICIPANTES DESABILITADOS

Cidade da Representação	Nome	Tipo de inscrição	Representação	Segmento	Obs. inaptidão	Obs. Município	Status
Almirante Tamandaré	Giselle Cristina Santos Da Costa	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Altamira Do Paraná	Silmara Mesquita De Oliveira	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Ampére	Samuel Jeferson Solano Da Silva	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Ampére	Anni Pavelegini De Souza	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Araruna	Daniele Ariadine Da Silva	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Barra Do Jacaré	Valéria Paula Da Costa Camilotti	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Barra Do Jacaré	Liziane Caroline Candido	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Bituruna	Fernanda Raquel Katschor	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Bituruna	Indiamara Maria De Lima Ciota	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto

Boa Ventura Do São Roque	Gislaine Aparecida Kelner	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Boa Ventura Do São Roque	Juliane Aparecida Ferraz Rosa Coelho	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Boa Vista Da Aparecida	Rafael Ribeiro Berlanda	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Bom Jesus Do Sul	Roseli Borges	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Bom Sucesso	Wallysson Matheus Pereira Da Silva	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Bom Sucesso Do Sul	Patricia Luzia Cecatto Do Prado	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Cafezal Do Sul	Theilon Da Silva	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Cafezal Do Sul	Theilon Da Silva	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Cambira	Tamires Rossi	Secretário executivo	-	-	Vaga não prevista	-	Inapto
Cambira	Tamires Rossi Da Silva	Delegado suplente	-	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Campo Largo	Lourdes Palega Augustyn	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Campo Largo	Nathaly Nunes Batista	Secretário executivo	-	-	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Campo Magro	Elaine Ferreira Dos Santos	Secretário executivo	-	-	Vaga não prevista	-	Inapto
Cantagalo	Roseli Pichler	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Capitão Leônidas Marques	Regiane Cristina Carraro	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Capitão Leônidas Marques	Gracieli Farina Zeniewicz	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Carlópolis	Fabiele Abucarub Miranda Domingues	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Colombo	Vaneska Martins Alves	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Conselheiro Mairinck	Maria De Jesus Camargo	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Conselheiro Mairinck	Fátima Aparecida Espanhol	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Contenda	Cristiane Regina Franceschi	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Contenda	Alexandre Paniagua	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Coronel Vivida	Ducelia Mara Sabadin Hensel	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Faxinal	Ney Lopes	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Fênix	Rosilene Aparecida De Oliveira	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Fênix	Carla Sturion Rodrigues	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Figueira	Ellen Beatriz Vieira Bernardo	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Figueira	Brunna De Paula Delanhol	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Foz Do Iguaçu	Bruno Henrique Okano De Souza	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Francisco Beltrão	Amandha Julielly Guidini Dos Santos	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Godoy Moreira	Andressa Milaine De Souza Lima	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Grandes Rios	Sueli Machado	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Grandes Rios	Valdirene Pereira Alves	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Guapirama	Jucélia Regina Silva De Sene	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Guapirama	Jucélia Regina Silva De Sene	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Guapirama	Solange Gonçalves Bispo	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Guaporema	Maria Do Socorro Silva Lins	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Itambé	Eliandra Calengário Da	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto

	Silva						
Itaperuçu	Hillari Nicoli Kulevicz	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Ivaiporã	Amelia T. Chomen	Secretário executivo	-	-	Vaga não prevista	-	Inapto
Jacarezinho	Francisco Chagas Da Cruz	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Jacarezinho	Francisco Chagas Da Cruz	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Janiópolis	Sirlei Aparecida Oliveira	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Janiópolis	Juliana Gracieli Benatto	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Japurá	Antonio Januário Fraga	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada	Reabilitado	Inapto
Jesuítas	Sandra Aparecida Pires De Souza	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Joaquim Távora	Alessandra Galo Bianchi Florenço	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Jundiaí Do Sul	Alcione Aparecida Leite Kozlowiski	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Jundiaí Do Sul	Fernanda Aline De Andrade	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Kaloré	Jhennyfer Lais Tenório Ferreira	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Kaloré	Cristhiane Sofka	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Lapa	Ana Lívia Szvarc Zultanski	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Lapa	Sandra Dos Santos Alves	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Leópolis	Josimara Da Silva	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Lidianópolis	Daniela Silva Ribeiro	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Lindoeste	Solange Langner Dos Santos	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Lindoeste	Eliany Aparecida Araújo Oliveira	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Manfrinópolis	Fernanda Pegoraro	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Manfrinópolis	Sônia Reichert	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Marechal Cândido Rondon	Beatriz Petry	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em	-	Inapto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

					desacordo com o Regulamento Interno		
Marialva	Marisa De Almeida	Secretário executivo	-	-	Documentação desqualificada	-	Inapto
Matelândia	Vilma De Oliveira	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Matelândia	Gisele Martinazzo Panciniak	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Mercedes	Ana Leticia Borges Dos Santos Bartoncello	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Mercedes	Taise Sallete De Bortoli Rossi	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Mirador	Marina Hernandes Da Silva Aguiar	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Moreira Sales	Jose Ferreira De Souza	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Moreira Sales	Valdecir Pauliqui	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Morretes	Clodoaldo Tonetti	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Nova Laranjeiras	Adilson Venhgynh Freitas	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Novo Itacolomi	Edlaine Carvalho Carloto	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Ortigueira	Paula Ereni Palhano Silva	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Ortigueira	Sirlei Casturina Gonçalves	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Pato Branco	Debora Maria Biesek	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Pérola	Vanusa Da Silva Monteiro Teixeira	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Pérola D'oeste	Laries Adicleia Da Silva Engels Specht	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Porto Rico	Leandra Mateus Dos Santos	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto

Quedas Do Iguaçu	Simone Aparecida Moura	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Reserva Do Iguaçu	Adão Ailson Chagas	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Rio Azul	Adrielle Caroline Krinski	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Rio Azul	Anna Cláudia Polinski	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Rio Bom	Lucimara Caires Moraes	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Santana Do Itararé	Juliana Bárbara Da Silva	Delegado suplente	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Santana Do Itararé	Vanessa Rita De Cássia Fermino	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Santo Antônio Do Sudoeste	Julio Cezar De Oliveira	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Santo Antônio Do Sudoeste	Ivã Carvalho	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
São Carlos Do Ivaí	Tania Mara Trivilin	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
São Miguel Do Iguaçu	Sandra Carolina Da Silva Souza	Delegado titular	Governamental		N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
São Sebastião Da Amoreira	Rosangela De Santana	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Sapopema	Maria Auxiliadora Da Silva Carneiro	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Sarandi	Djenifer Bernini Salomoni	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Sarandi	Ediana Maria Do Espirito Santos Nazareno	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Sarandi	Camila Rossi Do Nascimento	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Sarandi	Geni Aparecida Bocoli	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Sarandi	Marina Hernandes Alves	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Sarandi	Miriam Soares Policarpo Da Silva	Delegado titular	Sociedade civil	Usuários do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Saudade Do Iguaçu	Daniele Nogueira	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Saudade Do Iguaçu	Noeli Comin	Delegado titular	Governamental	-	Documentação	-	Inapto

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	Derlan				desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno		
Saudade Do Iguaçu	Rosane Aparecida Teixeira Brizola Bauermann	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Saudade Do Iguaçu	Daniele Nogueira	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Saudade Do Iguaçu	Noeli Comin Derlan	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Saudade Do Iguaçu	Rosane Aparecida Teixeira Brizola Bauermann	Delegado suplente	Sociedade civil	Usuários do SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Sertaneja	Bruna Marilia De Souza Stellato	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Sertaneja	Divanete Alves De Lima	Delegado titular	Sociedade civil	Trabalhadores do SUAS	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Sulina	Luciana Beatriz Bom	Secretário executivo	-	-	Vaga não prevista	-	Inapto
Tamboara	Viviane Cristina De Oliveira Bandini	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Tapira	Anderson Thadeu Gonzaga	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Tomazina	Luciane Rosa Gordia Nunes	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Tunas Do Paraná	Adriana Karla Casado Silva De Araujo	Delegado suplente	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Tunas Do Paraná	Edneia De Melo	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Turvo	Grasiele Hack	Delegado titular	Governamental	-	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Uraí	Cleuza Batista De Oliveira	Delegado titular	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto
Wenceslau Braz	Paula Francine Dias	Delegado suplente	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto

Wenceslau Braz	Graciéle Barbosa De Camargo	Delegado titular	Governamental	-	N/A	Desabilitado - Turno	Inapto
Xambrê	Luciana Pineli Cueto De Souza	Delegado suplente	Sociedade civil	Entidades com vínculo SUAS	Documentação desqualificada ou vaga em desacordo com o Regulamento Interno	-	Inapto

LEGENDA
N/A = Documentação não avaliada em decorrência da desabilitação do município.
Documentação desqualificada = Documentação submetida apresentou incorreções em seu preenchimento ou não corresponde com a documentação exigida no Regulamento da XV Conferência Estadual de Assistência Social (Deliberação CEAS/PR 017/2025).
Vaga em desacordo com o Regulamento Interno = Incorrespondência da representação do participante inscrito com a representação indicada na distribuição de vagas contida no Regulamento da XV Conferência Estadual de Assistência Social (Deliberação CEAS/PR 017/2025).
Vaga não prevista = Inscrição de secretários executivos de municípios que não foram contemplados com vagas para a categoria.
Desabilitado – Turno = Municípios que tiveram seus participantes impedidos de participarem da XV Conferência Estadual de Assistência Social, em decorrência do não cumprimento dos critérios estabelecidos pelo CNAS no Informe 02/2025.

ANEXO III

ORIENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO NO SITE DA ESCOLA DE GESTÃO DO PARANÁ

1. Acesse seu navegador e insira o link https://www.administracao.pr.gov.br/Escola-de-Gestao;
2. Localize a linha onde contém os segmentos da Escola de Gestão, após isso, localize o terceiro item “Login”, clique e verá às seguintes opções;
– Faça seu login
– Esqueci minha senha
– Realizar cadastro
3. Caso você já tenha o cadastro, basta clicar em “faça seu login”, insira seu CPF e sua senha, caso tenha esquecido ou perdido sua senha clique em “Perdeu a senha?”. Escolha buscar pelo CPF ou pelo endereço e-mail, em seguida você receberá um e-mail com mais instruções para completar a alteração de senha. Em caso de perda de acesso ao e-mail ou dificuldades, contate o administrador do site ou o número de telefone ou WhatsApp (41) 3313-6050.
4. Caso você não tenha o cadastro, você deve acessar o link de cadastro, para ir diretamente para inserir seus dados; https://www.ead.pr.gov.br/login/signup.php
– Insira seu CPF;
– Crie uma senha com no mínimo quatro (4) caracteres;
– Insira um endereço de e-mail;
– Confirme seu endereço de e-mail;
– Insira seu nome;
– Insira seu sobrenome.
5. Em “Dados Complementares” selecione seu vínculo, sua escolaridade e seu sexo;
6. As informações preenchidas a seguir serão utilizadas na emissão de certificados
– Insira seu nome completo conforme o registro civil;
– Insira seu Certificado de Operador de Estação de Radioamador (COER); Não obrigatório
7. Em Lotação (ou residência)
– Insira o órgão se da Comunidade selecionar comunidade
– Selecione o UF
– Selecione o município
8. Dados para contato
– Insira um e-mail secundário; (diferente do que foi utilizado anteriormente)
– Insira um telefone/celular; (preferencialmente WhatsApp)
– Selecione se autoriza o envio de mensagem para este número;
9. PCD – Pessoa com Deficiência
– Selecione se possui algum tipo de Deficiência;
– Se sim, qual?
– Especifique aqui suas necessidades de suporte especializado (PCD – Pessoa com Deficiência)
10. Defesa Civil – Informações complementares (não obrigatório)
– Insira seu Código REER (não obrigatório)
– Insira seu Código SARPAS (não obrigatório)
11. Assinale a opção “Não sou um robô” e clique em “Criar minha conta”
12. Após finalizar o cadastro você receberá um e-mail da Escola de Gestão confirmando o cadastro no endereço de e-mail informado.

126100/2025

RESOLUÇÃO Nº 435/2025 – SEDEF

O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE:**

Art. 1º Informar a adesão do município com objetivo de formalizar a responsabilidade e o compromisso decorrente do aceite ao cofinanciamento Estadual do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência, conforme critérios deliberados no Conselho Estadual de Assistência Social, por meio da Deliberação nº 55/2024, a ser repassado pelo Fundo Estadual de Assistência Social ao Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2° O seguinte município realizou o aceite no Termo de Adesão de forma eletrônica, por meio do Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF:

Município	Termo de Adesão	Valor - Parcela Mensal
Ivaiporã	Finalizado aderido	3.500,00

Art. 3° O processo de pagamento deverá obedecer às condições de pagamento previstas na legislação do cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social, bem como estar de acordo com a Deliberação nº 55/2024 do CEAS/PR.

Art. 4° A análise das condições de pagamentos dos municípios é realizada pelas áreas técnicas responsáveis pela deliberação, sendo a operacionalização pelo Núcleo Fazendário Setorial da SEDEF.
Art. 5° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

125282/2025

RESOLUÇÃO nº 440/2025 – SEDEF

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA, nomeado pelo Decreto nº 021/2023, no uso das atribuições que lhe são

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, e considerando a Resolução nº 109/2023 -SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e 198/2025 – SEDEF, **RESOLVE:**
Art. 1º HABILITAR o município abaixo relacionado, conforme art. 6º da Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025 – SEDEF, para adesão ao Incentivo fundo a fundo, destinado a prover a infraestrutura adequada dos equipamentos da Política de Assistência Social, por meio do financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhoria no atendimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

Municípios	Equipamentos
Capanema	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

125463/2025

RESOLUÇÃO Nº 189/2025 – SEDEF

RETIFICADA
O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA,** nomeado pelo Decreto n° 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar os servidores abaixo, em observância à legislação vigente, para atuarem como Fiscais do Termo de Execução Descentralizada – TED nº 004/2025, celebrado com a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania – SEJU, no valor de R$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais).

I – Fiscal Titular: Ayslan Juan Propost, RG n° **.957.***-*, CPF n° ***745.369-**;
II – Fiscal Suplente: Prisciane de Oliveira**,** RG n° **.437.***-**, CPF n° ***.896.879-99, que atuará na ausência do titular.
Art. 2° Esta Resolução passará a vigorar a partir da data da sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

125260/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 404/2025 – SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.044.328-7

I. RATIFICO a situação ensejadora da dispensa de licitação e **AUTORIZO**, com fundamento no art. 72 e inciso II do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2021, no art. 148 e seguintes e no art. 368 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022, com base no Memorando nº 018/2025-CEAS (mov. 02), no Documento de Formalização de Demanda da área técnica (Mov. 04), no Estudo Técnico Preliminar, devidamente aprovado (mov. 89-90), na pesquisa de preço (mov. 14-29) e no mapa de vantajosidade (Mov. 59), no Termo de Referência – Dispensa de Licitação por Diminuto Valor, devidamente aprovado (Mov. 80-81), bem como na Informação Técnica nº 472/2025 da Assessoria Técnica – AT/SEDEF (Mov. 93), **a contratação da empresa REPÚBLICKA COUNTRY - DNA CAIPIRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.200.917/0001-07, tendo por objeto a aquisição de material de apoio para o Projeto Praia Acessível 2025/2026, consistindo no fornecimento de 1.000 (mil) unidades de sacolas tipo mochila,** e considerando a disponibilidade orçamentária e financeira (Mov. 32-34), **a realização da despesa no valor total de R$ 12.890,00 (doze mil, oitocentos e noventa reais)**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.086/2022.
II. CONDICIONO ao NAS/SEDEF o cumprimento da legislação vigente, devendo as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), estarem todas dentro de seu prazo de validade e sem pendências, no momento da efetiva contratação/aquisição. Da mesma forma, adverte-se o setor técnico competente a necessidade de verificação de cumprimento do §° 3° do art. 75 da Lei Federal de n° 14.133/2022 e dos art. 31 e do §° único do art. 161 do Decreto Estadual de n° 10.086/2022.
III. PUBLIQUE-SE, como condição para eficácia dos instrumentos, nos termos do art. 61 do Decreto Estadual nº 10.086/2022.

Curitiba, *data da assinatura digital*.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

125284/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 405/2025 - SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.645.247-4

I. AUTORIZO, com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 053/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 378/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 17) e Informação Técnica nº 310/2025 - DPSE/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção Social Especial (Mov. 18), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 19-22), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Capanema.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

125466/2025

RESOLUÇÃO nº 434/2025 - SEDEF
O **SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA**, nomeado pelo Decreto nº 4468/2023, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46 da Lei Estadual nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023, **RESOLVE**:
Art. 1º Designar a servidora **CLARICE HAMMERSCHMIDT**, inscrita no CPF/MF sob nº ***.184.699- **, como gestora do Termo de Fomento, com a Organização da Sociedade Civil denominada **FUNDAÇÃO INICIATIVA** inscrita no CNPJ Nº 81.173.320/0001-45 destinado à execução do projeto aprovado "**INICIATIVA EM CAMINHOS SEGUROS** ", no valor de **R$ 299.787,16 (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e oitenta e sete reais e dezesseis centavos)**, com as atribuições constantes no Art.69 e incisos do Decreto Estadual nº 3513/2016.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de setembro de 2025
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família

125289/2025

DESPACHO SECRETARIAL nº 409/2025 - SEDEF
Referente ao protocolado nº 24.418.054-0

I. AUTORIZO, com fulcro na Lei Estadual nº 17.544, de 17 de abril de 2023 que dispõe sobre a transferência automática de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social em atendimento ao disposto nos incisos I e II do art. 13 da Lei Federal nº 8.743/1993; considerando a Deliberação nº 030/2025 do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR), que aprova o repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social para os Fundos Municipais de Assistência Social para construção de CRAS e CREAS; considerando a Resolução nº 109/2023 – SEDEF, alterada pela Resolução nº 127/2024-SEDEF e nº 198/2025-SEDEF, que dispõe sobre a regulamentação do Incentivo Financeiro, destinados a prover a infraestrutura adequada para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio de financiamento para execução das obras, com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da política de assistência social à população; com base no Despacho nº 374/2025 do Núcleo Técnico de Arquitetura (Mov. 30) e Informação Técnica nº 147/2025 - DPSB/CPAS/SEDEF da Divisão de Proteção

Social Básica (Mov. 32), e considerando a existência de recursos orçamentários e financeiros (mov. 18-21), a realização da despesa no valor de até R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) referente a 10% (dez por cento) do valor máximo a ser repassado para construção do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) no município de Francisco Alves.
II. Para a efetiva realização da despesa o Núcleo Fazendário Setorial – NFS/SEDEF, deverá atender o previsto art. 10 da Resolução nº 109/2023 – SEDEF e suas alterações;
III. PUBLIQUE-SE, de acordo com as normas vigentes.
IV. À SEDEF/NFS.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.
Rogério Carboni
Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família
126106/2025

Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF - PR
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Reunião Ordinária COEDE/PR – agosto/2025

Ao quinto dia do mês de agosto do ano de 2025, às nove horas, presencialmente e transmitido pelo canal do Youtube da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, na sala Fani Lerner, 7º andar, da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família - SEDEF, situada no Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, deu-se inicio a reunião ordinária do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência - COEDE. **Participação dos conselheiros (as) da Sociedade Civil: Vanessa Letícia Teilor** – Associação dos Deficientes Físicos do Paraná - ADFP; **Henry Baptista Xavier** – Universidade Livre Para Eficiência Humana – UNILEHU; **Cristianne Bara Mattei Pacheco de Carvalho** – Associação de Pais e Amigos de Surdos – APAS; **Fátima do Rocio de Souza Gonçalves** – Associação dos Colaboradores da Escola de Deficientes Auditivos de Paranaguá – ACEDA; **Clecy Aparecida Grigoli Zardo** – Federação das APAES – FEAPAES; **Carla Regina Wingert de Moraes** – Federação das APAES – FEAPAES; **Júlio Cezar Viana** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maringá – APAE Maringá; **Veranice Ferreira** – Instituto Paranaense de Cegos – IPC; **Patrícia Veridiana Monteiro** – Associação dos Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão – ADFVFB; **Sandra da Rosa Alves** – Associação de Atendimento e Apoio a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista do Norte do Paraná – ANJO AZUL; **Ângela Denise Henrique Cavalheiro** – Centro Ocupacional de Londrina – COL; **Rosilda da Oliveira** – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piraquara – APAE Piraquara; **Priscila Guimarães Rodrigues** – Complexo de Saúde Pequeno Cotolengo; **Participação dos conselheiros governamentais: Quelen Coden** – Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF/CPCD; **Roberto Leite** – Secretaria do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF/CPCD; **Thaís Christovam Pamplona** – Secretaria de Saúde – SESA; **Elaine Cristina Lima Scantamburlo** – Coordenação de Política para a Pessoa Idosa - SEMIPI/CPPI; **Ivã José de Pádua** – Secretaria da Ciência, Tecnologias e Ensino Superior – SETI; **Valter Ribeiro da Silva** - Secretaria de Segurança Pública – SESP; **Cleomira Ferreira Burdzinski** – Secretaria da Cultura – SEEC; **Wanda Ugeda Pille** – Secretaria de Turismo – SETU; **Mario Sérgio Fontes** – Secretaria do Esporte – SEES; **Guilherme Marques da Silva Mariucci** – Secretaria do Planejamento – SEPL. **Convidados presentes: Flavia Bandeira Cordeiro Portela** – Defensoria Pública do Paraná; **Deputado Pedro Paulo Bazana** – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Lucilene Marques** – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; **Júlio César Costa Silva** – Ordem dos Advogados do Brasil - OAB. **Marcela Gusso Rodrigues do Couto Ribeiro** - Secretária Executiva. **Intérpretes de Libras:** Eliana Aristides Ruiz e Ricardo Ruiz. **Faltas justificadas: Enio Rodrigues da Rosa** – Instituto Paranaense de Cegos – IPC; **Mari Lucia Veiga** – Secretaria do Trabalho, qualificação e Renda – SETR; **Viviane Antonia da Silva e Patricia Cavichiolo Tortato** – Coordenação da Política Estadual de Assistência Social SEDEF/CPAS; **Maira Tavares de Oliveira e Claudia Camargo Saldanha** – Secretaria da Educação – SEED. **Abertura.** O Presidente Ivã de Pádua iniciou a reunião agradecendo a presença de todos os conselheiros e, em especial, a presença do Deputado Pedro Paulo Bazana, que participou presencialmente da reunião, reafirmando seu compromisso com a causa da pessoa com deficiência. **1. Aprovação da Pauta mês de agosto.** APROVADA. **Inclusão de pauta.** Deliberação COEDE. APROVADA. **2. Aprovação da Ata mês de julho.** APROVADA. **3. Informes da Secretaria Executiva.** Moções de apoio a ADI 7796 - Recebido moções de apoio de Apucarana, Arapongas e Cascavel pelo E-mail do COEDE. **Substituição de conselheiros.** Substituição de representação da SEMIPI: Elaine Cristina Lima Scantamburlo, como titular no lugar de Leticia Pelissari Datsch. **Convites: TRT -** Desembargador Ricardo Tadeu Marques da Fonseca - Presidente da Comissão de Acessibilidade e Inclusão, convida para participar da comissão da terceira edição do Evento de Abertura do Mês Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência, tendo como tema: "Atender Bem é Incluir!". A reunião será realizada nesta quinta-feira, dia 07 de agosto, às 14 horas, na sala de reuniões do Tribunal Regional do Trabalho - Aprovado em plenária com a representação do conselheiro Roberto Leite – CPCD/SEDEF e Julio Cesar - OAB. **ALEP -** Convite ao presidente do COEDE para receber Menção Honrosa durante o GRANDE EXPEDIENTE da sessão plenária Ordinária do dia 19 de agosto às 14:30 na Assembleia Legislativa do Paraná em Homenagem a "Semana da Pessoa com Deficiência." Convite direcionado a presidência para compor a mesa na Audiência Pública dos "10 **Anos do Estatuto da Pessoa com Deficiência e os impasses da ADI 7796: Desafios, Perspectivas e o Futuro da Educação Inclusiva",** que ocorrerá no Plenário da sede do Poder Legislativo do dia 20 de agosto, às 10h. **Parecer do COEDE:** Aprovada a participação do Presidente Ivã José de Pádua. **SEAP -** Convite para participar como palestrante no evento de lançamento do e-Protocolo Acessível, que será realizado no dia 20 de agosto de 2025, a partir das 9h, no Auditório Mário Lobo, localizado no Palácio das Araucárias, em Curitiba/PR. Conferência Estadual do Esporte: 02 a 04 de setembro - Aprovada a participação do Conselheiro Mário Sérgio como representante COEDE. **Informes dos Conselheiros:** Presidente Ivã José de Pádua fala da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7796 do Supremo Tribunal Federal. Reforça a importância da manifestação dos conselhos municipais neste processo, destacando que o Conselho Estadual já está qualificado como **amicus curiae** no processo. A vice presidente Clecy Aparecida Grigoli Zardo - FEAPAES ressaltou também as dificuldades encontradas na articulação com todos os conselhos municipais, destacando a importância da manifestação de repúdio à ADI 7796, enfatizando o apoio às escolas especializadas. **Fala do Deputado Pedro Paulo Bazana.** O deputado agradeceu o convite e destacou seu comprometimento com a causa da pessoa com deficiência. Reforçou o valor das escolas especializadas e se colocou à disposição para apoiar as mobilizações contra a ADI 7796. Em sua fala, destacou a trajetória de inclusão do estado do Paraná e a importância de respeitar o direito de escolha das famílias quanto ao modelo educacional mais adequado. Ressaltou ainda que a verdadeira inclusão deve considerar a realidade das famílias e das pessoas com deficiência, e que as escolas especializadas são fundamentais nesse processo. O presidente Ivã de Pádua agradece novamente a participação do deputado Pedro Paulo Bazana, reconhecendo sua longa trajetória de apoio voluntário à causa e sua atuação em defesa das políticas públicas voltadas à pessoa com deficiência. Também estendeu a homenagem a todos os conselheiros, lideranças e instituições que, ao longo dos anos, têm contribuído para o fortalecimento da inclusão no Paraná. A vice presidente Clecy Aparecida Grigoli Zardo destacou que as reuniões da sociedade civil vêm sendo realizadas regularmente nas segundas-feiras anteriores às plenárias, no período da manhã. Já ocorreram duas reuniões, ainda que o relato destas não tenha sido apresentado, disse que um relatório da pauta será encaminhado posteriormente. Sendo assim solicitou ao colegiado uma deliberação que aprovasse as reuniões da Sociedade Civil regularmente nas segundas-feiras anteriores às plenárias. APROVADO. A presidente Clecy destaca o exemplo inspirador da Associação Anjo Azul, no município de Bandeirantes, que com apoio da Casa Civil e sensibilidade do governo estadual, está desenvolvendo um projeto que poderá se tornar piloto estadual, com instalações de alto padrão, fruto da mobilização local e atuação de uma mãe atípica. A conselheira Patrícia Veridiana Monteiro (ADFVFB) compartilhou a realização do movimento "Seminário Inclusão", ocorrido em 26 de julho de 2025 na cidade de Pato Branco, em alusão aos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão. Patrícia relatou que organizou o evento de forma autônoma, obtendo patrocínios e apoios locais, conseguindo reunir mais de 200 pessoas em uma caminhada e diversas atividades de inclusão no centro da cidade. Destacou o envolvimento dos filhos, ambos com deficiência visual, especialmente seu filho com baixa visão, que atuou na produção dos materiais gráficos do evento. Reunião descentralizada. Proposta de realização de duas reuniões descentralizadas, com base nas demandas regionais: Palmas (sudoeste do Paraná) – proposta para novembro de 2025; Paranaguá (litoral do Paraná) – proposta para março de 2026. A conselheira Carla apresentou a defesa da cidade de Palmas, destacando sua localização estratégica, capacidade de mobilização regional (envolvendo até 42 cidades), infraestrutura adequada (universidades, auditórios), apoio da sociedade civil local. Relatou experiência positiva em evento recente no município, com participação de aproximadamente 500 pessoas, mesmo sob condições climáticas adversas. A conselheira Fátima defendeu a escolha de Paranaguá, ressaltando que o litoral ainda não recebeu eventos do Conselho Estadual. A região conta com diversos municípios e potencial para fortalecimento dos conselhos locais. Fátima mencionou a criação recente da Secretaria Municipal de Inclusão e o impacto positivo que a presença do Conselho pode trazer para a região, incentivando a mobilização e valorizando os atores locais. A conselheira e coordenadora Quelen Coden (CPCD/SEDEF) apresentou dados das microrregiões envolvidas - Palmas: 15 municípios, dos quais apenas 4 possuem ARCPF. Paranaguá: 7 municípios, apenas 2 com ARCPF. Foi reforçado que o Conselho está atuando em conjunto com as regionais para fomentar a criação e fortalecimento dos conselhos e fundos municipais. Grupo de Trabalho - Levantamento de Servidores PCD e Acessibilidade nos Locais de Trabalho. Relato: Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às 9 horas, no 5.º andar do Palácio das Araucárias, realizou-se reunião com os membros do grupo de trabalho responsável pelo levantamento dos servidores com deficiência (PCD) e pela análise da acessibilidade nos locais de trabalho. Na ocasião, a Secretária do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE – informou que foi realizado um levantamento dos protocolos elaborados para todas as Secretarias e Autarquias do Estado, constatando-se que nem todos os órgãos receberam. Ressaltou-se que, no ano de 2024, todas as secretarias e autarquias foram comunicadas sobre a referida pesquisa por meio de contato telefônico e e-mail. Diante disso, deliberou-se que os protocolos serão reencaminhados às Secretarias que receberam, mas não responderam, e que novos protocolos serão abertos para àquelas Secretárias que ainda não foi enviado. Durante a reunião, foi analisado a documentação de uma das secretarias, que recebeu registros ilustrativos das melhorias em termos de acessibilidade, demonstrando o cenário anterior e posterior às adequações. **Parecer da comissão:** Como encaminhamento, sugeriu-se que todas as secretarias enviem documentos ilustrativos que evidenciem ações de acessibilidade e melhorias. **Parecer do COEDE:** Aprovado parecer da comissão. **Comissão Permanente de Capacitação, Mobilização e Articulação. 1.1 Acompanhamento da Situação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência** 1.1.1 Situação Atualizada – ARCPF (Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo). Após o encerramento da pesquisa via Google Forms, cujo objetivo foi levantar informações atualizadas sobre os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência e os contatos de referência, a Coordenação da Política Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPCD) consolidou os dados recebidos e deu início à análise da documentação enviada com vistas à emissão do ARCPF. Cabe destacar que os municípios foram devidamente informados por e-mail quanto aos prazos e orientações para regularização. Até a presente data, a situação é a seguinte: Total de municípios no Paraná: 399; Municípios com ARCPF regularizado: 140; Municípios com pendências documentais: 116; Municípios que não enviaram documentos ou enviaram parcialmente: 143; A lista dos 116 municípios com pendências inclui casos como ausência de documentos obrigatórios (leis, decretos, atas, CNPJ, resoluções de aprovação do plano), ausência de conselho ou

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

irregularidade na composição (falta de paridade), além de planos municipais vencidos ou não publicados. Entre os 143 municípios que não enviaram documentação, destacam-se casos em que, embora não tenha havido envio oficial, foram localizadas leis de criação dos conselhos e fundos. Isso demonstra algum grau de institucionalização, mas **não supre os requisitos formais para emissão do ARCPF**. 1.1.2 Análise Técnica – CPCD. A **Coordenação da Política Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CPCD)** realizou a análise técnica da documentação enviada pelos municípios, identificando diferentes situações que impedem, por ora, a emissão do ARCPF: Municípios que ainda não possuem conselho constituído ou apresentam irregularidades quanto aos critérios mínimos exigidos, como paridade e legislação atualizada; Casos em que há legislação instituída (lei do conselho, do fundo, decreto, entre outros), mas a documentação não foi enviada formalmente para análise; Situações de envio parcial de documentos, com necessidade de complementação (como CNPJ do fundo, atas atualizadas, resolução de aprovação do plano). 1.1.3 Próximas Etapas – Análise Documental e Novas Emissões de ARCPF. Conforme cronograma estabelecido e divulgado no Site do COEDE-PR, o primeiro prazo para envio de documentos visando à emissão do ARCPF se encerrou em **21 de julho de 2025**. As próximas rodadas de recebimento e análise documental ocorrerão nos seguintes períodos: **De 22 de julho a 22 de setembro de 2025; De 23 de setembro a 24 de novembro de 2025** (prazo final para o ano de 2025). Reforça-se a importância de que os municípios com pendências ou sem envio de documentação realizem a regularização **o quanto antes**. Caso uma nova **deliberação do COEDE/PR** seja publicada durante esses períodos, **apenas os municípios com ARCPF emitido até o prazo anterior estarão aptos a receber recursos**. O envio fora do prazo pode resultar na necessidade de aguardar a próxima análise, implicando em **perda de acesso aos repasses do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência**. Atualmente, **140 municípios estão com o ARCPF regularizado** e, portanto, aptos a receber recursos. 1.1.4 Disponibilização das Informações. A planilha atualizada com a análise detalhada da situação dos municípios está disponível no **Google Drive do COEDE/PR** e pode ser solicitados à Secretaria Executiva, para acesso pelos membros da Comissão e demais interessados. **Parecer da Comissão:** Responder e-mail do CONADE com as informações já registradas a partir da pesquisa realizada pelo COEDE sobre a atualização de dados dos conselhos municipais da pessoa com deficiência. Além disso, propor reunião com os municípios que possuem ARCPF, com o apoio técnico da Coordenadoria da Política da Pessoa com Deficiência (CPCD), para oferecer orientações acerca das competências dos Conselhos Estaduais e Municipais na garantia dos direitos da pessoa com deficiência. Para isso, sugere-se a criação de um grupo de trabalho temporário, composto por membros desta comissão, para fomentar essa articulação. **Parecer do COEDE:** Aprovado parecer da comissão. **Inclusão de Pauta: Novo Aporte de Recursos ao Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência.** O secretário da SEDEF, Rogério Carboni, anunciou que o Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social e Família, destinará R$ 5 milhões aos municípios. O valor, igual ao repassado no ano anterior, tem como objetivo garantir a continuidade e a eficácia das políticas públicas. Esse repasse reforça o compromisso do Estado com a política da pessoa com deficiência. O recurso será repassado na modalidade **fundo a fundo** aos municípios. O Secretário Rogério diz ser fundamental promover uma provocação respeitosa aos municípios para que eles de fato executem esses recursos. O Secretário comemora esse novo aporte. Diz que hoje, tem 140 municípios com conselho, plano e fundo instituídos, um avanço importante. Mesmo assim, precisa de uma **mobilização coletiva** deste Conselho, para garantir que os recursos cheguem a quem realmente precisa. Agradece pelo trabalho de cada um, diz terem avançado em diversas frentes, e o Governo do Estado está aberto ao diálogo, para que possam seguir construindo juntos políticas públicas transformadoras. Presidente e vice-presidente agradecem pessoalmente ao Secretário Rogério Carboni pelo seu envolvimento direto e sensível às causas da pessoa com deficiência, reconhecendo seu papel como verdadeiro parceiro e articulador das políticas voltadas a pessoa com deficiência. A secretária executiva lê a deliberação proposta. APROVADA. Diretor Ronaldo Olmo da SEDEF agradece a deliberação do COEDE, solicita que este conselho continue cobrando dos conselhos municipais a documentação para emissão de ARCPF para que mais municípios estejam aptos a receber recursos para as próximas deliberações. Registra-se a contrariedade do conselheiro Julio Cezar Viana da APAE de Maringá ao artigo 11° onde se refere aos critérios de distribuição do valor do recurso, § 2º tendo redutor de 30% no valor do repasse, os municípios que receberam recursos da Deliberação nº 009/2024-COEDE/PR e não comprovaram a utilização dos valores por meio do Sistema de Gestão do Fundo – SIFF até a data de aprovação desta Deliberação e § 3º receberão um **bônus adicional** no valor do repasse os municípios que Não foram contemplados com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – FEPcD/PR pela Deliberação nº 009/2024-COEDE/PR. Registra-se também a fala da conselheira Cristianne Bara Mattei Pacheco de Carvalho – Associação de Pais e Amigos de Surdos – APAS, que solicitou também que fosse retirado essa regra do redutor, visto que a deliberação 009/2024 foi o primeiro repasse e os municípios não sabem ainda como realizar a utilização do recurso. **Comissão Orçamento e Gerenciamento do Fundo.** 1. Monitoramento do uso dos recursos deliberados em 2024 - fundo a fundo. Relato: A Coordenação Estadual da Política de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CPCD tem monitorado o uso dos Recursos provenientes do Repasse objeto da Deliberação 009/2024-COEDE/PR. Para referido monitoramento foi encaminhado email em 16/02/2025 - aos 73 municípios que receberam o repasse de R$ 68.493,15 (sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e três reais e quinze centavos) - solicitando que encaminhassem à Coordenação o Plano de Trabalho com a descrição da execução e previsão do início da utilização do recurso e observassem a necessidade de juntada dos extratos mensais da conta destinada ao uso dos valores provenientes da Deliberação no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, para comprovar a movimentação de valores. A CPCD, através de seus técnicos realizou a análise dos 67 planos de trabalho recebidos – tendo emitido parecer orientativo com base nos critérios da Deliberação nº 009/2025 – COEDE/PR, quanto a aderência técnica dos projetos apresentados, considerando também a divisão entre despesas de capital e de custeio, e o alinhamento com as finalidades previstas nas linhas de ação constantes na Deliberação. Para garantir a plena conformidade com o contido na Deliberação 009/2024-COEDE/PR, os Municípios foram orientados a aprovar o Plano de Trabalho junto ao Conselho Municipal instruído com planilha orçamentada detalhada, com valores unitários e especificações técnicas dos itens de capital; instrumento legal conforme Lei 13019/2014 para formalização de parcerias com as OSC´s; Plano de trabalho da entidade executora (caso a execução do recurso seja da entidade); observando em todos os casos a necessidade de plaqueta de identificação dos bens adquiridos com o recurso do Fundo Estadual e a necessidade de juntada dos documentos relacionados acima e a resolução de aprovação do Plano de Trabalho pelo Conselho Municipal. Não foram obtidas informações quanto a elaboração do Plano de Trabalho dos municípios de Califórnia, Curitiba e Nova Laranjeiras e os municípios de Arapongas, Guaratuba e Maringá receberam orientações para a correta utilização do recurso. Foi solicitado à Gestão de Fundos os extratos para monitoramento das movimentações de valores e observado que 65 municípios ainda não iniciaram a execução dos recursos, mantendo os valores em aplicação financeira, restando apenas 04 (quatro) meses para o cumprimento do contido no art. 16 da Deliberação 009/2024-COEDE/PR, que estabelece que os municípios iniciem a execução dos recursos em até 12 meses do seu recebimento. **Parecer da Comissão:** Ciente. A Comissão sugere o envio de Ofício Circular aos 73 Municípios ressaltando o prazo para início de execução dos recursos em até 12 meses do seu recebimento, nos termos do art. 16 da Deliberação 009/2024 – COEDE/PR. **Parecer do COEDE:** Ciente. Aprovado o envio. **Comissão de políticas básicas. Relatório: 3.1 Ofício 421/2025 - Resposta ao Ofício nº 035/2023 – Reserva de vagas para PCD na Advocacia Dativa. Proposta de alteração ao texto do PL 501/2022 que tem por objetivo compatibilizar a prioridade conferida aos advogados PCDs com a preservação da isonomia, do equilíbrio e da viabilidade operacional do sistema de nomeações da Advocacia Dativa.** Esta proposta visa sugerir ajustes na distribuição proporcional de processos da Advocacia Dativa para advogados PCDs (pessoas com deficiência), de maneira a preservar a integridade do programa, garantindo equidade e justiça no sistema de nomeações, ao mesmo tempo em que busca modificar as disposições estabelecidas pelo Projeto de Lei 501/2022. A proposta trata das implicações do PL 501/2022, que prevê que, a cada cinco nomeações realizadas no portal da Advocacia Dativa, uma deve ser destinada a advogados classificados como PCDs. No entanto, caso o PL seja aprovado conforme está redigido, haverá um desequilíbrio no sistema de nomeações, com a possibilidade de alguns advogados serem nomeados em uma quantidade desproporcional, prejudicando a eficiência e a justiça no processo. Atualmente, a Advocacia Dativa realiza nomeações através de um sistema online, onde todos os advogados inscritos têm a mesma chance de serem convocados, sem qualquer tipo de priorização. Este modelo é adequado ao número de advogados inscritos, que atualmente supera 20.000, sendo 123 classificados como PCDs. A proposta original do PL 501/2022, no entanto, estabeleceria que, a cada cinco nomeações realizadas, uma fosse destinada a um advogado PCD, o que, devido ao grande número de nomeações diárias, geraria um volume de trabalho exagerado para os advogados PCDs, tornando a aplicação dessa regra inviável. Para garantir o bom funcionamento do sistema, sem prejudicar a participação dos advogados PCDs, a seguinte alteração é proposta: • Limitação de Nomeações: Estabelecer um limite de duas nomeações por mês para cada advogado inscrito no sistema de Advocacia Dativa, de forma a equilibrar o número de processos distribuídos de forma justa entre todos os advogados. • Ajuste na Prioridade de Nomeações para Advogados PCDs: Ao invés de uma nomeação a cada cinco, propõe-se que a nomeação prioritária para advogados PCDs ocorra a cada 15 nomeações realizadas no sistema. Isso permitirá que a inclusão de advogados PCDs seja feita de forma proporcional, sem que haja desequilíbrio ou sobrecarga para esses profissionais. • Flexibilidade para Inclusão de Outros Grupos Prioritários: A proposta grupos prioritários, considerando a necessidade de garantir o pagamento agilizado aos advogados que se enquadram em categorias específicas. Benefícios da Alteração Proposta: • Equilíbrio no Sistema de Nomeações: A proposta garante que a Advocacia Dativa continue justa para todos os advogados inscritos, sem que os advogados PCDs sejam sobrecarregados com um número excessivo de nomeações. • Preservação da Eficiência do Programa: Com a limitação de nomeações, o sistema permanece eficiente, evitando a distorção da distribuição de processos e assegurando que todos os advogados, incluindo os PCDs, tenham uma participação justa. • Apoio a Grupos Prioritários: A proposta reconhece a necessidade de incluir advogados PCDs no sistema, sem desestabilizar o programa, e ao mesmo tempo oferece a possibilidade de ajustes em relação a outros grupos prioritários, conforme as necessidades da PGE/PR. A OAB/PR reconhece a importância de garantir maior inclusão e representatividade dos advogados PCDs no sistema de Advocacia Dativa. No entanto, a implementação do PL 501/2022, conforme está proposto, pode gerar desequilíbrios significativos. Portanto, a alteração sugerida visa ajustar as nomeações para garantir a efetividade do programa e a inclusão justa de advogados PCDs, mantendo o equilíbrio e a eficiência do sistema. A OAB/PR não se opõe à implementação de regras específicas para nomeações de advogados prioritários, desde que seja respeitado o limite de nomeações e o sistema continue justo para todos os advogados inscritos na Advocacia Dativa. **Parecer Comissão:** Favorável às mudanças propostas pela OAB/PR a fim de modificar as disposições estabelecidas pelo Projeto de Lei 501/2022. A Comissão sugere que após a aprovação do PL 501/2022 a OAB/PR apresente ao COEDE como está o funcionamento do sistema de nomeações após as adequações. **Parecer COEDE**: Oficiar a OAB, pedindo reunião com a participação dos conselheiros Ivã de Pádua, Roberto Leite e Julio César (OAB), para debater sobre o PL 501/2022, e entender o motivo das mudanças propostas. **COMISSÃO PERMANENTE DE GARANTIA DE DIREITOS. RELATÓRIO: 4.1 Retorno de pauta de Julho - Ofício 16/2025 CMDPcD Umuarama: Solicitação de esclarecimentos e providências sobre dificuldades acerca do acesso ao passe livre Interestadual e Intermunicipal.** - Resposta ANTT e CPCD-PR. **Histórico:** - Pauta com início na plenária de julho de 2025 (pauta 4.3): Ofício 16/2025: Ofício do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Umuarama solicitando esclarecimentos e providências sobre dificuldades acerca do acesso ao passe livre Interestadual e Intermunicipal para pessoas com deficiência. Em plenária de julho de 2025, o COEDE apreciou

sobre ofício encaminhado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Umuarama solicitando esclarecimentos e providências sobre dificuldades acerca do acesso ao passe livre Interestadual e Intermunicipal para pessoas com deficiência: O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD de Umuarama-Paraná vem, por meio deste, manifestar preocupação e solicitar providências e esclarecimentos quanto às recorrentes dificuldades enfrentadas pela população com deficiência do município para obter o Passe Livre Interestadual e Intermunicipal. (...), Dessa forma, solicitamos: Informações atualizadas sobre os critérios exigidos para concessão do Passe Livre Interestadual e Intermunicipal; Alternativas viáveis para viabilizar o acesso ao passe livre para acompanhantes; Medidas que possam ser adotadas para agilizar o atendimento da Defensoria Pública nesses casos ou outro encaminhamento possível que evite a judicialização desnecessária. O COEDE deliberou encaminhar a demanda para a Secretaria Nacional e ANTT visando esclarecimentos sobre o processo de concessão do passe livre interestadual. Além disso, encaminhar para a CPCD/SEDEF para esclarecer sobre os trâmites relacionados ao benefício do passe-livre intermunicipal, bem como encaminhar a demanda ao CONADE. **Relato:** O COEDE recebeu duas respostas, da ANTT e do CPCD/SEDEF. No que diz respeito à ANTT, foi encaminhado o Ofício SEI nº 23521/2025: O Passe Livre Interestadual é uma gratuidade concedida às pessoas com deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual e os requisitos para concessão do referido benefício são aqueles definidos no art. 1º, da Lei nº 8.899/1994, citado a seguir: "Art. 1º É concedido passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual". Conforme demonstrado, a Lei que instituiu o benefício condiciona a concessão da gratuidade à comprovação de 02 (dois) requisitos: ser pessoa com deficiência e hipossuficiente. Diante disto, é relevante destacar as atribuições desta Agência, instituídas pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, que, em seu art. 26, disciplina da seguinte maneira [...]. Assim, torna-se evidente que a ANTT não tem competência legal e nem expertise para reconhecer a deficiência em qualquer cidadão, uma vez que tal processo exige conhecimento especializado no assunto cujas competências são afetas a outros órgãos, especializados em políticas públicas. Apesar disso, esta Agência recebeu, por meio da Portaria nº 583, de 04 de dezembro de 2019, a competência para a administração, concessão, operação e o controle do Passe Livre para a pessoa com deficiência, comprovadamente carente [...]. Assim, implementou em 08/07/2024 o sistema Passe Livre Digital, uma ferramenta tecnológica responsável pela operacionalização da concessão da gratuidade. Nesta nova ferramenta, a verificação dos cadastros é efetuada automaticamente, sem a necessidade de envio de documentação adicional ou análise pela ANTT. Para isso, o procedimento de validação das informações declaradas no requerimento de concessão da gratuidade é realizado a partir da utilização de bancos de dados digitais e da integração de sistemas que consolidam informações dos cadastros do Governo Federal, como o Cadastro Único (CadÚnico), o Cadastro de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Cabe destacar que, na hipótese do requerente ser beneficiário do BPC, código B87, ambos requisitos para concessão do Passe Livre, hipossuficiência e ser pessoa com deficiência, são automaticamente cumpridos [...]. Portanto, a conexão entre esses programas garante que o beneficiário do BPC-B87 tenha acesso ao Passe Livre sem a necessidade de comprovações adicionais. Por outro lado, de modo a garantir a inclusão de cidadãos que não são contemplados com benefícios assistenciais do INSS, as comprovações de deficiência e hipossuficiência também poderão ser realizadas de outra maneira. Para tanto, com o intuito de comprovar tão somente a hipossuficiência, são utilizadas as informações disponíveis na API do Cadastro Único e de faixa de renda do INSS. Adicionalmente a essas bases de dados, com o objetivo de comprovar o segundo requisito, ser pessoa com deficiência, o sistema Passe Livre Digital utiliza as informações consolidadas disponíveis na API do Cadastro-Inclusão. Ademais, também há de se observar o disposto na Lei nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação, bem como simplifica e suprime exigências cujo custo seja superior a risco de fraude [...]. O CadÚnico foi criado pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 [..] com a redação dada pela Lei nº 14.601, de 2023, nos seguintes termos: Art. 6º-F Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda, nos termos do regulamento. Por sua vez, o Cadastro-Inclusão foi criado pela Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de acordo com o art. 92 mencionado a seguir: Art. 92. É criado o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica da pessoa com deficiência, bem como das barreiras que impedem a realização de seus direitos. Portanto, é inegável que o Poder Executivo Federal detém 02 (dois) sistemas aptos a comprovar de forma válida os requisitos para concessão do benefício do Passe Livre, de modo que negar sua utilização implicaria em negar vigência às Leis nos 8.742/1993 e 13.146/2015. Adicionalmente, cabe mencionar que o Sistema Passe Livre Digital foi implementado em razão de cortes orçamentários apresentados pelo Governo, que impactaram na inviabilidade de renovar a plataforma anterior, que era responsável por sustentar o sistema Passe Livre, bem como resultou na significativa redução da mão de obra destinada à operacionalização da gratuidade. Ressalta-se que a Casa Civil, o Ministério dos Transportes e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos foram oficiados, conforme Ofício nº 37292/2024/DG-ANTT (33279417), acerca do fato de que a continuidade da política pública em questão está condicionada à utilização das API's para validação dos requisitos para concessão do benefício, uma vez que em razão do corte orçamentário mencionado, esta Agência não dispõe de capacidade orçamentária nem operacional para realizar a análise manual dos requerimentos de concessão da gratuidade. Além disso, salienta-se, mais uma vez, que a ANTT não possui competência legal nem expertise para reconhecer a deficiência de qualquer cidadão, visto que esse processo requer conhecimento especializado no assunto cujas competências são afetas a outros órgãos. Alerta-se ainda, que a implementação do atual sistema do passe livre além de representar a garantia viável da manutenção da política pública, apesar dos obstáculos orçamentários, também possui o intuito de tão somente operacionalizar a Credencial do Passe Livre no que concerne à forma de expedição, verificação de requisitos e validade, questões essas meramente operacionais e que não trazem qualquer inovação ao atual regulamento vigente. Cumpre destacar que a utilização de consulta às bases de dados dos órgãos competentes para reconhecer a hipossuficiência e deficiência, assegura a autenticidade das informações, contribui para a prevenção de fraudes e promove, dessa forma, a confiabilidade na concessão da gratuidade em questão. Assim, as solicitações desse benefício podem ser efetuadas por meio do link - https://passelivre.antt.gov.br/ e para solicitar o Passe Livre no novo serviço, basta que o usuário tenha uma conta no sistema "Gov.br" e atenda a um dos seguintes critérios: a) Ser beneficiário do Benefício de Prestação Continuada - BPC, código B87 ou b) Estar inscrito no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com renda familiar de até 01 (um) salário-mínimo por pessoa e estar inscrito no Cadastro de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão). Entretanto, cabe informar que, após a implementação do sistema Passe Livre Digital, que utiliza exclusivamente o Cadastro Inclusão para a comprovação da deficiência, esta Agência tem recebido relatos de usuários que enfrentam dificuldades para se inscrever no referido cadastro, tendo em vista que a base de dados em questão ainda não foi concluída. Diante disso, por meio da intermediação da Casa Civil, foi estabelecido um Grupo de Trabalho composto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), pelo Ministério dos Transportes (MT), pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), buscando soluções ao entrave do sistema, e, com isso, garantir maior efetividade na concessão da gratuidade e, consequentemente, na ampliação do acesso à política pública. Assim, até que o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - MDHC conclua a implementação do Registro de Referência da Pessoa com Deficiência, está sendo disponibilizado no link https://passelivre.antt.gov.br/ um acesso para que o médico, por meio do seu GOV.BR, utilizando seu CRM, possa registrar a condição de pessoa com deficiência atestada por ele, permitindo assim, o alcance da política pública àqueles que ainda não possuem o cadastro no Registro de Referência da Pessoa com Deficiência. Tal funcionalidade foi desenvolvida para garantir a transição do processo de digitalização da concessão do benefício do Passe Livre Interestadual. Portanto, após efetuado o atesto a ser realizado pelo médico no sistema Passe Livre, observando o procedimento supramencionado, o requerente poderá solicitar a Credencial pelo seu login único no "Gov.br", a qual será disponibilizada automaticamente no sistema para o titular do benefício. No que se refere a solicitação de acompanhante, destaca-se que a solicitação sofreu significante melhora, visto que anteriormente o beneficiário somente poderia utilizar o benefício do acompanhante se ele estivesse previamente cadastrado e, nesse cadastro, apenas poderiam constar até cinco acompanhantes que também deveriam apresentar documentação e comprovar renda per capita de até 01 (um) salário mínimo. Atualmente, entende-se que o benefício de ter um acompanhante é do detentor da credencial, podendo ele levar quem estiver disponível na hora, sem necessitar de cadastro prévio ou validação de renda, pois o benefício não é relativo ao acompanhante, mas sim ao beneficiário do Passe Livre. No que se refere à inserção do atestado digitalmente pelo médico, cabe esclarecer que tal procedimento, evita fraudes, conferindo segurança ao processo, agiliza o atendimento, tendo em vista que no procedimento de análise anterior o resultado poderia demorar até 06 (seis) meses, além de tornar o processo auditável. Com relação ao atendimento na Defensoria Pública, sugere-se o encaminhamento àquele órgão uma vez que tal procedimento foge à governabilidade desta ANTT. Além disso, também foi encaminhada resposta do CPCD/SEDEF: O Programa Passe Livre Intermunicipal do Paraná é um benefício estadual amparado pela Lei 18.419/2015, que assegura a isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e algumas patologias crônicas previstas em legislação, (desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência), e que possuem renda bruta per capta até dois salários mínimos estadual do Grupo I. Tem direito ao benefício as pessoas com deficiência: Física, Visual, Intelectual, Auditiva, Múltiplas, Fibromialgia e Transtorno Espectro Autista. E também pessoas com alguma dessas patologias crônicas: Insuficiência Renal Crônica, doença de Crohn, Câncer, Transtornos Mentais Graves, HIV, Mucoviscidose, Hemofilia e Esclerose Múltipla. Para solicitar o benefício a pessoa deve comparecer no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) mais próximo de sua residência com a seguinte documentação: - Laudo médico de avaliação fornecido por profissional habilitado no SUS - com CID 10 da patologia - Modelo SESA; - Cópia da carteira de identidade (RG); - Cópia do cadastro de pessoa física (CPF); - Cópia do comprovante de residência; - Comprovante de rendimentos de todos os membros do núcleo familiar; No caso de o laudo solicitar acompanhante, levar cópia do RG de até 3 (três) acompanhantes maiores de 18 anos. Enfatizamos que é obrigatório constar o nome do acompanhante na Carteira Passe Livre, segundo a Lei 18.419/15 em seu Artigo 86: § 1o Nos casos em que houver a prescrição médica da necessidade de acompanhante, deverá ser indicado no requerimento de concessão do benefício o nome de até três pessoas maiores de dezoito anos, anexando a este, fotocópia do RG legível destas pessoas. A solicitação do benefício é via sistema, as Assistentes Sociais dos Cras do Paraná tem o acesso e somente elas podem realizar a solicitação. A Coordenação de Política Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência aprova a solicitação, manda para ajustes ou indefere se necessário. Aprovada a solicitação, a carteira vai para o processo de impressão que leva em torno de 40 (quarenta) dias, depois de impressa a carteira é enviada para a casa do requerente ou para o CRAS que realizou a solicitação. Para auxiliar a população com dúvidas relacionadas ao Benefício Passe Livre e a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a coordenação dispõe de um número de WhatsApp 41 32102457 que está disponível das 8h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira. **Parecer Comissão:** Encaminhar a resposta da CPCD para o conselho

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

municipal de Umuarama. Encaminhar a resposta da ANTT ao Conselho Municipal de Umuarama e para o CONADE, solicitando que o último se posicione sobre a resposta da ANTT. Solicitar à ANTT que até que o Cadastro-Inclusão esteja em pleno funcionamento, não seja um item obrigatório para concessão do Passe Livre Interestadual para a Pessoa com Deficiência. **Parecer COEDE: Aprovado parecer da comissão. 4.2 Retorno de pauta de julho: E- mail recebido mãe de criança com autismo em fila de espera há 2 anos aguardando consulta com neurologista para iniciar as terapias.** Informação N.o 404/2025 -DAS/SESA, trazendo devidos esclarecimentos e as datas de atendimento. **Histórico: -** Pauta com início na plenária de julho de 2025 (pauta 4.6): E- mail recebido de mãe questionando tempo de espera para atendimento do filho com neurologista. Na plenária de julho de 2025, o COEDE discutiu sobre e-mail que denunciava: Meu filho autista está a DOIS ANOS aguardando as terapias, e agora com 14 anos tem que voltar para fila com neurologista… porque não é mais com neuropediatra. Pela fila de espera… sai lá quando ele fizer 18 anos. ABSURDO. Peço por favor prioridade nas consultas e terapias, a demora só atrasa o desenvolvimento". Em anexo, foi encaminhado prints de tela mostrando a fila para "Avaliação Encantar TEA" e "Neurologia geral", ambas com tempo médio de mais de 6 meses. Deliberou-se encaminhar ofício para a SESA e Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba solicitando esclarecimentos. **Relato:** Informação nº 404/2025 - DAS: Em atenção à solicitação da Seção de Ações Estratégicas e Redes de Atenção – 2a Regional de Saúde – SCAERA 2aRS, que solicita informações sobre o noticiado ao Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência (COEDE) sobre o atendimento de neurologia do usuário, informamos o seguinte: 1. O usuário é atendido pelo Sistema Único de Saúde (SUS) de Curitiba, sendo acompanhado pela Unidade de Saúde (US) Pilarzinho em suas necessidades de saúde. Atualmente, realiza acompanhamento ambulatorial em Neurologia Pediátrica no Centro de Especialidades Médicas Encantar, com retorno agendado para o dia 28/07/2025. 2. Esclarecemos que o serviço de Neurologia Pediátrica acompanha os usuários até os 14 anos completos. A partir dessa idade, o seguimento é direcionado para os Serviços de Neurologia Geral – Adulto. Em casos que demandem priorização, a solicitação deve ser realizada conforme os fluxos estabelecidos pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS). 3. Informamos, ainda, que o usuário possui avaliação agendada com a equipe multiprofissional do Ambulatório Encantar para o dia 17/07/2025. O ofício de resposta da SESA - Secretaria Estadual de Saúde com a data dos próximos atendimentos foi encaminhado por e-mail para a solicitante. **Parecer Comissão:** Solicitar informações ao Encantar de como está sendo realizado o atendimento ao usuário. **Parecer COEDE: Aprovado parecer da comissão. 4.3 Retorno de Julho - Falta de acessibilidade em SITE PSS da SEED.** Retorno das reuniões realizadas na CELEPAR. **Relato:** Reunião sobre Acessibilidade no Portal PSS/SEED. Data: 01 de julho de 2025
Local: CELEPAR. Participantes: Ivã de Pádua – Presidente do COEDE. Roberto Leite – Conselheiro do COEDE e agente profissional CPCD, Paulo Ricardo – Técnico CPCD/SEDEF, Marcela Gusso – Secretária Executiva do COEDE; Equipe técnica da CELEPAR. Foi realizada reunião com a equipe técnica da CELEPAR com o objetivo de tratar as dificuldades de acessibilidade encontradas no site do Processo Seletivo Simplificado (PSS) da SEED. Durante a reunião, os conselheiros do COEDE apresentaram as dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência visual ao acessar o portal, principalmente no que se refere à seleção de cargos e funções, onde leitores de tela não conseguem ultrapassar a primeira etapa de navegação, restringindo o acesso ao primeiro grupo listado, e não conseguindo escolher o cargo pretendido, por exemplo, pedagogo que fica na oitava caixa de seleção. Soluções Propostas: - Discussão sobre a necessidade de resolver o problema no site PSS para garantir que pessoas com deficiência visual possam navegar e interagir completamente com a plataforma. - Apresentação de possíveis soluções e testes em ambiente de homologação para verificar a eficácia das correções implementadas. Ressalta-se que atualmente não tem nenhum processo seletivo em aberto. Além do portal do PSS, foram reiteradas outras proposições para aprimoramento da acessibilidade em diferentes plataformas, tais como: A importância da inclusão de descrições textuais alternativas em imagens nos sites públicos, visando à acessibilidade via leitores de tela. A necessidade de descrever banners e imagens de forma detalhada, garantindo que pessoas cegas possam compreender os conteúdos visuais. A consideração de estratégias específicas para descrever imagens, como uso de elementos visíveis apenas por leitores de tela ou descrições concisas. **Próximos Passos a serem realizados:** Necessidade de melhorias contínuas na acessibilidade digital dos sistemas, com acompanhamento técnico e validação por pessoas com deficiência visual. Agendamento de nova reunião para avaliação das melhorias implementadas e continuidade das ações propostas. A equipe técnica da CELEPAR se mostrou muito solícita e assumiram compromisso em continuar trabalhando para zerar as barreiras de acessibilidade no portal. Data: 10 de julho de 2025. Reunião de acompanhamento com equipe técnica da CELEPAR. Participantes: Roberto Leite – Conselheiro COEDE; Patrícia Monteiro – Conselheira COEDE; Marcela Gusso – Secretária Executiva COEDE. Nesta segunda reunião, os técnicos da CELEPAR apresentaram os avanços realizados com base nas demandas anteriores. Foi disponibilizado um link de homologação para que os conselheiros pudessem simular o processo de inscrição e verificar as melhorias na acessibilidade do sistema. A partir dessa simulação, identificou-se uma nova demanda relacionada à acessibilidade em outros campos do formulário, sendo acordada a realização de reuniões técnicas, a próxima com previsão para o dia 05 de agosto de 2025, com o objetivo de tratar especificamente dessas novas questões e seguir com o processo de aprimoramento contínuo. **Parecer da comissão:** Aguardando encaminhamentos da próxima reunião. **Parecer do COEDE:** Aprovado. **4.4 E-mail encaminhado ao COEDE.** Solicitação de orientação deste Conselho em relação a Resolução SEFA no 135/2021, que condiciona a concessão da isenção de IPVA à incapacidade de dirigir, excluindo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que possuem CNH válida. **Relato:** O COEDE recebeu o seguinte e-mail: Gostaria de Solicitar a orientação do Conselho em relação à Resolução SEFA nº 135/2021, especialmente nos §§ 4º e 5º do art. 17, que condicionam a concessão da isenção de IPVA à incapacidade de dirigir, excluindo pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que possuem CNH válida. Solicitei a isenção e tive o pedido negado com base nesse artigo. Essa condição contraria os princípios da dignidade da pessoa humana, da inclusão social e da igualdade, previstos na Constituição Federal, bem como a Lei Federal nº 12.764/2012, que reconhece a pessoa com TEA como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais. A capacidade técnica de conduzir um veículo não elimina os desafios funcionais, sensoriais e emocionais enfrentados por pessoas autistas. A exigência de incapacidade absoluta para dirigir como critério exclusivo para concessão da isenção é discriminatória e excludente, ignorando a avaliação biopsicossocial prevista na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). **Parecer Comissão:** Encaminhar a denúncia para a SEFA, visando esclarecimentos acerca da não isenção do IPVA para pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Também solicitar esclarecimentos e orientações sobre os critérios para a isenção do IPVA de veículos acima de 155 cavalos para pessoas com deficiência. **Parecer COEDE:** Suprimir a solicitação de esclarecimentos e orientações sobre os critérios para a isenção do IPVA de veículos acima de 155 cavalos para pessoas com deficiência. Encaminhar denúncia para a SEFA. **4.5 E-mail encaminhado ao COEDE - Pauta solicitada pelo conselheiro Mário Sérgio - Secretaria do Esporte.** Solicita futura identificação do papel moeda em circulação no país tendo identificação tátil voltada para as pessoas com deficiência visual. **Relato:** A implementação de identificação tátil em cédulas representa um avanço significativo no campo da inclusão e acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência visual. Essa medida tem como principal objetivo garantir que indivíduos cegos ou com baixa visão possam utilizar o dinheiro em espécie com mais autonomia e segurança. Elementos em relevo, texturas diferenciadas e outros recursos táteis aplicados nas cédulas permitem a distinção entre os diferentes valores monetários. Com isso, as pessoas com deficiência visual conseguem identificar as cédulas pelo tato, sem depender da ajuda de terceiros, o que contribui diretamente para sua independência nas transações financeiras do dia a dia. Além do benefício social, os elementos táteis também desempenham um papel importante no combate à falsificação. Por serem mais difíceis de reproduzir com precisão, esses elementos ajudam na identificação de notas autênticas, beneficiando não apenas pessoas com deficiência visual, mas todos os usuários do sistema financeiro. **Parecer Comissão:** Encaminhar para a Casa da Moeda, CONADE e Banco Central uma solicitação de regulamentação de reconhecimento tátil para o papel moeda no Brasil. Sugere-se que essa identificação tátil pode ser feita com a própria tinta do papel moeda, utilizando algarismos romanos em alto relevo para possibilitar a identificação do valor. **Parecer COEDE:** Aprovado parecer da comissão. **4.6 E-mail encaminhado ao COEDE solicitando análise de possível violação à Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015).** Candidato com deficiência visual, aprovado em primeiro lugar em vaga destinada a PcD em concurso público do CRM/PR, foi excluído prematuramente com base em laudo médico que alega incompatibilidade total de sua deficiência com as funções do cargo. **Relato:** O COEDE recebeu o seguinte e-mail de um médico de Pato Branco com deficiência visual grave, dizendo o seguinte: Venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requerer o seguinte: 1) Fui aprovado em concurso público federal para o cargo de Médico Fiscal do Conselho Federal de Medicina, concorrendo por vaga reservada a Pessoa com Deficiência (PCD). 2) Apesar de ter sido formalmente convocado e ter me apresentado nos termos da legislação vigente, fui eliminado do certame antes da posse, com fundamento em laudo médico da banca examinadora, que entendeu haver incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo. 3) Contudo, a própria decisão liminar anteriormente concedida havia determinado que a avaliação de compatibilidade fosse feita durante o estágio probatório, respeitando os princípios de acessibilidade e da igualdade de condições. 4) A decisão final do TRF-4, que deu como provimento ao Agravo de Instrumento do CRM, reafirma a exclusão com base na gravidade e progressividade da deficiência, mas desconsidera minha condição atual de servidor público efetivo, em exercício do cargo médico auditor, demonstrando capacidade funcional preservada. 5) Entendo que essa exclusão prévia afronta o disposto na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), além de comprometer o princípio da dignidade da pessoa humana e da ampla acessibilidade, razão pela qual venho solicitar o seguinte: REQUERIMENTO - Diante do exposto, requeiro a este órgão ministerial: A) A análise do presente caso à luz da proteção legal das pessoas com deficiência, com a possibilidade de interposição de eventual recurso extraordinário ou medida judicial pertinente, caso o MP entenda cabível; B) A atuação ministerial junto ao TRF-4 ou ao Supremo Tribunal Federal, com vistas à garantia do princípio da inclusão e da avaliação funcional individualizada no estágio probatório, conforme previsto em normas nacionais e internacionais de direitos da pessoa com deficiência; C) Caso o MP entenda não ser possível ou cabível a intervenção judicial, que seja fornecida manifestação formal sobre o entendimento da instituição quanto ao mérito da decisão judicial e suas repercussões sobre o direito das pessoas com deficiência em concursos públicos. Além do relato apresentado, o solicitante encaminhou os seguintes documentos para análise deste Conselho: Síntese do caso, Petição Inicial, Edital do concurso e a Homologação do resultado final, Laudo Médico Pericial do CRM, e-mail de comunicado do CRM, Declaração da Secretaria de Saúde, Comprovante de exercício na auditoria e Vínculo com a Secretaria Estadual de Saúde. **Parecer Comissão:** A comissão posiciona-se frente ao cumprimento do decreto 3298/1999 e da Lei Brasileira de Inclusão, que deliberam que qualquer pessoa com deficiência deve ser avaliada durante o estágio probatório. Encaminhar a documentação para o Ministério Público Federal, para solicitar o seu ingresso como interessado no processo do TRF-4 para defender que o solicitante possa exercer suas atividades em conformidade com a aprovação no concurso público e ser avaliado durante o estágio probatório. **Parecer COEDE:** Aprovado parecer da comissão. A presente ata foi elaborada pela secretária executiva, Marcela Gusso Rodrigues do Couto Ribeiro. Após aprovação, a ata será publicizada no Diário Oficial do Estado (DIOE) no site oficial do COEDE/PR, garantindo transparência e acesso público às deliberações do colegiado. Reunião disponível no site: https://www.youtube.com/watch?v=8SweJiPRN0M&t=6863.

125906/2025

Secretaria do Desenvolvimento Sustentável

IAT

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE MIRADOR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 356554 com validade até 17/09/2030, para Imobiliário - Parques Urbanos a ser implantada na Avenida Paraná, 17 no município de Mirador/PR.

125356/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DIFLADI ESQUADRIAS DE MADEIRA LTDA - EPP, a Licença de Instalação - LI nº 356493 com validade até 17/09/2031, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Rua Décio Gasparoto, 200 no município de União da Vitória/PR.

125343/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COASUL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, a Licença de Instalação - LI nº 356483 com validade até 16/09/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na ESTRADA KM 127, S/N no município de Laranjeiras do Sul/PR.

125341/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INCORPORADORA RESIDENCIAL IGUATEMI SPE LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 356309 com validade até 16/09/2031, para Imobiliário - Parcelamento de solo a ser implantada na Rodovia BR-369, 2452 no município de Campo Mourão/PR.

125334/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à GELMAR JOÃO CHMIEL, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A nº 356523 com validade até 17/09/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na Avenida Pinheirais, 663 no município de Quedas do Iguaçu/PR.

125350/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MASTER CAMPUS REVENDA DE MAQUINAS AGRICOLAS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 356427 com validade até 17/09/2029, para Comércio e Serviço - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças instalada na Rua Deputado Bernardo Guimarães Ribas Carli, 5065 no município de Guarapuava/PR.

125339/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SILVA TERRAPLANAGEM EIRELI - ME, a Licença de Operação - LO nº 356556 com validade até 17/09/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Vereador Waldomiro Franco de Souza, 100 no município de Toledo/PR.

125358/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BENEDITO ALEIXO DE QUEIROZ & CIA LTDA, a Licença de Operação - LO nº 356401 com validade até 16/09/2030, para Comércio e Serviço - Transporte rodoviário de passageiros instalada na Alameda Washington Luiz, 490 no município de Telêmaco Borba/PR.

125337/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ROYALE RENTAL SERVIÇOS LTDA, a Licença de Operação - LO nº 356399 com validade até 17/09/2029, para Comércio e Serviço - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica instalada na Avenida Bento Munhoz da Rocha Neto, 5380 no município de Guarapuava/PR.

125336/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VW2 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS - EIRELI, a Licença de Operação - LO nº 355352 com validade até 16/03/2028, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores instalada na RUA AGENOR RISCALLI, 100 no município de Jaguapitã/PR.

125331/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WALTER JOÃO SCHWARZ, a Licença de Operação de Ampliação - LO-A nº 226604 com validade até 30/03/2027, para Agropecuária - Suinocultura instalada na Linha 5 de Outubro, 0 no município de Maripá/PR.

125359/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ENORI JOSE JERKIEWICZ, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356503 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na JACUTINGA, S/N no município de Dois Vizinhos/PR.

125345/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FERNANDO DE SOUZA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356482 com validade até 16/09/2027, para Industrial - Ind. da madeira a ser implantada na Avenida Perimetral, S/N no município de Iretama/PR.

125340/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EDSON FERREIRA DOS SANTOS, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356501 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na SITIO SAO SEBASTIAO, 0 no município de Borrazópolis/PR.

125344/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BENEDITO REGINO SOBRINHO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356512 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Sitio São Sebastião, 00 no município de Tuneiras do Oeste/PR.

125347/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SILVINO MARQUES, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356515 com validade até 17/09/2028, para Substituição de Espécies Exóticas - Substituição de Espécies Exóticas em Áreas de Preservação Permanente a ser implantada na ESTRADA FUBA, 179 no município de Cianorte/PR.

125348/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARILSE NAIZ, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356517 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LINHA ALTO BELA VISTA, 000 no município de Enéas Marques/PR.

125349/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ELOI INACIO PELICIOLI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356527 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na LINHA SÃO JOSÉ, S/N no município de Santa Izabel do Oeste/PR.

125352/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IRINEU BACELLAR & CIA LTDA, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356542 com validade até 17/09/2027, para Industrial - Beneficiamento de minerais não metálicos, não associados a extração a ser implantada na Fazenda Bacellar, s/n no município de Jaguariaíva/PR.

125353/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUIZ CARLOS PRESTES JUNIOR, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356551 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Fazenda São Tomé, Estrada Principal sentido Guararema, 0 no município de Castro/PR.

125354/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUIZ DO PRADO, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356552 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na SITIO PRADO, 00 no município de Santana do Itararé/PR.

125355/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à NILO SIEVES, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356571 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Bovinocultura de leite a ser implantada na Linha Sanga Caburé, sn no município de Mercedes/PR.

125360/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA POR ADESÃO E COMPROMISSO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DANILO ANGELI, a Licença por Adesão e Compromisso - LAC nº 356572 com validade até 17/09/2027, para Agropecuária - Avicultura a ser implantada na Lote Rural 7/8.J.2.1, Xaxim, s/n no município de Toledo/PR.

125361/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SER OIL COMERCIAL EIRELI - ME, a Licença Prévia - LP nº 356402 com validade até 16/09/2027, para Comércio e Serviço - Base de distribuição a ser implantada na Avenida José Bonifácio, 3401 no município de Cambé/PR.

125338/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALCION ANTONIO NEVES JUNIOR, a Licença Prévia - LP nº 354676 com validade até 16/09/2027, para Comércio e Serviço - Posto de combustíveis para veículos automotores a ser implantada na RUA 02, S/N no município de Teixeira Soares/PR.

125330/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CESCAGE CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DOS CAMPOS GERAIS LTDA, a Licença Prévia - LP nº 356490 com validade até 16/09/2027, para Comércio e Serviço - Serviço de saúde a ser implantada na Rua Herminio Oliveira de Avila, s/n no município de Ponta Grossa/PR.

125342/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VAMOS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS S/A, a Licença Prévia - LP nº 356248 com validade até 17/09/2026, para Comércio e Serviço - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos a ser implantada na Rodovia BR-277 KM 348, 4200 no município de Guarapuava/PR.

125332/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à M COLARITES CARVALHO & CIA LTDA, a Licença Prévia - LP nº 356253 com validade até 17/09/2026, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rua Alzino Carazzai, 2313 no município de Guarapuava/PR.

125333/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IRIO HERCHEN, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 356555-R1 com validade até 17/09/2031, para Agropecuária - Aquicultura a ser implantada na Linha Rio Azul, s/n no município de Maripá/PR.

125357/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à POSTO COPA LTDA, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 356352-R1 com validade até 17/09/2029, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos a ser implantada na Rodovia BR-277, S/N no município de Guarapuava/PR.

125335/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LIMPA FOSSAS LIMA ALMEIDA LTDA - ME, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 356509-R1 com validade até 17/09/2030, para Comércio e Serviço - Transportadora de cargas em geral e de resíduos instalada na Rua Miguel Zahdi, 595 no município de Castro/PR.

125346/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DELFIM COMUNICAÇÃO E TURISMO LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 351736-R2 com validade até 16/09/2027, para Comércio e Serviço - Hotéis e similares instalada na Avenida Brasil, 7682 no município de Cascavel/PR.

125329/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTUDO DE FAUNA, a Autorização Ambiental - AA nº 62640 com validade até 11/06/2026, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:ROD BR-277 Bairro:TRES LAGOAS Cep:85862409 Município:Foz do Iguaçu no município de Foz do Iguaçu/PR.

125861/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE GUAÍRA, a Autorização Ambiental - AA nº 62836 com validade até 15/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:CENTRO NÁUTICO E RECREATIVO MARINAS Bairro:---------- Cep:85980000 Município:Guaíra no município de Guaíra/PR.

125776/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PURUNÃ INCORPORAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62576 com validade até 03/06/2027, para Complexos turísticos e de lazer a ser implantada na Endereco:RUA DR. ALVARO DE ALBUQUERQUE, 251 no município de Balsa Nova/PR.

125799/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VANTUIR DA SILVA, a Autorização Ambiental - AA nº 62690 com validade até 23/06/2029, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA GUAPORÉ, LOTE 58, 59 no município de Arapongas/PR.

125807/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AUTO POSTO ALMIRANTE ALEXANDRINO LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62713 com validade até 25/06/2027, para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada na Endereco:RUA HIRAM AUGUSTO MAIA 1735 Bairro:PARQUE DA FONTE Cep:83050510 Município:São José dos Pinhais no município de São José dos Pinhais/PR.

125813/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DIAS INCORPORADORA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62665 com validade até 15/06/2027, para Eletrificação rural a ser implantada na Endereco:RUA RENATO LUIZ LOPES no município de Pinhais/PR.

125823/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DELLAI E DELLAI LTDA ME, a Autorização Ambiental - AA nº 62726 com validade até 29/06/2026, para Posto de abastecimento de combustíveis e lavagem de veículos a ser implantada na Endereco:RUA PRINCIPAL, S/Nº - FAZENDA ÁGUA DE CIMA no município de Siqueira Campos/PR.

125833/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DIEGO THIBES DE BAIRROS, a Autorização Ambiental - AA nº 62912 com validade até 27/07/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:LOTE 100-A DA GLEBA 11 Bairro: Cep:85790000 Município:Capitão Leônidas Marques no município de Capitão Leônidas Marques/PR.

125855/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE CAÇAMENTO NA ESTRADA RURAL, a Autorização Ambiental - AA nº 62732 com validade até 29/06/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco: COMUNIDADE DE CAÇADOR E ALTO SAO JOÃO Bairro:ZONA RURAL Cep:85550000 Município:Coronel Vivida no município de Coronel Vivida/PR.

125877/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIELA LUCIA QUILCO BELMONTE, a Autorização Ambiental - AA nº 62677 com validade até 17/06/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:LINHA FATIMA Bairro:ZONA RURAL Cep:85780000 Município:Boa Vista da Aparecida no município de Boa Vista da Aparecida/PR.

125809/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS JR - EIRELI, a Autorização Ambiental - AA nº 62664 com validade até 15/06/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA SÃO PAULO, 844 no município de Andirá/PR.

125811/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LDAT 138 KV IRATI NORTE - RIO AZUL, a Autorização Ambiental - AA nº 62629 com validade até 10/06/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:25º22'06"S 50º40'02"O Bairro: Cep:84500000 Município:Imbituva no município de Imbituva/PR.

125815/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ATERRO DE BOTA FORA, a Autorização Ambiental - AA nº 63187 com validade até 17/09/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:AVENIDA DAS CATARATAS Nº4790, KM 10 Bairro:CARIMÃ Cep:85851300 Município:Foz do Iguaçu no município de Foz do Iguaçu/PR.

125827/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Projeto de Terraplanagem e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), refere, a Autorização Ambiental - AA nº 62734 com validade até 29/06/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:Rua Maria Madalena Tatto, s/n, Lote nº 09, Quadra nº 1601 Bairro:Fraron Cep:85503326 Município:Pato Branco no município de Pato Branco/PR.

125871/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS, a Autorização Ambiental - AA nº 62543 com validade até 29/05/2027, para Pontes a ser implantada na Endereco:RUA RIO GRANDE DO SUL,2122 Bairro:CENTRO Cep:85350000 Município:Nova Laranjeiras no município de Nova Laranjeiras/PR.

125794/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PR-466, Lote 02, subtrecho 01, a Autorização Ambiental - AA nº 62663 com validade até 15/06/2027, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Início: 25° 1'21.85"S / 51°32'45.64"O - Fim: 25°15'0.97"S/ 51°32'16.31"O Bairro: Cep:85150000 Município:Turvo no município de Turvo/PR.

125803/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARIO SCHEBEUKA, a Autorização Ambiental - AA nº 62712 com validade até 25/06/2027, para Eletrificação rural a ser implantada na Endereco:ESTRADA PARA PINHERAL no município de Lapa/PR.

125812/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LDAT 138 KV IMBITUVA PRUDENTÓPOLIS, a Autorização Ambiental - AA nº 62628 com validade até 10/06/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:25º13'02"S 50º35'35"O Bairro: Cep:84430000 Município:Imbituva no município de Imbituva/PR.

125814/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH Farolete, a Autorização Ambiental - AA nº 62649 com validade até 12/06/2027, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:23°27'17.0"S 52°36'11.0"W Bairro: Cep:87225000 Município:Japurá no município de Japurá/PR.

125826/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO INDUSTRIAL, a Autorização Ambiental - AA nº 62729 com validade até 29/06/2027, para Outros empreendimentos de prestação de serviços a ser implantada na Endereco:LOTE 21-B1 - RUA DO DESENVOLVIMENTO, RUA DA INTEGRAÇÃO, RUA DO COMERCIO Bairro: Cep:85568000 Município:Saudade do Iguaçu no município de Saudade do Iguaçu/PR.

125845/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO EM BLOCOS SEXTAVADOS, a Autorização Ambiental - AA nº 62687 com validade até 22/06/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:ESTRADA DOS 14 Bairro:ZONA RURAL Cep:87860000 Município:Planaltina do Paraná no município de Planaltina do Paraná/PR.

125866/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ABIB INCORPORACOES LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62747 com validade até 01/07/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA GUILHERME PEREIRA, Nº 403 no município de Rio Azul/PR.

125821/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH Bolzan, a Autorização Ambiental - AA nº 62741 com validade até 01/07/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:52W 20' 10" , 25S 26' 12" Bairro: Cep:85301000 Município:Laranjeiras do Sul no município de Laranjeiras do Sul/PR.

125841/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AGROPECUARIA MRCANTIL GREPALLTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62626 com validade até 10/06/2026, para Queima controlada a ser implantada na Endereco:FAZENDA SÃO JOAQUIM, GLEBA A no município de Terra Rica/PR.

125829/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO PARA TERRAPLENAGEM, a Autorização Ambiental - AA nº 62678 com validade até 17/06/2026, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:LOTE 01-A MATRÍCULA 25.729 Bairro: Cep:87990000 Município:Diamante do Norte no município de Diamante do Norte/PR.

125851/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE JAPURÁ, a Autorização Ambiental - AA nº 62688 com validade até 22/06/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA MARMELO Bairro:ZONA RURAL Cep:87225000 Município:Japurá no município de Japurá/PR.

125878/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Terraplenagem para implantação de uma creche municipal, a Autorização Ambiental - AA nº 62495 com validade até 22/05/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:Rua Tapajós, lote 26, quadra 03 Bairro:CENTRO Cep:85530000 Município:Clevelândia no município de Clevelândia/PR.

125848/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALDA CLEMENTE DE FARIA, a Autorização Ambiental - AA nº 62704 com validade até 24/06/2027, para Eletrificação rural a ser implantada na Endereco:RUA JURACY MAGALHÃES no município de Campo Magro/PR.

125863/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TML GESTÃO DE NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES EMP. LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62683 com validade até 22/12/2025, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA MIGUEL LUIZ PEREIRA no município de Campo Mourão/PR.

125886/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS, a Autorização Ambiental - AA nº 62545 com validade até 29/05/2027, para Pontes a ser implantada na Endereco:Comunidade do Guajuvira Bairro:CENTRO Cep:85350000 Município:Nova Laranjeiras no município de Nova Laranjeiras/PR.

125856/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE SABAUDIA, a Autorização Ambiental - AA nº 62738 com validade até 30/06/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:Estrada Municipal Monjoleiro Bairro:rural Cep:86720000 Município:Sabáudia no município de Sabáudia/PR.

125858/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Concen Comercio de Ingredientes Ltda.., a Autorização Ambiental - AA nº 62773 com validade até 09/07/2027, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Linha Nova Secção, S/N, Zona Rural Bairro:Rural Cep:85601000 Município:Francisco Beltrão no município de Francisco Beltrão/PR.

125875/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Unidade da Saúde da Família - UBS Tipo I, a Autorização Ambiental - AA nº 62916 com validade até 28/07/2027, para Hospitais, clínicas e congêneres a ser implantada na Endereco:Rua Augusto Furigo Bairro:Lider Cep:85550000 Município:Coronel Vivida no município de Coronel Vivida/PR.

125795/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LDAT 138 KV UNIÃO DA VITÓRIA NORTE - SEPAC, a Autorização Ambiental - AA nº 62627 com validade até 10/06/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:26º08'55" S 51º'08"38 O Bairro: Cep:84600000 Município:União da Vitória no município de União da Vitória/PR.

125818/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Remoção do Sistema de Abastecimento Subterrâneo de Combustíveis (SASC), a Autorização Ambiental - AA nº 62757 com validade até 03/07/2027, para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada na Endereco:AVENIDA BRASIL,1703 Bairro: Cep:86925000 Município:Borrazópolis no município de Borrazópolis/PR.

125832/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS, a Autorização Ambiental - AA nº 62546 com validade até 29/05/2027, para Pontes a ser implantada na Endereco:Comunidade do Guajuvira Bairro:rural Cep:85350000 Município:Nova Laranjeiras no município de Nova Laranjeiras/PR.

125853/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JULIA TAIANE MAZUR SEVERINO, a Autorização Ambiental - AA nº 62641 com validade até 11/12/2025, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA DO MANJOLEIRO, 72 no município de Campo Mourão/PR.

125883/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRF S.A., a Autorização Ambiental - AA nº 62442 com validade até 12/05/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:AV. ATÍLIO FONTANA, KM 04 no município de Francisco Beltrão/PR.

125791/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE CIANORTE, a Autorização Ambiental - AA nº 62679 com validade até 17/06/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:AVENIDA MAKIO SATO Bairro:CENTRO Cep:87200127 Município:Cianorte no município de Cianorte/PR.

125806/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Ampliação de lavra minerária da Companhia de Cimento Itambé, a Autorização Ambiental - AA nº 62675 com validade até 16/06/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:Rua Paiol Cocho, SN, Bairro Rio Bonito Bairro: Cep:83600000 Município:Campo Largo no município de Campo Largo/PR.

125816/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS, a Autorização Ambiental - AA nº 62547 com validade até 29/05/2027, para Pontes a ser implantada na Endereco:Comunidade do Periquito Bairro:rural Cep:85350000 Município:Nova Laranjeiras no município de Nova Laranjeiras/PR.

125836/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RECUPERAÇÃO DE ELEMENTOS DE DRENAGEM URBANA E EROSÃO, a Autorização Ambiental - AA nº 62686 com validade até 22/06/2027, para Recuperação ambiental de área degradada a ser implantada na Endereco:LOTEAMENTO JD IMPERIAL Bairro: Cep:87709000 Município:Paranavaí no município de Paranavaí/PR.

125868/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CLAUDINEI APARECIDO LONGHIN, a Autorização Ambiental - AA nº 62535 com validade até 29/05/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:lote de terras sob nº 378/380 Bairro:Gleba Ribeirão Piuna Cep:87600000 Município:Nova Esperança no município de Nova Esperança/PR.

125817/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CGH SALTO COSCHINHAKI, a Autorização Ambiental - AA nº 62709 com validade até 24/06/2027, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Sit. Localidade Rio Cascata, S/N Bairro: Cep:85225000 Município:Boa Ventura de São Roque no município de Boa Ventura de São Roque/PR.

125835/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AMIL MARCOS SEROR MIRHAN, a Autorização Ambiental - AA nº 62600 com validade até 05/06/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:CAMINHO DO FAROL S/Nº - POUSADINHA Bairro:ILHA DO MEL Cep:83251991 Município:Paranaguá no município de Paranaguá/PR.

125860/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ATIVAÇÃO DAS CHAMINÉS 9, 10 E 11, a Autorização Ambiental - AA nº 62669 com validade até 16/06/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:SECÇÃO JACARÉ Bairro: Cep:85609450 Município:Francisco Beltrão no município de Francisco Beltrão/PR.

125825/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CATTALINI TERMINAIS MARÍTIMOS S/A., a Autorização Ambiental - AA nº 62737 com validade até 30/06/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:AVENIDA CORONEL SANTA RITA Bairro:ROCIO Cep:83221675 Município:Paranaguá no município de Paranaguá/PR.

125847/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADA RURAL EM BLOCOS SEXTAVADOS, a Autorização Ambiental - AA nº 62746 com validade até 01/07/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:ASSENTAMENTO MÃE DE DEUS Bairro:ZONA RURAL Cep:87690000 Município:Jardim Olinda no município de Jardim Olinda/PR.

125857/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA, a Autorização Ambiental - AA nº 62672 com validade até 16/06/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ENTRE LINHA PROGRESSO E PR-881 Bairro:ZONA RURAL Cep:85740000 Município:Pérola d´Oeste no município de Pérola d´Oeste/PR.

125884/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE NOVA LARANJEIRAS, a Autorização Ambiental - AA nº 62548 com validade até 29/05/2027, para Pontes a ser implantada na Endereco:Comunidade do Guajuvira Bairro:rural Cep:85350000 Município:Nova Laranjeiras no município de Nova Laranjeiras/PR.

125852/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DANIEL DA SILVA, a Autorização Ambiental - AA nº 62453 com validade até 13/05/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco: ALAMEDA DO CAFE S/Nº Bairro: PONTAL DO SUL Cep:83251000 Município:Paranaguá no município de Paranaguá/PR.

125843/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OBRAS DE DRENAGEM: REDE DE GALERIAS PLUVIAIS E DISSIPADOR DE ENERGIA, a Autorização Ambiental - AA nº 62642 com validade até 11/06/2027, para Canais para drenagem a ser implantada na Endereco: Bairro: Cep: Município: no município de Ibiporã/PR.

125873/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUIZ ARNALDO AMBIEL E OUTROS, a Autorização Ambiental - AA nº 62880 com validade até 21/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:LOTES RURAIS 30,16, 19, 18, 24, 17, 11, 12, 14 - REM 2A ,14 - REM 15, S/N Bairro:GLEBA JARAGUÁ Cep:85980000 Município:Guaíra no município de Guaíra/PR.

125777/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPLEXO VIÁRIO CURITIBA - PINHAIS (LOTE 1, LOTE 2 e LOTE 3), a Autorização Ambiental - AA nº 62707 com validade até 24/06/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:Avenida Iraí Bairro:Weissópolis Cep:83321000 Município:Pinhais no município de Pinhais/PR.

125802/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Sistema de Drenagem Urbana, a Autorização Ambiental - AA nº 62849 com validade até 16/07/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:Distrito de Herveira Bairro: Cep:87345000 Município:Campina da Lagoa no município de Campina da Lagoa/PR.

125819/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à UHE Baixo Iguaçu, a Autorização Ambiental - AA nº 62742 com validade até 01/07/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:53W 40’ 29” , 25S 30’ 28” Bairro: Cep:85760000 Município:Capanema no município de Capanema/PR.

125824/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE GUARATUBA, a Autorização Ambiental - AA nº 63189 com validade até 17/09/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:AV 29 DE ABRIL, 425 no município de Guaratuba/PR.

125844/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LOTEAMENTO SOL NASCENTE I LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62489 com validade até 21/11/2025, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA VITAL BRASIL, 868 no município de Campina da Lagoa/PR.

125869/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, a Autorização Ambiental - AA nº 63188 com validade até 17/09/2028, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:PRAÇA GETULIO VARGAS, N° 280 no município de Foz do Iguaçu/PR.

125782/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE SÃO JORGE DO IVAI, a Autorização Ambiental - AA nº 63186 com validade até 17/09/2027, para Recuperação de áreas contaminadas a ser implantada na Endereco:Lote de terras sob n.º 139/C (Matrícula nº 8.237) Bairro:Gleba Esperança Cep:87190000 Município:São Jorge do Ivaí no município de São Jorge do Ivaí/PR.

125785/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ERICK ROGERIO SANTOS, a Autorização Ambiental - AA nº 62716 com validade até 26/12/2025, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:AV: MANOEL NOGUEIRA 796 no município de Campo Mourão/PR.

125788/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DAVID DE OLIVEIRA GOUVEA, a Autorização Ambiental - AA nº 62445 com validade até 12/05/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:Rua Bombaim, entre a Rua Alcides Zaninelli e a Rua Luiz Pieralisi, Córrego Capivara Bairro:Fundo de vale Cep:86000000 Município:Londrina no município de Londrina/PR.

125798/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, a Autorização Ambiental - AA nº 62674 com validade até 16/06/2028, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RUA VALDEMAR DOS SANTOS 1197 no município de Querência do Norte/PR.

125810/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LACTALIS DO BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS LTDA., a Autorização Ambiental - AA nº 63184 com validade até 16/09/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:AV ARTHUR THOMAS Bairro: Cep:86000000 Município:Londrina no município de Londrina/PR.

125822/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Obras Viárias, a Autorização Ambiental - AA nº 62456 com validade até 14/05/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Estrada Municipal Waldemar Karloh (Inicio: 329075/7106517 Final: 329883/7108642) Bairro:ZONA RURAL Cep:85513899 Município:Pato Branco no município de Pato Branco/PR.

125838/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TAIPAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62710 com validade até 25/06/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RUA PEDRO DOS SANTOS RAMOS, Nº 245 Bairro:JARDIM LA SALLE Cep:85903265 Município:Toledo no município de Toledo/PR.

125872/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SES - Francisco Beltrão, a Autorização Ambiental - AA nº 62743 com validade até 01/07/2027, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:53W 02' 06" , 26S 02' 14" Bairro: Cep:85601000 Município:Francisco Beltrão no município de Francisco Beltrão/PR.

125840/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CASTILHO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S/A, a Autorização Ambiental - AA nº 62577 com validade até 03/06/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:MARGENS DA RODOVIA PR-182, KM 280+150M Bairro:JARDIM PARAISO Cep:85950000 Município:Palotina no município de Palotina/PR.

125849/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à DILSON LEVINSKI, a Autorização Ambiental - AA nº 62661 com validade até 15/12/2025, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:AVENIDA RUI BARBOSA no município de Mamborê/PR.

125870/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EVA LURDES RONKOWSKI ZYTKOWSKI, a Autorização Ambiental - AA nº 62555 com validade até 01/06/2027, para Eletrificação rural a ser implantada na Endereco:RUA THEODORO FILA no município de Araucária/PR.

125850/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à TZL ADMINISTRADORA DE IMOVEIS LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62656 com validade até 15/12/2025, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:AV CAPITÃO INDIO BANDEIRA 1400 SALA 512 no município de Campo Mourão/PR.

125881/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MAIOR SOLUÇÃO ORGANIZACIONAL LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62934 com validade até 31/07/2026, para Fab. máquinas, peças, utensílios e acessórios sem trat. térmico e de superfície a ser implantada na Endereco:AAVENIDA BRASÍLIA, 4600 Bairro:JARDIM IDEAL Cep:86027020 Município:Londrina no município de Londrina/PR.

125859/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à VERA LUCIA PZYBICZ DOS SANTOS E CIA LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62755 com validade até 03/07/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA VALDOMIRO NESTERUK, SN no município de União da Vitória/PR.

125876/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OBRAS DE RESTAURAÇÃO COM MELHORIAS DAS RODOVIAS PR-180 E PR-281, a Autorização Ambiental - AA nº 63185 com validade até 16/09/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:RODOVIAS PR-180 E PR-281, TRECHO ENTRE DOIS VIZINHOS E FRANCISCO BELTRÃO Bairro:ZONA RURAL Cep:85601000 Município:Francisco Beltrão no município de Francisco Beltrão/PR.

125867/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Linha de Distribuição, a Autorização Ambiental - AA nº 62540 com validade até 29/05/2027, para Linhas de distribuição a ser implantada na Endereco:Barra do covó (22J Inicio: 389070/7132802 / Final:389403/7132855) Bairro:ZONA RURAL Cep:85540000 Município:Mangueirinha no município de Mangueirinha/PR.

125865/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Recape em CBUQ sobre pedra irregular, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9046 com validade até 07/07/2030, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:proximidades do Campo Novo até o distrito de St.ª Bárbara Bairro:proximidades do Campo Novo Cep:8687000 Município:Ivaiporã no município de Ivaiporã/PR.

125880/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, a Autorização Ambiental - AA nº 62890 com validade até 23/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:AVENIDA PARANÁ, 307 no município de São Pedro do Paraná/PR.

126083/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE GUARATUBA, a Autorização Ambiental - AA nº 62905 com validade até 24/07/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:AV 29 DE ABRIL, 425 Bairro:Centro Cep:83280000 Município:Guaratuba no município de Guaratuba/PR.

126078/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALCENI APARECIDA KOSTIW CANDIDO, a Autorização Ambiental - AA nº 62913 com validade até 27/07/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:R. DOUTOR JOÃO AUGUSTO BARBOSA, 825 no município de União da Vitória/PR.

126064/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à FRANCISCO JUAZER RIBEIRO, a Autorização Ambiental - AA nº 62914 com validade até 27/07/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:ADOLFO ZATORSKI, 96 no município de Porto Vitória/PR.

126062/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MOVIMENTAÇÃO DE SOLO, a Autorização Ambiental - AA nº 62915 com validade até 28/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:PR 483 CONTORNO NOROESTE Bairro: Cep:85606899 Município:Francisco Beltrão no município de Francisco Beltrão/PR.

126059/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Pavimentação Asfáltica Linha Euzébio, a Autorização Ambiental - AA nº 62918 com validade até 28/07/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Linha Euzébio Bairro:zona rural Cep:85540000 Município:Mangueirinha no município de Mangueirinha/PR.

126056/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CONSTRUÇÃ DA CRECHE VIA PROGRAMA INFANCIA FELIZ 456,86 M²- COM SISTEMA DE FOSSA SÉPTICA, FILTRO E SU, a Autorização Ambiental - AA nº 63170 com validade até 14/09/2027, para Instituições de Ensino a ser implantada na Endereco:RUA DUQUE DE CAXIAS LOTE 07A QUADRA 85 Bairro:CENTRO Cep:85580000 Município:Itapejara d´Oeste no município de Itapejara d´Oeste/PR.

126052/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ALOP324372023 - PROGRAMA PARANÁ TRIFÁSICO - PROJETOS: 1567561, 1567563, 1567564, 1567566 E 1567567, a Autorização Ambiental - AA nº 62895 com validade até 23/07/2027, para Linhas de distribuição a ser implantada na Endereco:TRECHO: 15 KM - RODOVIA PRT 158 Bairro:ZONA RURAL Cep:85520000 Município:Vitorino no município de Vitorino/PR.

126080/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE GUARATUBA, a Autorização Ambiental - AA nº 62906 com validade até 24/07/2027, para Terraplanagem a ser implantada na Endereco:AV 29 DE ABRIL, 425 Bairro:Centro Cep:83280000 Município:Guaratuba no município de Guaratuba/PR.

126076/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WIENFRIED MATHIAS LEH, a Autorização Ambiental - AA nº 62903 com validade até 24/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:AV PADRE JOSE PERSCH, 1495 Bairro:ENTRE RIOS Cep:85139400 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

126068/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Pavimentação Asfáltica Invernada do Nardo., a Autorização Ambiental - AA nº 62919 com validade até 28/07/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Estrada Invernada do Nardo Bairro:Zona rural Cep:85540000 Município:Mangueirinha no município de Mangueirinha/PR.

126055/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Rodoviário, a Autorização Ambiental - AA nº 62907 com validade até 27/07/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:Início: 25°38'39.78"S/ 49º14'38.35"O Bairro: Cep:83030720 Município:São José dos Pinhais no município de São José dos Pinhais/PR.

126065/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSE DO CARMO COLI, a Autorização Ambiental - AA nº 62910 com validade até 27/01/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA HIGIENOPOLIS 848 no município de Campo Mourão/PR.

126066/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Levantamento de fauna, a Autorização Ambiental - AA nº 62911 com validade até 27/07/2026, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:BR 277 Bairro:Parque presidente 2 Cep:85875000 Município:Foz do Iguaçu no município de Foz do Iguaçu/PR.

126067/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE GUAÍRA, a Autorização Ambiental - AA nº 62901 com validade até 24/07/2028, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:RUA MINISTRO GABRIEL PASSOS Bairro:SÃO DOMINGOS Cep:85980000 Município:Guaíra no município de Guaíra/PR.

126073/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JEFFERSON JOHANNES ROTH, a Autorização Ambiental - AA nº 62893 com validade até 23/01/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA FRANCISCO ALBUQUERQUE 815 no município de Campo Mourão/PR.

126077/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à V.A.C EMPREENDIMENTO LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62891 com validade até 23/07/2027, para Postos de revenda de combustíveis a ser implantada na Endereco:Rodovia PR 170, Km 05, Lote 133/A1, Gleba Roland, saída para São Martinho, município de Rolândia Bairro: Cep:86600000 Município:Rolândia no município de Rolândia/PR.

126090/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BRUNA DE PAULA DE AMORIM, a Autorização Ambiental - AA nº 63192 com validade até 17/03/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA ELOY MACIEL 831 no município de Campo Mourão/PR.

126046/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EMERSON APARECIDO PINGUELO, a Autorização Ambiental - AA nº 63190 com validade até 17/03/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA DUQUE DE CAXIAS, 91 no município de Campo Mourão/PR.

126049/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CARLOS AUGUSTO RECH, a Autorização Ambiental - AA nº 63172 com validade até 14/09/2026, para Salvamento, Resgate e Destinação de Fauna a ser implantada na Endereco:Rua José Darvil Caron s/n Bairro:Araçatuba Cep:83430000 Município:Campina Grande do Sul no município de Campina Grande do Sul/PR.

126051/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à SANDRA MARA SCHLAFNER SANDER, a Autorização Ambiental - AA nº 62908 com validade até 27/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ACESSO PELA BR 277, 26 KM Bairro: Cep:85000000 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

126063/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Loteamento Sítio Vila Caetano Mendes, a Autorização Ambiental - AA nº 62897 com validade até 24/07/2027, para Levantamento de Fauna a ser implantada na Endereco:50W 38' 40" , 24S 37' 46" Bairro: Cep:84300000 Município:Tibagi no município de Tibagi/PR.

126075/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Retirada e Instalação de Tanque, a Autorização Ambiental - AA nº 63191 com validade até 17/09/2026, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:AVENIDA IRMÃOS PEREIRA, 950 Bairro:CENTRO Cep:87300010 Município:Campo Mourão no município de Campo Mourão/PR.

126050/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Pavimentação Asfáltica trecho Balsa, a Autorização Ambiental - AA nº 62920 com validade até 28/07/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Linha Bela Vista - Balsa Bairro:ZONA RURAL Cep:85540000 Município:Mangueirinha no município de Mangueirinha/PR.

126054/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Pavimentação Asfatlica Linha São João, a Autorização Ambiental - AA nº 62917 com validade até 28/07/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Linha São João Bairro:Zona Rural Cep:85540000 Município:Mangueirinha no município de Mangueirinha/PR.

126058/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RAFAEL HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA, a Autorização Ambiental - AA nº 62909 com validade até 27/01/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA DAS QUARESMEIRAS 227 no município de Campo Mourão/PR.

126069/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à LUIZ CARLOS RENISZ, a Autorização Ambiental - AA nº 62900 com validade até 24/01/2026, para Desmembramento/Unificação de Imóveis Urbanos (lote isolado) a ser implantada na Endereco:RUA RIO DE JANEIRO no município de Farol/PR.

126072/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, a Autorização Ambiental - AA nº 62889 com validade até 23/07/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:AVENIDA PARANÁ, 307 no município de São Pedro do Paraná/PR.

126089/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WIENFRIED MATHIAS LEH, a Autorização Ambiental - AA nº 62904 com validade até 24/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:AV PADRE JOSE PERSCH, 1495 Bairro:ENTRE RIOS Cep:85139400 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

126070/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Boscardin e Cia - Extração e Britagem e Diabasio, a Autorização Ambiental - AA nº 62898 com validade até 24/07/2027, para Monitoramento de Fauna a ser implantada na Endereco:25º32'02"S e 50º37'45"O Bairro: Cep:84505650 Município:Irati no município de Irati/PR.

126079/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE URAÍ, a Autorização Ambiental - AA nº 62896 com validade até 23/07/2026, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:Seção São Roque (Lotes 15 e 15C) Bairro:Distrito Cruzeiro do Norte Cep:86280000 Município:Uraí no município de Uraí/PR.

126084/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AEROPORTO EXECUTIVO CASCAVEL LTDA, a Autorização Ambiental - AA nº 62902 com validade até 24/07/2027, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:PR 486 - KM 8 LOTE RURAL 46-1A, GLEBA SÃO FRANCISCO OU LOPEI 11º PERIMETRO Bairro:ZONA RURAL Cep:85820899 Município:Cascavel no município de Cascavel/PR.

126074/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Canterio Administrativo e Canteiro Industrial, a Autorização Ambiental - AA nº 62899 com validade até 24/07/2027, para Rodovias a ser implantada na Endereco:Pr 445 Km 34 e Km 35 Bairro:Zona Metropolitana Cep:86000001 Município:Londrina no município de Londrina/PR.

126085/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PONTE DE CONCRETO, a Autorização Ambiental - AA nº 62894 com validade até 23/07/2027, para Pontes a ser implantada na Endereco:ESTRADA DOS VIVEIROS Bairro:Rural Cep:86845000 Município:Grandes Rios no município de Grandes Rios/PR.

126091/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM TST SOBRE BRITA GRADUADA E MACADAME SECO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9017 com validade até 15/06/2030, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA FUJI Bairro:ESTRADA FUJI Cep:86828000 Município:Mauá da Serra no município de Mauá da Serra/PR.

125820/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9035 com validade até 29/06/2028, para Rodovias a ser implantada na Endereco:LINHA TIRADENTES Bairro:ZONA RURAL Cep:85620000 Município:Salgado Filho no município de Salgado Filho/PR.

125879/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à WILLIAM CANHA BOMFIM, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9023 com validade até 17/06/2030, para Explotação a ser implantada na Endereco:Sítio São Jorge Bairro:Abapã Cep:84190000 Município:Castro no município de Castro/PR.

125842/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-153/PR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9143 com validade até 16/09/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:BR-153/PR (KM 1+000 AO KM 43+000 E DO KM 43+900 Bairro:JACAREZINHO Cep:80215100 Município:Jacarezinho no município de Jacarezinho/PR.

125778/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 8992 com validade até 18/05/2031, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE a ser implantada na Endereco:final da Rua Pedro da Silva Bairro:Vila Quinze Cep:84930000 Município:Jaboti no município de Jaboti/PR.

125784/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE ESGOTO NA RUA JACINTO BATONI, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9071 com validade até 23/07/2031, para Interceptores, emissário, estação elevatória e tratamento de esgoto sanitário a ser implantada na Endereco:RUA JACINTO BATONI, QD 01, LOTE 01 Bairro:SOL NASCENTE Cep:87900000 Município:Loanda no município de Loanda/PR.

126082/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à AMPLIAÇÃO DE CAPACIDADE DA RODOVIA BR-153/PR, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9143 com validade até 16/09/2030, para Rodovias a ser implantada na Endereco:BR-153/PR (KM 1+000 AO KM 43+000 E DO KM 43+900 Bairro:JACAREZINHO Cep:80215100 Município:Jacarezinho no município de Jacarezinho/PR.

125779/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9073 com validade até 24/07/2028, para Rodovias a ser implantada na Endereco:ENTRE A COMUNIDADE SÃO LUIZ EM DIREÇÃO AO SAGRADO CORAÇÃO Bairro:ZONA RURAL Cep:85708000 Município:Bom Jesus do Sul no município de Bom Jesus do Sul/PR.

126081/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9020 com validade até 16/06/2029, para Rodovias a ser implantada na Endereco:LINHA RIO VARANDA Bairro:ZONA RURAL Cep:85635000 Município:Nova Esperança do Sudoeste no município de Nova Esperança do Sudoeste/PR.

125828/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Licença Ambiental Simplificada para Cascalheira, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9145 com validade até 17/09/2028, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:Lote de Terras n° 58-C, da Gleba n° 14 Bairro:Zona Rural Cep:87365000 Município:Quarto Centenário no município de Quarto Centenário/PR.

126048/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO E BRITAGEM DE SAIBRO E DIABÁSIO, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9024 com validade até 17/06/2030, para Explotação e beneficiamento a ser implantada na Endereco:ALTO DA COLINA Bairro: Cep:84320000 Município:Reserva no município de Reserva/PR.

125796/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO CBUQ - ESTRADA MUNICIPAL OURO VERDE, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9045 com validade até 06/07/2031, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA SENTIDO COMUNIDADE OURO VERDE Bairro:RURAL Cep:85230000 Município:Santa Maria do Oeste no município de Santa Maria do Oeste/PR.

125837/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE IRATI, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9019 com validade até 16/06/2026, para Rodovias a ser implantada na Endereco:RUA CEL EMILIO GOMES, 22 no município de Irati/PR.

125834/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9021 com validade até 16/06/2031, para Rodovias a ser implantada na Endereco:ENTRE DISTRITO DE CONCIOLÂNDIA E LINHA MUNDO NOVO Bairro:ZONA RURAL Cep:85740000 Município:Pérola d´Oeste no município de Pérola d´Oeste/PR.

125874/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CASCALHEIRA, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9074 com validade até 28/07/2031, para Explotação de Pequenas Cascalheiras a ser implantada na Endereco:LINHA SÃO BOM JESUS Bairro: Cep:85650000 Município:Santa Izabel do Oeste no município de Santa Izabel do Oeste/PR.

125781/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICIPIO DE CASCAVEL, a Licença Ambiental Simplificada - LAS nº 9041 com validade até 02/07/2031, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:ESTRADA RURAL SÃO JOÃO - SÃO PEDRO DO OESTE Bairro:CENTRO Cep:85810011 Município:Cascavel no município de Cascavel/PR.

125885/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA DE REGULARIZAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Estabelecimento Comercial de Fauna Aqualandia, a Licença Ambiental Simplificada de Regularização - LASR nº 9030 com validade até 25/06/2031, para Estabelecimento comercial de fauna instalada na Endereco:Rua Waldemar Loureiro Campos, 3.650 A Bairro:Xaxim Cep:81720180 Município:CURITIBA no município de CURITIBA/PR.

125882/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à F. ANDREIS NETO - ME, a Licença de Instalação - LI nº 24299 com validade até 28/07/2027, para Explotação a ser implantada na Endereco:AV .ARTHUR DE ABREU Nº 29 ANDAR 3 , CONJ. 9, SALA 2 Bairro:-CENTRO HISTÓRICO Cep:83200000 Município:Paranaguá no município de São Pedro do Paraná/PR.

126057/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CERÂMICA HAVAI LTDA, a Licença de Instalação - LI nº 24297 com validade até 20/07/2029, para Explotação a ser implantada na Endereco:PARTE DO LOTE RURAL Nº 21 Bairro:VILA CELESTE Cep:85892000 Município:Santa Helena no município de Santa Helena/PR.

125780/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CORUJA ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS, a Licença de Instalação - LI nº 24294 com validade até 16/06/2031, para Rodovias a ser implantada na Endereco:RODOVIA MELO PEIXOTO BR 369 KM 167 Bairro:Distr Ind Dr Jehovah Cep:86192170 Município:Cambé no município de Cambé/PR.

125830/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EMDUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO, a Licença de Instalação - LI nº 24295 com validade até 30/06/2028, para Explotação a ser implantada na Endereco:PR-317 SAÍDA PARA SANTA HELENA, S/Nº Bairro:SÃO FRANCISCO Cep:85907000 Município:Toledo no município de Toledo/PR.

125839/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MUNICÍPIO DE GUAÍRA, a Licença de Instalação - LI nº 24314 com validade até 16/09/2031, para Implantação de sistemas de melhorias a ser implantada na Endereco:ZONA INDUSTRIAL PORTUÁRIA DE GUAÍRA Bairro:PERÍMETRO URBANO Cep:85980000 Município:Guaíra no município de Guaíra/PR.

125789/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXPLORAÇÃO DE BASALTO, a Licença de Instalação - LI nº 24298 com validade até 28/07/2028, para Explotação a ser implantada na Endereco:LINHA SANTA HELENA Bairro: Cep:85670000 Município:Salto do Lontra no município de Salto do Lontra/PR.

126060/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RANCHO DO ALEMÃO, a Licença de Operação - LO nº 37346 com validade até 02/07/2031, para Criadouro comercial instalada na Endereco:ESTRADA BORBOLETA, S/N, KM 07 Bairro:ZONA RURAL Cep:85200000 Município:Pitanga no município de Pitanga/PR.

125846/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MINERAÇÃO NOGAL LTDA, a Licença de Operação - LO nº 37339 com validade até 22/06/2030, para Explotação instalada na Endereco:AV. COMENDADOR FRANCO, 2467 Bairro:GUABIROTUBA Cep:81520000 Município:CURITIBA no município de Teixeira Soares/PR.

125854/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à IVAN ANTONIO GOMES, a Licença de Operação - LO nº 37348 com validade até 23/07/2031, para Criadouro comercial instalada na Endereco:RUA TELEGALA 309 Bairro:CENTRO Cep:86700000 Município:Arapongas no município de Arapongas/PR.

126087/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à OPERAÇÃO RODOVIA PR-685, a Licença de Operação - LO nº 37340 com validade até 22/06/2035, para Rodovias instalada na Endereco:RODOVIA PR-685 Bairro:ZONA RURAL Cep:87760000 Município:Tamboara no município de Tamboara/PR.

125864/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO DE ARGILA, a Licença de Operação - LO nº 37341 com validade até 24/06/2029, para Explotação instalada na Endereco:LOCALIDADE DE PONTÃO Bairro: Cep:84350000 Município:Ortigueira no município de Ortigueira/PR.

125862/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à ARK Extração de Areia Ltda, a Licença de Operação - LO nº 37347 com validade até 06/07/2029, para Explotação instalada na Endereco:Uvaia Bairro:Área Rural Cep:84126900 Município:Ponta Grossa no município de Ponta Grossa/PR.

125793/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à MARCOS VENICIUS CURIONI, a Licença de Operação - LO nº 37343 com validade até 25/06/2030, para IRRIGAÇÃO instalada na Endereco:FAZENDA BARRO PRETO II Bairro:ZONA RURAL Cep:87915000 Município:Santa Mônica no município de Santa Mônica/PR.

125808/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA CANAVIEIRA DE JACAREZINHO, a Licença de Operação - LO nº 37350 com validade até 27/07/2030, para Explotação instalada na Endereco:RODOVIA BR 153, KM 9 Bairro: Cep:86400000 Município:Jacarezinho no município de Jacarezinho/PR.

126061/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, a Licença de Operação - LO nº 37349 com validade até 24/07/2029, para Estação de tratamento de esgoto sanitário - ETE instalada na Endereco:ETE NORTE, SN - MARGEM ESQUERDA DO RIO MARRECO Bairro:JARDIM COOPAGRO Cep:85900000 Município:Toledo no município de Toledo/PR.

126071/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO DE AREIA EM CAVAS, a Licença de Operação - LO nº 37363 com validade até 16/09/2030, para Explotação instalada na Endereco:FAZENDA ROMI Bairro: Cep:84196200 Município:Castro no município de Castro/PR.

125804/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à J M FORTUNATO, a Licença de Operação - LO nº 37338 com validade até 15/06/2029, para Explotação instalada na Endereco:R R CAMPESTRE Bairro:CAMPESTRE Cep:83190000 Município:Tijucas do Sul no município de Tijucas do Sul/PR.

125831/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à BOSCARDIN e CIA, a Licença de Operação - LO nº 37345 com validade até 30/06/2029, para Explotação instalada na Endereco:Taquaruçu / Periquitos Bairro:Taquaruçu Cep:84105000 Município:Ponta Grossa no município de Ponta Grossa/PR.

125787/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, a Licença de Operação - LO nº 37335 com validade até 12/06/2035, para Explotação instalada na Endereco:ESTRADA JUSSARA / VIDIGAL S/Nº Bairro:ZONA RURAL Cep:87230000 Município:Jussara no município de Jussara/PR.

125800/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CIA DE CIMENTO ITAMBÉ, a Licença Prévia - LP nº 43871 com validade até 13/07/2027, para Explotação a ser implantada na Endereco:RODOVIA BR-277, KM 125 Bairro:MOSSUNGUÊ Cep:80600970 Município:CURITIBA no município de Campo Largo/PR.

125792/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Obra Viária - Abertura de via pavimentada, Tarraplanagem e pavimentação asfáltica, a Licença Prévia - LP nº 43872 com validade até 28/07/2027, para Restauração de obras viárias a ser implantada na Endereco:Avenida Paraná, 211, S/N Bairro:COLONIA VITORIA Cep:85139400 Município:Guarapuava no município de Guarapuava/PR.

126053/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Ponto de entrega voluntária de embalagens de produtos veterinários, a Renovação da Licença Ambiental Simplificada - RLAS nº 9072 com validade até 23/07/2030, para Outros empreendimentos de prestação de serviços a ser implantada na Endereco:ROD PR 466, KM 110 Bairro:Rural Cep:8687000 Município:Ivaiporã no município de Ivaiporã/PR.

126086/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO DE AREIA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 33947 com validade até 23/07/2030, para Explotação instalada na Endereco:SÍTIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS Bairro:BAIRRO OURO GRANDE Cep:86400000 Município:Jacarezinho no município de Jacarezinho/PR.

126088/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à EXTRAÇÃO DE AREIA NO LEITO DO RIO IGUAÇU, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 21068 com validade até 27/05/2030, para Explotação e beneficiamento instalada na Endereco:COLONIA TRES MORROS Bairro: Cep:84130000 Município:Palmeira no município de Palmeira/PR.

125797/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A., a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 26612 com validade até 25/01/2026, para Linhas de distribuição instalada na Endereco:LDAT 138 KV ALTO PARANÁ - PARANAVAÍ Bairro:RURAL Cep:87750000 Município:Alto Paraná no município de Alto Paraná/PR.

125783/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à Linha de Transmissão de Energia 230 kV Assis-Maringá/Ramal Londrina, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 7487 com validade até 25/06/2035, para Linhas de distribuição instalada na Endereco:Municípios de Cambé, Rolândia e Londrina Bairro: Cep:88040901 Município:Rolândia no município de Cambé/PR.

125786/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à CALCÁRIO GUAPIRAMA LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 36035 com validade até 29/06/2030, para Explotação instalada na Endereco:FAZENDA SÃO JOSÉ - S/Nº - ROD.PR 092 - KM 315 Bairro:RANCHO ALEGRE Cep:86465000 Município:Guapirama no município de Guapirama/PR.

125801/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à JOSÉ RAMOS, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 36480 com validade até 21/05/2030, para Explotação instalada na Endereco:CHÁCARA OURO GRANDE, MATRÍCULA Nº 5.235 Bairro:OURO GRANDE Cep:86400000 Município:Jacarezinho no município de Jacarezinho/PR.

125805/2025

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

O Instituto Água e Terra torna público que concedeu à RSGK EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, a Renovação da Licença de Operação - RLO nº 34057 com validade até 22/06/2029, para Explotação instalada na Endereco:TRÊS CORREGOS Bairro: Cep:83642000 Município:Campo Largo no município de Campo Largo/PR.

125790/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 563, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086/2022;
- Considerando o Contrato nº 5059/2025, oriundo da Dispensa de Licitação, formalizado com a empresa ELETRON ELEVADORES LTDA, o qual tem como objeto a prestação de serviços continuados de manutenção de elevador, lotado na DISAR;
- Considerando o contido no protocolo nº 23.177.879-7;

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Naiane da Silva Ramos, RG nº 10.xxx.515-x, nomeada pelo Decreto Estadual nº 4.972/2024, para exercer a função de Gestora titular, e o servidor Willian Silva dos Santos, RG nº 13.xxx.646-x, para exercer a função de Gestor suplente do contrato mencionado acima.

Art. 2º Designar os servidores abaixo relacionados para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido contrato, nas seguintes unidades:

• Diretoria de Saneamento Ambiental e Recursos Hídricos - DISAR
Fiscal: Patrícia Marreiros de Carvalho Gabriel, RG nº xxx.092-x
Suplente: Thais Biscaia Forlepa Mariano, RG nº 9.xxx.766-x

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

125485/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 564, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra-IAT, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando os artigos 10, 11 e 12 do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- Considerando o Contrato nº 6856/2025, o qual tem por objeto a e serviços de calibração RBC em vidrarias, para atender as demandas do Instituto Água e Terra, conforme descrito no Termo de Referência;
- Considerando o contido no protocolo nº 23.699.700-6,

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Naiane da Silva Ramos, RG nº 10.xxx.515-x, nomeada pelo Decreto Estadual nº 4.972/2024, para exercer a função de Gestora titular, e o servidor Willian Silva dos Santos, RG nº 13.xxx.646-x, para exercer a função de Gestor suplente do contrato mencionado acima.

Art. 2º Designar as servidoras Loraine Cristina do Valle Jacobs, RG nº 8.986.500-0 e Darlene Tomaselli do Castro, RG nº 12.942.229-7, como Fiscais, para acompanhar e fiscalizar os serviços prestados por intermédio do referido contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

125485/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 565, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

- Considerando a Lei Federal nº 9.433/1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e a Lei Estadual nº 12.726/1999, que estabelece a Política Estadual de Recursos Hídricos, ambas dispondo que o regime de outorga de direito de uso de recursos hídricos tem por objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício do direito de acesso à água;

- Considerando a Portaria AGUASPARANÁ/GABINETE nº 46, de 13 dezembro de 2010, que aprovou a atualização do Manual Técnico de Outorga do Estado do Paraná;

- Considerando o Decreto Estadual nº 9.957, de 23 de janeiro de 2014, que dispõe no Art. 37 que o Poder Público Outorgante instituirá e manterá, permanentemente atualizado e aprimorado, o Manual Técnico de Outorgas, relativo ao regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos;

- Considerando o Manual de procedimentos técnicos e administrativos de outorga de direito de uso de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, de 2013, atualizado em 03 de dezembro de 2014;

- Considerando a Portaria SUDERHSA nº 19, de 15 de maio de 2007, que estabelece normas e procedimentos administrativos para a análise técnica de requerimentos de Outorga Prévia (OP) e de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos (OD) para empreendimentos de saneamento básico no estado do Paraná;

- Considerando o §1º do Art. 12 da Resolução CNRH nº 16, de 08 de maio de 2001, que dispõe que as vazões e os volumes outorgados poderão ficar indisponíveis, total ou parcialmente, para outros usos no corpo de água, considerando o balanço hídrico e a capacidade de autodepuração para o caso de diluição de efluentes, e o §2º do referido artigo, que estabelece que a vazão de diluição poderá ser destinada a outros usos no corpo de água, desde que não agregue carga poluente adicional;

- Considerando a implementação do Sistema de Informações para Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos – SIGARH, instituído pela Portaria IAT nº 129, de 22 de abril de 2021, a qual determina que, a partir de 15 de maio de 2021, todos os requerimentos de outorga deverão ser protocolados por meio do referido sistema;

- Considerando as equações de Von Sperling para autodepuração, baseadas no modelo de Streeter-Phelps, que descrevem a capacidade de um corpo hídrico em recuperar suas características naturais após o lançamento de efluente e consideram a oxidação da matéria orgânica, a reaeração e outros processos que afetam a concentração de oxigênio dissolvido (OD) ao longo do tempo e da distância;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- Considerando o conteúdo do protocolo nº 24.458.894-8,

RESOLVE

Art. 1º Estabelecer equações e diretrizes para o cálculo de autodepuração de efluentes para fins de concessão de outorga de uso de recursos hídricos no Estado do Paraná.

Art. 2º Para os efeitos desta Portaria, adotam-se os seguintes conceitos:

I. Coeficiente de decaimento da DBO (K_1): representa a velocidade com que a matéria orgânica biodegradável é consumida no corpo hídrico;
II. Efluente: é o termo usado para caracterizar os despejos líquidos provenientes de diversas atividades ou processos;
III. Q95%: é a vazão natural com permanência de 95% do tempo em determinada seção do corpo hídrico;
IV. Velocidade do escoamento Q95%: corresponde à velocidade do escoamento do corpo hídrico quando este se encontra na vazão de permanência de 95%.

Art. 3º Para o cálculo do o decaimento do parâmetro da $DBO_{mistura}$, adota-se a seguinte equação:

$$C_{parâmetro} = C_0 . e^{-k_1 t}$$

Onde:
$C_{parâmetro}$ é a concentração final de DBO de mistura, após o decaimento da concentração de DBO do efluente (mg/L);
C_0 é a concentração inicial, e representa a concentração de DBO de mistura, $C_{mistura}$ (mg/L);
K_1 é o coeficiente de decaimento da concentração de DBO (dia^{-1});
t é o tempo de decaimento da concentração de DBO (dias).

Parágrafo Único. Para o coeficiente de decaimento da concentração de DBO (K_1), adota-se o valor de 0,17 dia^{-1}.

Art. 4º Para calcular o tempo de decaimento, adota-se a seguinte equação:

$$t = \frac{x}{v.86400}$$

Onde:
t é o tempo de decaimento (dias);
x é a extensão total (m);
v é a velocidade do escoamento Q95% (m/s).

Parágrafo Único. Para a velocidade do escoamento Q95% adota-se o valor de 0,2 m/s.

Art. 5º Para calcular a vazão máxima outorgável numa determinada seção do corpo hídrico, adota-se as seguintes equações:

$$Q_{outorgável\ i} = 0{,}5\ .(Q_{95\%})i - Q_{indisponível\ i}$$

Onde:
$Q_{outorgável\ i}$ é a vazão máxima que pode ser outorgada na seção i do corpo hídrico;
$(Q_{95\%})i$ é a vazão natural com permanência de 95% do tempo na seção i;
$Q_{indisponível\ i}$ é a vazão indisponível na seção i do corpo hídrico, obtida pela somatória das vazões outorgadas a montante da seção i (m³/h).

Parágrafo Único. Para empreendimentos de saneamento básico o coeficiente de 0,5 (50%) poderá ser ampliado para até 0,8 (80%) conforme disposto na Portaria SUDERHSA nº 19/2007.

Art. 6º Para calcular a vazão total utilizada para decaimento da concentração de DBO do efluente, adota-se as seguintes equações:

$$Q_{total} = Q_{outorgável\ i} + Q_{não\ outorgável\ i}$$
$$Q_{total} = Q_{outorgável\ i} + (Q_{não\ outorgável\ i} - Q_{utilizada\ i})$$

Onde:
Q_{total} é a vazão total utilizada para decaimento da concentração de DBO do efluente (m³/h);
$Q_{outorgável\ i}$ é a vazão máxima que pode ser outorgada na seção i do corpo hídrico (m³/h);
$Q_{não\ outorgável\ i}$ é a vazão que não foi considerada para no cálculo da $Q_{outorgável\ i}$ (m³/h);
$Q_{utilizada\ i}$ é a vazão já utilizada por usuários a montante da seção i para decaimento da concentração de DBO do efluente (m³/h).

§ 1º A vazão já utilizada por usuários à montante para a autodepuração (Qutilizada) poderá ser novamente considerada no cálculo do decaimento da concentração de DBO do efluente, desde que ocorra a autodepuração integral (100%) do respectivo efluente.

§ 2º Nos casos de ampliação do coeficiente de 0,5 para empreendimentos de saneamento básico, a $Q_{não\ outorgável}$ deve ser reduzida conforme relação.

Art. 7º Para recalcular a concentração de DBO do efluente adota-se a seguinte equação:

$$C_{ed} = \frac{C_{mistura}(Q_{efluente} + Q_{total}) - (Q_{total}.C_{lim})}{Q_{efluente}}$$

Onde:
C_{ed} – concentração de DBO do efluente recalculada após o decaimento da DBO (mg/L).
$C_{mistura}$ é a concentração de DBO de mistura (mg/L)
$Q_{efluente}$ é a vazão máxima de efluente (m³/h);
Q_{total} é a vazão total utilizada para decaimento da concentração de DBO do efluente (m³/h);
C_{lim} é a concentração de DBO limite do corpo hídrico (mg/L)

Art. 8º Para recalcular a vazão apropriada para diluição, considerando o decaimento da DBO, adota-se a seguinte equação:

$$Q_{ad} = \frac{Q_{efluente}(C_{ed} - C_{lim})}{C_{lim}}$$

Onde:
Q_{ad} é a vazão apropriada para diluição do poluente, após o decaimento da concentração de DBO do efluente (m³/h);

$Q_{efluente}$ é a vazão máxima de efluente (m³/h);
C_{ed} é a concentração de DBO do efluente recalculada, após o decaimento da concentração de DBO do efluente (mg/L).
C_{lim} é a concentração de DBO limite do corpo hídrico (mg/L).

Art. 9º Os valores de referência fixados nesta Portaria para o coeficiente de decaimento da concentração de DBO (K1) e para a velocidade do escoamento Q95% poderão ser revistos e atualizados por ato normativo complementar do Instituto Água e Terra, sempre que novos estudos técnicos ou atualizações metodológicas assim recomendarem, de modo a assegurar a efetividade e a precisão do cálculo de autodepuração.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

125602/2025

INSTITUTO ÁGUA E TERRA
PORTARIA Nº 562, DE 17 DE SETEMBRO DE 2025

O Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra, nomeado pelo Decreto Estadual nº 9.415, de 02 de abril de 2025, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 10.066, de 27 de julho 1992, Lei Estadual nº 20.070, de 18 de dezembro de 2019, Decreto Estadual nº 3.813, de 09 de janeiro de 2020 e Decreto Estadual nº 11.977, de 16 de agosto de 2022, e

RESOLVE

Art. 1º Designar a servidora Sumaia Andraus, RG nº 1.xxx.100-x, para integrar o Núcleo de Educação Ambiental – NEA do Instituto Água e Terra.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA
Diretor-Presidente do Instituto Água e Terra

125363/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE JULGAMENTO nº 079/2025

O **Instituto Água e Terra** cumprindo o estabelecido no *Artigo 122, do Decreto nº 6.514 de 22/07/2008*, torna público a relação dos Processos Administrativos de Autos de Infração Ambiental prontos para julgamento. Os notificados, abaixo relacionados, terão o prazo de (10) dez dias, a partir da data do presente edital para a apresentação de alegações finais por escrito. Os processos estarão disponíveis para consulta no Departamento de Documentos e Informações – DDI, na sede deste Instituto: **Rua Engenheiros Rebouças nº 1.206 - Bairro Rebouças - CEP 80.215-100 - Curitiba, Paraná.**

AIA 168850, **AGROPECUARIA SANTA MARIA DO CERNE LTDA**/05.420.***/0001-03, Protocolo 236445780, Município ARAPONGAS; AIA 154509, **IRINEU RIBEIRO PINHEIRO**/772.***.769-20, Protocolo 231221182, Município CAMPO MOURÃO; AIA 165587, **ROSELI MOREIRA**/101.***.689-51, Protocolo 211407964, Município PINHÃO; AIA 164904, **NESTOR DA SILVA**/184.***.179-53, Protocolo 210255540, Município CERRO AZUL; AIA 143807, **ALCEBIA JOSÉ PEÇANHA DOS SANTOS**/087.***.079-34, Protocolo 183182390, Município SARANDI; AIA 164888, **ARMANDO RASOTO**/076.***.971-49, Protocolo 210257705, Município TUNAS DO PARANÁ; AIA 125311, **ADRIANO DE PAULA**/040.***.079-45, Protocolo 212760307, Município IMBITUVA; AIA 161322, **OURIGRAMA TERRAPLANAGEM LTDA**/08.075.***/0001-34, Protocolo 215410935, Município RIBEIRÃO CLARO; AIA 161323, **OURIGRAMA TERRAPLANAGEM LTDA**/08.075.***/0001-34, Protocolo 215411095, Município RIBEIRÃO CLARO; AIA 146388, **VALTER GONÇALVES**/409.***.769-72, Protocolo 194363605, Município SÃO JORGE DO PATROCINIO; AIA 145100, **FERNANDO WALTER CUBAS BATISTA**/073.***.579-05, Protocolo 188519431, Município AGUDOS DO SUL; AIA 154495, **LUIZ APARECIDO RIBEIRO**/655.***.689-34, Protocolo 231142991, Município CAMBIRA; AIA 163169, **JOSÉ ANTONIO**

GASPARIN/356.***.749-53, Protocolo 212343080, Município COLOMBO; AIA 170859, **RENI GAETANO SCANDOLARA**/212.***.169-91, Protocolo 231067850, Município RENASCENÇA; AIA 148672, **ROGERIO DIAS DOS SANTOS**/008.***.029-24, Protocolo 203992734, Município CIANORTE; AIA 146361, **OSCAR ANTONOWICZ**/036.***.309-84, Protocolo 193971229, Município IPIRANGA; AIA 149136, **DANIEL DOLINSKI NADAL**/022.***.669-83, Protocolo 205556532, Município CÂNDIDO DE ABREU; AIA 200852, **MUNICIPIO DE LONDRINA**/75.771.***/0001-70, Protocolo 236843831, Município LONDRINA; AIA 145855, **ELCIO EVERALDO CZANESKI**/778.***.459-04, Protocolo 191734327, Município CAMPO DO TENENTE; AIA 137769, **JOSUÉ CZELUSNIAK**/035.***.339-32, Protocolo 165014570, Município FERNANDES PINHEIRO; AIA 150508, **JAIRO DAS DORES CORDEIRO**/051.***.249-06, Protocolo 216213726, Município FAXINAL; AIA 131198, **DIOGO GARCIA JUNIOR**/784.***.439-15, Protocolo 185650324, Município SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO; AIA 125000, **ELISEU SANTANA DE OLIVEIRA**/724.***.309-06, Protocolo 159161510, Município GUARAPUAVA; AIA 149691, **JACKSON EZEQUIEL DE CAMARGO**/468.***.909-82, Protocolo 212479357, Município MARINGÁ; AIA 149335, **DENILSON ALVES SILVEIRA**/565.***.839-34, Protocolo 215476065, Município TIJUCAS DO SUL; AIA 129546, **MARI ELZA DA SILVA SANTOS**/039.***.829-90, Protocolo 189013353, Município PARANAGUÁ; AIA 163548, **MAFALDA POLITZ MACHADO**/069.***.819-00, Protocolo 210760970, Município GUARAPUAVA; AIA 139138, **JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA**/092.***.239-02, Protocolo 168028059, Município GUARANIAÇU; AIA 140535, **JOSÉ ALBARI SLOMBO DE LARA**/081.***.299-87, Protocolo 172208525, Município IPIRANGA; AIA 120439, **OSCAR COSTA FARIAS**/525.***.589-49, Protocolo 160560240, Município SÃO JOÃO DO IVAÍ; AIA 136722, **ADRIANO APARECIDO DA SILVA ANUCIAÇÃO**/074.***.679-69, Protocolo 162384198, Município CIDADE GAUCHÁ; AIA 136963, **LIDENEI ALMEIDA DOS SANTOS**/021.***.309-39, Protocolo 162384805, Município CIDADE GAUCHÁ; AIA 138464, **CELSO ROQUE FONTANA**/603.***.639-00, Protocolo 166850142, Município NOVA LARANJEIRAS; AIA 139142, **ANTONIO ORAZ DA SILVEIRA**/339.***.739-87, Protocolo 168028644, Município GUARANIAÇU; AIA 139143, **ANTONIO ORAZ DA SILVEIRA**/339.***.739-87, Protocolo 168028679, Município GUARANIAÇU.

125283/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA/ PENDÊNCIA Nº 058/2025

Em atendimento ao Art. 126 do Decreto Federal 6514/2008 e para prosseguimento na cobrança administrativa dos processos de Autos de Infração Ambiental, o **Instituto Água e Terra – IAT** torna público a relação dos autuados notificados por via postal e sem êxito na entrega da correspondência. Prazo 20 (vinte) dias da data da publicação.

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Adilson Rezende	Santo Antônio da Platina	150871	21.744.787-9
Adriano Prestes Calixto	Antonina	128830	16.865.738-2
Andreia Aparecida Lemes da Silva Maciel	Paranaguá	133427	19.368.482-3
Antonio de Jesus Ribeiro	Quedas do Iguaçu	122416	21.515.857-8
Antonio Selso Rufatto	Coronel Vivida	151048	21.813.301-0
Antonio Vilmar de Oliveira	Guarapuava	148239	20.131.476-3
Antonio Vilmar de Oliveira	Guarapuava	148238	20.131.663-4
Carlos Andrade	Santa Helena	128602	17.256.044-0
Celso Antonio da Rosa	Santa Terezinha de Itaipu	151487	21.976.805-2
Cl Indústria, Comércio e Transportes Ltda	São Mateus do Sul	165087	22.106.630-8
Cl Indústria, Comércio e Transportes Ltda	São Mateus do Sul	165088	22.106.539-5
Derli Boniatti Me	Iguatu	126749	17.035.287-4
Eduardo Pachek	São Mateus do Sul	122833	16.160.468-2
Elton Campanholi da Silva	Ariranha do Ivaí	162981	21.056.306-7
Espolio de Thamar Gomes de Almeida	Querência do Norte	128101	17.707.739-9
Eusébio Pauli	Três Barras do Paraná	133258	19.731.584-9
Eusébio Pauli	Três Barras do Paraná	133256	19.731.513-0
Eusébio Pauli	Três Barras do Paraná	133257	19.731.557-1
Fabiano Ribeiro França	São José dos Pinhais	146313	19.465.070-1
Flavio Pereira	Piraí do Sul	139332	16.903.107-0
Francisco Fagner Oliveira dos Santos	Amaporã	165365	21.124.727-4
Gerci Ricardo Bazzoti	São José dos Pinhais	167991	22.139.527-1
Henrique Marczal	Cruz Machado	164530	20.883.637-4
Jailson Barbosa de Lima	Tijucas do Sul	145536	19.024.003-7
João Albino Gordya	São Mateus do Sul	132596	19.593.480-0
João Daniel da Cruz Chaves	Piraí do Sul	166948	21.898.018-0
João Luciano dos Santos	Campina Grande do Sul	135197	15.686.166-9
Jocemar Pedro Gonçalves	Nova Laranjeiras	138508	16.684.997-7
Jocemar Pedro Gonçalves	Nova Laranjeiras	138507	16.684.994-2
Jorge Alceu Antonio	Prudentópolis	160680	20.069.018-4
José Antao Schu	Francisco Beltrão	163660	20.555.029-1
José Antao Schu	Francisco Beltrão	163661	20.555.083-6
José Artur Ritti Ricci	Santo Antônio da Platina	137982	16.559.828-8
José Carlos do Nascimento Américo	Guaraqueçaba	144942	18.683.994-3
José Mauro Schimidt Lemes	Antônio Olinto	139496	16.876.776-5
José Nereide Quepe	Quitandinha	162429	20.268.609-5
Kuligovski Loteamento Ltda	São Mateus do Sul	164548	20.861.883-0
Ledio Nicoletti	Nova Esperança do Sudoeste	150156	21.523.601-3
Luis Bilbio	Mangueirinha	146649	19.496.712-8
Marcos Adelio Komiak	Antônio Olinto	136432	16.105.443-7
Marcos Adelio Komiak	Antônio Olinto	136434	16.105.445-3
Miguel Elias Portela	Rio Negro	136936	16.232.012-2
Miguel Matchula	Palmital	148256	20.138.388-9
Nelson Ast	Terra Boa	146163	19.302.060-7
Nelson Faustino da Silva	Itaguajé	147769	19.907.549-7
Neocir José Pagnoncelli	Mariópolis	127229	16.704.962-1
Orlando Kowalczuk	São José dos Pinhais	136789	16.563.460-8
Osmar Pereira Ramos	Boa Vista da Aparecida	164235	22.049.374-1
Pedro Paulo Buaski Zabloski	Rebouças	139078	16.797.147-4
Rosalina Cisilina Piloneto	Quedas do Iguaçu	151260	21.885.919-4
Rosalina Cisilina Piloneto	Quedas do Iguaçu	151259	21.885.665-9
Rubiano Belo Kalva	Paranaguá	139225	17.278.700-2
Usina de Reciclagem Mandaguaçu Ltda	Mandaguaçu	166165	21.358.291-7
Usina de Reciclagem Mandaguaçu Ltda	Mandaguaçu	166164	21.357.612-7
Valdemar Lotici	Realeza	160081	21.079.399-2

125154/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA/ PENDÊNCIA Nº 059/2025

Em atendimento ao Art. 126 do Decreto Federal 6514/2008 e para prosseguimento na cobrança administrativa dos processos de Autos de Infração Ambiental, o **Instituto Água e Terra – IAT** torna público a relação dos autuados notificados por via postal e sem êxito na entrega da correspondência. Prazo 20 (vinte) dias da data da publicação.

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Ademar Cordeiro Ferreira	Enéas Marques	163693	20.569.024-7
Agostinho Selzer Busnel	Nova Laranjeiras	151229	21.906.337-7
Alencar Junior Scharff	Nova Esperança do Sudoeste	163972	20.699.345-6
Alencar Junior Scharff	Nova Esperança do Sudoeste	163971	20.697.965-8
Alencar Junior Scharff	Nova Esperança do Sudoeste	163970	20.697.942-9
Aparecido Rodrigues da Silva	Tuneiras D'Oeste	145496	19.010.255-6
Armando Maggi	Lindoeste	148899	20.407.911-0
Armando Maggi	Lindoeste	148898	20.407.910-2
Associação dos Adquirentes do Emp. Estação Ec. Recant	Antonina	126853	16.291.548-7
Augusto Thomaz As – Indústria e Comércio de Madeiras	Prudentópolis	160640	19.780.927-2
Iolanda Aparecida Pauluk	Mangueirinha	140131	17.053.335-6
Jaime Orben	Pinhão	136233	16.059.332-6
Janaina do Rosario Mendes de Oliveira	Paranaguá	129585	20.533.918-3

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Jean Fabiano Pedroso Schadeck	Cantagalo	170162	22.761.287-8
Joao Kuibida	Prudentópolis	165571	21.152.040-0
Joao Kuibida	Prudentópolis	165575	21.152.082-5
Joao Kuibida	Prudentópolis	165576	21.152.121-0
João Lis	Prudentópolis	165600	21.178.500-4
João Lis	Prudentópolis	164986	21.159.785-2
Joel Alves Vieira	Campo Largo	138915	16.831.141-9
Joice Mocelin	Imbituva	140052	17.101.616-9
Joice Mocelin	Imbituva	140053	17.101.639-8
Jones Fruet	Nova Esperança do Sudoeste	163977	20.699.435-5
Jones Fruet	Nova Esperança do Sudoeste	163978	20.699.487-8
Jones Fruet	Nova Esperança do Sudoeste	163976	20.697.839-2
José Carlos Kokoginski Barbosa	Matinhos	135134	15.615.098-3
Jose Kuibida	Prudentópolis	164985	21.159.819-0
Jose Kuibida	Prudentópolis	165601	21.178.569-1
José Machado Junior	Inácio Martins	125308	20.999.706-1
José Sidney Valenga	Castro	138667	16.804.162-4
José Wilmers Sobrinho	Bituruna	123748	16.139.523-4
Juraci de Paula Bonfim	Quatro Barras	145890	19.274.918-2
Luiz Alberto Mundstoch	Pontal do Paraná	149682	21.349.366-3
Manoelino Jorge	Assis Chateaubriand	133401	19.976.465-9
Marcio Jose Veiga	Campo do Tenente	149001	20.481.188-1
Oliveira Antunes da Silva	Campina da Lagoa	149532	20.646.161-6
Paulo Renato Schmatz	Realeza	164061	20.719.632-0
Paulo Renato Schmatz	Realeza	164062	20.719.700-9
Renato Penso	Nova Prata do Iguaçu	164060	20.718.859-0
Renato Penso	Nova Prata do Iguaçu	164059	20.718.818-2
Roberto Antonio Javorski	Rebouças	138749	16.731.264-0
Ronaldo de Oliveira Campos	Doutor Ulysses	164826	20.982.287-3
Ronaldo de Oliveira Campos	Doutor Ulysses	164824	20.982.215-6
Roseli Pereira e Silva	Jaguariaiva	129717	19.471.433-5
Rosely Suzana Werus Pientosa	Cruz Machado	134186	19.546.212-7
Tereza Soeli Schneider	São Mateus do Sul	138588	16.692.056-6
Terezinha Wosniak Mayer	Lapa	128931	17.989.026-7
Vanderlei Carlos Mattei	Guarapuava	165477	21.162.426-4
Vilmar da Silva Augusto	Campina da Lagoa	148913	20.412.110-9
Vilmar da Silva Augusto	Campina da Lagoa	148915	20.412.185-0
Vilmar Stopassole	Salto do Lontra	151571	22.002.740-6
Walmir Rodolfo de Melo	Apucarana	164295	21.138.853-6

125156/2025

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

DECISÃO ADMINISTRATIVA/ PENDÊNCIA Nº 060/2025

Em atendimento ao Art. 126 do Decreto Federal 6514/2008 e para prosseguimento na cobrança administrativa dos processos de Autos de Infração Ambiental, o **Instituto Água e Terra – IAT** torna público a relação dos autuados notificados por via postal e sem êxito na entrega da correspondência. Prazo 20 (vinte) dias da data da publicação.

RAZÃO	Município Autuação	AIA	SID
Adir Brasílio Terres	Lapa	150347	21.069.793-4
Alexandre dos Santos Vitor	Cascavel	149846	21.313.641-0
Amarildo Rodrigues	Cianorte	154243	22.995.100-9
Amarildo Rodrigues	Cianorte	154241	22.995.032-0
Antonio dos Santos	Cascavel	150021	21.488.244-2
Antonio Kuibida	Prudentópolis	165546	21.151.852-9
Antonio Kuibida	Prudentópolis	165549	21.151.926-6
Antonio Kuibida	Prudentópolis	165547	21.151.890-1
Aristides Correa	Guaratuba	133819	20.330.741-1
Batflex Baterias Ltda Me	Almirante Tamandaré	167959	22.013.037-1
Bras Blend Ambiental Comércio de Produtos Químicos Ltda - ME	Pinhais	132732	19.695.836-3
Carlos Eduardo Bezerra Barboza	São Pedro do Paraná	149111	20.484.088-1
Carlos Eduardo Bezerra Barboza	São Pedro do Paraná	149112	20.484.275-2
Carlos Roberto Tocantins	Piraí do Sul	139681	16.932.856-0
Charles José Dellai	Tomazina	139481	16.876.317-4
Claudiney Alves da Silva	Altamira do Paraná	132434	20.911.144-6
Claudio Santana Trovon	Alto Paraíso	150350	21.590.778-3
Claudio Santana Trovon	Alto Paraíso	150351	21.590.777-5
Dagmar Ferreira da Silva	Foz do Iguaçu	145466	19.022.706-5
Daniel Santos Donda Lopes	Alto Piquiri	135222	15.642.692-0
Edgar Rossi	Paranaguá	149544	20.880.445-6
Guilherme Alves Moreira	Cambé	140333	17.260.859-0
Jorge Wasonsnik	São João do Triunfo	124758	18.785.583-7
Jose Carlos da Rocha	Congonhinhas	150104	21.510.207-6
Jose Pires Barbosa	Candói	151040	21.850.813-8
Leonardo Piovesan	Candói	150573	21.641.021-1
Luiz Fernando Nogueira	Santo Antônio da Platina	140849	17.353.396-9
Madeval Indústria, Comércio e Transporte de Madeiras Ltda	Fazenda Rio Grande	162380	20.521.699-5
Marciano Oliveira da Rosa	Pato Bragado	150281	21.556.637-4
Marcio Antonio	Prudentópolis	160731	20.440.100-4
Marines Araujo Wendler Madeiras	Imbituva	148808	20.396.409-9
Marines Araujo Wendler Madeiras	Imbituva	148809	20.396.445-5
Mario Skrzeckowski	Cruz Machado	134129	19.541.879-9
Mauricio Zorzi	Boa Vista do Paraná	126588	16.429.329-7
Mauro do Rosário Mendes	Paranaguá	129551	19.869.915-2
Meleti Romanichen	Prudentópolis	165608	21.168.198-5
Meleti Romanichen	Prudentópolis	165610	21.168.355-4
Meleti Romanichen	Prudentópolis	165607	21.168.570-0
Metodio Boruch	Paulo Frontin	160412	20.226.960-5
Moacir Apolinario	Três Barras do Paraná	145788	19.139.249-3
Moacir José Bamberg	Toledo	161110	20.754.913-4
Osvaldino José Machado	Santo Antônio do Sudoeste	164084	20.722.506-1
Osvaldino José Machado	Santo Antônio do Sudoeste	164085	20.722.534-7
Rogério Hauer Reichert	Paranaguá	120974	16.298.890-5
Ronaldo Ramos dos Santos	Querência do Norte	151163	21.861.197-4
Ronaldo Ramos dos Santos	Querência do Norte	151159	21.861.162-1
Ronaldo Ramos dos Santos	Querência do Norte	151160	21.861.169-9
Ronaldo Ramos dos Santos	Querência do Norte	151162	21.861.188-5
Ronaldo Ramos dos Santos	Querência do Norte	151161	21.861.183-4
Severino Xavier da Silva	Pontal do Paraná	150132	21.549.501-9
Valdecir de Nelson Basso	Manfrinópolis	147257	19.716.637-1
Www Comércio de Combustíveis Ltda	São João	131393	18.410.004-5
Zifirino Barbosa da Silva	São Pedro do Paraná	147824	19.924.871-5
Zoronilde Gonçalves	Guarapuava	165480	21.163.284-4
Zoronilde Gonçalves	Guarapuava	165481	21.163.359-0

125161/2025

Portaria n° 12077/2025/OP-GOUT. Prot. 22.738.990-7. Captação subterrânea (Poço tubular). Outorgado(s) VINICOLOR IND. E COM. DE TINTAS, TEXTURA E GRAFIATO LTDA - CPF/CNPJ 07.855.544/0004-27. Ivaí. Coordenadas UTM 7.406.582,03 N 397.158,56 E. Validade 2 anos. Finalidade Sanitário (consumo humano + limpeza), Processo fabril. Vazão máxima outorgada 9.50 m³/h 06:44 horas/dia 31 dias/mês. Município Maringá. Esta portaria revoga a portaria n° 11232/2024/AP-GOUT.

125370/2025

Portaria n° 12076/2025/OD-GOUT. Prot. 23.783.718-5. Lançamento de efluentes. Outorgado(s) ECOFIBRA INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPOSITOS LTDA - CPF/CNPJ 11.340.390/0001-65, PETROFISA DO BRASIL LTDA - CPF/CNPJ 02.240.839/0001-22. Córrego Curral das Éguas. Iguaçu. Coordenadas UTM 7.150.400,96 N 668.177,31 E. Validade 6 anos. Finalidade Diluição de efluente sanitário, Diluição de efluente sanitário. Vazão máxima outorgada 0.90 m³/h 23:20 horas/dia 31 dias/mês. Município Mandirituba.

125385/2025

Secretaria da Educação

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

EXTRATO – 3º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 202300029

Protocolo n.º 24.626.028-1

Partícipes: Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Colombo
Objeto – Supressão de valores, alteração da forma de custeio do Termo de Colaboração, e adequação do quadro de profissionais/docentes da Organização da Sociedade Civil.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

125531/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

EXTRATO – 3º Termo Aditivo ao Termo de Colaboração n.º 202300327

Protocolo n.º 24.626.243-8
Partícipes: Secretaria de Estado da Educação e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Chopinzinho
Objeto – Supressão de valores, alteração da forma de custeio do Termo de Colaboração, e adequação do quadro de profissionais/docentes da Organização da Sociedade Civil.

Curitiba, 12 de setembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

125476/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED
PORTARIA N.º 66/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidores para atuarem na Comissão de Avaliação e de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da Classe Veículos com tração mecânica.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, no Decreto n.º 2.819, de 14 de julho de 2023, e o contido no protocolado n.º 24.324.740-3,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores, a seguir relacionados, em exercício na Secretaria de Estado da Educação – SEED/PR, para comporem a Comissão de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis da Classe Veículos com tração mecânica para fins de alienação:

INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	NOME	RG
SEED	Presidente	Antônio Cesar de Oliveira	5.XXX.252-X
SEED	Membro	Ana Paula da Silva	8.XXX.490-X
SEED	Membro	Bruno Rodrigues Ferreira	10.XXX.395-X
SEED	Membro	Marcos Aurélio de Oliveira	7.XXX.407-X
SEED	Membro	Rafael Rech Setnik	7.XXX.885-X
SEED	Membro	Valdirene Gandolfo Parolin	5.XXX.678-X

Art. 2.º Nos impedimentos e ausências, o presidente da Comissão será substituído pelo membro Bruno Rodrigues Ferreira.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

126018/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N.º 5.248/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidora para atuar na Escola de Gestão do Paraná.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto no Termo de Cooperação Técnica n.º 202408075 – SEAP/SEED, celebrado entre a Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e a Secretaria de Estado da Educação, e o contido no protocolado n.º 24.555.455-9,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar a servidora **Gilmara Inocência de Souza Santos**, RG n.º 6.XXX.075-X, professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, para atuar na Escola de Gestão do Paraná, em consonância com o Termo de Cooperação Técnica n.º 202408075 – SEAP/SEED, cujo objeto consiste em "desenvolver ações de capacitação, atualização e aperfeiçoamento com base na política de capacitação estadual, alinhada à agenda estratégica de Estado, visando à prestação de serviços de qualidade e resultados sociais, utilizando-se das modalidades de ensino presencial, híbrido e a distância, tanto na Plataforma da EGP, como com cursos presenciais e/ou híbridos para o aperfeiçoamento dos quadros próprios de servidores e empregados públicos, assim como da comunidade em geral".

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.
Roni Miranda Vieira
Secretário de Estado da Educação

125708/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

Protocolo n.º 24.668.603-3

DESPACHO SECRETARIAL

Com amparo na Lei Federal n.º 6.999, de 7 de junho de 1982, na Resolução n.º 23.523, de 27 de junho de 2017, do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, que dispõem sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral, e no Decreto Estadual n.º 8.466, de 1.º de julho de 2013, **autorizo** o afastamento da servidora **Simone de Miranda Paulo**, RG n.º 3.370.XXX-8, Agente Educacional II do Quadro de Funcionários da Educação Básica – QFEB/SEED, para prestar serviços na 3.ª Zona Eleitoral de Curitiba, pelo período de 1 (um) ano, com ônus para o órgão de origem, a partir de 1.º de outubro de 2025, em atendimento à solicitação emitida por meio do Ofício n.º 62/2025.

Curitiba, 17 de setembro 2025.

João Luiz Giona Junior
Resolução n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125774/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

PORTARIA N.º 817/2025 – DG/SEED

Súmula: Designa gestor, fiscal e respectivos suplentes do Contrato celebrado com a empresa EG Ansolin Comércio de Bens e Participações.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto na Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021, no Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro de 2022, e o contido no protocolado n.º 21.099.499-8,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como gestor, fiscal e respectivos suplentes do Contrato n.º 1.574/2024, celebrado com a empresa EG Ansolin Comércio de Bens e Participações Ltda., CNPJ n.º 19.027.921/001-76, referente à locação de imóvel destinado à instalação da quadra de esportes para uso da Unidade Nova Escolar – UNV Itaqui, no Município de Campo Largo, por meio da Inexigibilidade de Licitação n.º 013/2024:

FUNÇÃO	NOME	CPF
Gestor	Delton Adriano Gomes	XXX.764.479-XX
Gestor Suplente	Nilton Cezar Santana	XXX.605.899-XX
Fiscal	Danieli Tomaz Milleo	XXX.929.139-XX
Fiscal Suplente	Larisse Cristine Stoco	XXX. 946.359-XX

Art. 2.º Ao gestor, à fiscal e seus suplentes caberão as atribuições dispostas nos arts. 10 e 11 do Decreto n.º 10.086, de 2022, respectivamente, podendo ser acrescidas outras atribuições mediante verificação da compatibilidade com o objeto da contratação e ciência prévia dos designados.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior
Diretor-Geral

125396/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEED

RESOLUÇÃO N. º 5.260/2025 – GS/SEED

Súmula: Altera o Anexo da Resolução GS/SEED n.º 4.685/2025.

O **Secretário de Estado da Educação**, no uso das atribuições que lhe são

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

conferidas pela Lei n.º 21.352, de 1.º de janeiro de 2023, considerando o disposto no § 2.º do art. 29 da Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, no Decreto n.º 8.812, de 31 de janeiro de 2025, na Resolução GS/SEED n.º 479, de 5 de fevereiro de 2025, no Edital GS/SEED n.º 33/2025, e o contido no protocolado n.º 24.591.763-5,

RESOLVE:
Art. 1.º Alterar o Anexo da Resolução GS/SEED n.º 4.685, de 27 de agosto de 2025, tornando sem efeito a parte que concede alteração de regime de trabalho às professoras do Quadro Próprio do Magistério – QPM/SEED a seguir relacionadas:

NOME	CPF	LF
Elaine Ferreira de Lima	215.XXX.XXX-70	01
Taciana Maciel Baggio	043.XXX.XXX-19	92
Meiry do Carmo de Oliveira	079.XXX.XXX-04	01

Art. 2. º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

Roni Miranda Vieira

Secretário de Estado da Educação

125569/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.125/2025 - GS/SEED
Súmula: Substitui membro secretária da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 23.650.352-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Daiene Andrade Albertin e Barbist**,** RG n.º 7.061.XXX-6 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, em substituição a Vanessa Carla Bonfim Bevilaqua RG 8.984.XXX-3 PR, em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ivaiporã, na função de membro secretária.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125291/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.126/2025 – GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.249.525-0,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Elisabete Aparecida Alves, RG n.º 6.284.XXX-7 PR e Rafael Henrique de Paulo, RG n.º 9.198.XXX-8 PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Londrina, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual Padre Antônio Vieira, município de Engenheiro Beltrão, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Campo Mourão.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125310/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.128/2025 – GS/SEED
Súmula: Designa servidores para compor a Comissão de Apuração do Núcleo Regional de Educação.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, Resolução n.º 599 de 7 de fevereiro de 2024, bem como ao contido do Protocolado n.º 22.758.570-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar Vladimir Barbosa da Silva, RG: 4.006.XXX-3, Maria Fernanda Cirino de Jesus, RG: 7.705.XXX-9, Marli Regina Fernandes da Silva, RG: 1.239. XXX-7 todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Apucarana, para, sob a presidência do primeiro nominado, comporem a Comissão do Núcleo Regional de Educação, para apurar possível descumprimento das competências previstas na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED pelos servidores: Maria Rosineide Ferrante, RG 5.024.XXX-3, Professora pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01 e 02, no exercício da função de Diretora e Monica Valéria Imbriani, RG-CPF XXX.107.009-XX, Professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 04, no exercício da função de Diretora Auxiliar, ambas do Colégio Estadual Hermínia Rolim Lupion, município de Sabáudia, jurisdicionado do Núcleo Regional de Educação de Apucarana.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125288/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.129/2025 – GS/SEED
Súmula: Absolve servidor em Procedimento de Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.135.835-6,
R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver o servidor Ezequiel Danilo de Paula, RG n.º 13.146.XXX-6, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125633/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.203/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Processo Administrativo Disciplinar.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.414.964-4,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o processo instaurado, em desfavor da servidora Andreia Cristina de Lima Silvestre, RG n.º 7.969.XXX-8, Agente educacional II, QFEB, LF 01, com fundamento no art. 69, da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 16 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125637/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.204/2025 – GS/SEED
Súmula: Arquiva Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 23.423.881-7,
R E S O L V E:

Art. 1.º Arquivar o procedimento de sindicância instaurado em decorrência de indícios de irregularidades e ilícitos não comprovados no protocolo n.º 23.423.881-7, com fundamento no art. 125, inciso IV, alínea "*a*", da Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 16 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125601/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.212/2025 – GS/SEED
Súmula: Designa servidores para compor Comissão Paritária.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, e Resolução 599/2024 – GS/SEED de 07 de fevereiro de 2024, bem como ao contido no Protocolado n.º 23.662.906-6,
R E S O L V E

Art. 1.º Designar Margarete Maria Lemes, RG n.º 2.097.XXX-5; Solange Maria da Conceição Ribas, RG n.º 4.165.XXX-1 e Maria Cristina Elias Esper Stival, RG n.º 4.046.XXX-5, todas servidoras da Coordenação de Processo Administrativo e Sindicância da Secretaria de Estado da Educação, para compor a Comissão Paritária Definitiva para apuração de Descumprimentos de Competências nos âmbitos Pedagógico, Administrativo/Financeiro e Democrático, fixados na Lei Estadual no. 21.648/2023, e insuficiência nas atribuições constantes na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, atribuídas, em tese, às servidoras Claudimira Aparecida Gonçalves, RG n.º 5.274.XXX-0/PR e CPF n.ºXXX.283.649-XX, professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01 e 97, no exercício da função de diretora; e Rute de Castro, RG n.º 6.541.XXX-9/PR e CPF n.º XXX.326.119-XX, Professora do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01 e 02, no exercício da função de diretora auxiliar no Colégio Estadual Santa Bárbara, do município de Bituruna, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de União da Vitória, nos anos 2021-2025.
Art. 2.º Designar Margarete Maria Lemes como Presidente da Comissão Paritária.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125508/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.213/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuiçõeslegais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.204.048-1,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Elisabete Aparecida Alves, RG n.º 6.284.XXX-7 PR, Jader dos Santos Teles Cordeiro, RG n.º 10.642.XXX-0 PR e Manuel Canuto Gouveia Neto, RG n.º 3.260.XXX-6 PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Londrina, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Giorgiane Pacheco Matias, RG n.º 5.863.XXX-2 PR e CPF n.º XXX.545.639-XX, Professora pertencente ao Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 53, por, supostamente, infringir o art. 279, incisos VI e VIII, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.ºA servidora, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I e II c/c art. 293, incisos I e II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125526/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.214/2025 - GS/SEED

Súmula: Instaura Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, bem como o contido no protocolado n.º 24.532.511-8,

R E S O L V E:

Art. 1. º Designar, Débora Regina de Almeida, RG n.º 6.728.XXX-5 PR, Fábio dos Santos Celestino de Oliveira, RG n.º 12.484.XXX-4/PR e Flávio Guimarães Kalinowski, RG n.º 1.170.XXX-1/PR, todos em exercício no Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem a condução dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta da servidora Priscila Figueiredo Alves, RG n.º 6.146.XXX-6/PR, e CPF n.º XXX.829.909-XX, professora pertencente ao Quadro Próprio do Magistério - QPM, LF 91, por supostamente infringir o arts. 279, incisos VI e IX, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 2.º A servidora, caso comprovadas a irregularidade mencionada, estará sujeita a uma das sanções previstas no art. 291, incisos I e II, c/c o art. 293, incisos I e II, da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125536/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.215/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.520.082-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Margarete Maria Lemes, RG n.º 2.097.XXX-5/PR e Andressa Kaliszewski Camilo, RG n.º 13.315.XXX-3/PR, todas em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao NAS/SEED - Núcleo Administrativo Setorial, município de Curitiba, jurisdicionado à Diretoria - Geral/ SEED.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125521/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.216/2025 – GS/SEED

Súmula: Designa servidores para compor Comissão Paritária.

O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação**, no uso das atribuições legais, com fundamento na Lei Estadual n.º 21.648, de 25 de setembro de 2023, na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, de 19 de dezembro de 2023, e Resolução 599/2024 – GS/SEED de 07 de fevereiro de 2024, bem como ao contido no Protocolado n.º 22.473.168-0,

R E S O L V E

Art. 1.º Designar Margarete Maria Lemes, RG n.º 2.097.XXX-5; Maria Cristina Elias Esper Stival, RG n.º 4.046.XXX-5 e Andressa Kaliszewski Camilo, RG n.º 13.315.XXX-3, todas servidoras da Coordenação de Processo Administrativo e Sindicância da Secretaria de Estado da Educação, para compor a Comissão Paritária Definitiva para apuração de Descumprimentos de Competências nos âmbitos Pedagógico, Administrativo/Financeiro e Democrático, fixados na Lei Estadual n.º 21.648/2023, e insuficiência nas atribuições constantes na Resolução n.º 8.835/2023 – GS/SEED, atribuídas, em tese, ao servidor Juliano de Souza Ferraz, RG n.º 6.412. XXX-5 e CPF n.º XXX.677.089-XX, professor do Quadro Próprio do Magistério – QPM, LF 01, no exercício da função de diretor, no Colégio Estadual Arcangelo Nandi, do município de Santa Terezinha de Itaipu, pertencente ao Núcleo Regional de Educação de Foz do Iguaçu, nos anos 2021-2025.

Art. 2.º Designar Margarete Maria Lemes como Presidente da Comissão Paritária

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125503/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.217/2025 – GS/SEED

Súmula: Instaura Sindicância.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, e considerando o contido no protocolado n.º 24.387.616-8,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Josiani Massambani da Silva, RG n.º 4.344.XXX-5 PR e Marlei Boito Reyes, RG n.º 4.365.XXX-9 PR, todas em exercício no Núcleo Regional de Educação de Loanda, para, sob a presidência da primeira nominada, promoverem Sindicância, nos termos do inciso II do artigo 100, da Lei Estadual n.º 20.656/2021, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades e de ilícitos administrativos apontados no protocolado em comento, referente ao Colégio Estadual de Educação Profissional Agrícola Augusto Ribas, município de Ponta Grossa, jurisdicionado ao Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125661/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.226/2025 - GS/SEED

Súmula: Substitui membro secretária da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 21.835.582-0,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Raul Alfredo Schier**,** RG n.º 2.256.XXX-2/PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação, em substituição a Angela Leticia Nezzo Ramos da Silva, RG n.º 6.501.XXX-6/PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação, na função de membro secretária.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125666/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.227/2025 - GS/SEED

Súmula: Substitui membro vogal da Comissão de Sindicância PSS.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 24.376.770-9,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Wanessa Priscilla Barbieri**,** RG n.º 8.270.XXX-0 PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação, em substituição a Elza Cristina de Almeida, RG n.º 6.448.XXX-0 PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação na função de membro vogal.

Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

João Luiz Giona Junior

Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED

Delegação de Competência ao Diretor-Geral

125669/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.228/2025 - GS/SEED

Súmula: Substitui membro secretária da Comissão de Sindicância PSS.

O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 24.361.408-2,

R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Luciana Paula da Silva**,** RG n.º 5.885.XXX-5/PR, em exercício

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

na Secretaria de Estado da Educação, em substituição a Angela Leticia Nezzo Ramos da Silva, RG n.º 6.501.XXX-6/PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação, na função de membro secretária.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral
126025/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.229/2025 - GS/SEED
Súmula: Substitui membro vogal da Comissão de Sindicância PSS.
O Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação, no uso das atribuições legais e, considerando o contido no protocolado n.º 24.347.257-1,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Lidia Maria dos Anjos**,** RG n.º 8.058.XXX-3/PR, em exercício na Secretaria de Estado da Educação, em substituição a Angela Leticia Nezzo Ramos da Silva, RG n.º 6.501.XXX-6/PR em exercício na Secretaria de Estado da Educação na função de membro vogal.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral
126017/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.233/2025 - GS/SEED
Súmula: Instaura Sindicância PSS
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, considerando o disposto na Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, na Lei Estadual n.º 20.656, de 3 de agosto de 2021, na Lei Complementar n.º 108, de 18 de maio de 2005, na Instrução Normativa da CGE n.º 3, de 7 de dezembro de 2015, e o contido no protocolado n.º 24.317.184-9,
R E S O L V E:

Art. 1.º Designar, Alessandro da Silva Lima, RG n.º 8.752.XXX-4/PR, Érika Vicentin Corrêa, RG n.º 10.543.XXX-4/PR e Sérgio Langer Bueno, RG n.º 3.896. XXX-4/PR, todos em exercício na Secretaria de Estado da Educação, para, sob a presidência do primeiro nominado, promoverem a condução da Comissão de Processo de Sindicância, com a finalidade de apurar indícios de irregularidades atribuídas à conduta do servidor Davi Santana da Silva, RG n.º 13.024.XXX-1/PR, CPF n.º XXX.957.939-XX, LF 02, Professor da Disciplina de Matemática, contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS, por supostamente infringir os arts. 279, incisos III, IV, VI, art. 285, inciso IV e art. 293, inciso V, alínea "c" , da Lei Estadual n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.
Art. 2.º O servidor, caso comprovadas as irregularidades mencionadas, estará sujeito a uma das sanções previstas no art. 17, incisos I, II e III da Lei Complementar 108, de 18 de maio de 2005.
Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 – GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral
126029/2025

RESOLUÇÃO N.º 5.244/2025 – GS/SEED
Súmula: Absolve servidor em Procedimento de Sindicância.
O **Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Educação,** no uso das atribuições legais, e considerando o contido no protocolado n.º 24.298.120-0,
R E S O L V E:

Art. 1.º Absolver o servidor Laércio Barbosa Soares, RG n.º 4.290.XXX-7, professor contratado em Regime Especial – CRES, selecionado por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS.
Art. 2.º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.
João Luiz Giona Junior
Res. n.º 7.309/2023 - GS/SEED
Delegação de Competência ao Diretor-Geral
126003/2025

FUNDEPAR

PORTARIA N.º 0552/2025 – FUNDEPAR

Súmula: *Designação de servidores para atuarem como Gestor e Fiscal do Contrato nº 6922/2025-Fundepar, celebrado com a empresa Itauba Construtora e Incorporadora Ltda.*

A Diretora-Presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual n.º 3270, de 24 de agosto de 2023 e, nos termos da Lei n.º 18.418, de 29 de dezembro de 2014, regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 8.362, de 16 de dezembro de 2024, e considerando o contido no protocolo nº 24.144.853-3**.**

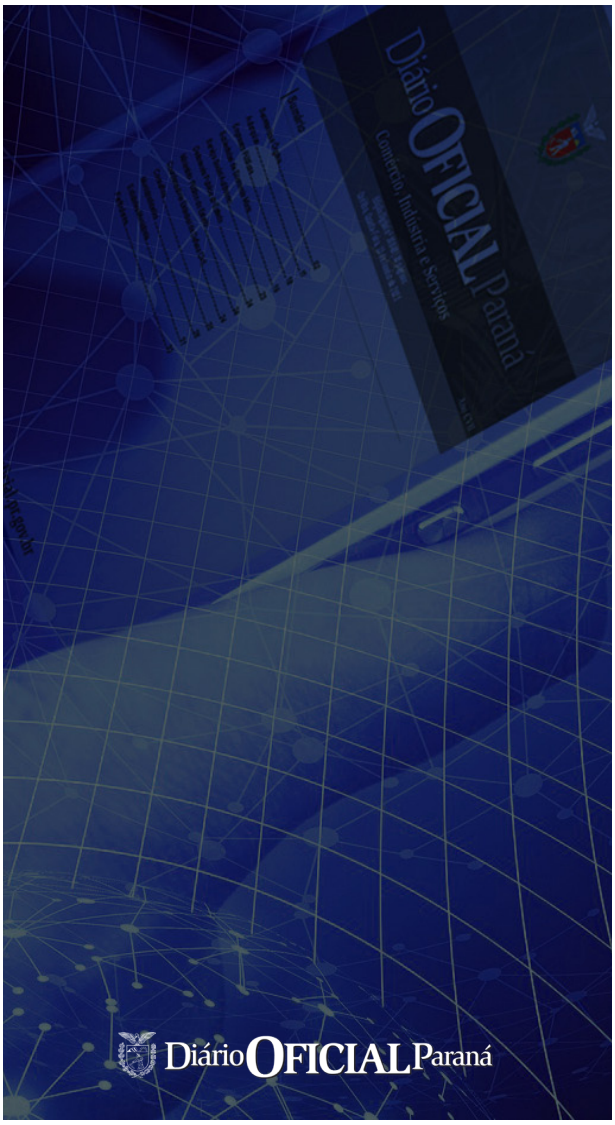
RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo indicados para em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do Contrato nº 6922/2025–FUNDEPAR, celebrado com a empresa Itauba Construtora e Incorporadora Ltda, para a execução de serviços de engenharia no Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto, localizado no município de Paranavaí/PR.
I - Gestor Titular: Adélia Paixão – RG 5.XXX.609-9- CPF XXX.476.779-XX e Suplente: Glaucia Leteia Fernandes Obici – RG 7.XXX.790-9 – CPF XXX.464.279-XX.
II - Fiscal Titular: Paulo Rodrigo Bezerra Carvalho – RG: 48.XXX.079-7 – CPF: XXX.181.858-XX – CREA/SP 5069172565/D - Visto 179714, pertencente ao Quadro do Fundepar e Suplente Marcia Nunes Cordeiro de Souza – RG 10.XXX.231-6 – CPF XXX.386.929-XX - CREA/PR 179046/D, pertencente ao Quadro dos Funcionários da Educação Básica – QFEB.
III – Apoio Técnico de Fiscalização: Paulo Alves de Almeida Junior – CREA/PR-75433/D, indicado pelo Serviço Social Autônomo PARANAEDUCAÇÃO.
Art. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Anote-se.

(Datado e Assinado Eletronicamente).
Eliane Teruel Carmona
Diretora-Presidente FUNDEPAR
Decreto nº 3270/2023
125695/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Secretaria da Fazenda

Resolução nº 745/2025 - SEFA/GS DE 26 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.322.999-7,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 26 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 745 — Formalização 2025FO00537/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								149.000,00
693100 - Instituto Água e Terra								144.000,00
6931 - Instituto Água e Terra								144.000,00
	1	50	501	0000	000250	30	3 - Outras Despesas Correntes	144.000,00
696000 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos								5.000,00
6960 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos								5.000,00
	1	75	759	0000	000146	50	3 - Outras Despesas Correntes	5.000,00
							Total Geral	149.000,00

125302/2025

Resolução nº 746/2025 - SEFA/GS de 26 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.366.185-6, 23.322.999-7, 23.403.513-4,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 2.582.235,00 (dois milhões e quinhentos e oitenta e dois mil e duzentos e trinta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 26 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 746 — Formalização 2025FO00538/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								2.353.235,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina								1.474.406,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina								1.474.406,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.224.046,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	200.360,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								144.125,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								144.125,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	18.000,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	50.625,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	75.500,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná								734.704,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná								734.704,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	734.704,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa								80.000,00
596000 - Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial								80.000,00
5960 - Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial								80.000,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	60.000,00
	1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	20.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								149.000,00
693100 - Instituto Água e Terra								144.000,00
6931 - Instituto Água e Terra								144.000,00
	1	50	501	0000	000250	40	3 - Outras Despesas Correntes	144.000,00
696000 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos								5.000,00
6960 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos								5.000,00
	1	75	759	0000	000146	30	3 - Outras Despesas Correntes	5.000,00
							Total Geral	2.582.235,00

125304/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução nº 747/2025 - SEFA/GS DE 27 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.322.999-7, 21.853.989-0,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 31.432.330,00 (trinta e um milhões e quatrocentos e trinta e dois mil e trezentos e trinta reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 27 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 747 Formalização 2025FO00540/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								20.081.953,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								20.081.953,00
2701 - Gabinete do Secretário								20.081.953,00
	1	50	501	0000	000101	10	1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.081.953,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								11.350.377,00
693100 - Instituto Água e Terra								11.350.377,00
6931 - Instituto Água e Terra								11.350.377,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	11.350.377,00
							Total Geral	31.432.330,00

125306/2025

Resolução nº 749/2025 - SEFA/GS DE 27 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.026.620-2, 23.334.153-3, 23.333.556-8,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 27 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 749 Formalização 2025FO00536/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo								30.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								30.000,00
3702 - Diretoria Geral								30.000,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	30.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte								50.000,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná								50.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná								50.000,00
	2	50	501	0000	000250	10	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								140.000,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente								140.000,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente								140.000,00
	2	75	759	0000	000118	30	3 - Outras Despesas Correntes	140.000,00
							Total Geral	220.000,00

125307/2025

Resolução nº 750/2025 - SEFA/GS de 27 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.489.334-1,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 27 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 750 Formalização 2025FO00543/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								70.000.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								70.000.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								70.000.000,00
	2	50	501	0000	000101	60	4 - Investimentos	70.000.000,00

Total Geral	70.000.000,00

125308/2025

Resolução nº 751/2025 - SEFA/GS de 27 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.458.957-0, 24.508.377-7,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 26.537.231,00 (vinte e seis milhões e quinhentos e trinta e sete mil e duzentos e trinta e um reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 27 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 751 — Formalização 2025FO00542/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								18.537.231,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								18.537.231,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								18.537.231,00
	1	70	703	0000	000284	60	4 - Investimentos	18.537.231,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								8.000.000,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								8.000.000,00
7702 - Diretoria Geral								8.000.000,00
	1	70	703	0000	000148	60	4 - Investimentos	8.000.000,00
							Total Geral	26.537.231,00

125311/2025

Resolução nº 752/2025 - SEFA/GS de 27 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000075/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido nos protocolos nº 23.617.117-5, 23.018.650-2,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 12.286.556,00 (doze milhões e duzentos e oitenta e seis mil e quinhentos e cinquenta e seis reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 27 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 752 — Formalização 2025FR000075/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										388.000,00
396800 - Fundo Penitenciário										388.000,00
3968 - Fundo Penitenciário										388.000,00
F.06.422.30. 8385 - Ações do Fundo Penitenciário FUPEN										388.000,00
	1	75	799	000258	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	388.000,00
									Total	388.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										11.898.556,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										11.898.556,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										11.898.556,00
F.26.782.17. 8398 - Administração da manutenção e segurança do sistema rodoviário estadual										948.556,00
	1	50	501	000257	3.3.90.39	1	Conservação da Faixa de Domínio	4100	9999999	948.556,00
F.26.122.17. 8309 - Gestão Administrativa - DER										10.950.000,00
	1	50	501	000257	4.4.90.52	0	Não definida	4100	9999999	8.450.000,00
	1	50	501	000257	4.4.90.39	0	Não definida	4101	4106902	2.500.000,00
									Total	11.898.556,00
									Total Geral	12.286.556,00

125313/2025

Resolução nº 753/2025 - SEFA/GS de 27 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.543.693-9,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 27 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 753 Formalização 2025FO00545/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo								5.000.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								5.000.000,00
3702 - Diretoria Geral								5.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	5.000.000,00
							Total Geral	5.000.000,00

125317/2025

Resolução nº 754/2025 - SEFA/GS de 27 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.489.334-1,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 68.000.000,00 (sessenta e oito milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 27 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 754 Formalização 2025FO00546/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								68.000.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								68.000.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								68.000.000,00
	2	75	755	0000	000001	60	4 - Investimentos	68.000.000,00
							Total Geral	68.000.000,00

125318/2025

Resolução nº 756/2025 - SEFA/GS de 28 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.489.334-1,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 756 Formalização 2025FO00547/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								70.000.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								70.000.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								70.000.000,00
	1	75	755	0000	000001	60	4 - Investimentos	70.000.000,00
							Total Geral	70.000.000,00

125320/2025

Resolução nº 757/2025 - SEFA/GS de 28 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 20.011.498-1, 23.200.739-7, 23.305.800-9, 23.315.864-0, 23.315.901-8, 23.351.173-0, 23.353.152-9, 23.358.985-3, 23.607.987-2, 23.887.108-5, 24.323.451-4, 24.440.161-9, 24.458.957-0, 24.503.158-0, 24.519.550-8,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 390.476.110,00 (trezentos e noventa milhões e quatrocentos e setenta e seis mil e cento e dez reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo à Resolução n° 757

Formalização 2025FO00541/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								1.000.000,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná								1.000.000,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná								1.000.000,00
	1	50	501	0000	000250	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
14 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								3.000.000,00
140000 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								3.000.000,00
1401 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								3.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.865.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.135.000,00
22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital								100.000,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital								100.000,00
2202 - Diretoria Geral								100.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	100.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								250.372,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								241.041,00
3901 - Gabinete do Secretário								241.041,00
	2	75	754	0000	003142	50	3 - Outras Despesas Correntes	39.083,00
	2	75	754	0000	003142	40	3 - Outras Despesas Correntes	156.364,00
	2	75	754	0000	003142	30	3 - Outras Despesas Correntes	17.400,00
	2	75	754	0000	003142	10	3 - Outras Despesas Correntes	28.194,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná								9.331,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná								9.331,00
	1	75	759	0000	000113	30	3 - Outras Despesas Correntes	9.331,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								24.000.000,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná								24.000.000,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional								24.000.000,00
	2	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	24.000.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte								392.343,00
433000 - Paraná Esporte								392.343,00
4330 - Paraná Esporte								392.343,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	392.343,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								16.206.000,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								15.000.000,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								15.000.000,00
	1	70	703	0000	000284	60	4 - Investimentos	15.000.000,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								56.000,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								56.000,00
	1	50	500	1001	000000	60	4 - Investimentos	6.000,00
	1	50	500	1001	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná								1.150.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná								1.150.000,00
	1	50	500	1001	000000	60	4 - Investimentos	1.150.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde								305.117.893,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								305.117.893,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								305.117.893,00
	1	50	500	1002	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	57.588.390,00
	1	50	500	1002	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	153.117.893,00
	1	50	500	1002	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	90.411.610,00
	1	50	500	1002	000000	10	3 - Outras Despesas Correntes	4.000.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								40.000,00
616800 - Fundo Estadual para os Direitos da Pessoa com Deficiência								40.000,00
6168 - Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência								40.000,00
	2	75	761	0000	000102	40	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								40.339.502,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								40.339.502,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								40.339.502,00
	1	50	501	0000	000101	40	3 - Outras Despesas Correntes	40.339.502,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								30.000,00
690000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								30.000,00
6902 - Diretoria Geral								30.000,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	30.000,00
							Total Geral	390.476.110,00

125321/2025

Resolução nº 758/2025 - SEFA/GS de 28 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.617.117-5, 24.436.261-3, 23.428.794-0, 22.546.036-1, 24.515.385-6, 24.170.789-0,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 160.178.181,00 (cento e sessenta milhões e cento e setenta e oito mil e cento e oitenta e um reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Curitiba, 28 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 758

Formalização 2025FO00544/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
16 - Controladoria Geral do Estado								254.131,00
160000 - Controladoria Geral do Estado								254.131,00
1602 - Diretoria Geral								254.131,00
	2	50	501	0000	000101	60	4 - Investimentos	254.131,00
23 - Secretaria de Estado do Planejamento								1.321.352,00
230000 - Secretaria de Estado do Planejamento								1.321.352,00
2302 - Diretoria Geral								1.321.352,00
	2	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	100.970,00
	2	50	501	0000	000101	10	3 - Outras Despesas Correntes	1.200,00
	2	50	501	0000	000101	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.199.182,00
	2	50	501	0000	000101	40	3 - Outras Despesas Correntes	20.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								95.294.088,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								95.294.088,00
4101 - Gabinete do Secretário								95.294.088,00
	2	54	570	0000	000107	60	4 - Investimentos	9.000.000,00
	2	54	569	0000	000116	40	3 - Outras Despesas Correntes	4.747.215,00
	2	54	569	0000	000116	30	3 - Outras Despesas Correntes	11.146.225,00
	2	54	569	0000	000116	50	3 - Outras Despesas Correntes	2.239.117,00
	2	54	569	0000	000116	60	4 - Investimentos	68.161.531,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								5.258.651,00
453200 - Universidade Estadual de Maringá								5.258.651,00
4532 - Universidade Estadual de Maringá								5.258.651,00
	2	50	501	0000	000250	30	3 - Outras Despesas Correntes	607.650,00
	2	50	501	0000	000250	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.932.432,00
	2	50	501	0000	000250	60	4 - Investimentos	1.892.000,00
	2	50	501	0000	000250	50	3 - Outras Despesas Correntes	826.569,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura								1.023.343,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura								23.343,00
5102 - Diretoria Geral								23.343,00
	2	70	700	0000	000107	40	3 - Outras Despesas Correntes	23.343,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra								1.000.000,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra								1.000.000,00
	2	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	98.823,00
	2	50	501	0000	000101	30	3 - Outras Despesas Correntes	866.177,00
	2	50	501	0000	000101	40	3 - Outras Despesas Correntes	35.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa								3.783.712,00
596200 - Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa								3.783.712,00
5962 - Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa								3.783.712,00
	2	50	501	0000	000101	60	4 - Investimentos	3.783.712,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								10.000.000,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								10.000.000,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								10.000.000,00
	2	75	761	0000	000150	60	4 - Investimentos	10.000.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								8.981.992,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								8.981.992,00
6502 - Diretoria Geral								8.981.992,00
	2	70	700	0000	000107	60	4 - Investimentos	8.981.992,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								34.260.912,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								5.000.000,00
7704 - Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística								5.000.000,00
	2	50	501	0000	000101	60	4 - Investimentos	5.000.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								29.260.912,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								29.260.912,00
	2	75	753	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.085.564,00
	2	75	754	0000	002120	60	4 - Investimentos	28.175.348,00
							Total Geral	160.178.181,00

125394/2025

Resolução nº 760/2025 - SEFA/GS DE 28 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.354.145-1, 23.607.987-2, 23.285.228-3, 24.072.913-0, 20.011.498-1, 23.322.999-7, 23.357.522-4,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 5.561.367,00 (cinco milhões e quinhentos e sessenta e um mil e trezentos e sessenta e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 760

Formalização 2025FO00549/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
23 - Secretaria de Estado do Planejamento								18.000,00
233000 - Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico Social								18.000,00
2330 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social								18.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	18.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								1.597.786,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná								1.519.888,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.519.888,00
	1	75	759	0000	000113	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.519.888,00
396800 - Fundo Penitenciário								77.898,00
3968 - Fundo Penitenciário								77.898,00
	1	75	799	0000	000258	50	3 - Outras Despesas Correntes	64.940,00
	1	75	799	0000	000258	30	3 - Outras Despesas Correntes	12.958,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								1.135.695,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								1.135.695,00
4101 - Gabinete do Secretário								1.135.695,00
	1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.135.695,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								172.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família								172.000,00
6102 - Diretoria Geral								172.000,00
	1	75	761	0000	000102	40	3 - Outras Despesas Correntes	12.000,00
	2	70	706	3110	003110	40	3 - Outras Despesas Correntes	160.000,00
63 - Secretaria de Estado de Trabalho, Qualificação e Renda								1.000.000,00
636000 - Fundo Estadual do Trabalho								1.000.000,00
6360 - Fundo Estadual do Trabalho								1.000.000,00
	2	70	700	0000	000281	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								1.637.886,00
693100 - Instituto Água e Terra								1.637.886,00
6931 - Instituto Água e Terra								1.637.886,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	1.637.886,00
							Total Geral	5.561.367,00

125400/2025

Resolução nº 761/2025 - SEFA/GS de 28 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 21.853.989-0,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 20.081.953,00 (vinte milhões e oitenta e um mil e novecentos e cinquenta e três reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 761

Formalização 2025FO00550/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								20.081.953,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								20.081.953,00
4902 - Diretoria Geral								20.081.953,00
	1	50	501	0000	000101	10	1 - Pessoal e Encargos Sociais	20.081.953,00
							Total Geral	20.081.953,00

125401/2025

Resolução nº 762/2025 - SEFA/GS de 28 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto nº 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 21.374.602-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 28 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 762

Formalização 2025FO00551/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								4.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								4.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								4.000,00
	1	75	899	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	4.000,00
							Total Geral	4.000,00

125402/2025

Resolução nº 763/2025 - SEFA/GS de 29 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 21.477.595-6,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 63.732.078,00 (sessenta e três milhões e setecentos e trinta e dois mil e setenta e oito reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 29 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 763 Formalização 2025FO00553/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								473.230,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná								388.602,00
1301 - Gabinete do Secretário								166.250,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	166.250,00
1302 - Diretoria Geral								193.835,00
	1	75	799	0000	000168	50	3 - Outras Despesas Correntes	48.750,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	145.085,00
1304 - Escritório de Representação do Governo em Brasília								1.267,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.267,00
1320 - Superintendência-Geral de Governança de Serviços e Dados								27.250,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	27.250,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná								84.628,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná								84.628,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	84.628,00
14 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								377.933,00
140000 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								377.933,00
1401 - Coordenadoria Estadual da Defesa Civil								377.933,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	377.933,00
15 - Casa Militar								532.258,00
150000 - Casa Militar								532.258,00
1502 - Subchefia da Casa Militar								532.258,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	532.258,00
16 - Controladoria Geral do Estado								28.691,00
160000 - Controladoria Geral do Estado								28.691,00
1602 - Diretoria Geral								28.691,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	28.691,00
19 - Procuradoria Geral do Estado								227.267,00
190000 - Procuradoria Geral do Estado								33.401,00
1901 - Procuradoria Geral do Estado								33.401,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	33.401,00
196000 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Paraná								193.866,00
1960 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná								193.866,00
	1	75	759	0000	000106	50	3 - Outras Despesas Correntes	193.866,00
21 - Secretaria de Estado da Comunicação								164.697,00
210000 - Secretaria de Estado da Comunicação								164.697,00
2102 - Diretoria Geral								164.697,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	164.697,00
22 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital								75.041,00
220000 - Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital								75.041,00
2202 - Diretoria Geral								75.041,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	75.041,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								202.820,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								202.820,00
2702 - Diretoria Geral								202.820,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	202.820,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda								281.291,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda								139.541,00
2902 - Diretoria Geral								139.541,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	139.541,00
293000 - Receita Estadual do Paraná								141.750,00
2930 - Receita Estadual do Paraná								141.750,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	141.750,00

33 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços							175.832,00
330000 - Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Serviços							175.832,00
3301 - Gabinete do Secretário							833,00
1	50	501	0000	000164	50	3 - Outras Despesas Correntes	833,00
3302 - Diretoria Geral							174.999,00
1	50	501	0000	000164	50	3 - Outras Despesas Correntes	28.333,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	146.666,00
37 - Secretaria de Estado do Turismo							144.232,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo							144.232,00
3702 - Diretoria Geral							144.232,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	47.566,00
1	50	501	0000	000147	50	3 - Outras Despesas Correntes	96.666,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública							41.413.637,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública							27.794.459,00
3901 - Gabinete do Secretário							1.271.964,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.271.964,00
3902 - Diretoria Geral							6.905.116,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	6.905.116,00
3914 - Polícia Científica							372.662,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	372.662,00
3917 - Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná							9.431.524,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	4.623.399,00
1	50	501	0000	000147	50	3 - Outras Despesas Correntes	4.808.125,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná							2.346.231,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	2.346.231,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná							5.602.404,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	5.602.404,00
3924 - Corpo de Bombeiros Militar do Paraná							1.864.558,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.864.558,00
396400 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas - FESD							10.833,00
3964 - Fundo Estadual de Políticas Sobre Drogas							10.833,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	10.833,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná							13.594.857,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná							13.594.857,00
1	75	759	0000	000113	50	3 - Outras Despesas Correntes	13.594.857,00
396800 - Fundo Penitenciário							13.488,00
3968 - Fundo Penitenciário							13.488,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	4.490,00
1	75	759	0000	000123	50	3 - Outras Despesas Correntes	8.998,00
41 - Secretaria de Estado da Educação							3.035.352,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação							2.705.506,00
4101 - Gabinete do Secretário							1.966.162,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.541.162,00
1	54	550	0000	000116	50	3 - Outras Despesas Correntes	425.000,00
4102 - Diretoria Geral							739.344,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	739.344,00
413000 - Colégio Estadual do Paraná							29.846,00
4130 - Colégio Estadual do Paraná							29.846,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	29.846,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná							300.000,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional							300.000,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	300.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte							672.001,00
430000 - Secretaria de Estado do Esporte							104.348,00
4301 - Gabinete do Secretário							83.591,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	83.591,00
4302 - Diretoria Geral							20.757,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	17.233,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	3.524,00
433000 - Paraná Esporte							567.653,00
4330 - Paraná Esporte							567.653,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	567.653,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior							8.951.590,00
450000 - Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior							322.139,00
4501 - Gabinete do Secretário							83.333,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	83.333,00
4504 - Diretoria Geral							238.806,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	87.789,00
1	75	759	0000	000151	50	3 - Outras Despesas Correntes	151.017,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina							925.958,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina							925.958,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	925.958,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa							517.249,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa							517.249,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	475.583,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	41.666,00
453200 - Universidade Estadual de Maringá							1.550.524,00
4532 - Universidade Estadual de Maringá							1.550.524,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.278.792,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	271.732,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste							274.322,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste							274.322,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	251.822,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	22.500,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná							420.740,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná							420.740,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	384.741,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	35.999,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná							349.865,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná							349.865,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	349.865,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná							338.641,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná							338.641,00
1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	292.294,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	46.347,00
456000 - Fundo Paraná							4.252.152,00
4560 - Fundo Paraná							4.252.152,00
1	75	759	0000	000132	50	3 - Outras Despesas Correntes	4.252.152,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde							16.666,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde							16.666,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde							16.666,00
1	60	659	0000	000124	50	3 - Outras Despesas Correntes	16.666,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania							316.836,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania							316.836,00
4902 - Diretoria Geral							316.836,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	204.590,00
1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	112.246,00
51 - Secretaria de Estado da Cultura							243.042,00
510000 - Secretaria de Estado da Cultura							200.000,00
5102 - Diretoria Geral							200.000,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	200.000,00
513200 - Centro Cultural Teatro Guaíra							42.706,00
5132 - Centro Cultural Teatro Guaíra							42.706,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	42.706,00
516000 - Fundo Estadual da Cultura							336,00
5160 - Fundo Estadual de Cultura							336,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	336,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa							1.410.652,00
590000 - Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa							1.408.599,00
5902 - Diretoria Geral							1.408.599,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	83,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.387.790,00
1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	20.726,00
596100 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher							2.053,00
5961 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher							2.053,00
1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	2.053,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família							1.250.984,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família							1.250.984,00
6102 - Diretoria Geral							1.250.984,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	596.908,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	619.990,00
1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	34.086,00
63 - Secretaria de Estado de Trabalho, Qualificação e Renda							142.666,00
630000 - Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda							142.666,00
6302 - Diretoria Geral							142.666,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	134.333,00
1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	8.333,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento							1.122.798,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento							279.482,00
6502 - Diretoria Geral							279.482,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	279.482,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná							843.316,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná							843.316,00
1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	818.316,00
1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	25.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades							500.194,00
670000 - Secretaria de Estado das Cidades							173.919,00

6702 - Diretoria Geral								173.919,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	97.538,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	76.381,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								61.301,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								61.301,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	4.583,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	56.718,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná								264.974,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná								264.974,00
	1	50	501	0000	000147	50	3 - Outras Despesas Correntes	16.666,00
	1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	248.308,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								773.651,00
690000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								189.734,00
6902 - Diretoria Geral								189.734,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	189.734,00
693100 - Instituto Água e Terra								201.052,00
6931 - Instituto Água e Terra								201.052,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	13.699,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	187.103,00
	1	75	759	0000	000121	50	3 - Outras Despesas Correntes	250,00
696000 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos								382.865,00
6960 - Fundo Estadual de Recursos Hídricos								382.865,00
	1	75	759	0000	000146	50	3 - Outras Despesas Correntes	382.865,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								1.198.717,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								298.044,00
7702 - Diretoria Geral								77.211,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	10.180,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	67.031,00
7703 - Departamento de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística								220.833,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	220.833,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								900.673,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								900.673,00
	1	70	720	0000	000105	50	3 - Outras Despesas Correntes	120.423,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	780.250,00
							Total Geral	63.732.078,00

125404/2025

Resolução nº 764/2025 - SEFA/GS de 29 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.549.765-2, 23.361.597-8, 24.072.913-0, 23.756.931-8, 24.397.116-0, 23.607.987-2, 20.011.498-1, 23.018.650-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 38.439.852,00 (trinta e oito milhões e quatrocentos e trinta e nove mil e oitocentos e cinquenta e dois reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 29 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 764

Formalização 2025FO00539/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								19.598.000,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								19.000.000,00
3902 - Diretoria Geral								9.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	9.000.000,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná								10.000.000,00
	1	50	501	0000	000147	30	3 - Outras Despesas Correntes	10.000.000,00
396800 - Fundo Penitenciário								598.000,00
3968 - Fundo Penitenciário								598.000,00
	1	75	799	0000	000258	60	4 - Investimentos	210.000,00
	1	75	799	0000	000258	40	3 - Outras Despesas Correntes	388.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte								2.620.442,00
433000 - Paraná Esporte								2.620.442,00
4330 - Paraná Esporte								2.620.442,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	2.620.442,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								3.914.854,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família								618.719,00
6102 - Diretoria Geral								618.719,00
	1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	618.719,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								2.652.100,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								2.652.100,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

1	75	761	0000	000150	40	3 - Outras Despesas Correntes	2.652.100,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família							644.035,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social							644.035,00
1	65	665	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	28.000,00
1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	616.035,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento							408.000,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná							408.000,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná							408.000,00
1	50	501	0000	000250	40	3 - Outras Despesas Correntes	408.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística							11.898.556,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem							11.898.556,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem							11.898.556,00
1	50	501	0000	000257	60	4 - Investimentos	10.950.000,00
1	50	501	0000	000257	30	3 - Outras Despesas Correntes	948.556,00
						Total Geral	38.439.852,00

125405/2025

Resolução nº 765/2025 - SEFA/GS de 29 de Agosto de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000076/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido nos protocolos nº 23.335.560-7, 24.548.036-9, 24.564.731-0,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 43.910.000,00 (quarenta e três milhões e novecentos e dez mil reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 29 de Agosto de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 765 Formalização 2025FR000076/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
13 - Casa Civil										7.580.000,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná										7.580.000,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná										7.580.000,00
F.06.181.06. 8039 - Ações do DETRAN										7.580.000,00
1	70	703	000284	3.3.90.40	0	Não definida		4100	9999999	7.580.000,00
									Total	7.580.000,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										1.330.000,00
653300 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná										1.330.000,00
6533 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná										1.330.000,00
F.20.122.22. 8298 - Gestão Administrativa ADAPAR										1.330.000,00
1	50	501	000250	3.3.90.39	0	Não definida		4100	9999999	1.060.000,00
1	50	501	000250	3.3.90.30	0	Não definida		4100	9999999	270.000,00
									Total	1.330.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										35.000.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										35.000.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										35.000.000,00
F.26.782.17. 7022 - PIR DER Programa Inova Paraná										35.000.000,00
1	75	754	005120	4.4.90.51	1	Duplicação da rodovia PR-417, no trecho Curitiba/Colombo		4101	4105805	35.000.000,00
									Total	35.000.000,00
									Total Geral	43.910.000,00

125406/2025

Resolução nº 766/2025 - SEFA/GS DE 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.944.984-0, 23.607.987-2, 23.285.228-3, 23.390.319-1, 23.322.999-7, 23.334.153-3,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 10.667.396,00 (dez milhões e seiscentos e sessenta e sete mil e trezentos e noventa e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 766 Formalização 2025FO00554/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
21 - Secretaria de Estado da Comunicação								715.000,00

210000 - Secretaria de Estado da Comunicação								715.000,00
2102 - Diretoria Geral								715.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	715.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								6.720.664,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								6.720.664,00
4101 - Gabinete do Secretário								6.720.664,00
	1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	6.720.664,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde								3.000.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								3.000.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								3.000.000,00
	1	50	500	1002	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	3.000.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								120.000,00
693100 - Instituto Água e Terra								120.000,00
6931 - Instituto Água e Terra								120.000,00
	2	70	700	0000	000281	60	4 - Investimentos	120.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								111.732,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								111.732,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								111.732,00
	1	70	720	0000	000105	50	3 - Outras Despesas Correntes	111.732,00
							Total Geral	10.667.396,00

125407/2025

Resolução nº 767/2025 - SEFA/GS de 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.026.620-2, 23.285.228-3, 24.095.207-6,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 2.196.391,00 (dois milhões e cento e noventa e seis mil e trezentos e noventa e um reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 767 — Formalização 2025FO00552/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo								30.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								30.000,00
3702 - Diretoria Geral								30.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	30.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								1.135.695,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								1.135.695,00
4101 - Gabinete do Secretário								1.135.695,00
	1	50	500	1001	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.135.695,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								1.030.696,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná								1.030.696,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná								1.030.696,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	907.091,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	47.400,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	76.205,00
							Total Geral	2.196.391,00

125408/2025

Resolução nº 769/2025 - SEFA/GS de 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.416.270-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 43.305.622,00 (quarenta e três milhões e trezentos e cinco mil e seiscentos e vinte e dois reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 769 — Formalização 2025FO00557/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								43.305.622,00
130000 - Casa Civil do Estado do Paraná								43.305.622,00
1301 - Gabinete do Secretário								43.305.622,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	2	50	501	0000	000101	60	5 - Inversões Financeiras	43.305.622,00
							Total Geral	43.305.622,00

125409/2025

Resolução nº 770/2025 - SEFA/GS DE 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 20.011.498-1, 23.338.203-5,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 48.408.119,00 (quarenta e oito milhões e quatrocentos e oito mil e cento e dezenove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 770 Formalização 2025FO00548/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								6.000.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família								6.000.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social								6.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	6.000.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								42.408.119,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								42.408.119,00
7702 - Diretoria Geral								42.408.119,00
	2	70	703	0000	000148	60	4 - Investimentos	42.408.119,00
							Total Geral	48.408.119,00

125410/2025

Resolução nº 771/2025 - SEFA/GS de 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.354.145-1, 23.607.987-2, 24.564.731-0, 23.357.522-4 ,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 10.195.786,00 (dez milhões e cento e noventa e cinco mil e setecentos e oitenta e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 771 Formalização 2025FO00555/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								7.580.000,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná								7.580.000,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná								7.580.000,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	7.580.000,00
23 - Secretaria de Estado do Planejamento								18.000,00
233000 - Instituto Paranaense Desenvolvimento Econômico Social								18.000,00
2330 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social								18.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	18.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								1.597.786,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná								1.519.888,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.519.888,00
	1	75	759	0000	000113	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.519.888,00
396800 - Fundo Penitenciário								77.898,00
3968 - Fundo Penitenciário								77.898,00
	1	75	799	0000	000258	40	3 - Outras Despesas Correntes	77.898,00
63 - Secretaria de Estado de Trabalho, Qualificação e Renda								1.000.000,00
636000 - Fundo Estadual do Trabalho								1.000.000,00
6360 - Fundo Estadual do Trabalho								1.000.000,00
	2	70	700	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
							Total Geral	10.195.786,00

125411/2025

Resolução nº 772/2025 - SEFA/GS DE 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.503.950-6,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 772 — Formalização 2025FO00558/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
29 - Secretaria de Estado da Fazenda								150.000,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda								150.000,00
2902 - Diretoria Geral								150.000,00
	1	75	754	0000	005142	60	4 - Investimentos	150.000,00
							Total Geral	150.000,00

125412/2025

Resolução nº 773/2025 - SEFA/GS de 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.503.950-6,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 773 — Formalização 2025FO00559/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
29 - Secretaria de Estado da Fazenda								150.000,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda								150.000,00
2902 - Diretoria Geral								150.000,00
	1	75	754	0000	005142	30	3 - Outras Despesas Correntes	150.000,00
							Total Geral	150.000,00

125413/2025

Resolução nº 774/2025 - SEFA/GS de 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 20.011.498-1,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 774 — Formalização 2025FO00560/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								6.000.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família								6.000.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social								6.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	6.000.000,00
							Total Geral	6.000.000,00

125414/2025

Resolução nº 775/2025 - SEFA/GS de 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.335.560-7,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 1.330.000,00 (um milhão e trezentos e trinta mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo à Resolução nº 775 Formalização 2025FO00561/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								1.330.000,00
653300 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná								1.330.000,00
6533 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná								1.330.000,00
	1	50	501	0000	000250	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.060.000,00
	1	50	501	0000	000250	50	3 - Outras Despesas Correntes	270.000,00
							Total Geral	1.330.000,00

125415/2025

Resolução nº 776/2025 - SEFA/GS de 1 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 21.617.117-5,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 23.789.000,00 (vinte e três milhões e setecentos e oitenta e nove mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 1 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 776 Formalização 2025FO00562/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
23 - Secretaria de Estado do Planejamento								23.789.000,00
230000 - Secretaria de Estado do Planejamento								23.789.000,00
2301 - Gabinete do Secretário								23.789.000,00
	2	50	501	0000	000101	40	3 - Outras Despesas Correntes	23.789.000,00
							Total Geral	23.789.000,00

125416/2025

Resolução nº 777/2025 - SEFA/GS DE 2 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.607.987-2, 24.246.949-6,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 4.015.150,00 (quatro milhões e quinze mil e cento e cinquenta reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 2 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 777 Formalização 2025FO00556/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								2.015.150,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								2.015.150,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná								2.015.150,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	2.015.150,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								2.000.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								2.000.000,00
6502 - Diretoria Geral								2.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	2.000.000,00
							Total Geral	4.015.150,00

125417/2025

Resolução nº 778/2025 - SEFA/GS de 2 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.338.203-5, 23.334.153-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 42.548.119,00 (quarenta e dois milhões e quinhentos e quarenta e oito mil e cento e dezenove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 2 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 778

Formalização 2025FO00563/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								140.000,00
696100 - Fundo Estadual do Meio Ambiente								140.000,00
6961 - Fundo Estadual do Meio Ambiente								140.000,00
	2	75	759	0000	000118	30	3 - Outras Despesas Correntes	140.000,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								42.408.119,00
770000 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								42.408.119,00
7702 - Diretoria Geral								42.408.119,00
	2	70	703	0000	000148	60	4 - Investimentos	42.408.119,00
							Total Geral	42.548.119,00

125418/2025

Resolução nº 779/2025 - SEFA/GS de 2 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000077/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido nos protocolos nº 24.546.686-2, 23.220.305-6,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 131.452.996,00 (cento e trinta e um milhões e quatrocentos e cinquenta e dois mil e novecentos e noventa e seis reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 2 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 779

Formalização 2025FR000077/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										17.968.469,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública										17.968.469,00
3901 - Gabinete do Secretário										17.968.469,00
F.06.122.30. 7089 - Investimentos para o Paraná Seguro BID										17.968.469,00
	1	75	754	003142	4.4.90.51	12	Construção da sede do Batalhão de Operações Especiais, em São José dos Pinhais	4101	4125506	17.968.469,00
									Total	17.968.469,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável										32.285.770,00
693100 - Instituto Água e Terra										32.285.770,00
6931 - Instituto Água e Terra										32.285.770,00
F.18.542.23. 7016 - Programa I9 Ambiental Inovação e Modernização da Gestão Ambiental										30.000.000,00
	1	75	754	006142	4.4.90.39	1	Implementação da Base Cartográfica do Estado do Paraná na escala 1:10.000	4100	9999999	30.000.000,00
F.18.541.23. 8206 - Gestão de Recursos Hídricos, Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental										2.285.770,00
	1	70	703	000284	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	117.295,00
	1	70	703	000284	3.3.90.39	3	Implementar e acompanhar as ações definidas nos Planos de Bacias Hidrográficas	4100	9999999	2.168.475,00
									Total	32.285.770,00
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística										81.198.757,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem										81.198.757,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem										81.198.757,00
F.26.782.17. 7031 - Obra BNDES										21.269.600,00
	1	75	754	004120	4.4.90.51	1	Duplicação da rodovia PR-317, no trecho Maringá/Iguaraçu	4104	4110003	21.269.600,00
F.26.782.17. 7022 - PIR DER Programa Inova Paraná										59.929.157,00
	1	75	754	005120	4.4.90.51	1	Duplicação da rodovia PR-417, no trecho Curitiba/Colombo	4101	4105805	59.929.157,00
									Total	81.198.757,00
									Total Geral	131.452.996,00

125419/2025

Resolução nº 781/2025 - SEFA/GS de 3 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.607.987-2, 23.403.513-4, 23.285.228-3, 23.353.152-9,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 12.250.814,00 (doze milhões e duzentos e cinquenta mil e oitocentos e quatorze reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 3 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 781

Formalização 2025FO00565/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

21 - Secretaria de Estado da Comunicação							515.000,00
210000 - Secretaria de Estado da Comunicação							515.000,00
2102 - Diretoria Geral							515.000,00
	1	50	500	0000	000000	10	3 - Outras Despesas Correntes	515.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública							2.015.150,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública							2.015.150,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná							2.015.150,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	2.015.150,00
41 - Secretaria de Estado da Educação							6.720.664,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação							6.720.664,00
4101 - Gabinete do Secretário							6.720.664,00
	1	50	500	1001	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	6.720.664,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde							3.000.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde							3.000.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde							3.000.000,00
	1	50	500	1002	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	3.000.000,00
							Total Geral	12.250.814,00

125421/2025

Resolução nº 782/2025 - SEFA/GS DE 3 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.307.055-6, 24.026.620-2, 23.607.987-2, 24.584.212-0, 23.390.319-1, 23.315.743-0, 23.315.778-3,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 4.207.929,00 (quatro milhões e duzentos e sete mil e novecentos e vinte e nove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 3 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 782 Formalização 2025FO00564/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								40.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná								40.000,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná								40.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
37 - Secretaria de Estado do Turismo								2.000.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								2.000.000,00
3702 - Diretoria Geral								2.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	2.000.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								1.100.000,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná								1.100.000,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.100.000,00
	1	75	759	0000	000157	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.100.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte								135.291,00
433000 - Paraná Esporte								135.291,00
4330 - Paraná Esporte								135.291,00
	1	75	799	0000	000200	30	3 - Outras Despesas Correntes	135.291,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								932.638,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								663.086,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								663.086,00
	1	50	501	0000	000250	10	3 - Outras Despesas Correntes	210.000,00
	1	70	700	0000	000281	50	3 - Outras Despesas Correntes	100.000,00
	1	75	899	0000	000262	30	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	15.000,00
	2	70	700	0000	000281	30	3 - Outras Despesas Correntes	30.000,00
	2	75	899	0000	000262	30	3 - Outras Despesas Correntes	268.086,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								255.552,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								255.552,00
	2	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	112.252,00
	2	70	700	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	13.165,00
	2	70	700	0000	000281	30	3 - Outras Despesas Correntes	130.135,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná								14.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná								14.000,00
	1	75	899	0000	000262	50	3 - Outras Despesas Correntes	14.000,00
							Total Geral	4.207.929,00

125420/2025

Resolução nº 783/2025 - SEFA/GS de 3 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000078/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 24.324.870-1,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 574.500,00 (quinhentos e setenta e quatro mil e quinhentos reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 3 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 783 — Formalização 2025FR000078/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício	Fonte	Grupo da Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										574.500,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná										574.500,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná										574.500,00
F.12.364.34. 8131 - Gestão das Atividades Universitárias UNESPAR										574.500,00
	1	70	703	000284	3.3.90.18	0	Não definida	4100	9999999	574.500,00
									Total	574.500,00
									Total Geral	574.500,00

125422/2025

Resolução nº 784/2025 - SEFA/GS de 4 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.546.686-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 4 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 784 — Formalização 2025FO00569/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								150.000.000,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								150.000.000,00
6502 - Diretoria Geral								150.000.000,00
	2	50	501	0000	000101	60	4 - Investimentos	150.000.000,00
							Total Geral	150.000.000,00

125423/2025

Resolução nº 786/2025 - SEFA/GS DE 4 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.050.847-0, 20.011.498-1, 24.549.208-1, 23.479.566-0,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 335.575,00 (trezentos e trinta e cinco mil e quinhentos e setenta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 4 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 786 — Formalização 2025FO00568/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								252.175,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								252.175,00
2702 - Diretoria Geral								252.175,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	252.175,00
29 - Secretaria de Estado da Fazenda								1.000,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda								1.000,00
2902 - Diretoria Geral								1.000,00
	1	75	754	0000	005142	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								32.400,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família								32.400,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social								32.400,00
	1	65	665	0000	000281	30	3 - Outras Despesas Correntes	6.400,00
	1	75	761	0000	000102	40	3 - Outras Despesas Correntes	26.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								50.000,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								50.000,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								50.000,00
	1	50	501	0000	000101	10	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Total Geral	335.575,00

125424/2025

Resolução nº 787/2025 - SEFA/GS de 4 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.307.055-6, 23.050.847-0, 23.390.319-1, 23.403.513-4, 24.324.870-1, 24.072.913-0, 23.315.778-3, 23.440.155-6, 23.844.317-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 9.744.263,00 (nove milhões e setecentos e quarenta e quatro mil e duzentos e sessenta e três reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 4 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 787 Formalização 2025FO00566/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								40.000,00
133600 - Loteria do Estado do Paraná								40.000,00
1336 - Loteria do Estado do Paraná								40.000,00
	1	50	500	0000	000000	10	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
27 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								252.175,00
270000 - Secretaria de Estado da Administração e da Previdência								252.175,00
2702 - Diretoria Geral								252.175,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	252.175,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								2.514.088,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								663.086,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								663.086,00
	1	50	501	0000	000250	40	3 - Outras Despesas Correntes	210.000,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	15.000,00
	2	75	899	0000	000262	40	3 - Outras Despesas Correntes	268.086,00
	2	70	700	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	30.000,00
	1	70	700	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	100.000,00
	1	75	899	0000	000262	40	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								1.262.502,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								1.262.502,00
	2	70	700	0000	000281	50	3 - Outras Despesas Correntes	143.300,00
	1	70	700	0000	000281	60	4 - Investimentos	1.090.430,00
	1	70	700	0000	000281	50	3 - Outras Despesas Correntes	28.772,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná								574.500,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná								574.500,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	574.500,00
457000 - Instituto de Tecnologia do Paraná								14.000,00
4570 - Instituto de Tecnologia do Paraná								14.000,00
	1	75	899	0000	000262	40	3 - Outras Despesas Correntes	14.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								6.430.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família								430.000,00
6102 - Diretoria Geral								430.000,00
	1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	430.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família								6.000.000,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social								6.000.000,00
	1	75	761	0000	000102	60	4 - Investimentos	6.000.000,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								508.000,00
690000 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								508.000,00
6902 - Diretoria Geral								508.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	508.000,00
							Total Geral	9.744.263,00

125425/2025

Resolução nº 789/2025 - SEFA/GS de 5 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 21.875.611-5, 23.403.513-4, 23.479.566-0, 24.467.514-0, 24.574.789-6,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 42.429.978,00 (quarenta e dois milhões e quatrocentos e vinte e nove mil e novecentos e setenta e oito reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 5 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo à Resolução nº 789

Formalização 2025FO00570/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
29 - Secretaria de Estado da Fazenda								1.000,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda								1.000,00
2902 - Diretoria Geral								1.000,00
	1	75	754	0000	005142	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								1.100.000,00
396600 - Fundo Especial de Segurança Pública do Paraná								1.100.000,00
3966 - Fundo Especial de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.100.000,00
	1	75	759	0000	000157	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.100.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								28.159.598,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								28.159.598,00
4101 - Gabinete do Secretário								28.159.598,00
	1	54	552	0000	000116	40	3 - Outras Despesas Correntes	28.159.598,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								213.557,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								213.557,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								213.557,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	161.239,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	49.128,00
	1	70	703	0000	000284	60	4 - Investimentos	3.190,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								12.955.823,00
670000 - Secretaria de Estado das Cidades								12.955.823,00
6702 - Diretoria Geral								12.955.823,00
	1	50	501	0000	000101	40	3 - Outras Despesas Correntes	12.955.823,00
							Total Geral	42.429.978,00

125426/2025

Resolução nº 790/2025 - SEFA/GS DE 5 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.026.620-2, 23.607.987-2, 23.285.228-3, 23.333.556-8, 23.403.513-4, 23.366.185-6, 22.971.245-4, 20.011.498-1,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 11.612.741,00 (onze milhões e seiscentos e doze mil e setecentos e quarenta e um reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 5 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 790

Formalização 2025FO00572/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo								500.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								500.000,00
3702 - Diretoria Geral								500.000,00
	1	50	501	0000	000101	30	3 - Outras Despesas Correntes	500.000,00
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								4.150.000,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								2.250.000,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná								1.400.000,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	700.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	700.000,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná								850.000,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	800.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
396300 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.900.000,00
3963 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.900.000,00
	2	70	713	0000	000261	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.900.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								750.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								750.000,00
4101 - Gabinete do Secretário								750.000,00
	1	50	500	1001	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	750.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte								50.000,00
430000 - Secretaria de Estado do Esporte								50.000,00
4302 - Diretoria Geral								50.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								850.000,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná								850.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná								850.000,00
	1	50	500	1001	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	850.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa								200.000,00
596100 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher								200.000,00
5961 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher								200.000,00
	1	75	761	0000	000102	40	3 - Outras Despesas Correntes	200.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								5.112.741,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família								5.112.741,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

6102 - Diretoria Geral								5.112.741,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	4.199.293,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	781.000,00
	1	50	501	0000	000101	30	3 - Outras Despesas Correntes	132.448,00
							Total Geral	11.612.741,00

125498/2025

Resolução nº 791/2025 - SEFA/GS de 5 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.392.806-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 5 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 791 Formalização 2025FO00574/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								5.500.000,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná								5.500.000,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná								5.500.000,00
	2	50	501	0000	000250	30	3 - Outras Despesas Correntes	5.500.000,00
							Total Geral	5.500.000,00

125499/2025

Resolução nº 793/2025 - SEFA/GS de 9 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.607.987-2, 20.011.498-1, 23.403.513-4, 23.756.914-8, 24.549.208-1, 21.764.213-2, 23.285.228-3,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 18.540.495,00 (dezoito milhões e quinhentos e quarenta mil e quatrocentos e noventa e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 9 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 793 Formalização 2025FO00575/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								4.150.000,00
390000 - Secretaria de Estado da Segurança Pública								2.250.000,00
3921 - Polícia Civil do Estado do Paraná								1.400.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.400.000,00
3922 - Polícia Militar do Estado do Paraná								850.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	850.000,00
396300 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.900.000,00
3963 - Fundo Especial do Sistema Único de Segurança Pública do Estado do Paraná								1.900.000,00
	2	70	713	0000	000261	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.900.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								11.501.751,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								11.501.751,00
4101 - Gabinete do Secretário								11.501.751,00
	1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	750.000,00
	1	50	500	1001	000000	10	3 - Outras Despesas Correntes	10.751.751,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte								50.000,00
430000 - Secretaria de Estado do Esporte								50.000,00
4302 - Diretoria Geral								50.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								145.900,00
453300 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								145.900,00
4533 - Universidade Estadual do Centro-Oeste								145.900,00
	1	70	700	0000	000281	30	3 - Outras Despesas Correntes	145.900,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde								1.042.159,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								1.042.159,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								1.042.159,00
	1	60	600	0000	000255	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.042.159,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								1.600.685,00

616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								1.533.285,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								1.533.285,00
	1	65	669	0000	000131	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.533.285,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família								67.400,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social								67.400,00
	1	75	761	0000	000102	30	3 - Outras Despesas Correntes	26.000,00
	1	65	665	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	35.000,00
	1	65	665	0000	000281	50	3 - Outras Despesas Correntes	6.400,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								50.000,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								50.000,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								50.000,00
	1	50	501	0000	000101	40	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
							Total Geral	18.540.495,00

125502/2025

Resolução nº 794/2025 - SEFA/GS de 9 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.322.999-7,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 11.470.377,00 (onze milhões e quatrocentos e setenta mil e trezentos e setenta e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 9 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 794 — Formalização 2025FO00576/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								11.470.377,00
693100 - Instituto Água e Terra								11.470.377,00
6931 - Instituto Água e Terra								11.470.377,00
	2	70	700	0000	000281	50	3 - Outras Despesas Correntes	120.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	11.350.377,00
							Total Geral	11.470.377,00

125504/2025

Resolução nº 795/2025 - SEFA/GS de 10 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000081/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 23.392.806-2,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 7.233.132,00 (sete milhões e duzentos e trinta e três mil e cento e trinta e dois reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 10 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 795 — Formalização 2025FR000081/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
43 - Secretaria de Estado do Esporte										7.233.132,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										7.233.132,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										7.233.132,00
F.27.812.25. 8097 - Gestão do Fundo Estadual do Esporte - FEE/PR										7.233.132,00
	1	75	759	000200	3.3.41.41	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	6.650.000,00
	1	75	759	000200	3.3.50.41	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	583.132,00
									Total	7.233.132,00
									Total Geral	7.233.132,00

125506/2025

Resolução nº 796/2025 - SEFA/GS DE 10 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.443.857-3, 24.026.620-2, 23.303.177-1, 23.330.210-4, 23.353.152-9, 23.586.843-1,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 85.194.300,00 (oitenta e cinco milhões e cento e noventa e quatro mil e trezentos reais), de acordo

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 10 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 796 Formalização 2025FO00573/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								191.000,00
133300 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná								191.000,00
1333 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná								191.000,00
	1	75	799	0000	000258	50	3 - Outras Despesas Correntes	60.000,00
	1	75	799	0000	000258	40	3 - Outras Despesas Correntes	131.000,00
37 - Secretaria de Estado do Turismo								7.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								7.000,00
3702 - Diretoria Geral								7.000,00
	1	50	501	0000	000147	30	3 - Outras Despesas Correntes	7.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								38.250.840,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								38.250.840,00
4101 - Gabinete do Secretário								168.458,00
	1	50	500	1001	000000	60	4 - Investimentos	168.458,00
4102 - Diretoria Geral								38.082.382,00
	1	50	500	1001	000000	10	1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.082.382,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								48.200,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								48.200,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								48.200,00
	1	50	501	0000	000250	30	3 - Outras Despesas Correntes	8.200,00
	1	50	501	0000	000250	50	3 - Outras Despesas Correntes	40.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde								46.073.552,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								46.073.552,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								46.073.552,00
	1	50	500	1002	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.500.000,00
	1	60	600	0000	000255	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.042.159,00
	1	60	659	0000	000263	50	3 - Outras Despesas Correntes	20.000,00
	1	50	500	1002	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	13.633.698,00
	1	60	659	0000	000175	30	3 - Outras Despesas Correntes	29.877.695,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								623.708,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família								623.708,00
6102 - Diretoria Geral								623.708,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	623.708,00
							Total Geral	85.194.300,00

125510/2025

Resolução nº 797/2025 - SEFA/GS DE 10 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.392.806-6,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 1.049.996,00 (um milhão e quarenta e nove mil e novecentos e noventa e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 10 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 797 Formalização 2025FO00578/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
43 - Secretaria de Estado do Esporte								1.049.996,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná								1.049.996,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná								1.049.996,00
	1	75	759	0000	000200	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.049.996,00
							Total Geral	1.049.996,00

125512/2025

Resolução nº 798/2025 - SEFA/GS de 10 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000083/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 23.392.806-2,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 10 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 798 Formalização 2025FR000083/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
43 - Secretaria de Estado do Esporte										1.000.000,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										1.000.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná										1.000.000,00
F.27.812.25. 8097 - Gestão do Fundo Estadual do Esporte - FEE/PR										1.000.000,00
	1	75	759	000200	3.3.40.41	1	Municípios beneficiados com cofinanciamento do Fundo Estadual do Esporte (FEE/PR)	4100	9999999	1.000.000,00
									Total	1.000.000,00
									Total Geral	1.000.000,00

125514/2025

Resolução nº 799/2025 - SEFA/GS DE 10 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.520.410-0, 24.632.546-4,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 9.265.441,00 (nove milhões e duzentos e sessenta e cinco mil e quatrocentos e quarenta e um reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 10 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 799 Formalização 2025FO00577/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								1.000.000,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família								1.000.000,00
6102 - Diretoria Geral								1.000.000,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								8.265.441,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná								8.265.441,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná								8.265.441,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	8.265.441,00
							Total Geral	9.265.441,00

125516/2025

Resolução nº 800/2025 - SEFA/GS de 11 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.446.934-7,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 3.931.357,00 (três milhões e novecentos e trinta e um mil e trezentos e cinquenta e sete reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 11 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 800 Formalização 2025FO00581/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								3.931.357,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								3.931.357,00
4902 - Diretoria Geral								3.931.357,00
	1	75	761	0000	000102	30	3 - Outras Despesas Correntes	3.000.000,00
	1	75	761	0000	000102	40	3 - Outras Despesas Correntes	931.357,00
							Total Geral	3.931.357,00

125518/2025

Resolução nº 801/2025 - SEFA/GS DE 11 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.026.620-2, 23.361.670-2, 23.358.985-3, 23.403.513-4, 23.920.856-8, 23.454.465-9, 23.366.185-6,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 12.008.234,00 (doze milhões e oito mil e duzentos e trinta e quatro reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 11 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 801 Formalização 2025FO00579/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo								20.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								20.000,00
3702 - Diretoria Geral								20.000,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	20.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								4.721.939,00
413000 - Colégio Estadual do Paraná								1.100,00
4130 - Colégio Estadual do Paraná								1.100,00
	1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.100,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná								4.720.839,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional								4.720.839,00
	2	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	4.720.839,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								446.295,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná								446.295,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná								446.295,00
	2	70	700	0000	000281	50	3 - Outras Despesas Correntes	58.656,00
	2	70	700	0000	000281	10	3 - Outras Despesas Correntes	37.559,00
	1	70	700	0000	000281	10	3 - Outras Despesas Correntes	136.698,00
	2	70	700	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	182.429,00
	1	70	700	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	25.587,00
	2	70	700	0000	000281	30	3 - Outras Despesas Correntes	5.366,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde								6.000.000,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								6.000.000,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								6.000.000,00
	1	50	500	1002	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	6.000.000,00
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								800.000,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								800.000,00
4902 - Diretoria Geral								800.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	800.000,00
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa								20.000,00
596000 - Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial								20.000,00
5960 - Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial								20.000,00
	1	75	761	0000	000102	30	3 - Outras Despesas Correntes	5.000,00
	1	75	761	0000	000102	40	3 - Outras Despesas Correntes	15.000,00
							Total Geral	12.008.234,00

125520/2025

Resolução nº 803/2025 - SEFA/GS de 11 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000079/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido nos protocolos nº 23.403.513-4, 24.548.534-4, 23.586.843-1,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 24.791.610,00 (vinte e quatro milhões e setecentos e noventa e um mil e seiscentos e dez reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 11 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 803 Formalização 2025FR000079/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
29 - Secretaria de Estado da Fazenda										21.000.000,00
290000 - Secretaria de Estado da Fazenda										21.000.000,00
2902 - Diretoria Geral										21.000.000,00
F.04.123.13. 7098 - Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná										21.000.000,00
	1	75	754	005142	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	223.000,00
	1	75	754	005142	3.3.90.35	0	Não definida	4100	9999999	9.250.000,00
	1	75	754	005142	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	11.527.000,00
									Total	21.000.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte										3.055.852,00
433000 - Paraná Esporte										3.055.852,00
4330 - Paraná Esporte										3.055.852,00
F.27.812.25. 8081 - Implementação e desenvolvimento do esporte em todas as suas dimensões										3.055.852,00
	1	75	799	000200	3.3.90.39	4	Atletas participantes dos jogos oficiais paranaenses	4100	9999999	3.055.852,00
									Total	3.055.852,00

45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										112.050,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										112.050,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										112.050,00
F.12.364.34. 8149 - Gestão das Atividades Universitárias UENP										112.050,00
	1	70	703	000284	3.3.90.14	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	35.000,00
	1	70	703	000284	3.3.90.39	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	77.050,00
									Total	112.050,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										623.708,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										623.708,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência										623.708,00
F.08.243.29. 8418 - Políticas Públicas da Criança e do Adolescente										623.708,00
	1	65	669	000284	3.3.90.39	78	Manutenções e Reparos nas Unidades Socioeducativas	4100	9999999	623.708,00
									Total	623.708,00
									Total Geral	24.791.610,00

125522/2025

Resolução nº 804/2025 - SEFA/GS de 11 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000084/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido nos protocolos nº 24.481.759-9, 24.095.207-6, 24.548.721-5, 24.548.534-4,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 40.913.119,00 (quarenta milhões e novecentos e treze mil e cento e dezenove reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 11 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 804 — Formalização 2025FR000084/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
41 - Secretaria de Estado da Educação										150.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										150.000,00
4101 - Gabinete do Secretário										150.000,00
F.12.368.32. 8466 - Fortalecimento da Gestão Escolar										150.000,00
	1	54	570	000107	3.3.90.14	42	Realização de convênio Censo Escolar	4100	9999999	150.000,00
									Total	150.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										296.146,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										296.146,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná										296.146,00
F.12.364.34. 8149 - Gestão das Atividades Universitárias UENP										296.146,00
	1	70	703	000284	3.3.90.18	2	Estudantes de ensino superior formados	4105	4111803	296.146,00
									Total	296.146,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades										40.466.973,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										29.000.000,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná										29.000.000,00
F.26.451.15. 7012 - Avança Paraná II - Integração Metropolitana										29.000.000,00
	1	75	754	005120	4.4.90.61	0	Não definida	4100	9999999	29.000.000,00
677400 - Companhia de Habitação do Paraná										11.466.973,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná										11.466.973,00
F.16.482.16. 7005 - Vida Nova										11.466.973,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	10	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Cruz Machado	4101	4106803	3.394.667,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	24	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Marmeleiro	4103	4115408	1.520.003,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	28	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Renascença	4103	4121604	1.520.003,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	23	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Mamborê	4104	4114005	1.317.336,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	7	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Coronel Domingos Soares	4103	4106456	1.013.336,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	32	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em São Jorge do Oeste	4103	4125209	2.128.005,00
	1	75	754	009142	4.4.90.51	29	Construção de Unidades Habitacionais, em áreas de reassentamento, em Roncador	4104	4122503	573.623,00
									Total	40.466.973,00
									Total Geral	40.913.119,00

125523/2025

Resolução nº 805/2025 - SEFA/GS de 11 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.366.185-6,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 11 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Anexo à Resolução nº 805 Formalização 2025FO00583/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa								200.000,00
596100 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher								200.000,00
5961 - Fundo Estadual dos Direitos da Mulher								200.000,00
	1	75	761	0000	000102	50	3 - Outras Despesas Correntes	200.000,00
							Total Geral	200.000,00

125527/2025

Resolução nº 806/2025 - SEFA/GS DE 12 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.489.334-1,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 33.002.211,00 (trinta e três milhões e dois mil e duzentos e onze reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 12 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 806 Formalização 2025FO00584/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								33.002.211,00
650000 - Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento								33.002.211,00
6502 - Diretoria Geral								33.002.211,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	33.002.211,00
							Total Geral	33.002.211,00

125530/2025

Resolução nº 807/2025 - SEFA/GS de 12 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000085/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 24.095.207-6,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 61.178,00 (sessenta e um mil e cento e setenta e oito reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 12 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 807 Formalização 2025FR000085/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família										61.178,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família										61.178,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social										61.178,00
F.08.245.29. 8065 - Cofinanciamento da Política de Assistência Social										61.178,00
	1	65	665	000281	3.3.41.41	5	Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para oferta de serviços tipificados da assistência social e aprimoramento da gestão municipal	4105	9999999	20.364,00
	1	65	665	000281	3.3.41.41	6	Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para oferta de serviços tipificados da assistência social e aprimoramento da gestão municipal	4106	9999999	3.394,00
	1	65	665	000281	3.3.41.41	4	Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para oferta de serviços tipificados da assistência social e aprimoramento da gestão municipal	4104	9999999	27.151,00
	1	65	665	000281	3.3.41.41	3	Municípios beneficiados com cofinanciamento fundo a fundo para oferta de serviços tipificados da assistência social e aprimoramento da gestão municipal	4103	9999999	10.269,00
									Total	61.178,00
									Total Geral	61.178,00

125533/2025

Resolução nº 808/2025 - SEFA/GS de 12 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.443.857-3, 23.379.870-3, 24.026.620-2, 24.481.759-9, 23.361.670-2, 23.358.985-3, 23.403.513-4, 23.353.152-9, 23.902.384-3, 23.586.843-1,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 14.637.586,00 (quatorze milhões e seiscentos e trinta e sete mil e quinhentos e oitenta e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 12 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 808

Formalização 2025FO00580/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								191.000,00
133300 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná								191.000,00
1333 - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná								191.000,00
	1	75	799	0000	000258	10	3 - Outras Despesas Correntes	191.000,00
16 - Controladoria Geral do Estado								60.561,00
160000 - Controladoria Geral do Estado								60.561,00
1602 - Diretoria Geral								60.561,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	50.561,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	10.000,00
37 - Secretaria de Estado do Turismo								27.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								27.000,00
3702 - Diretoria Geral								27.000,00
	1	50	501	0000	000147	40	3 - Outras Despesas Correntes	7.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	20.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								4.871.939,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								150.000,00
4101 - Gabinete do Secretário								150.000,00
	1	54	570	0000	000107	50	3 - Outras Despesas Correntes	150.000,00
413000 - Colégio Estadual do Paraná								1.100,00
4130 - Colégio Estadual do Paraná								1.100,00
	1	50	500	1001	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	1.100,00
413300 - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná								4.720.839,00
4133 - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional								4.720.839,00
	2	50	500	1001	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	4.720.839,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								1.082.396,00
454800 - Universidade Estadual do Norte do Paraná								1.082.396,00
4548 - Universidade Estadual do Norte do Paraná								1.082.396,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	143.605,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	787.234,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	151.557,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde								7.633.698,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								7.633.698,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								7.633.698,00
	1	50	500	1002	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	2.633.698,00
	1	50	500	1002	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	5.000.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								770.992,00
616600 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								770.992,00
6166 - Fundo Estadual Para a Infância e Adolescência								770.992,00
	1	65	669	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	623.708,00
	1	65	669	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	147.284,00
							Total Geral	14.637.586,00

125535/2025

Resolução nº 809/2025 - SEFA/GS DE 12 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.712.939-3, 23.403.513-4, 23.520.410-0, 20.011.498-1,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 82.261.295,00 (oitenta e dois milhões e duzentos e sessenta e um mil e duzentos e noventa e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 12 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 809

Formalização 2025FO00585/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA								81.000.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA								81.000.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado								81.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	20	6 - Amortização da Dívida	24.000.000,00
							2 - Juros e Encargos da Dívida	57.000.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								10.000,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná								10.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná								10.000,00
	1	50	501	0000	000250	10	3 - Outras Despesas Correntes	10.000,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								1.251.295,00
610000 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Família								1.050.000,00
6102 - Diretoria Geral								1.050.000,00
	1	50	500	0000	000000	10	3 - Outras Despesas Correntes	50.000,00
	1	50	501	0000	000101	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família								201.295,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

6167 - Fundo Estadual de Assistência Social								201.295,00
	2	65	665	0000	000281	30	3 - Outras Despesas Correntes	201.295,00
							Total Geral	82.261.295,00

125537/2025

Resolução nº 812/2025 - SEFA/GS de 12 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.446.934-7, 23.329.615-5,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 3.026.252,00 (três milhões e vinte e seis mil e duzentos e cinquenta e dois reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 12 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 812 Formalização 2025FO00587/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
49 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								3.000.000,00
490000 - Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania								3.000.000,00
4902 - Diretoria Geral								3.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	3.000.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								26.252,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								26.252,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								26.252,00
	1	50	501	0000	000101	30	3 - Outras Despesas Correntes	26.252,00
							Total Geral	3.026.252,00

125538/2025

Resolução nº 813/2025 - SEFA/GS DE 15 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 23.403.513-4, 23.390.319-1, 23.315.778-3,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 6.714.551,00 (seis milhões e setecentos e quatorze mil e quinhentos e cinquenta e um reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 15 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 813 Formalização 2025FO00586/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								6.714.551,00
453000 - Universidade Estadual de Londrina								346.777,00
4530 - Universidade Estadual de Londrina								346.777,00
	1	50	501	0000	000250	40	3 - Outras Despesas Correntes	70.000,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	20.000,00
	2	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	754,00
	1	50	501	0000	000250	50	3 - Outras Despesas Correntes	60.000,00
	2	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	2.152,00
	2	70	700	0000	000281	40	3 - Outras Despesas Correntes	86.000,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	107.871,00
453100 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								130.000,00
4531 - Universidade Estadual de Ponta Grossa								130.000,00
	1	50	500	1001	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	130.000,00
453200 - Universidade Estadual de Maringá								1.182.096,00
4532 - Universidade Estadual de Maringá								1.182.096,00
	1	75	899	0000	000262	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.182.096,00
453400 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná								55.678,00
4534 - Universidade Estadual do Oeste do Paraná								55.678,00
	2	50	501	0000	000250	40	3 - Outras Despesas Correntes	55.678,00
456000 - Fundo Paraná								5.000.000,00
4560 - Fundo Paraná								5.000.000,00
	1	75	759	0000	000132	50	3 - Outras Despesas Correntes	5.000.000,00
							Total Geral	6.714.551,00

125539/2025

Resolução nº 814/2025 - SEFA/GS de 15 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.026.620-2,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 15 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 814 — Formalização 2025FO00589/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
37 - Secretaria de Estado do Turismo								500.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								500.000,00
3702 - Diretoria Geral								500.000,00
	1	50	501	0000	000101	60	4 - Investimentos	500.000,00
							Total Geral	500.000,00

125542/2025

Resolução nº 815/2025 - SEFA/GS de 15 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.156.013-9, 24.026.620-2, 23.303.177-1, 23.315.901-8, 23.322.999-7, 24.246.949-6, 23.353.152-9, 23.330.210-4, 20.011.498-1, 23.520.410-0, 24.632.546-4,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 105.063.656,00 (cento e cinco milhões e sessenta e três mil e seiscentos e cinquenta e seis reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 15 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 815 — Formalização 2025FO00588/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
21 - Secretaria de Estado da Comunicação								200.000,00
210000 - Secretaria de Estado da Comunicação								200.000,00
2102 - Diretoria Geral								200.000,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	200.000,00
37 - Secretaria de Estado do Turismo								2.000.000,00
370000 - Secretaria de Estado do Turismo								2.000.000,00
3702 - Diretoria Geral								2.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	2.000.000,00
41 - Secretaria de Estado da Educação								38.250.867,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação								38.250.867,00
4101 - Gabinete do Secretário								38.082.382,00
	1	50	500	1001	000000	10	1 - Pessoal e Encargos Sociais	38.082.382,00
4102 - Diretoria Geral								168.485,00
	1	50	500	1001	000000	60	4 - Investimentos	168.485,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								850.000,00
454600 - Universidade Estadual do Paraná								850.000,00
4546 - Universidade Estadual do Paraná								850.000,00
	1	50	500	1001	000000	60	4 - Investimentos	850.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde								42.397.695,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								42.397.695,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								42.397.695,00
	1	50	500	1002	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	12.500.000,00
	1	60	659	0000	000263	10	3 - Outras Despesas Correntes	20.000,00
	1	60	659	0000	000175	40	3 - Outras Despesas Correntes	29.877.695,00
61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família								7.175.997,00
616700 - Fundo Estadual de Assistência Social e Família								7.175.997,00
6167 - Fundo Estadual de Assistência Social								7.175.997,00
	1	50	500	0000	000000	60	4 - Investimentos	4.199.293,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	2.976.704,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento								2.000.000,00
653000 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná								2.000.000,00
6530 - Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná								2.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	780.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	1.000.000,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	220.000,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								8.265.441,00

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

677400 - Companhia de Habitação do Paraná								8.265.441,00
6774 - Companhia de Habitação do Paraná								8.265.441,00
	1	50	500	0000	000000	10	1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.265.441,00
69 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável								3.923.656,00
693100 - Instituto Água e Terra								3.923.656,00
6931 - Instituto Água e Terra								3.923.656,00
	1	50	500	0000	000000	50	3 - Outras Despesas Correntes	1.320.886,00
	1	70	703	0000	000284	60	4 - Investimentos	2.285.770,00
	1	50	500	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	317.000,00
							Total Geral	105.063.656,00

125543/2025

Resolução nº 817/2025 - SEFA/GS de 15 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000088/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 22.298.400-9,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 2.250.000,00 (dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 15 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 817 Formalização 2025FR000088/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
31 - Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA										2.250.000,00
310000 - Administração Geral do Estado Recursos sob Supervisão da SEFA										2.250.000,00
3101 - Programações Especiais e Encargos Gerais do Estado										2.250.000,00
F.99.999.99. 9901 - Reserva de Contingência										2.250.000,00
	1	75	755	000001	9.9.99.99	0	Não definida	4100	9999999	2.250.000,00
									Total	2.250.000,00
									Total Geral	2.250.000,00

125544/2025

Resolução nº 818/2025 - SEFA/GS de 15 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000086/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido nos protocolos nº 24.659.716-2, 23.335.560-7, 23.403.513-4,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 15.295.687,00 (quinze milhões e duzentos e noventa e cinco mil e seiscentos e oitenta e sete reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 15 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 818 Formalização 2025FR000086/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
13 - Casa Civil										11.147.091,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná										11.147.091,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná										11.147.091,00
F.06.181.06. 8039 - Ações do DETRAN										11.147.091,00
	1	70	703	000284	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	11.147.091,00
									Total	11.147.091,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										1.182.096,00
453200 - Universidade Estadual de Maringá										1.182.096,00
4532 - Universidade Estadual de Maringá										1.182.096,00
F.12.364.34. 8122 - Gestão das Atividades Universitárias UEM										1.182.096,00
	1	70	703	000284	3.3.90.39	0	Não definida	4104	9999999	303.135,00
	1	70	703	000284	3.3.90.30	0	Não definida	4104	9999999	214.069,00
	1	70	703	000284	3.3.90.20	0	Não definida	4104	9999999	21.581,00
	1	70	703	000284	3.3.90.18	0	Não definida	4104	9999999	541.846,00
	1	70	703	000284	3.3.90.14	0	Não definida	4104	9999999	101.465,00
									Total	1.182.096,00
65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento										2.966.500,00
653300 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná										2.966.500,00
6533 - Agência de Defesa Agropecuária do Paraná										2.966.500,00

F.20.609.22. 8267 - Defesa Agropecuária ADAPAR										300.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.14	0	Não definida	4100	9999999	300.000,00
F.20.122.22. 8298 - Gestão Administrativa ADAPAR										2.666.500,00
	1	50	501	000250	3.3.90.37	0	Não definida	4100	9999999	400.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.40	0	Não definida	4100	9999999	400.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.33	0	Não definida	4100	9999999	20.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.600.000,00
	1	50	501	000250	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	161.500,00
	1	50	501	000250	3.3.90.36	0	Não definida	4100	9999999	85.000,00
									Total	2.966.500,00
									Total Geral	15.295.687,00

125548/2025

Resolução nº 819/2025 - SEFA/GS de 15 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 24.489.334-1,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 161.220.000,00 (cento e sessenta e um milhões e duzentos e vinte mil reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 15 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 819 — Formalização 2025FO00590/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística								161.220.000,00
773000 - Departamento de Estradas de Rodagem								161.220.000,00
7730 - Departamento de Estradas de Rodagem								161.220.000,00
	1	50	500	0000	000000	30	3 - Outras Despesas Correntes	161.220.000,00
							Total Geral	161.220.000,00

125556/2025

Resolução nº 820/2025 - SEFA/GS de 16 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000089/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 23.772.491-7,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 21.158.450,00 (vinte e um milhões e cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos e cinquenta reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 16 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 820 — Formalização 2025FR000089/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
41 - Secretaria de Estado da Educação										2.785.000,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										2.785.000,00
4101 - Gabinete do Secretário										2.785.000,00
F.12.363.32. 8465 - Desenvolvimento da Educação Profissional de nível Médio										1.565.000,00
	1	70	575	000148	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.565.000,00
F.12.368.32. 8466 - Fortalecimento da Gestão Escolar										1.220.000,00
	1	70	575	000148	3.3.90.39	0	Não definida	4100	9999999	1.220.000,00
									Total	2.785.000,00
47 - Secretaria de Estado da Saúde										18.373.450,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde										18.373.450,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde										18.373.450,00
F.10.302.35. 8485 - Gestão na Assistência Hospitalar e Ambulatorial										18.373.450,00
	1	70	706	003110	3.3.50.41	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	13.849.830,00
	1	70	706	003120	3.3.50.41	1	Municípios assistidos com Incentivos e Contratos Assistenciais Vinculados à Rede de Atenção à Saúde do SUS e Suas Linhas de Cuidado Prioritárias	4100	9999999	4.523.620,00
									Total	18.373.450,00
									Total Geral	21.158.450,00

125558/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Resolução nº 821/2025 - SEFA/GS de 16 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido nos protocolos nº 24.659.716-2, 24.637.799-5, 24.095.207-6, 23.403.513-4, 23.887.108-5,

RESOLVE:

Art.1º Estabelecer cotas orçamentárias, no valor de R$ 15.314.075,00 (quinze milhões e trezentos e quatorze mil e setenta e cinco reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 16 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 821 Formalização 2025FO00592/Bloco1

ANEXO I - Estabelecimento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
13 - Casa Civil								11.147.091,00
133000 - Departamento de Trânsito do Paraná								11.147.091,00
1330 - Departamento de Trânsito do Paraná								11.147.091,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	11.147.091,00
15 - Casa Militar								140.000,00
150000 - Casa Militar								140.000,00
1502 - Subchefia da Casa Militar								140.000,00
	1	50	501	0000	000101	50	3 - Outras Despesas Correntes	140.000,00
43 - Secretaria de Estado do Esporte								680.000,00
436000 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná								680.000,00
4360 - Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná								680.000,00
	1	75	759	0000	000200	40	3 - Outras Despesas Correntes	680.000,00
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior								1.182.096,00
453200 - Universidade Estadual de Maringá								1.182.096,00
4532 - Universidade Estadual de Maringá								1.182.096,00
	1	70	703	0000	000284	30	3 - Outras Despesas Correntes	303.135,00
	1	70	703	0000	000284	40	3 - Outras Despesas Correntes	563.427,00
	1	70	703	0000	000284	50	3 - Outras Despesas Correntes	315.534,00
67 - Secretaria de Estado das Cidades								2.164.888,00
673100 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								2.164.888,00
6731 - Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná								2.164.888,00
	1	70	718	0000	000000	40	3 - Outras Despesas Correntes	2.164.888,00
							Total Geral	15.314.075,00

125561/2025

Resolução nº 822/2025 - SEFA/GS DE 16 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e de acordo com o Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, que normatiza a execução orçamentária e financeira do Estado, e considerando o contido no protocolo nº 23.772.491-7,

RESOLVE:

Art.1º Cancelar cotas orçamentárias, no valor de R$ 5.297.029,00 (cinco milhões e duzentos e noventa e sete mil e vinte e nove reais), de acordo com o contido no Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 16 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução n° 822 Formalização 2025FO00594/Bloco1

ANEXO I - Cancelamento de Cota Orçamentária

Órgão/UG/UO	Id. do Exercício	Grupo da Fonte	Fonte	Marcador de Fonte	Detalhamento de Fonte	LME	Grupo de Natureza de Despesa	Total
47 - Secretaria de Estado da Saúde								5.297.029,00
476000 - Fundo Estadual de Saúde								5.297.029,00
4760 - Fundo Estadual de Saúde								5.297.029,00
	1	70	706	3120	003120	10	3 - Outras Despesas Correntes	1.000,00
	1	70	706	3110	003110	10	3 - Outras Despesas Correntes	1.000,00
	1	70	706	3120	003120	40	3 - Outras Despesas Correntes	4.995.029,00
	1	70	706	3110	003110	40	3 - Outras Despesas Correntes	300.000,00
							Total Geral	5.297.029,00

125562/2025

Resolução nº 823/2025 - SEFA/GS de 16 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000087/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 24.095.207-6,

RESOLVE:

Art. 1º Contingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 21.862, de 18 de dezembro de 2023, e ajustar o

detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 1.182.096,00 (um milhão e cento e oitenta e dois mil e noventa e seis reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 16 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 823 — Formalização 2025FR000087/Bloco1

ANEXO I - CONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior										1.182.096,00
453200 - Universidade Estadual de Maringá										1.182.096,00
4532 - Universidade Estadual de Maringá										1.182.096,00
F.12.364.34. 8077 - Gestão do Hospital Universitário Regional de Maringá UEM										1.182.096,00
	1	75	899	000262	3.3.90.34	1	Atendimentos e promoção de assistência à saúde realizados no Hospital Universitário	4104	9999999	1.182.096,00
									Total	1.182.096,00
									Total Geral	1.182.096,00

125563/2025

Resolução nº 824/2025 - SEFA/GS de 16 de Setembro de 2025.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 41, da Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e Decreto n° 3.169, de 22 de outubro de 2019, conforme Processo de Alteração Orçamentária nº 2025FR000090/Bloco1/DOE/SEFA, e considerando o contido no protocolo nº 23.772.491-7,

RESOLVE:

Art. 1º Descontingenciar os recursos do Orçamento Fiscal do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 22.267, de 13 de dezembro de 2024, e ajustar o detalhamento de obras e/ou demais entregas, no valor de R$ 3.582.427,00 (três milhões e quinhentos e oitenta e dois mil e quatrocentos e vinte e sete reais), de acordo com o Anexo I desta Resolução.

Curitiba, 16 de Setembro de 2025.

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Fazenda

Anexo à Resolução nº 824 — Formalização 2025FR000090/Bloco1

ANEXO I - DESCONTINGENCIAMENTO DE RECURSOS

Órgão/UG/UO/ Programa de Trabalho	Id. Exercício Fonte	Grupo da Fonte	Fonte	Detalhamento de Fonte	Natureza	Meta Obra	Descrição Meta Obra	Região Intermediária	Município	Valor
41 - Secretaria de Estado da Educação										3.582.427,00
410000 - Secretaria de Estado da Educação										3.582.427,00
4101 - Gabinete do Secretário										3.582.427,00
F.12.363.32. 8465 - Desenvolvimento da Educação Profissional de nível Médio										3.000.000,00
	1	54	570	000107	3.3.90.30	0	Não definida	4100	9999999	3.000.000,00
F.12.368.32. 8466 - Fortalecimento da Gestão Escolar										582.427,00
	1	54	570	000107	3.3.90.93	0	Não definida	4105	9999999	582.427,00
									Total	3.582.427,00
									Total Geral	3.582.427,00

125566/2025

PORTARIA Nº 180 DTE/SEFA, de 15 de Setembro de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 15 de Setembro de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 180

ÓRGÃO 29 - Secretaria de Estado da Fazenda UNIDADE GESTORA 290000			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
754	2.000.000,00	2.000.000,00	2025FF000178
Total		**2.000.000,00**	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 454800

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	100.000,00	100.000,00	2025FF000178
Total		**100.000,00**	

ÓRGÃO 59 - Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa
UNIDADE GESTORA 590000

Fonte	1 - Pessoal e Encargos Sociais	Total	N. do Processo
500	10.000,00	10.000,00	2025FF000178
Total		**10.000,00**	

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 616700

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
761	3.000.000,00	3.000.000,00	2025FF000178
Total		**3.000.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 653000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	51.000,00	51.000,00	2025FF000178
Total		**51.000,00**	

125641/2025

PORTARIA Nº 181 DTE/SEFA, de 16 de Setembro de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 16 de Setembro de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 181

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 413000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
550	120.000,00	120.000,00	2025FF000179
Total		**120.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 453200

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	100.000,00	100.000,00	2025FF000179
Total		**100.000,00**	

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 616700

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
500	1.394.086,28	1.394.086,28	2025FF000179
Total		**1.394.086,28**	

ÓRGÃO 67 - Secretaria de Estado das Cidades
UNIDADE GESTORA 670000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
501	500.000,00	500.000,00	2025FF000179
Total		**500.000,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
UNIDADE GESTORA 773000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
754	5.000.000,00	5.000.000,00	2025FF000179
Total		**5.000.000,00**	

125642/2025

PORTARIA Nº 182 DTE/SEFA, de 17 de Setembro de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 17 de Setembro de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 182

ÓRGÃO 39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNIDADE GESTORA 390000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
706	300.000,00	300.000,00	2025FF000180
Total		**300.000,00**	

ÓRGÃO 41 - Secretaria de Estado da Educação
UNIDADE GESTORA 410000

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
569	10.000.000,00	10.000.000,00	2025FF000180
Total		**10.000.000,00**	

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
UNIDADE GESTORA 454800

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
500	100.000,00	100.000,00	2025FF000180
Total		**100.000,00**	

ÓRGÃO 51 - Secretaria de Estado da Cultura
UNIDADE GESTORA 513200

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	Total	N. do Processo
719	436.700,00	436.700,00	2025FF000180
Total		**436.700,00**	

ÓRGÃO 61 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família
UNIDADE GESTORA 616600

Fonte	3 - Outras Despesas Correntes	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
761	2.000.000,00	2.000.000,00	4.000.000,00	2025FF000180
Total			**4.000.000,00**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
UNIDADE GESTORA 650000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
501	4.570.900,00	4.570.900,00	2025FF000180
Total		**4.570.900,00**	

ÓRGÃO 77 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
UNIDADE GESTORA 773000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
754	15.000.000,00	15.000.000,00	2025FF000180
755	10.000.000,00	10.000.000,00	2025FF000180
Total		**25.000.000,00**	

125644/2025

PORTARIA Nº 183 DTE/SEFA, de 18 de Setembro de 2025

A DIRETORA DO TESOURO ESTADUAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o estabelecido no artigo 1° da Resolução SEFA nº 745, de 05 de agosto de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º. Altera as disponibilidades financeiras dos recursos do Tesouro do Estado referentes a execução da despesa do exercício de 2025, da Administração Direta, Indireta, Fundos Especiais e Empresas Estatais Dependentes, conforme o anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos aplicados a partir de 18 de Setembro de 2025.

Carin Caroline Deda Malhadas
Diretora do Tesouro Estadual

ANEXO I
Estabelece Cota

ANEXO À PORTARIA Nº 183

ÓRGÃO 39 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
UNIDADE GESTORA 390000

Fonte	4 - Investimentos	Total	N. do Processo
754	2.032.155,01	2.032.155,01	2025FF000181
Total		**2.032.155,01**	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ÓRGÃO 45 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior UNIDADE GESTORA 453300			
Fonte	**3 - Outras Despesas Correntes**	**Total**	**N. do Processo**
501	105.231,93	105.231,93	2025FF000181
Total		**105.231,93**	

ÓRGÃO 65 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento UNIDADE GESTORA 650000			
Fonte	**4 - Investimentos**	**Total**	**N. do Processo**
501	2.311.400,00	2.311.400,00	2025FF000181
Total		**2.311.400,00**	

125942/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES E RECURSOS FISCAIS

O Presidente do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cumprindo o que determina o art. 66, caput, do Regimento do CCRF, aprovado pela Resolução SEFA n. 610/2017, de 27 de abril de 2017, torna público as ementas dos acórdãos proferidos, para efeitos da mencionada norma.

Ementas de acórdãos da 1ª Câmara

Acórdão.....: 281/2024 1ª CÂMARA P.A.F.: 6632753-1

Data da Sessão.....: 28/02/2024

Autuado.....: CONDOR SUPER CENTER LIMITADA

Relator(a).....: PAULO CEZAR PEREIRA GRUBER

Conselheiro(a) designado(a).: ELEUTÉRIO CZORNEI

Repres-SEFA.....: DAVIDSON BENJAMIM LESSA MENDES

ICMS – Beneficiar-se com a utilização de crédito do imposto em desacordo com a legislação. Não conhecimento parcial do apelo. Infração parcialmente mantida.

I – Após a decisão singular e o protocolo do recurso ordinário, o sujeito passivo aderiu ao REFIS 2022, parcelando parte do crédito tributário lançado, restando para julgamento os créditos relativos a operações sujeitas à substituição tributária, a multa aplicada e a atualização da base de cálculo, e os produtos caixa organizadora gourmet "Santana", chocolate em pó solúvel, esponja "Marco Boni", ralinho "Japonês" e revitalizador "Lux Car".
II - Excluídos da exigência fiscal os valores relativos à glosa de crédito do imposto dos produtos caixa organizadora gourmet "Santana", cobertura "Kenko" e esponja para banho "Marco Boni", que à época dos fatos geradores não se submetiam ao regime da substituição tributária. Mantém-se os termos da decisão singular para os produtos chocolate em pó solúvel, ralinho "Japonês Jr" inox e revitalizador "Lux Car" para plástico.
III – Assegurada a apropriação de crédito do imposto por ocasião das entradas de mercadorias sujeitas à isenção ou ao regime da substituição tributária, pois devidamente comprovado pelo recorrente que nas saídas.
IV - Multa e atualização monetária da base de cálculo em conformidade com a Lei nº 11.580/1996. Preliminar de não conhecimento parcial do recurso ordinário, arguida de ofício pelo Relator, em virtude do parcelamento de parte do crédito tributário, acolhida por unanimidade.

Recurso ordinário parcialmente provido por maioria.

125468/2025

Secretaria da Indústria, Comércio e Serviços

JUCEPAR

PORTARIA JCP Nº 223/2025

O Presidente da Junta Comercial do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Federal nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, art. 7º, inciso III, alínea b do Decreto Federal nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996, Decreto Estadual 12.033/14 e o disposto na Resolução Plenária nº 01/2025, resolve

NOMEAR

A Sra. REGIANE SOARES DOS SANTOS SABATINI, inscrita no CPF n° 059. XXX.XXX-73, como Leiloeira Pública Oficial, recebendo a matrícula de número 25/437-L, conforme solicitação protocolada sob nº PRE2500400373.

Publique-se.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

MARCOS SEBASTIÃO RIGONI DE MELLO
Presidente

126028/2025

Secretaria de Infraestrutura e Logística

RESOLUÇÃO SEIL Nº 033/2025

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 21352, de 1º de janeiro de 2023,

RESOLVE:

Art. 1º. **SUSPENDER** o Convênio n°. 003/2022, firmado entre a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná, com interveniência do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná, e o Município de Santa Isabel do Ivaí, pelo prazo de 90 (noventa) dias, nos termos do Protocolo Integrado n°. 16.463.366-7.

Art. 2º. Fica revogada a Resolução SEIL nº 021/2022.

Art. 3°. A presente Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Sandro Alex
Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

125576/2025

RESOLUÇÃO SEIL Nº 034/2025

O Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, no uso das atribuições que lhe são conferidas e tendo em vista o disposto na Lei nº 21.352/2023, de 1º de janeiro de 2023 e no Decreto nº 1313/2023,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, de acordo com os Artigos 70 e 71, da Lei nº 6.174/1970, o Sr. JOSÉ BRUSTOLIN NETO, RG nº XXX.612-X, Diretor-Geral, para substituir o Sr. SANDRO ALEX CRUZ DE OLIVEIRA, RG nº 3.XXX.187--X, no cargo de Secretário de Estado, e a Sra. DANIELE APARECIDA ANTUNES DOS SANTOS, RG nº 8.XXX.006-X, para substituir o Sr. JOSÉ BRUSTOLIN NETO, RG nº XXX.612-X, no cargo de Diretor-Geral, desta Secretaria, **no período de 25/09/2025 a 05/10/2025.**

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

Sandro Alex
Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística

125721/2025

Secretaria da Justiça e Cidadania

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA
CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DOS REFUGIADOS, MIGRANTES E APÁTRIDAS – CERMA/PR
DELIBERAÇÃO Nº 004/2025 – CERMA/PR

O Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes

e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, órgão colegiado de caráter deliberativo, consultivo e fiscalizador, tem como função acompanhar a implementação e fiscalização das políticas públicas voltadas aos direitos dos refugiados e migrantes, em todas as esferas da Administração Pública do Estado do Paraná, conforme estabelecido na Lei nº 18.465/2015.

DELIBERA:

Art. 1º – Pela alteração da data da reunião Plenária Ordinária do Conselho de Direitos dos Refugiados Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA, anteriormente agendada para o dia 25 de setembro de 2025, passando a realizar-se no dia 30 de setembro de 2025, às 14:00hrs, no Gabinete de Gestão e Informações – GGI, no Palácio Iguaçu, em Curitiba/PR.

Art. 2º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua aprovação.

Curitiba, 18 de Setembro de 2025.

Rockmillys Basante Palomo
Presidente do CERMA/PR

125616/2025

PORTARIA N.º 100/2025

A Diretora-geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, nomeada pelo Decreto Estadual nº 10096, de 29 de maio de 2025, RESOLVE:

Art. 1º ***Revogar a Portaria nº 66/2025 que realocou ex officio*** o servidor EVERTON CARLOS DOS ANJOS, RG n° 8.XXX.546-X, Agente Profissional – Administrador, do Centro de Socioeducação Londrina 2, para Centro de Socioeducação de Curitiba.

Art. 2º. Publique-se.

Curitiba, 26 de agosto de 2025.

Louise da Costa e Silva Garnica
Diretora-geral da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU.

125921/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS
O DIRETOR DO(A) SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA,
NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174,
DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :
PORTARIA N. 104 DE 12/09/2025
ORGAO - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
ANDREI MENDES GOMES				30	15/03/2014	11/03/2019	01/11/2025	30/11/2025
55845093	1	NAXV	235501538					

124817/2025

Secretaria da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

DELIBERAÇÃO Nº 44/2025 – CEDIPI/PR

Dispõe sobre a utilização do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR no âmbito do Programa Paraná Mais Cidades IV e estabelece diretrizes de monitoramento e acompanhamento pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR.

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DO PARANÁ – CEDIPI/PR, reunido ordinariamente em 17 de setembro de 2025, no uso das suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a Lei nº 16.732/2010, que institui o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, com a finalidade de financiar políticas, planos, programas e ações voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 9.543, de 10 de abril de 2025, que institui e regulamenta o Plano Paraná Mais Cidades IV – PPMC IV, parte integrante do Plano de Governo Estadual, voltado ao fortalecimento das municipalidades do Paraná, e que prevê a participação da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI na formalização dos instrumentos de cooperação com os municípios;

CONSIDERANDO que os recursos do FIPAR podem ser aplicados em construção, reforma, manutenção, ampliação, reordenamento, implantação e aprimoramento de políticas públicas, planos, serviços, programas, projetos e ações voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa;

CONSIDERANDO a corresponsabilidade do Estado em apoiar os municípios na provisão de infraestrutura adequada aos equipamentos e serviços destinados à políticas para pessoa idosa;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir que a aplicação dos recursos do FIPAR no âmbito do PPMC IV observe as finalidades legais do Fundo;

CONSIDERANDO o papel do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa como instância de deliberação e de controle social da política pública da pessoa idosa no Estado do Paraná;

CONSIDERANDO a importância de assegurar mecanismos de monitoramento, avaliação e participação social no acompanhamento da execução das políticas apoiadas pelo FIPAR, em articulação com os Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa;

DELIBERA

Art. 1º Autorizar a operacionalização dos recursos provenientes do Programa Paraná Mais Cidades IV, nos termos da Lei nº 21.370/2023 e do Decreto nº 9.543/2025, para repasse aos municípios beneficiários, na modalidade Fundo a Fundo, por intermédio do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR.

Parágrafo único. Os recursos serão transferidos através da modalidade fundo a fundo, do FIPAR para os respectivos Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, em conta-corrente específica.

Art. 2º Os recursos a que se refere o artigo anterior poderão contemplar construções, reformas e ampliações; aquisição de veículos para utilização nas políticas de direitos à pessoa idosa; aquisição de equipamentos e materiais permanentes destinados a Centros de Convivência, Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs, Centros-Dias e demais equipamentos voltados à proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa, bem como outros projetos e ações que se enquadrem nas finalidades legais da SEMIPI.

Art. 3º A indicação do município beneficiário será realizada por iniciativa da Casa Civil do Governo do Paraná, conforme procedimentos estabelecidos no art. 4º do Decreto Estadual nº 9.543/2025.

Art. 4º A SEMIPI realizará a análise da documentação apresentada pelos municípios, podendo contar com a parceria de órgãos ou entidades estaduais competentes, quando necessária avaliação dos aspectos técnicos, administrativos e financeiros dos projetos e ações a serem implementados, compreendendo obras, programas, serviços e demais iniciativas voltadas à promoção, proteção e defesa dos direitos das pessoas idosas.

Art. 5º A aplicação dos recursos, na interlocução entre Estado e Municípios, deverá considerar aqueles que comprovem a existência e o funcionamento

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

regular do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e do respectivo Fundo, assim como a carência de equipamentos ou de condições para a implementação das ações.

Art. 6º Os procedimentos relativos ao monitoramento, acompanhamento e prestação de contas dos recursos repassados Fundo a Fundo seguirão o disposto em resolução própria da SEMIPI que regulamenta esta modalidade de repasse.

Art. 7º Fica recomendado aos Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa que exerçam participação ativa e permanente na fiscalização e no monitoramento da execução local dos recursos transferidos, promovendo o controle social, acompanhando a correta aplicação dos valores e comunicando irregularidades ou desvios aos órgãos competentes.

Art. 8º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba,17 de setembro de 2025.

Larissa Marsolik
Presidente do CEDIPI/PR

Gestão 2025-2027

125665/2025

RESOLUÇÃO n°147/2025

Determina a formalização do cofinanciamento destinado à equipagem do Complexo Social da Pessoa Idosa do município de Guarapuava, com a finalidade de promover a inclusão social da pessoa idosa, em conformidade com a Deliberação nº 037/2025 – CEDIPI/PR.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA MULHER, IGUALDADE RACIAL E PESSOA IDOSA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 45, da Lei nº 21.352/2023, e conforme o inciso I, do Parágrafo Único, do art. 90, da Constituição Estadual do Estado do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º. Formalizar o repasse de recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Guarapuava, conforme a Deliberação nº 037/2025 – CEDIPI/PR, destinados à equipagem do Complexo Social da Pessoa Idosa, em regime de cofinanciamento, com o objetivo de promover a inclusão social da pessoa idosa por meio da aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais permanentes que qualifiquem o funcionamento do espaço.

Art. 2º. O valor total a ser repassado é de R$ 3.783.711,55 (três milhões, setecentos e oitenta e três mil, setecentos e onze reais e cinquenta e cinco centavos), mediante parcela única, diretamente ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Guarapuava, em conta específica vinculada ao CNPJ do referido Fundo.

Art. 3º. O aceite do município ocorrerá por meio da formalização do Termo de Adesão e do preenchimento do Plano de Ação no Sistema de Acompanhamento do Cofinanciamento Estadual Fundo a Fundo – SIFF, no prazo estipulado em normativas próprias.

Art. 4º. O município deverá iniciar a execução do recurso no prazo de até 12 (doze) meses a contar do repasse, devendo concluí-la integralmente em até 24 (vinte e quatro) meses, observando o disposto na Deliberação nº 037/2025 – CEDIPI/PR.

Art. 5º. A utilização dos recursos deverá ser integralmente destinada a despesas de investimento, vedada sua aplicação em custeio, contratação de pessoal, reformas, ampliações ou quaisquer despesas não relacionadas ao objeto desta Resolução.

Art. 6º. A prestação de contas deverá ser realizada por meio do Relatório de Gestão Físico-Financeira no SIFF, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e submetido à análise do órgão gestor estadual, conforme prazos e condições estabelecidos pela SEMIPI.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

Leandre Dal Ponte
Secretária de Estado da Mulher, Igualdade Racial e da Pessoa Idosa.
(assinado eletronicamente)

125549/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 160/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.545.103-2
ASSUNTO: Trata-se de solicitação de autorização para a aquisição de plaquetas e etiquetas de alumínio com identificação patrimonial para uso por esta Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), por meio de dispensa de licitação, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021.
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes a contratação pretendida, conforme disposto no art. 72 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e no art. 148 do Decreto Estadual n.º 10.086/2022;
Considerando a existência de recursos financeiros, conforme informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica, que atesta que foram cumpridas as recomendações para a contratação;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher e Igualdade Racial, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
APROVO o Termo de Referência (mov. 24 do protocolo em epígrafe);
AUTORIZO a dispensa de licitação nos termos descritos abaixo:
Objeto: aquisição de plaquetas e etiquetas de alumínio com identificação patrimonial para uso por esta Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa (SEMIPI), por meio de dispensa de licitação, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021.
Contratada: **ALFAGRAF SOLUÇÕES INDUSTRIAIS LTDA.**, CNPJ n.º 00.XXX.295/0001-XX.
Valor total do contrato: R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais).
Fundamento legal: art. 75, II, da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do art. 72, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinatura eletrônica)
DIEGO BULIGON
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

125264/2025

ATO DE AUTORIZO n.º 161/2025-DG/SEMIPI

PROTOCOLO n.º 24.589.633-6
ASSUNTO: Formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 6.600/2024, firmado por esta Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa junto à empresa PADARIA E CONFEITARIA FAVO E MEL LTDA. para prestação de serviços contínuos de *coffee break* conforme descrito em Termo de Referência, com o objetivo de prorrogar a vigência contratual.
Considerando os elementos contidos no presente processo de solicitação de prorrogação da vigência contratual do contrato administrativo firmado com a PADARIA E CONFEITARIA FAVO E MEL LTDA.;
Considerando que o processo foi instruído com os documentos necessários e suficientes à prorrogação pretendida;
Considerando informações orçamentárias apresentadas pelo Núcleo Fazendário Setorial, que atesta a suficiência de recursos financeiros;
Considerando o parecer favorável da Assessoria Técnica, que atesta a regularidade do pleito nos termos da legislação vigente;
Considerando as competências do Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa, nos termos do contido no art. 5º da Lei Estadual n.º 21.352/2023 e na Resolução n.º 051/2023-SEMIPI/GAB;
AUTORIZO a formalização do termo nos termos descritos abaixo:
Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º

6.600/2024, de prestação de serviços contínuos de *coffee break* conforme descrito em Termo de Referência, com o objetivo de prorrogar o prazo de vigência contratual, pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de 29/10/2025 até 28/10/2026.
Contratado: PADARIA E CONFEITARIA FAVO E MEL LTDA., CNPJ 35.XXX.719/0001-XX.
Dotação Orçamentária: 05900.5902.14.122.28.8231 – Gestão Administrativa – SEMIPI, Natureza de Despesa 3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Subelemento 3941 – Fornecimento de Alimentação, Fonte 500.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinatura eletrônica)
DIEGO BULIGON
Diretor-geral da Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa

125267/2025

Secretaria do Planejamento

Despacho n.º 339/2025 – DG/SEPL
Curitiba, 17 de setembro de 2025
Assunto: Aquisição de licença de software Trello
e-Protocolo: 24.589.982-3
Trata-se o presente de contratação que tem por objeto a assinatura de 20 (vinte) licenças do software Trello de ferramenta visual e intuitiva para a gestão de projetos com autonomia de usabilidade, estruturada no modelo de quadros, listas e cartões, com controle de prazos, check-list, etiquetas e pluralidade nas formas de visualizações necessário ao atendimento da Secretaria de Estado do Planejamento – SEPL.
A contratação está prevista pelo período de doze meses e apresenta valor total de **R$ 22.449,00 (vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais)** conforme proposta de fl. 32 da Empresa **Loonar Tecnologia da Informação LTDA, CNPJ nº 35.831.986/0001-26** e visa atender a demanda referente a organização dos projetos, facilitando a visibilidade e o acompanhamento das tarefas, além de elevar os níveis de excelência do atual método de gestão, que transitou da forma fragmentada (com o uso de planilhas e comunicação por e-mail, dificuldades de visualização do status dos projetos e acompanhamento de suas atividades, o que resultava em atrasos e retrabalho, prejudicando o alinhamento das equipes à otimização de ações integradas com ganho de tempo e sinergia.
Destaca-se que a presente contratação é condizente com o planejamento orçamentário do órgão, conforme demonstrado na Declaração de Adequação de Despesa e Regularidade do Pedido n.º 241/2025 (fls. 29 e 30) e está previsto no Plano de Contratações Anual – PCA-E.
A presente contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso II da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, considerando que o valor total previsto está dentro do limite previsto.
Ante o exposto:
1. **AUTORIZO** a presente contratação direta por dispensa de licitação, com fulcro no art. 72, inciso VIII, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
2. APROVO o Estudo Técnico Preliminar acostado neste protocolo n.º 24.589.982-3, nos termos do art. 334, parágrafo único, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022;
3. APROVO, na condição de ordenador de despesas, o Termo de Referência acostado neste protocolo n.º 24.589.982-3 – mov. 39, nos termos do art. 19, §3º, do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022.
PUBLIQUE-SE.
Atenciosamente,

DOMINGOS TREVIZAN FILHO
Diretor-Geral/SEPL

125944/2025

Secretaria da Saúde

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO EM SAÚDE DO PARANÁ
REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS – CHAMAMENTO PÚBLICO 04/2025 PROTOCOLO: 23.647.677-4

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL REGIONAL DO NORTE PIONEIRO – HRNP

PREÇO MÁXIMO PLANTÃO: R$ 17.748.466,20 para 12 (doze) meses.

PREÇO ESTIMADO PRODUÇÃO: R$ 1.254.966,60 para 12 (doze) meses.

Análise da Documentação: 13/10/2025 às 10h00, pela Comissão de Credenciamento na Sede Administrativa da FUNEAS – Rua do Rosário, nº 144 10º andar – Centro – Curitiba – PR.

Curitiba, 19 de setembro de 2025.

Geraldo Gentil Biesek
Diretor Presidente

Marcos Aurélio Pereira
Diretor Administrativo

125446/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 18.732.662-1

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Informação nº 548/2023 – PRC/PGE, **celebrar o Segundo Termo Aditivo ao convênio nº 057/2022/2020**, formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Município de Rio Branco do Sul, inscrito no CNPJ nº 6.105.576/0001-85, em cumprimento ao objeto proposto estabelecer as condições de obrigações entre as partes signatárias, cuja finalidade é o repasse de recursos financeiros visando a reforma e ampliação do Hospital Municipal de Rio Branco do Sul, visando ofertar uma melhor qualidade e agilidade nos procedimentos obstétricos e pequenas cirurgias aos usuários do Sistema Único de Saúde conforme Plano de Trabalho parte integrante e indissociável deste Convênio.

2. O valor para a execução do presente Convênio passa a perfazer o total de R$15.814.121,74 (quinze milhões, oitocentos e quatorze mil, cento e vinte e um reais e setenta e quatro centavos). Sendo o acréscimo no valor do repasse do Concedente em R$ 490.375,07 (quatrocentos e noventa mil, trezentos e setenta e cinco reais e sete centavos) com recursos da SESA/FUNSAUDE, proveniente da Fonte 100 do Tesouro do Estado e o acréscimo no valor da contrapartida em R$214.347,94 (duzentos e quatorze mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e quatro centavos)

3. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10.086 de 17 de janeiro de 2022, Decreto Estadual nº 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Lei n° 18.976/2017, Decreto nº 7265/2017, Resolução SESA n° 402/2017, Resolução SESA nº. 86/2020 e Decreto Estadual nº 11.180 de 23 de maio de 2022, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a FUNSAUDE/DPCC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

126114/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.399.257-5

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art. 1º, parágrafo 6º, do Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, Decreto n° 8.679 de 25 de janeiro de 2018, Resolução nº 021/2023 – PGE que aprova a minuta padronizada visando a celebração de Termo de Execução Descentralizada (TED), formalizando a relação entre Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde do Paraná e a Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, inscrita CNPJ nº 80.257.355/00001-08, em cumprimento ao objeto proposto CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO EM REABILITAÇÃO CER IV, conforme Plano de Trabalho devidamente assinado e autorizado pela autoridade competente.

2. O valor para a execução do presente TED nº 200/2025, importa R$10.032.038,38 (dez milhões, trinta e dois mil, trinta e oito reais e trinta e oito centavos), sendo R$ 7.861.000,00 (sete milhões, oitocentos e sessenta e um mil reais), provenientes da Dotação Orçamentária nº 4760.10122358059.4490.5100 Fonte 601 Tesouro Federal e R$ 2.171.038,38 (dois milhões, cento e setenta e um mil, trinta e oito reais e trinta e oito centavos), provenientes da Dotação Orçamentária nº 4760.10122358059.4490.5100 Fonte 500 Tesouro do Estado.

3. Condiciono a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal n° 14.133/2021, Decreto Estadual n° 10086/2022, Decreto Estadual nº 11.180/2022, Lei Orçamentária Anual – LOA nº 22.267/2024 Decreto Estadual nº 8.622/2013, Decreto Estadual nº 4.189/2016, Decreto Estadual n° 8.679/2018 e Lei Complementar Estadual 152/2012, sob pena de cancelamento deste ato.

4. Publique-se e encaminhe-se a SESA/DPC para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

126103/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 23.872.352-3

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Informação nº 850/2025 – PRC/PGE, formalizando o **1º Termo Aditivo ao Contrato n.º 0306.3013/2024** entre o Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e o Hospital de Ensino São Lucas / Fundação Hospitalar São Lucas, na cidade de Cascavel, inscrito no CNPJ sob o nº 21.998.635/0001-08, CNES nº 2738309, através da Prestação de Serviços Ambulatoriais e Hospitalares de Atenção à Saúde dos usuários do SUS.

2. O presente Termo Aditivo ao contrato 0306.3013/2024, tem por objeto o acréscimo da estimativa financeira da Média Complexidade Hospitalar, devido a publicação da Portaria GM/MS nº 6.220, de 20 de dezembro de 2024 que aumenta o valor da habilitação já existente dos 5 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal tipo II;

3. O percentual referente ao acréscimo mensal no valor de R$ 16.425,00 (dezesseis mil e quatrocentos e vinte e cinco reais) e anual de R$ 197.100,00 (cento e noventa e sete mil e cem reais) descrito na cláusula primeira, corresponde a 0,31 % do valor originalmente contratado atualizado, com fundamentação no artigo 125 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

4. O valor mensal estimado para a execução do presente Contrato atualizado importa em até R$ 4.049.479,73 (quatro milhões, quarenta e nove mil e quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e três centavos), com recursos do Bloco de Média e Alta Complexidade do Sistema de Saúde – Transferência da União/SUS/Fonte 600, totalizando o valor anual de até R$ 48.593.756,76 (quarenta e oito milhões, quinhentos e noventa e três mil e setecentos e cinquenta e seis reais e setenta e seis centavos), para a execução do presente contrato até o término de sua vigência.

5. O presente Termo Aditivo surtirá efeitos a partir da sua celebração.

6. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

7. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

125609/2025

DESPACHO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE

Protocolo 24.584.245-7

1. **AUTORIZO**, com fulcro no art.1º, parágrafo 3º, do Decreto 4.189 de 25 de maio de 2016, Parecer Referencial nº 16/2024 – PRC/PGE, formalizando o **1º Termo Aditivo de Prorrogação de Prazo ao Contrato nº 0306.3182/2024** entre o Gestor Estadual por meio da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE NOVA CANTU,** CNES nº 9540245, CNPJ nº 01.963.182/0001-69, com sede na rua Santa Catarina, S/N, Município de Nova Cantu, através da Prestação de Serviços Ambulatoriais de Atenção à Saúde dos usuários do SUS, a partir de repasse de recursos financeiros oriundos de Emenda Parlamentar, Portaria MS/GM nº 4.588, de 26 de junho de 2024.

2. O presente termo aditivo ao contrato **0306.3182/2024**, tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº **0306.3182/2024**, nos termos do item 10 do contrato originário;

3. Fica prorrogada a vigência do contrato pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir de **28/10/2025 a 27/10/2026**.

4. Conforme justificativa contida no processo administrativo nº 24.584.245-7, fica mantido o valor mensal do contrato, que é de **R$ 4.081,77 (quatro mil, oitenta e um reais e setenta e sete centavos)**, para a execução do presente contrato durante os 12 (doze) meses de vigência.

5. As despesas deste Termo Aditivo correrão à conta da Dotação Orçamentária nº 4760.10302358.485, Elemento de Despesa n.º 3390.3900, Fonte de Recursos n.º 600 / Transferência da União;

6. Ficam mantidas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário;

7. **Condiciono** a presente autorização ao cumprimento das exigências fiscais e trabalhistas, conforme estabelece a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 10.086/2022, Decreto 8.622 de 31 de julho de 2013, Decreto nº 4.189 de 25 de maio de 2016, sob pena de cancelamento deste ato.

8. Publique-se e encaminhe-se a DCR para as providências

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

125608/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.514/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 389/2023, que dispõe sobre transferências de recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 788/2023, que Altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

- considerando a Resolução SESA nº 633/2024, que altera a Resolução SESA nº 389 de 04 de abril de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos recursos financeiros para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 5º da Resolução SESA nº 389/2023, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido recurso financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, para consolidação e expansão da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS no Paraná, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Assinado eletronicamente
Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.514/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO RECURSO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE NO ÂMBITO DO SUS NO PARANÁ.

MUNICÍPIO	VALOR TOTAL	LOCAL
PLANALTO	R$500.000,00	
PRIMEIRO DE MAIO	R$ 150.000,00	HOSPITAL MUNICIPAL
SALTO DO ITARARÉ	R$ 200.000,00	UBS
SALTO DO ITARARÉ	R$ 250.000,00	HOSPITAL MUNICIPAL

125620/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.516/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001 (Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe sobre os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê que "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 388/2023, que dispõe sobre o incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão ao incentivo financeiro, vinculado aos Programas da Secretária de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinado a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, por meio de repasse na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 10º da Resolução 388/2023, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará resolução financeira dos municípios contemplados para o recebimento do recurso, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.516/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DESTINADO A PROVER A INFRAESTRUTURA ADEQUADA AOS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE MUNICIPAIS NO ESTADO DO PARANÁ, POR MEIO DO FINANCIAMENTO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS.

RS	MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR	LOCAL
15ª RS	ASTORGA	AMPLIAÇÃO UBS	R$ 100.000,00	DISTRITO TUPINAMBÁ
08ª RS	CAPANEMA	REFORMA UBS	R$ 300.000,00	
08ª RS	NOVA PRATA DO IGUAÇU	REFORMA UBS	R$ 300.000,00	
08ª RS	NOVA PRATA DO IGUAÇU	REFORMA UBS	R$ 300.000,00	
07ª RS	PALMAS	UBS TIPO I	R$ 1.000.000,00	
07ª RS	PALMAS	UBS TIPO I	R$ 1.000.000,00	
08ª RS	SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	UBS TIPO I	R$ 1.000.000,00	UBS VILA AURORA
08ª RS	VERÊ	REFORMA UBS	R$ 300.000,00	UBS PROGRESSO
08ª RS	VERÊ	REFORMA UBS	R$ 300.000,00	UBS KENNEDY

125624/2025

RESOLUÇÃO SESA Nº 1.513/2025

Habilita os municípios a pleitearem adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação de Atenção Primária à Saúde, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo, para o exercício de 2025.

***O Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos I e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1 de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná,*

- considerando o art. 20 da Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012, que estabelece que a transferência dos estados para os municípios destinados a financiar ações e serviços públicos de saúde serão realizadas diretamente aos Fundos Municipais de Saúde, de forma regular e automática em conformidade com os critérios de transferência aprovada pelo respectivo Conselho de Saúde;

- considerando a Lei nº 13.331/2001(Código de Saúde), regulamentado pelo Decreto nº 5.711, de 23 de maio de 2002, que dispõe que os recursos alocados no Fundo Estadual de Saúde, cujo art. 49 prevê "Os recursos alocados poderão ser objeto de transferência aos Fundos Municipais de Saúde, independentemente de convênio ou instrumento congênere";

- considerando que no Estado do Paraná foi criado o Fundo Estadual de Saúde – FUNSAUDE (Lei nº 152 de 10/12/2012), regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de Abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde devendo autorizar de forma expressa e individualmente a execução de despesas referentes a ações e serviços de saúde com recursos do FUNSAUDE;

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

- considerando o que dispõe o art. 17 da Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990: "À Direção Estadual do Sistema Único de Saúde", em seu Item III – "compete buscar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde";

- considerando a Resolução SESA n° 769/2019, que dispõe sobre o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário nos Municípios do Estado do Paraná, no Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, na modalidade fundo a fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 387/2023, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

- considerando a Resolução SESA nº 823/2024, que Altera a Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

- considerando a Resolução SESA nº 1505/2024, que altera o anexo I da Resolução SESA nº 769, de 06 de dezembro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a relação de municípios, conforme o Anexo I desta Resolução, para pleitearem a adesão aos Programas Estratégicos da Secretaria de Estado da Saúde – Qualificação da Atenção Primária, visando o Incentivo Financeiro de Investimento para o Transporte Sanitário, na modalidade fundo a fundo.

Art. 2º Para receber o Incentivo Financeiro supramencionado, os municípios deverão encaminhar às suas respectivas Regionais de Saúde os documentos elencados no art. 6º da Resolução SESA nº 769/2019, via e-Protocolo Digital.

Art. 3º Após análise e aprovada a documentação enviada pelo Gestor Municipal, a SESA editará Resolução de autorização do repasse do referido incentivo financeiro de investimento para o Transporte Sanitário, do Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, conforme prévia disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Assinado eletronicamente
Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº 1.513/2025

MUNICÍPIOS HABILITADOS A PLEITEAREM A ADESÃO AO INCENTIVO FINANCEIRO DE INVESTIMENTO PARA O TRANSPORTE SANITÁRIO.

MUNICÍPIO	OBJETO	VALOR UNITÁRIO	QUANT	VALOR TOTAL
CONSELHEIRO MAIRINCK	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
ENÉAS MARQUES	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
GUAPIRAMA	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
GUAPIRAMA	VEÍCULO BÁSICO	R$ 70.000,00	2	R$ 140.000,00
JATAIZINHO	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	1	R$ 250.000,00
NOVA ESPERANÇA	VEÍCULO UTILITÁRIO OU 7 LUGARES	R$ 100.000,00	5	R$ 500.000,00
PAIÇANDU	VEÍCULO BÁSICO	R$ 70.000,00	1	R$ 70.000,00
PORECATU	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	AMBULÂNCIA BÁSICA	R$ 250.000,00	3	R$ 750.000,00
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	ÔNIBUS	R$ 700.000,00	1	R$ 700.000,00
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	3	R$ 660.000,00
SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE	VEÍCULO 7 LUGARES	R$ 100.000,00	5	R$ 500.000,00
SENGÉS	VAN TRANSPORTE DE PACIENTES	R$ 220.000,00	1	R$ 220.000,00

125619/2025

Secretaria da Segurança Pública

NÚMERO DE PORTARIA DE INQUÉRITO POLICIAL E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA	PROTOCOLO CORREGEDORIA DE ASSUNTOS DISCIPLINARES	PROTOCOLO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL	PROCEDIMENTO	DELEGADO DE POLÍCIA DESIGNADO PARA PRESIDÊNCIA
87/2025-CGPC	472/2025-CD	---	INQUÉRITO POLICIAL	ALEXANDRE BONZATTO
88/2025-CGPC	473/2025-CD	---	INQUÉRITO POLICIAL	THIAGO ANDRADE DOS SANTOS
89/2025-CGPC	474/2025-CD	---	INQUÉRITO POLICIAL	RAFAEL NUNES MOTA
77/2025-CGPC	119/2025-CD	82/2025-CSPC	PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR	ALFREDO DIB JUNIOR

124245/2025

RESOLUÇÃO N° 498/2025

Designa a Comissão Permanente de Procedimentos Patrimoniais de Inventário, Inservibilidade e/ou Desnecessidade dos Bens Mobiliários do 11° Batalhão de Polícia Militar.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe conferem o art. 90 da Constituição Estadual, o art. 4º da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, em observância ao inciso II, do art. 2º, do Decreto Estadual nº 4.336, de 25 de fevereiro de 2009, ao Parecer Referencial nº 011/23-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 140, de 26 de julho de 2023, e conforme o contido no e-protocolo nº 24.261.095-0.

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os militares estaduais abaixo relacionados, para compor a Comissão Permanente de Inventário e de Avaliação de Inservibilidade e/ou Desnecessidade de Bens Móveis do 11° Batalhão de Polícia Militar:

Função	Nome	CPF

Presidente	1° Ten. QOEM PM Jessé Pereira Barreto	XXX.438.829-XX
Membros	Asp. Of. PM Igor Krepel Batistao	XXX.365.469-XX
	Subten QP PM Luciano Soares da Silva	XXX.337.529-XX
Suplentes	2º Sgt QP PM José Roberto Fernandes	XXX.820.349-XX
	Cb QP PM Giovani Galick	XXX.149.849-XX

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125458/2025

RESOLUÇÃO N° 497/2025

Prorroga o prazo para conclusão de PR em desfavor da empresa JMF COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita sob o CNPJ n.° 36.953.179/0001-49.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 4º, incisos II e VII da Lei Estadual 21.352, de 1° de janeiro de 2023, pelo Decreto Estadual nº 8.301, de 13 de dezembro de 2024, e pelo Decreto Estadual nº 4.468, de 18 de dezembro de 2023, e conforme protocolo nº 24.652.264-2,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR, por 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PR n° 008/2025, instaurado pela Resolução nº 246/2025 – SESP, publicada no DIOE nº 11.891, em 28 de abril de 2025.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125319/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA
CORREGEDORIA

Portaria nº 65/2025

A Corregedora da Polícia Científica do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas de acordo com os art. 14 da Lei nº 21.117 de 30 de junho de 2022, art. 99 da Lei nº 20.656 de 03 de agosto de 2021 e Decreto nº 11.077 de 1 de setembro de 2025.

DETERMINA

O arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar nº 21.910.040-0, acolhendo parcialmente o relatório final da Comissão de PAD, que entendeu pela **absolvição do servidor** Mauro Farnocchia CPF XXX.622.779-XX quanto às infrações funcionais a ele atribuídas, e **estende o mesmo entendimento ao servidor** Alcimar José Vidolin CPF XXX.733.399-00, por insuficiência de materialidade para ambos.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Joice Malakoski
Corregedora da Polícia Científica

125670/2025

ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
1º COMANDO REGIONAL DE POLÍCIA MILITAR
13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
"BATALHÃO Ten.-Cel. PEDRO PLOCHARSKI"

(E-protocolo 24.339.718-9)

Conforme autorização para publicação do Edital de Chamamento Público, pelo do Diretor-Geral da SESP, Sr. Cel. QORR PM Adilson Luiz Lucas Prüsse, publicada em DIOE n° 11969, de 20 de agosto de 2025, o 13º Batalhão de Polícia Militar do Paraná torna público o Edital de Chamamento Público para Doação de Bens Móveis Inservíveis e/ou Desnecessários n° 001/2025, E-protocolo: 24.339.718-9. A relação completa do Lote de bens inservíveis e/ou desnecessários a serem doados encontra-se no ANEXO I, publicado no endereço eletrônico: <https://www.pmpr.pr.gov.br/Pagina/Chamamento-Publico>.

"Assinado eletronicamente"

Ten.-Cel. QOEM PM Deoclécio **Aires** Barbosa,
Comandante do 13º BPM.

125941/2025

PORTARIA Nº 019/2025 – PRES/FAASP

Designação de Pregoeiro - Agente de Contratação

O DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE APOIO À SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 250 de 01º de janeiro de 2023, Lei Complementar n.º 282 de 03 de julho de 2025, Decreto Estadual nº 9.430 de 02 de setembro de 2025, Decreto Estadual n.º 9.437 de 03 de abril de 2025, e o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021,

CONSIDERANDO a recente constituição da FUNDAÇÃO, a qual não estabeleceu, até o momento, o quadro de pessoal efetivo (empregados), excepcionalmente admite-se a nomeação de servidor comissionado como agente de contratação, conforme entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná estabelecido no Acórdão nº 3561/23 – Tribunal Pleno do TCE-PR;

CONSIDERANDO que a FUNDAÇÃO está concluindo o seu Plano de Cargos e Salários para apresentação ao Conselho Superior visando a possibilidade de realização de concurso público para contratação dos empregados;

RESOLVE:

Art. 1º – Designar Camille Esther Ioris Sperança, CPF nº 056.944.589-23, comissionada, como Agente de Contratação/Pregoeira da Fundação de Apoio à Segurança Pública.

Art. 2º – Designar Camille Esther Ioris Sperança, CPF nº 056.944.589-23, comissionada, como Equipe de Apoio da Fundação de Apoio à Segurança Pública.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

RENAN BARBOSA LOPES FERREIRA
Diretor-Presidente
Fundação de Apoio à Segurança Pública

125443/2025

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Artigo 57 do Decreto Estadual 7339/2010.

NOTIFICA:

1. O Sr. Fernando Cesar Silva Pereira, RG 9.139.333-6, que foi ocupante do cargo de Soldado 1ª Classe da Polícia Militar do Paraná, simbologia QPM 1-0, a comparecer na Diretoria de Gestão de Pessoas, sito a Av. Marechal Floriano Peixoto, 1401 – Rebouças, Curitiba – PR, 80230-110, ou, impossibilitado de comparecer, entre em contato através do número (41) 3304-4634 e 3304-4654, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo máximo de até 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

2. E para que não alegue desconhecimento, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 14 de maio de 2025.

1º Ten. QOEM PM Matheus Marques de Almeida,
Chefe da Subseção de Implantação DGP/1.

(Ref. Boletim-Geral nº 085 de 13 de maio de 2025 E-Protocolo nº 23.319.326-7)

117910/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

P O R T A R I A Nº 1400- DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 24.628.504-7, resolve,

R E M O V E R A P E D I D O

PAULO RICARDO DE ARAUJO, RG 9.XXX.592-X, PAPILOSCOPISTA POLICIAL;

DO(A): SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE APUCARANA - SRI 850, do Instituto de Identificação do Paraná.

PARA: SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MARINGÁ - SRI 450, do mesmo Instituto.

JULIANA GONÇALVES CAPOBIANCO, RG 6.XXX.552-X, PAPILOSCOPISTA POLICIAL;

DO(A): SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE MARINGÁ - SRI 450, do Instituto de Identificação do Paraná.

PARA: SEÇÃO REGIONAL DE IDENTIFICAÇÃO DE APUCARANA - SRI 850, do mesmo Instituto.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1401-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando protocolo nº 22.988.413-1, resolve,

M A N T E R

ED CARLO AVILA, RG 8.XXX.240-X, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;

NO(A): DIVISÃO DE POLÍCIA METROPOLITANA.

MOTIVO: Para exercer atividades administrativas.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

PORTARIA Nº 1402-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve,

T O R N A R S E M E F E I T O

a Portaria nº 1298-DPC, de 18/08/2025, que matriculou "os servidores abaixo relacionados para participarem do "CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL - CARREIRAS POLICIAIS DE DELEGADOS DE POLÍCIA PAPILOSCOPISTAS POLICIAIS e AGENTES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA", a ser realizado na Escola Superior de Polícia Civil, localizada na Rua Tamoios, 1200, Vila Izabel, Curitiba/PR",

a partir de	**NOME DO(A) CANDIDATO(A)**	CARGO	CPF
12/08/2025	DOUGLAS MACIEL FRASSON	APJ	009.XXX.XXX-82
12/08/2025	IVAN KAMPMANN KAMMER	APJ	082.XXX.XXX-97
12/08/2025	MARCELO OKAHISA	APJ	075.XXX.XXX-03
18/08/2025	MARINA SALAMONI GAZZI	APJ	095.XXX.XXX-41
08/08/2025	MICHEL SILVA DA COSTA	APJ	124.XXX.XXX-03
12/08/2025	VINICIUS AQUINO FONSECA	APJ	109.XXX.XXX-65

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1403-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 24.663.997-3, resolve,

D E S I G N A R

VICTOR LOUREIRO MATTAR ASSAD, RG 13.XXX.292-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe do NÚCLEO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, da Divisão Estadual de Narcóticos, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pelo NÚCLEO REGIONAL DE CURITIBA, da mesma Divisão, durante férias do titular RICARDO TEIXEIRA CASANOVA, RG 12.XXX.991-X, Delegado de Polícia de 2ª classe, no período de 25/09/2025 a 04/10/2025.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1404- DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 64, da Lei Complementar nº 259/2023;

Considerando o protocolo nº 24.659.834-7, resolve,

R E M O V E R A P E D I D O

MARÍLIA CASTRO DE MELO, RG 16.XXX.448-X, PAPILOSCOPISTA POLICIAL;

DO(A): INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ.

PARA: SETOR DE PERÍCIA EM LOCAL DE CRIME, do mesmo Instituto.

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1405-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o protocolo n.º 24.615.194-6, resolve,

D I S P E N S A R

VALDINEI DA SILVEIRA BORGES SPRADA, RG 5.XXX.310-X, AGENTE DE EXECUÇÃO, exercendo suas funções no PROTOCOLO GERAL, da Divisão de Infraestrutura, da função de Gestor de Acesso do Sistema E-Protocolo Geral da Polícia Civil.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1406-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

Considerando os protocolos sob nº 24.540.392-5, resolve,

R E T I F I C A R

a portaria nº 1399-DPC, de 12/09/2025, que designou "**LEANDRO DOS SANTOS PESTANA**, RG 17.XXX.007-X, Delegado de Polícia de 4ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na DELEGACIA DE POLÍCIA DE PINHÃO, da 14.ª Subdivisão Policial de GUARAPUAVA, da Divisão Policial do Interior, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela DELEGACIA DE POLÍCIA DE PRUDENTÓPOLIS, da mesma Subdivisão e Divisão, durante licença pra tratamento de saúde do titular RODRIGO CRUZ DOS SANTOS, RG 14.XXX.866-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, no período de 23/05/2025 a 05/09/2025 ",

*ONDE SE LÊ: "*23/05/2025 a 05/09/2025",

*LEIA-SE: "*23/08/2025 a 05/09/2025".

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1425-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 24.650.859-3, resolve,

D E S I G N A R

DIEGO FERNANDES VALIM, RG 14.XXX.740-X, Delegado de Polícia de 3ª classe, exercendo suas funções como Delegado Chefe na 3.ª DELEGACIA DE HOMICÍDIOS, da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa, para responder cumulativamente como Delegado Chefe pela 1.ª DELEGACIA DE HOMICÍDIOS, da mesma Divisão, durante férias da titular MAGDA MARINA FERREIRA HOFSTAETTER, RG 9.XXX.976-X, Delegada de Polícia de 3ª classe, no período de 06/10/2025 a 23/10/2025.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1427-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 24.385.303-6, resolve,

L O T A R

a partir de 26/09/2025, JONAS AVELAR DO NASCIMENTO SANTOS, RG 16.XXX.140-X, DELEGADO DE POLÍCIA;

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II – SITUAÇÕES DIVERSAS.
FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): 18.ª SUBDIVISÃO POLICIAL DE TELÊMACO BORBA, da Divisão Policial do Interior.

MOTIVO: Tendo em vista licença sem vencimentos, com início em 26/09/2025 e término em 24/03/2026, conforme Portaria nº 37/2025-SESP, publicada no DIOE nº 11978, de 02/09/2025.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1428 -DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, resolve,

L O T A R,

KAREN RAFFAELA SCHUVETS BORGES, RG 8433968-7, AGENTE DE POLÍCIA JUDICIÁRIA;
NO(A): DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA.

MOTIVO: Retorno de disposição funcional, conforme Decreto nº 9882/25.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

P O R T A R I A Nº 1429-DPC

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o protocolo sob nº 23.866.238-9, resolve,

L O T A R

a partir de 05/05/2025, RAYANA DE CALDAS CORRÊA MOURY PITANGA, RG 16.XXX.267-X, DELEGADO DE POLÍCIA;

NO(A): GRUPO AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS II – SITUAÇÕES DIVERSAS.
FICANDO DISPENSADO(A) DO(A): DELEGACIA DE POLÍCIA DE TOMAZINA, da 12ª Divisão Policial de Jacarezinho, da Divisão Policial do Interior, e de responder como Delegada Chefe da referida unidade policial, e de responder cumulativamente como Delegada Chefe pelas Delegacias de Polícia de JABOTI e PINHALÃO, da mesma Subdivisão e Divisão.

MOTIVO: Tendo em vista licença sem vencimentos, com início em 05/05/2025 e término em 31/10/2025, conforme Portaria nº 22/2025-SESP, publicada no DIOE nº 11899, de 12/05/2025.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

A P O S T I L A Nº 001

Anexo da Portaria nº 1288 -DPC, de 07/08/2025.

O DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em referência à Portaria 1288-DPC que matriculou os servidores para participarem do "CURSO DE FORMAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONAL - CARREIRAS POLICIAIS DE DELEGADOS DE POLÍCIA, PAPILOSCOPISTAS POLICIAIS e AGENTES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA", a ser realizado na Escola Superior de Polícia Civil, localizada na Rua Tamoios, 1200, Vila Izabel, Curitiba/PR, resolve,

I-INCLUIR:

A PARTIR DE	NOME	CARGO	CPF
12/08/2025	DOUGLAS MACIEL FRASSON	APJ	009.XXX.XXX-82
12/08/2025	IVAN KAMPMANN KAMMER	APJ	082.XXX.XXX-97
12/08/2025	MARCELO OKAHISA	APJ	075.XXX.XXX-03
18/08/2025	MARINA SALAMONI GAZZI	APJ	095.XXX.XXX-41
08/08/2025	MICHEL SILVA DA COSTA	APJ	124.XXX.XXX-03
12/08/2025	VINICIUS AQUINO FONSECA	APJ	109.XXX.XXX-65

II- EXCLUIR

A PARTIR DE	NOME	CARGO	CPF
07/08/2025	ARIANNY OLIVEIRA NETTO	APJ	026.XXX.XXX-42

Curitiba, 15 de setembro de 2025.

(assinado digitalmente)
Silvio Jacob Rockembach
Delegado Geral

125958/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL

Prot. 104/2025/CPC – Relação de Procedimentos Disciplinares a serem sorteados na sessão de 22 de setembro de 2025.

01 – 013/2025/CSPC (protocolo digital 24.016.589-9) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **CLAUDINEI FERNANDES,** Agente de Polícia Judiciária (**afastado da função por decisao judicial**).
02 – 1190/2004/CSPC (protocolo digital 24.675.755-0) – Processo Administrativo Disciplinar em desfavor de **LUCIANO CASTELLANO,** Agente de Polícia Judiciária. **DESARQUIVADO PELA DELIBERAÇÃO 958/2025 de 15/09/2025.**

Curitiba, 18/09/2025.
VALMIR SOCCIO
Delegado de Polícia
Secretário Geral do Conselho

125949/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 081/2025-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019, Resolução n.º 005 de 11 de janeiro de 2018 e Resolução nº 038/2024- SESP, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Perito Oficial Criminal FABIO ANTONIO TIRONI, CPF XXX.789.339-XX, para exercer o cargo de Chefe da Seção de Patologia Forense durante as férias da titular REGINA DE PAULA XAVIER GOMES, CPF XXX.147.109-XX, durante o período de 10 a 19 de dezembro de 2025.

Leandro Cerqueira Lima,
Diretor-Geral da Polícia Científica em exercício

125327/2025

POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ
GABINETE DA DIREÇÃO-GERAL

Portaria nº 082/2025-GAB

O Diretor-Geral da Polícia Científica (PCP), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, de acordo com a Lei nº 21.117/2022, arts. 24 e 33 do anexo único do Decreto n.º 5.887, de 15 de dezembro de 2005 e Decreto n.º 3.186, de 28 de outubro de 2019, Resolução n.º 005 de 11 de janeiro de 2018 e Resolução nº 038/2024- SESP, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Perito Oficial Criminal WANER LUIZ WATERKAMPER

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ALANO, CPF XXX.295.459-XX, para exercer o cargo de Chefe da Seção de Sexologia Forense durante as férias do titular JOSE ANTONIO LEPREVOST NETO, CPF XXX.006.049-XX, durante o período de 22 a 31 de dezembro de 2025.

Leandro Cerqueira Lima,

Diretor-Geral da Polícia Científica em exercício

125328/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

O Senhor LENAI MARTINS OLIVEIRA, RG: 1X.68X.79X-X, que foi ocupante do cargo de Agente Judiciário, APJ – QPPC, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de setembro de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

124548/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

Ao Senhor Marcos Ramão Pacheco, RG: 5.x4x.7x4-x, que foi ocupante do cargo de Agente Judiciário, APJ – QPPC, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de setembro de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

124554/2025

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANA
O CHEFE DO NÚCLEO DE RECURSOS HUMANOS SETORIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo artigo 320, § 2º, da Lei Estadual nº 6174, de 20 de novembro de 1970,

NOTIFICA:

A Senhora LIDIANE DE OLIVEIRA DE SOUZA, RG: 1x1xx9xxx06, que foi ocupante do cargo de Agente Profissional, QPPE, a comparecer na Unidade de Recursos Humanos Setorial, sito a Rua Coronel Dulcídio, nº 800, 2º andar, Batel, Curitiba – PR, considerando o contido no Inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, para tratar assunto de seu interesse em que pese o § 2º do Art. 163 da Lei Nº 6174/70, no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a 15ª (décima quinta) publicação em Diário Oficial do Estado.

E para que não alegue ignorância, é expedida a presente notificação, que será publicada por 15 (quinze) vezes consecutivas no Diário Oficial do Estado.

Curitiba, 15 de setembro de 2025

Assinado Eletronicamente

Luís Gustavo Oribka
Chefe do SESP/NRHS

124551/2025

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
GABINETE

PORTARIA 055/2025-DEPPEN/GAB

Ementa: Estabelece a organização, os procedimentos e as diretrizes para a oferta de atividades educacionais no âmbito do Sistema Penal do Estado do Paraná.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, designada através do Decreto nº 7.160 de 26 de agosto de 2024, publicado no Diário Oficial do Estado edição nº 11.731, no exercício das atribuições conferidas no artigo 4°, do Regimento Interno do DEPPEN aprovado pela Resolução n°. 233/2016 e considerando o protocolo 24.471.043-3;

CONSIDERANDO a Constituição Federal, que estabelece a educação como um direito fundamental (arts. 6º e 205) e rege a Administração Pública pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37);

CONSIDERANDO a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), que prevê a assistência educacional como instrumento essencial para a harmônica integração social da pessoa privada de liberdade;

CONSIDERANDO a Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece os procedimentos e as diretrizes a serem observados para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar, como regra, o chamamento público para a seleção de parceiros, garantindo a isonomia e a transparência, bem como a necessidade de justificar formalmente os casos de dispensa ou inexigibilidade, conforme preconiza a legislação de regência, em especial o Decreto Estadual nº 3.513, de 18 de fevereiro de 2016;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 4.189, de 25 de maio de 2016, que, em seu art. 1º, § 7º, delega aos Secretários de Estado a competência para autorizar a formalização de termos de cooperação e instrumentos congêneres que não envolvam transferência de recursos estaduais;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e sua regulamentação pelo Decreto Estadual nº 3.513, de 18 de fevereiro de 2016, que definem o Acordo de Cooperação como instrumento para parcerias com Organizações da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e sua regulamentação pelo Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, que definem o Termo de Cooperação como instrumento para parcerias com entes públicos e privados;

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os fluxos administrativos e o dever da Administração Pública de assegurar a gratuidade integral das atividades educacionais ofertadas, protegendo as pessoas privadas de liberdade e seus familiares de qualquer tipo de ônus financeiro,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO OBJETO E DOS PRINCÍPIOS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a organização, o fluxo de procedimentos e as diretrizes para a oferta de atividades de educação escolar e de práticas sociais educativas não escolares, de forma presencial ou a distância, nos estabelecimentos penais do Paraná.

Art. 2º Todas as atividades educacionais no âmbito do DEPPEN-PR devem ser ofertadas de forma integralmente gratuita.

Parágrafo único. A vedação de que trata este artigo abrange todos os custos diretos e indiretos, incluindo, mas não se limitando a, taxas de inscrição, material didático, emissão de certificados ou custos de acesso a plataformas de ensino, independentemente da natureza pública ou privada da instituição ofertante.

CAPÍTULO II

DO FLUXO DE PROCEDIMENTOS

Seção I

Da Proposta e Autorização Interna

Art. 3º A implementação de qualquer projeto ou atividade educacional em unidades penais depende, cumulativamente, da:

I - Anuência Técnica da Divisão de Educação e Capacitação (DEC);

II - Autorização da Direção do Estabelecimento Penal; e

III - Acompanhamento Pedagógico contínuo pelo Setor de Pedagogia da unidade.

Art. 4º O procedimento para análise de novas atividades educacionais de iniciativa interna ou local deve ser iniciado pela Direção da unidade penal, mediante a abertura de processo no sistema e-protocolo, que deverá conter o projeto pedagógico detalhado e a manifestação favorável da equipe de pedagogia da unidade, sendo então submetido à Divisão de Educação e Capacitação (DEC).

Seção II

Das Propostas Externas e Formalização de Parcerias

Art. 5º A Divisão de Educação e Capacitação (DEC), vinculada à Diretoria de Tratamento Penal, é o setor de referência para o recebimento centralizado de propostas e manifestações de interesse de instituições de ensino, Organizações da Sociedade Civil e outras entidades que desejem desenvolver projetos educacionais no sistema penal.

Art. 6º A seleção de entidades parceiras para a celebração dos instrumentos de que trata esta Portaria será realizada, preferencialmente, por meio de chamamento público, a fim de assegurar a observância dos princípios da isonomia, da publicidade e da moralidade.

Parágrafo único. A não realização do chamamento público, nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade legalmente previstas, deverá ser prévia e detalhadamente justificada pelo gestor público no respectivo processo administrativo, conforme dispõe o art. 35 do Decreto Estadual nº 3.513, de 18 de fevereiro de 2016.

Art. 7º Os projetos e as ofertas de atividades educacionais que visem à remição de pena pelo estudo deverão ser formalizados por meio do instrumento jurídico adequado à natureza da entidade parceira, observando-se que:

I - Para parcerias com Organizações da Sociedade Civil que não envolvam transferência de recursos financeiros, será celebrado Acordo de Cooperação, nos termos da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e do Decreto Estadual nº 3.513, de 18 de fevereiro de 2016;

II - Para parcerias com outros órgãos ou entidades da Administração Pública, ou com pessoas jurídicas de direito privado que não se qualifiquem como Organização da Sociedade Civil e que não impliquem transferência de recursos financeiros, será celebrado Termo de Cooperação, na forma da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022.

Parágrafo único. Após a autorização da Direção-Geral do DEPPEN, os processos para formalização dos instrumentos de que trata este artigo deverão ser devidamente instruídos e encaminhados à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) para a autorização final de seu titular, nos termos da competência delegada pelo § 7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189, de 25 de maio de 2016, por se tratar de ajuste que não envolve a transferência de recursos estaduais.

Art. 8º Fica vedada a aceitação ou o trâmite de propostas de cursos e atividades educacionais intermediadas diretamente por pessoas privadas de liberdade, seus familiares, advogados ou outros terceiros que não representem formalmente uma entidade parceira, na forma do Art. 7º.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Para a prospecção e a viabilização dos ajustes previstos nesta Portaria, visando atender às necessidades pedagógicas do Departamento, o DEPPEN poderá remanejar os servidores da área de educação por meio de ato administrativo próprio, observadas as diretrizes da Divisão de Recursos Humanos e a legislação vigente.

Art. 10. Os casos não previstos nesta Portaria serão dirimidos pela Diretoria de Tratamento Penal, mediante consulta à Divisão de Educação e Capacitação.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Fica revogada a Portaria nº 1.013, de novembro de 2015.

Curitiba, 17 de setembro de 2025.

Ananda Chalegre dos Santos,

Diretora-Geral da Polícia Penal do Paraná.

124943/2025

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 34/2025

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE ACORDO COM O DISPOSTO NO ART. 18 DO REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO – DELIBERAÇÃO 593/2006 – DETERMINA, PARA FINS DE CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE SEJA AFIXADA, NESTA DATA, NO EDITAL DO CONSELHO DA POLÍCIA CIVIL E PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, A PRESENTE PAUTA DO JULGAMENTO A SER REALIZADO EM DATA DE **29 DE SETEMBRO DE 2025**, COM INÍCIO ÀS 14:00 HORAS, NA SALA DESTE CONSELHO, NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, 1251 – CENTRO – (ACESSO PELA AVENIDA IGUAÇU, 470) CONSOANTE RELAÇÃO ABAIXO:

PROT. 49/2024/CSPC (122/2023/CGPC) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADA: SUSAN LILIA TODO BOM, Agente de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. RAMONN BALDINO GARCIA – OAB/PR 48.978 e DR. DONIZETE BALDINO GARCIA – OAB/PR 69.363.
RELATOR: DR. ALAN HENRIQUE FLORE.

PROT. 80/2023/CSPC (334/2022/CGPC) – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR
ACUSADOS: CLEUDIR TELLES e JOÃO CARLOS MORAIS MINIKOSKI FILHO, Agentes de Polícia Judiciária.
ADVOGADOS: DR. RAMONN BALDINO GARCIA – OAB/PR 48.978 e DR. ANDREY LEGNANI – OAB/PR 23.568.
RELATOR: DR. FÁBIO RENATO AMARO DA SILVA JÚNIOR.

Curitiba, 16 de setembro de 2025

SILVIO JACOB ROCKEMBACH
Presidente

125969/2025

PORTARIA Nº 309/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Porta-

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **VILMAR WIECZORKOVSKI, CPF: XXX.280.209-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal e **MARCOS BARAO DOS SANTOS, CPF: XXX.948.039-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, ambos lotados na Penitenciária Central do Estado – Unidade de Progressão, para que, no **protocolo n° 24.682.243-3** nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 23.251.913-4**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de Setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

125546/2025

PORTARIA N° 310/2025-SINDICÂNCIA

O CORREGEDOR-GERAL DA POLÍCIA PENAL, designado pela Portaria nº. 708, de 28 de agosto de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 11.735, de 30/08/2024, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 10 do Regimento Interno da Corregedoria do Departamento Penitenciário, aprovado pela Resolução nº 234 de 12 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial do Estado nº. 9.764, de 17/08/2016, c/c. artigo 10, inciso I, do Regimento Interno do Departamento Penitenciário – DEPEN, aprovado pela Resolução nº 233 de 12 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial do Estado nº 9.764, de 17/08/2016 e tendo em vista o disposto no artigo 100, inciso II, da Lei nº. 20.656/2021.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR os servidores efetivos e estáveis: **WANDRO ADRIANO SATURNINO, CPF: XXX.610.309-XX,** ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Colônia Penal Industrial de Maringá e **EMERSON AUGUSTO PARDO, CPF: XXX.829.718-XX**, ocupante do cargo de Policial Penal, lotado na Colônia Penal Industrial de Maringá, para que, no **protocolo n° 24.682.265-4** nos termos da **Lei nº 20.656/2021**, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Sindicância, para que **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, concluam aos trabalhos de apuração dos fatos narrados no **protocolo nº 23.255.815-6**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º. INFORMAR aos membros da Comissão que poderão ser adotados na instrução do presente procedimento disciplinar os dispostos na Instrução Normativa nº 01/2018 da Corregedoria da Polícia Penal, que regulamenta a adoção do sistema de Webconferência para gravação em áudio e vídeo dos depoimentos de modo geral nas audiências.

Art. 3º. DETERMINAR ao Presidente da Comissão que, em observância ao Decreto Estadual nº. 7.304/2021 c/c a Instrução Normativa nº. 02/2022 da Corregedoria da Polícia Penal, o presente procedimento disciplinar deve ser realizado no formato digital, utilizando-se o sistema E-protocolo como recurso apropriado para inserção de documentos e arquivos digitais.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de Setembro de 2025.

(assinado eletronicamente)
DEIVID ALESSANDRO I. DUARTE
Corregedor – Geral da Polícia Penal

125547/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 603 – DRH, 11 DE SETEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, considerando o contido no **Decreto n. º 1.058 de 28 de março de 2023**, no protocolo nº 24.477.788-0, e a necessidade de regulamentar a utilização do registro de ponto biométrico ou similar, bem como a obrigatoriedade da emissão de relatório referente à **Diária Especial por Atividade Extraordinária Voluntária – DEAEV**, no âmbito da Polícia Penal do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que todos os Policiais Penais que realizarem **Diária Especial por Atividade Extraordinária Voluntária – DEAEV** efetuem o devido registro em **ponto biométrico, SIS Portaria** ou outros sistemas de controle de frequência de pessoal.

Parágrafo único. Na ausência dos referidos sistemas, o registro deverá ser realizado de forma manual, com a devida anuência da chefia imediata ou da Direção da Unidade, conforme dispõe o art. 54 da Lei nº 6.174/1970 e legislação vigente.

Art. 2º Estabelecer que chefias de segurança, inspetorias, chefias de setor ou responsáveis pela escala de serviço deverão consignar, nos **Relatórios Diários de Serviço/Comunicados,** os seguintes dados:

I – identificação nominal dos Policias Penais que realizaram a DEAEV;

II – horário de ínicio e término da atividade;

III – observações necessárias para conferência e controle administrativo.

Art. 3º Os relatórios mencionados no artigo anterior deverão ser encaminhados ou disponibilizados às **Centrais de Recursos Humanos das respectivas regiões**, para fins de conferência, registro e lançamentos nos relatórios de frequências dos servidores, junto ao sistema de gestão de recursos humanos do Estado.

Art. 4º Caberá ao Agente de Controle Interno, durante seus procedimentos de auditoria e fiscalização, verificar o fiel cumprimento do disposto nesta Portaria, reportando eventuais inconformidades à Direção-Geral em relatório circunstanciado.

Art. 5º Denúncias sobre supostas irregularidades no registro, controle ou na execução da DEAEV poderão ser formalmente encaminhadas à Ouvidoria para admissibilidade e o tratamento inicial da informação e posteriormente encaminhado a Direção-Geral da Polícia Penal do Paraná, que procederá à análise e ao encaminhamento à Corregedoria Geral da Polícia Penal do Paraná, nos termos da Resolução SESP n.º 234 de 12 de agosto de 2016.

Art. 6º Constatados indícios de irregularidade pela Ouvidoria ou pelo Controle Interno, o expediente será remetido à Direção-Geral para ciência e encaminhamento à Corregedoria da Polícia Penal do Paraná para a instauração do procedimento apuratório competente, visando à elucidação dos fatos e à eventual responsabilização disciplinar.

Art. 7º As horas realizadas em regime de **DEAEV** não serão computadas para a carga horária mensal, nem para fins de compensação de horas futuras.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

125381/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 628 – DRH, 18 DE SETEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata

nº 86/2025 – Reunião Ordinária nº 86/2025 de 15 de setembro de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a escala de trabalho da servidora Rhaquel Antunes Vieira Dresch, CPF XXX.980.271-XX, ocupante do cargo Policial Penal, lotada na Penitenciária Estadual de Foz do Iguaçu II, que passará a compreender 12 horas de trabalho em período diurno por 36 horas de descanso, com compensação de duas folgas mensais de 12 horas cada, considerando os motivos elencados no protocolo nº 24.496.175-4.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

125930/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 629 – DRH, 18 DE SETEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública,

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 86/2025 – Reunião Ordinária nº 86/2025 de 15 de setembro de 2025 e

Considerando o contido no protocolo nº 24.574.613-0.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, a pedido, a servidora Katia Franco Cabral Silva, CPF XXX.253.749-XX, ocupante do cargo Agente Profissional, função Odontóloga, do Regional Administrativa R4 - Londrina, para a Cadeia Pública Feminina de Londrina .

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

125947/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 610 – DRH, 18 DE SETEMBRO DE 2025.

A DIRETORA-GERAL DO DEPARTAMENTO DA POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Resolução nº 246, de 03 de março de 2023, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e considerando o contido no protocolo n° 24.377.616-3,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor Paulo Rafael Marques, CPF XXX.947.038-XX, ocupante do cargo Policial Penal, para exercer a Função Privativa Policial de Chefe Regional de Escritório Social da Polícia Penal – simbologia FPP-7, do Escritório Regional, durante as férias do titular Pablo Fernando Pereira da Costa, CPF XXX.276.478-XX, ocupante do cargo Policial Penal, no período de 25 de setembro de 2025 a 04 de outubro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

125456/2025

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 635 – DRH, 17 DE SETEMBRO DE 2025.

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PENAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, IX, do anexo da Resolução n° 233, de 12 de agosto de 2016, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e

Considerando a deliberação do Conselho da Polícia Penal, de acordo com a Ata nº 86/2025 – Reunião Ordinária nº 86/2025 de 15 de setembro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º REALOCAR, por interesse da administração penitenciária, a servidora Angela Maria Leite dos Santos, CPF XXX.898.649-XX, ocupante do cargo Agente de Apoio, função Auxiliar Administrativo, do Patronato Penitenciário do Paraná, para o Departamento de Polícia Penal, Divisão de Tecnologia e Informação, considerando os motivos elencados no protocolo nº 24.458.369-5, disponível ao servidor a qualquer época, atendidos os critérios de conveniência e oportunidade do serviço público.

Art 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ananda Chalegre dos Santos
Diretora-Geral da Polícia Penal.

125469/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 23.420.846-2

I. INDENIZO, com fundamento no art. 149, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 37, do Decreto Estadual nº 10.086/2022 e, com base na Informação nº 2647/2025-AT/SESP, a dívida em favor da empresa AZEREDO REMOÇÕES DE PACIENTES LTDA. ME, inscrita no CNPJ sob nº 06.228.309/0001-10, no valor de R$ 144.850,00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e cinquenta reais), referente a prestação de serviços de enfermagem ininterrupto (24 horas) para atender a demanda do Hospital da Polícia Militar do Paraná – HPM, sem cobertura contratual, durante o período de 01/07/2025 a 31/07/2025, conforme nota fiscal n° 580 (fls. 242);

II. É de responsabilidade do OSP o acompanhamento da presente demanda quanto a sua regularização, por meio do novo processo de contratação em andamento;

III. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** à unidade solicitante para as demais providências legais.

Curitiba, 18 de Setembro de 2025.

Coronel PM Adilson Luiz Lucas Prüsse,
Diretor-Geral da SESP.

125709/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.244.679-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 2540/2025 – AT/SESP, a anotação do **Quinto Termo de Apostilamento**, ao Contrato Administrativo nº 0337/2022, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **RCA PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 69.207.850/0001-61, cujo objeto consiste na prestação de serviços de limpeza, asseio, conservação e outros, para atender a demanda da(o) Comando de Policiamento Especializado da Polícia Militar do Paraná, visando a repactuação do valor do contrato no percentual de 9,14% (nove vírgula catorze por cento), referente à data-base de fevereiro, conforme Aviso nº 05/2025 – DOS/SEAP referente ao Lote 01 do Pregão Eletrônico nº 912/2021, passando o valor mensal para **R$ 15.700,94 (quinze mil, setecentos reais e noventa e quatro centavos)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 260/261);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

125582/2025

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 20.881.908-9

I. ACOLHO, nos termos do §1º do art. 67 da Lei Estadual nº 20.656/2022, os fundamentos constantes do Relatório Final da Comissão Sindicante, inserto na Sindicância nº 09/2025 (fls. 189/206, mov. 50), especialmente no que tange à não identificação da autoria dos extravios, de natureza administrativa, de bens móveis pertencentes ao Estado do Paraná, bem como quanto às circunstâncias que envolveram o referido evento. Adoto, ainda, a recomendação da Comissão quanto à adoção das providências saneadoras, nos termos do item 2.1 da Resolução SEAP nº 8.726/2009.

II. Em consequência, DETERMINO ao Núcleo Administrativo Setorial-NAS/SESP que adote todas as providências necessárias ao cumprimento da Resolução mencionada, nos termos das recomendações constantes do item 5.4 do Relatório Final (fl. 200, mov. 49).

III. PUBLIQUE-SE.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125309/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 22.521.640-1

Homologação: Final do processo

I – ADJUDICO, nos termos dos artigos 13, inciso VII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, o objeto deste procedimento licitatório, realizado na modalidade Pregão, forma Eletrônica, tipo Menor preço, autuado sob n° PE nº 1327/2024 – GMS/SESP, visando à Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de Aeronave Remotamente Pilotada – ARP (drone) e acessórios., conforme descrição abaixo:

Lote(s): 10 (item 49), a empresa - M5 DRONES LTDA. - CNPJ 46.955.586/0001-49, apresentou proposta no valor total de R$ 19.592,00 (dezenove mil e quinhentos e noventa e dois reais).

Lotes Fracassados: 4, 9, 19.

Lotes Desertos: Não houve.

II – HOMOLOGO, com base nos artigos 13, inciso VIII e 107, inciso IV, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, c/c artigo 1º, §§ 3º e 5º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016, e nos termos dos atos que declararam a empresa vencedora, o resultado do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor preço, autuado sob n° PE nº 1327/2024 – GMS/SESP, visando à Registro de Preços, pelo período de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, para futura e eventual aquisição de Aeronave Remotamente Pilotada – ARP (drone) e acessórios., conforme descrição abaixo:

Lote(s): 10 (item 49), a empresa - M5 DRONES LTDA. - CNPJ 46.955.586/0001-49, apresentou proposta no valor total de R$ 19.592,00 (dezenove mil e quinhentos e noventa e dois reais).

Lotes Fracassados: 4, 9, 19.

Lotes Desertos: Não houve.

III – Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade da unidade solicitante.

IV – PUBLIQUE-SE e encaminhe-se ao Centro de Licitações para as providências legais e posterior remessa ao órgão demandante para convocar(em) a(s) licitante(s) vencedora(s) para assinatura do contrato.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125378/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.461.511-2

I. AUTORIZO, nos termos do §7º do art. 1º do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e com base no Parecer Referencial nº 37/2024-PGE, aprovado pela Resolução PGE nº 288/2024, e na Informação nº 2584/2025-AT/SESP, a celebração, pelo Estado do Paraná, por intermédio desta Pasta, do Termo de Cooperação com a empresa SETE AMBIENTAL LOGÍSTICA REVERSA LTDA., CNPJ nº 18.052.180/0001-10, a ser executado por interveniência do Departamento de Polícia Penal (DEPPEN), pelo Fundo Penitenciário e pela Colônia Penal Agroindustrial do Estado do Paraná – CPAI, visando proporcionar ocupação laborativa às Pessoas Privadas de Liberdade (PPL's), que estejam cumprindo pena em regime fechado, no interior do estabelecimento penal, conforme minuta do termo de cooperação (fls. 45/60) e plano de trabalho (fls. 62/73);

II. DECLARO, para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125459/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.471.753-5

I. AUTORIZO, nos termos do artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/2021, do artigo 661 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e do art. 6º, inciso XVI, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 8.301/2024, com base no Despacho do Centro de Licitações nº 148/2025 (fls. 57/58) e na Informação nº 2677/2025 – AT/SESP, a abertura de Chamamento Público para seleção de interessados na utilização de espaços públicos para construção de estrutura física para emprego de mão de obra prisional na Cadeia Pública de Cornélio Procópio/PR, mediante adesão às condições previstas na Minuta de Termo de Cooperação e Permissão de Uso, conforme Minuta de Edital de Chamamento Público nº 037/2025 – SESP/DEPPEN (fls 08/45).

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade do titular da unidade solicitante;

III. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

IV. ENCAMINHE-SE ao Centro de Licitações para diligências necessárias.

Curitiba-Paraná, 17 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125383/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 23.987.501-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 124, II, 'd', e no art. 136, I, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Decreto Estadual nº 10.086/2022 e ainda, nos termos da Informação nº 2604/2025 – AT/SESP, a anotação do **Primeiro Termo de Apostilamento**, ao Contrato Administrativo nº 516/2024, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa **GB SUPERMERCADOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº. 32.841.360/0001-02, cujo objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios, para atender a demanda do 3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR (3º BPM), visando o reajuste do valor do contrato no percentual de **5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento)**, referente à apuração do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, passando o valor total para **R$ 332.315,20 (trezentos e trinta e dois mil, trezentos e quinze reais e vinte centavos)**, conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 123/128);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE no prazo legal;

V. ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 18 de setembro de 2024.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

125581/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo nº 24.428.889-8

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 190, da Lei Federal nº 14.133/21 e nos art. 108, § 3º, inciso II e art. 112, §12, da Lei Estadual nº 15.608/2007 e ainda, nos termos da Informação nº 2533/2025 – AT/SESP, a anotação do Terceiro Termo de Apostilamento ao Contrato Administrativo nº 602/2023, firmado entre o Estado do Paraná, por intermédio desta Secretaria e a empresa TEK TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 12.287.671/0001-64, cujo objeto consiste na prestação de serviços comuns de manutenção predial, incluídas redes elétrica, hidráulica, lógica e telefonia, com fornecimento dos materiais necessários para atender a demanda do Departamento da Polícia Civil – DPC, visando o reajuste do valor do contrato no percentual de 7,22% (sete vírgula vinte e dois por cento), referente à apuração do Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), passando o valor mensal para R$ 272.961,89 (duzentos e setenta e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e oitenta e nove centavos), conforme Minuta do Termo de Apostilamento (fls. 75/76);

II. Para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade. O exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal é de responsabilidade dos titulares dos setores responsáveis pelas informações;

III. PRELIMINARMENTE à formalização do ajuste, deve o setor responsável verificar se a empresa contratada mantém todas as condições de habilitação, devendo, inclusive, atualizar as certidões de regularidade que vencerem no decorrer dos trâmites administrativos;

IV. PUBLIQUE-SE e **ENCAMINHE-SE** ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para providências.

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública

125584/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 24.306.123-7

I. AUTORIZO, com fundamento no art. 1º, §7º, do Decreto Estadual nº 4.189/2016 e no art. 679, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, e nos termos da Informação nº 2681/2025-AT/SESP, a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com a interveniência do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ - CBMPR, e, de outro lado, o MUNICÍPIO DE CAPANEMA, inscrito no CNPJ/MF nº 75.972.760/0001-60, visando a instalação do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar Integrado e a viabilização das atividades nas operações de combate a incêndios, prevenção em eventos públicos, busca e salvamento terrestres, defesa civil e primeiros socorros, conforme Minuta de Termo de Cooperação Técnica acostada às fls. 24/46a e respectivo Plano de Trabalho às fls. 47/65;

II. DECLARO, para os devidos fins, que a situação concreta, nos termos apresentados, se enquadra nos parâmetros e pressupostos do Parecer Referencial de regência, conforme indicado nos fundamentos de autorização e que, para o consentimento acima, foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que as exararam;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE ao Centro de Contratos e Convênios da Pasta para as providências necessárias.

Curitiba-Paraná, 18 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125688/2025

GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo n.º 22.482.054-2

I. RECONHEÇO E AUTORIZO o pagamento, com fundamento no art. 1º da Lei Estadual nº 14.268/2003, no art. 3º do Decreto Estadual nº 3.494/2004, e na Informação nº 2195/2025 – AT/SESP, de indenização por morte no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em favor da viúva Caroline Mayara Meurer Reolon, e do filho Hector Meurer Reolon, representado pela genitora, herdeiros do Soldado Evandro Augusto Reolon, em razão da morte ocorrida no exercício efetivo da função;

II. DECLARO que para o consentimento acima foram examinados apenas os aspectos da conveniência e oportunidade, sendo que o exame da viabilidade técnica, financeira, orçamentária e fiscal, é de responsabilidade daqueles que exararam as respectivas informações;

III. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à Diretoria-Geral para as providências necessárias ao pagamento da indenização.

Curitiba-Paraná, 18 de setembro de 2025.

Cel. PM Hudson Leôncio Teixeira
Secretário de Estado da Segurança Pública,

125658/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL

Protocolo nº 22.385.808-2

I. ADJUDICO E HOMOLOGO, nos termos do inciso XV, do Art 4º da Lei Estadual n.º 21.352/2023, c/c inciso II, do Art. 1º da Resolução SESP 390/2023 e com fundamento legal no art. 71, inciso IV da Lei Federal n.º 14.133/2021 em atendimento ao art. 23 da Resolução SEAP n° 603/2023, o procedimento de compra direta realizado na modalidade de Dispensa, em sua forma Eletrônica, sob o nº 92942/2025, cujo objeto visa a Aquisição de Kit de Materiais Hidráulicos Para Substituição das Caixas D'água da Cadeia Pública de Apucarana, nas quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. O valor estimado para contratação foi definido como segue:

• Item 01:Kit de Materiais Hidráulicos Para Substituição das Caixas D'água GMS (4501 – 105398) – MCA ASSESSORIA, IMPORTAÇÃO E COMERCIO LTDA CNPJ 42.519.684/0001-82 – valor total da aquisição: R$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais);

O valor total da aquisição foi de: R$ 7.900,00 (Sete mil e novecentos reais).

II. AUTORIZO o prosseguimento do processo para contratação da empresa adjudicatária, nos termos do resultado do julgamento deste procedimento de compra direta;

III. A divulgação dessa decisão será publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da legislação em vigor;

Curitiba, 18 de setembro de 2025.

Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prusse,
Diretor-Geral da SESP.

125700/2025

GABINETE DO DIRETOR-GERAL
Protocolo nº. 24.413.571-4

I. RECONHEÇO E INDENIZO, com fundamento no Decreto Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 2012, e com base na Informação nº 2688/2025 AT/SESP, a dívida referente à Parcela Transitória pelo Exercício de Ensino nas Escolas de Polícia, em favor do Cap. QOEM PM Felipe Haleyson Ribeiro dos Santos, referente às aulas ministradas no Curso de Formação de Oficiais do 1º CFO PM 2024/2025/APMG/PMPR, no valor total de R$ 760,00 (Setecentos e sessenta reais);

II. PUBLIQUE-SE e ENCAMINHE-SE à unidade solicitante, para as demais providências legais.

Curitiba-Paraná, 18 de setembro de 2025
Cel. PM Adilson Luiz Lucas Prüsse
Diretor-Geral da SESP

125652/2025

Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda

DESPACHO Nº 801/2025 – GS/SETR

Referente ao Protocolo nº 24.030.865-7

I. AUTORIZO, com fulcro no art. 5º da Lei Estadual nº 21.352/2023 e no art. 585, §2º do Decreto nº 10.086/2022, com base na **Informação nº**

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

560/2025-NFS/SETR (mov. 51) e na Informação nº 683/2025-AT/SETR (mov. 40), **a formalização de Termo Aditivo para prorrogação da vigência do Contrato Administrativo GMS Nº 6187/2024 (mov. 19)**, o qual tem por objeto a locação de imóvel destinado ao funcionamento da **Agência do Trabalhador de FAXINAL**, formalizado junto a **JOEL BITTENCOURT FERREIRA,** inscrito no CPF/MF sob o **n.º ***.994.408-**, no valor mensal de R$ 1.850,00 (hum mil oitocentos e cinquenta reais), e anual de R$ 22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais), com início em 25.09.2025 e término em 24.09.2026**, desde que cumpridas as exigências estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto 10.086/2022.

II. CONDICIONO ao cumprimento da legislação aplicável à matéria, sendo de inteira responsabilidade do SETR/NAS, a certificação da regularidade formal do expediente e dos documentos que o instruem. Além disso, na ocasião da formalização do Contrato, as habilitações fiscais e trabalhistas bem como as consultas aplicáveis à matéria (GMS, CADIN e CEIS), devem estar dentro do prazo de validade e sem pendências, com exceção das situações autorizadas por este Ordenador de Despesas.

III. PUBLIQUE-SE, de acordo com a Lei nº 16.595/2010.

IV. Ao **SETR/NAS** para providências.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Willian Porfirio Ribeiro

Diretor-Geral da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda

(Resolução nº 013/2025-SETR/GS)

125373/2025

DELIBERAÇÃO N.° 001/2025 – CEES

O Conselho Estadual de Economia Solidária – CEES, instituído pela Lei Estadual nº 19.784, de 20 de dezembro de 2018, no uso de suas atribuições legais e conforme Reunião Extraordinária realizada no dia 19 de agosto de 2025 a respeito da formação de Comissão de Cadastro e Informação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) no estado do Paraná,

DELIBEROU:

Art.1º Designar, para compor a Comissão de Cadastro e Informação do CADSOL, durante dois anos:
I – Representantes de órgãos governamentais:
a) MATHEUS JOSÉ GONÇALEZ DA SILVA, CPF nº XXX.620.309-XX, da Secretaria de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda – SETR.
b) ELISMARA BERNARDO CORREA, CPF nº XXX.347.209-XX, da Prefeitura de São José dos Pinhais.
II – Representantes de Entidades e Apoio e Fomento:
a) MARCOS VINICIUS REGAZZO, CPF nº XXX.905.019-XX, da Cáritas Arquidiocesana de Londrina.
b) ANGELA MARIA DE AZEVEDO PADILHA, CPF nº XXX.411.899-XX, do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo – CEFURIA.
III – Representantes de Empreendimentos Econômicos Solidários:
a) LUIS ALFREDO SLUSARZ, CPF nº XXX.603.109-XX, do Núcleo Maria Rosa da Anunciação de Agroecologia.
b) PATRICIA GIMENES RAMOS, CPF nº XXX.348.219-XX, do Coletivo Esperansol.
c) LISIÊ MANOELLA MORO DA SILVA, CPF nº XXX.819.509-XX, da Rede Paranaense de Economia Solidária – Campo - Cidade – Rede Mandala.
d) VIVIANE DOS SANTOS FONSECA, CPF nº XXX.745.558-XX, do Coletivo Uniafro.

Art. 2° Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *(datado eletronicamente).*

(assinado eletronicamente)
SUELEN GLINSKI ROSA
Representante do Presidente
Conselho Estadual de Economia Solidária do Paraná

125580/2025

Receita Estadual do Paraná

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

Ciência das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia
Edital n. 97/2025

A Receita Estadual do Paraná cientifica os interessados abaixo das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia, em conformidade com o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Estadual n. 107, de 11 de janeiro de 2005, com a nova redação da LCE n. 118, de 14 de fevereiro de 2007,com o Decreto n.5.568, de 14 de outubro de 2009 e com a Norma de Procedimento Fiscal da CRE n. 103 de 10 de novembro de 2009.

Passados dez dias corridos desta publicação, serão consideradas efetuadas as intimações (Lei n. 18.877/2016, artigo 25, parágrafo 4º, inciso IV), começando a contagem do prazo de até dez dias corridos para a apresentação de Defesa Prévia, nos termos da NPF n. 103/2009.

O acesso aos documentos e à íntegra da notificação, bem como a apresentação de petição, poderá ser realizada pelo responsável ou seu procurador por meio do menu e-PAF da lista de serviços do ReceitaPR.

Relação das Notificações para Apresentação de Defesa Prévia (NADP)

5ª DRR - Guarapuava
Código de Controle da NADP: **25.0016272-3**
CAF/OSF: N/A
Identificação: (*) Notificado:
034.065.619-00 LEONIDIA ANA AZEREDO

5ª DRR - Guarapuava
Código de Controle da NADP: **25.0016280-4**
CAF/OSF: N/A
Identificação: (*) Notificado:
059.630.699-71 LIRIA PORN

5ª DRR - Guarapuava
Código de Controle da NADP: **25.0016276-6**
CAF/OSF: N/A
Identificação: (*) Notificado:
706.274.109-44 VALTER CEZAR RECH

(*)=> CAD-ICMS, CNPJ ou CPF

Endereços para apresentação:
1ª DRR = RUA LOURENCO PINTO 50 - CURITIBA - PR
3ª DRR = RUA THEODORO ROSAS 945 - PONTA GROSSA - PR
5ª DRR = RUA ANDRADE NEVES 925 - GUARAPUAVA - PR
6ª DRR = RUA PARANA 698 - JACAREZINHO - PR
8ª DRR = RUA PARA 473 - LONDRINA - PR
9ª DRR = AV PRUD. DE MORAES 211 - MARINGA - PR
11ª DRR = AV PARANA 3787 - UMUARAMA - PR
13ª DRR = R PADRE CHAMPAGNAT 130 - CASCAVEL - PR
14ª DRR = RUA ARARIBOIA 463 - PATO BRANCO - PR
17ª DRR = RUA VICENTE MACHADO 445 - CURITIBA - PR

Curitiba, 18 de Setembro de 2025

Suzane Aparecida Gambetta Dobjenski
Diretor(a) da Receita Estadual do Paraná

125887/2025

Autarquias

IDR - PARANÁ

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 299/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art.1º RETIFICAR, por conter erro, o Anexo Único da Portaria nº 278/2025 emitida em 15 de setembro de 2025, onde consta "**ASSESSOR – FDR-3 (ATT)**", passa a ser **"ASSESSOR – FDR-4 (ATT)".**

Art.2º DETERMINAR que permanecem inalterados os demais itens da Portaria nº 278/2025, emitida em 15 de setembro de 2025.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 18 de setembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

125590/2025

EXTRATO DE ATOS EMITIDOS

O DIRETOR DO(A) INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR-EMATER, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE CONCEDER DE ACORDO COM O ARTIGO 247, DA LEI N° 6174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 1970, LICENÇA ESPECIAL AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS :

PORTARIA N. 293 DE 16/09/2025

ORGAO - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ IAPAR-EMATER

NOME/RG	LF	CARGO	PROTOCOLO	DIAS	PERIODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
NEIDE BOM FOGO CORREA				30	21/12/2002	20/12/2007	29/09/2025	28/10/2025
41886439	1	NAPE1	244456936					
NEIDE BOM FOGO CORREA				30	21/12/2002	20/12/2007	05/05/2026	03/06/2026
41886439	1	NAPE1	244456936					
NEIDE BOM FOGO CORREA				30	21/12/2002	20/12/2007	25/08/2026	23/09/2026
41886439	1	NAPE1	244456936					

124816/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 302/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019, e:

CONSIDERANDO a Lei Complementar Estadual nº 108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos Órgãos da Administração Direta e Autárquica de Poder Executivo;

CONSIDERANDO a autorização governamental publicada no Diário Oficial do Estado nº 11.967, de 18 de agosto de 2025, bem como o contido no protocolo nº 24.253.941-9.

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR os(as) empregados(as)/servidores(as) públicos(as), constantes no **ANEXO I** da presente Portaria para comporem a **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS**, com a responsabilidade de coordenar, organizar e acompanhar todas as etapas do referido certame, destinado ao provimento de 173 (cento e setenta e três) vagas, distribuídas entre os cargos de Profissionais de Nível Médio, Profissionais de Nível Superior e Pesquisadores, conforme Edital publicado pelo IDR-Paraná;

Art. 2º CRIAR a **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado – PSS**, que terá como competências:
I. Conduzir o processo de atribuição das vagas reservadas;
II. Proceder à análise e homologação das inscrições;
III. Acompanhar, avaliar e julgar a documentação apresentada pelos(as) candidatos(as) às 173 (cento e setenta e três) vagas, conforme previsto no Edital.

Art. 3º DETERMINAR que a Comissão Organizadora terá vigência a partir da publicação da presenta Portaria até a conclusão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, ocasião em que esta Portaria será automaticamente revogada.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 18 de setembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

ANEXO I
RELAÇÃO DE MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS

- **Coordenadora:**

1. Solange Maria da Rosa Coelho, RG nº 3.XXX.274-X/PR

- **Membros:**

2. Alessandra Maria Detoni, RG nº 6.XXX.938-X/PR
3. Ana Carolina Pedroso de Almeida, RG nº 7.XXX.349-X/PR
4. André Luis Finkler da Silveira, RG nº 12.XXX.378-X/PR
5. Camila Cristina A. N. de Andrade, RG nº 10.XXX.242-X/PR
6. Carolina Maria Gaspar de Oliveira, RG nº 10.XXX.050-X/PR
7. Fabíola de Levrero e Borba, RG nº 7.XXX.386-X/PR
8. Gilberto Giglio Vianna, RG nº 82.XX0-2/PR
9. Heloise Anne Parchen, RG nº 9.XXX.672-X/PR
10. Josiane Cristina de Assis Aliança, RG nº 13.XXX.363-X/PR
11. Juliana Sawada Buratto, RG nº 8.XXX.542-X/PR
12. Juliano de Lima Souza, RG nº 14.XXX.681-X/PR
13. Karla Regina Piekarski Zapella, RG nº 9.XXX.900-X/PR
14. Katia Fernanda Gobbi, RG nº 12.XXX.106-X/PR
15. Laise da Silveira Pontes, RG nº 12.XXX.229-X/PR
16. Liziane Raab de França, RG nº 8.XXX.515-X/PR
17. Luciano Grillo Gil, RG nº 7.XXX.202-X/PR
18. Luiz Antonio Zanao Junior, RG nº 12.XXX.886-X/PR
19. Miriam Fuckner, RG nº 1.XXX.862-X/PR
20. Orival Stolf, RG nº 1.XXX.909-X/PR
21. Pablo Ricardo Nitsche, RG nº 3.XXX.177-X/PR
22. Patricia Helena Santoro, RG nº 6.XXX.357-0/PR
23. Paula Daniela Munhos, RG nº 8.XXX.660-X/PR
24. Rubia de Oliveira Molina, RG nº 6.XXX.882-X/PR
25. Tania de Fatima Oliveira, RG nº 10.XXX.137-X/PR
26. Thiago Santos Telles, RG nº 8.XXX.937-X/PR
27. Vanderlei Bett, RG nº 4.XXX.112-X/PR

125894/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 301/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Estadual nº 20.121 de 31 de dezembro de 2019,

R E S O L V E:

Art.1º LOTAR a servidora pública **MÁRCIA VALÉRIA VALÊNCIO** – RG nº 4.XXX.647-X/PR, na Estação de Pesquisa de Londrina, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, para desenvolver suas atividades laborativas, a partir de 15 de setembro de 2025.

Art.2º REVOGAR as Portarias eventualmente em contrário, em conflito, divergentes ou redundantes em relação a presente.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 18 de setembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

125592/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 304/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR-Paraná), no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 21 da Lei nº 20.121/2019 c/c inc. VII do art. 16 do Decreto nº 9.177/2021 e considerando a conclusão exarada no Relatório Final da Comissão Sindicante, assim como demais documentos registrados no protocolo nº 24.265.650-4,

DETERMINA:

Art. 1º O **ARQUIVAMENTO** do processo de Sindicância instaurada pela Portaria nº 230/2025, publicada no DIOE edição nº 11951, de 25 de julho de 2025, conforme notificado no protocolo 24.265.650-4, sem imputação de responsabilidade, nos termos da alínea "a", inciso IV do artigo 125 da Lei nº 20.656/2021.

Art. 2º A **COMUNICAÇÃO** competente, à Controladoria Geral do Estado, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 1.195/2011

Art. 3º A **CIÊNCIA** a todas as partes envolvidas no procedimento sindicante do seu arquivamento.

Registre-se e Publique-se
Curitiba, 18 de setembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

125972/2025

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 305/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso das atribuições, bem como o que lhe confere o art. 16º, inciso VII, do anexo que trata o Decreto Estadual nº 9.177, de 26 de outubro de 2021,

RESOLVE:

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art.1º DESIGNAR os servidores públicos abaixo relacionados, para atuarem como **Gestor** e **Fiscal** do **Contrato Administrativo nº 136/2025**, firmado com a empresa **Rizardo Zenatti e Cia LTDA EPP –** CNPJ: 09.395.956/0001-04, nos termos dos art. 10, 11 e 12 do Decreto 10.086/2022:

I. **MARCOS VINICIUS MORO REDESCHI**, portador da CI/RG nº 3.XXX.331-X/PR e CPF/MF nº XXX.934.629-XX, para exercer a função de **Gestor** do referido contrato;

II. **CELSO HELBEL JUNIOR**, portador da CI/RG nº 5.XXX.420-X/PR e CPF/MF nº XXX.373.949-XX, para exercer a função de **Fiscal** do referido contrato.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba, 18 de setembro de 2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

125978/2025



Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Em Tempo

Secretaria da Saúde

RESOLUÇÃO SESA Nº 1508/2025

Dispõe sobre o incentivo financeiro de custeio e capital, vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná – SESA, destinados a prover a infraestrutura adequada aos Estabelecimentos de Saúde Municipais no Estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população, mediante repasse na modalidade Fundo a Fundo.

*O **Secretário de Estado da Saúde**, gestor do Sistema Único de Saúde do Paraná, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, incisos VI e XIII, da Lei Estadual nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023, e o art. 8º, inciso IX, do anexo 113060_30131, do Decreto Estadual nº 9.921, de 23 de janeiro de 2014, Regulamento da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, além do disposto na Lei Estadual nº 13.331, de 23 de novembro de 2001, Código de Saúde do Estado,*

- considerando as diretrizes e princípios para a consolidação do Sistema Único de Saúde, previstos nos artigos 196 e 198 da Constituição Federal 1988 e 7º da Lei Federal 8.080, de 19 de setembro de 1990, quais sejam a universalidade, integralidade, equidade, hierarquização e controle social;

- considerando a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo;

- considerando a Lei Complementar Estadual nº 152, de 10 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Saúde – Funsaúde, regulamentado pelo Decreto nº 7.986, de 16 de abril de 2013, com finalidade de "captar, gerenciar, prover e aplicar os recursos financeiros destinados ao desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde", cuja gestão compete ao Secretário de Estado da Saúde;

- considerando a Lei Estadual 13.331, de 23 de novembro de 2001, que em seu Art. 12, inciso XVI, dispõe que o Estado deve exercer, com equidade, o papel redistributivo de meios e instrumentos para os municípios realizarem adequada política de saúde;

-considerando o Termo de Cooperação Técnica 005/2023, de 09 de novembro de 2023, ou outro que venha a substituí-lo, que dispõe sobre o suporte à SESA na execução das obras realizadas por meio de transferências voluntárias e estabelecer a mútua cooperação para o uso do Sistema de Gestão de Projetos e Obras – SGPO.

-considerando a Deliberação CIB/PR, nº 150, de 06 de novembro de 2019, que aprova o repasse do Incentivo Financeiro para reforma, construção e ampliação de Unidades Básica de Saúde, da Gestão de Atenção Primária em Saúde do Estado do Paraná – na modalidade Fundo a Fundo;

- considerando a Resolução SESA nº 709, de 14 de abril de 2025, que institui Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde -PROAPS , em prol da implementação das diretrizes do sus e da rede de atenção à saúde, a serem operacionalizadas pelas equipes da atenção primaria à saúde, no estado do paraná.

- considerando a Resolução SESA nº 1193, de 14 de dezembro de 2017, que institui Programa de Apoio aos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Paraná — HOSPSUS4 e que Institui o recurso financeiro para construção, instalação, ampliação e reforma nos Hospitais Municipais e Fundações Públicas Municipais do Sistema Único de Saúde do Paraná (SUS/PR) na modalidade Fundo a Fundo;

- considerando o Plano Estadual de Saúde 2024/2027, na Diretriz de número 02 – Fortalecimento da Rede de Atenção à Saúde do Paraná.

RESOLVE:

Art. 1º Dispor sobre o incentivo financeiro de custeio ou capital, vinculado aos Programas da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, destinados a prover a infraestrutura adequada para os Estabelecimentos de Saúde Municipais no estado do Paraná, por meio do financiamento para execução de obras, com o objetivo de melhorias na qualidade do atendimento à saúde da população mediante repasse Fundo a Fundo.

§1º Para fins desta Resolução os municípios devem atuar como mantenedores dos Estabelecimentos de Saúde Municipais, o que deve ser comprovado por meio do cadastro no CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde).

§2º O incentivo financeiro será destinado ao financiamento para a execução de obras, conforme classificação abaixo[1]:

I - Recuperação – Ato de substituir ou repetir a aplicação de materiais ou componentes construtivos da edificação, pelo simples motivo de deterioração ou avaria daquele anteriormente aplicado. Não interfere e nem altera o espaço originalmente proposto. Ex: Substituição/aplicação de: esquadrias, elétrica, hidráulica, pintura, pisos, revestimentos, louças, cobertura.

II - Reforma – Alteração do espaço original ou anteriormente formulado por meio de substituição, acréscimo ou retirada de materiais ou elementos construtivos ou arquitetônicos, na intenção de reformular o todo ou parte daquele espaço antes definido, mantendo as características de volume ou área e a função de sua utilização atual.

III - Ampliação – É toda obra realizada em uma edificação existente em que haja aumento (vertical ou horizontal) por acréscimo de sua Área Total Construída.

IV - Construção – Consiste no ato de executar ou edificar uma obra nova.

Art. 2° O incentivo financeiro de que trata o Art. 1º será transferido aos municípios em conta-corrente específica dos respectivos Fundos Municipais de Saúde, e deverá ser aplicado conforme definido no Termo de Adesão.

Art. 3º Os recursos orçamentários e financeiros de que dispõe esta Resolução terão como fonte de recursos os respectivos Programas da SESA, na dotação orçamentária específica de cada **Programa vinculado ao objeto.**

Art. 4º Os projetos deverão obedecer às normas da Resolução RDC n° 50, de 21 de fevereiro de 2002, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária/ANVISA e suas alterações, ou outra que vier a substituí-la, e deverão ser elaborados por Engenheiros e/ou Arquitetos habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).

Art. 5º A área técnica responsável pelo Programa vigente na SESA deverá elaborar orientações sobre as configurações mínimas dos ambientes e fluxos assistenciais, conforme atos normativos da vigilância sanitária.

Art. 6º São considerados elegíveis para habilitação de incentivo financeiro para obras de recuperação, reforma, ampliação ou construção de Estabelecimentos de Saúde Municipais todos os municípios do Estado do Paraná.

Art. 7º O valor do incentivo financeiro a ser destinado para adesão e repassado pela SESA/Funsaúde aos municípios/ Fundos Municipais de Saúde será de:

§1º REFORMA: valor até o limite de R$300.000,00 (trezentos mil reais), para cada Estabelecimento de Saúde Municipal.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

§2º AMPLIAÇÃO: Valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) por metro quadrado, até o limite de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para cada Estabelecimento de Saúde Municipal considerando que o valor a ser destinado deverá ser definido com base na finalidade dos ambientes[2] e metragem quadrada a ser executada.

[1]Classificação conforme Manual de Orientação para Contratação e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE/PR, disponível no endereço eletrônico https://www1.tce.pr.gov.br/multimidia/2019/10/pdf/00340976.pdf.

§ 3ºCONSTRUÇÃO: o valor para construção será repassado de acordo com o tipo da Unidade Básica de Saúde – UBS:

I - UBS do TIPO I, valor até o limite de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para cada unidade;

II - UBS do TIPO II, valor até o limite de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), para cada unidade;

III - UBS do TIPO III, valor até o limite de R$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais), para cada unidade;

IV - UBS de Apoio Rural, valor até o limite de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para cada unidade.

IIV – FISIOCENTRO Porte I - valor até o limite de R$1.900.000,00(um milhão e novecentos mil).

IIIV - FISIOCENTRO Porte II- valor até o limite de R$1.300.000,00(um milhão e trezentos mil).

§4º O valor do Incentivo Financeiro a ser repassado para cada município será definido em conformidade com a análise e aprovação da proposta apresentada à SESA, até o limite máximo elencado no artigo 7º desta Resolução, e será estabelecido em publicação de **Resolução de Habilitação Financeira**.

Art. 8º O município que optar por utilizar os projetos padrão de Unidade Básica de Saúde, disponibilizados pela Secretaria de Estado da Saúde – SESA, deverá dispor de terreno adequado para a implantação dos mesmos, com as medidas discriminadas abaixo, bem como apresentar o projeto de implantação da planta de acordo com o terreno que receberá a obra:

I - UBS TIPO 01: Apresentar Matrícula do terreno com medida mínima de 27,00 m x 31,00 m;

II - UBS TIPO 02: Apresentar Matrícula do terreno com medida mínima de 30,00 m x 33,00 m;

III - UBS TIPO 03: Apresentar Matrícula do terreno com medida mínima de 33,00 m x 33,00 m;

IV - UBS DE APOIO: Apresentar Matrícula do terreno com medida mínima de 12,00 m x 18,00 m.

IIV - FISIOCENTRO Porte I -Apresentar Matrícula do terreno com medida mínima de 30,00 m x 45,00 m;

IIIV - FISIOCENTRO Porte II--Apresentar Matrícula do terreno com medida mínima de 25,00 m x 39,00 m;

Art. 9º No caso de construção em que o município opte por apresentar projetos arquitetônicos e complementares próprios, e no caso de ampliação de Unidade da Atenção Primária, estes deverão obedecer ao disposto no Art. 4º desta Resolução e apresentar aprovação da Vigilância Sanitária e do órgão responsável pelo Urbanismo Municipal.

Art. 10º Serão habilitados financeiramente, nos termos do Art. 6º, os municípios que apresentarem, indispensavelmente, toda a documentação conforme segue:

I - Ofício do município solicitando adesão a esta Resolução, informando o valor e para qual estabelecimento de saúde o recurso será destinado.

II - Ata ou Resolução do Conselho Municipal de Saúde com a aprovação da submissão da solicitação de execução de obra no município.

III - Cópia de RG, CPF e Ata de posse do Prefeito e do Secretário Municipal de Saúde.

IV - Cópia básica da "Ficha de Estabelecimento-Identificação" do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, nos casos de Reforma ou Ampliação;

V - Registro do imóvel, documento legal de posse ou termo de cessão de uso emitido no ano corrente, devidamente averbado na matrícula do registro de imóvel onde será executada a obra, sendo obrigatória a posse exclusiva pelo município e a existência de matrícula única do terreno, vedada a apresentação de mais de um registro para a mesma área.

VI - Proposta de investimento, conforme Anexo II desta Resolução, fundamentada nos parâmetros definidos pelas Resoluções da Secretaria Estadual de Saúde – SESA que instituem os Programas vigentes de financiamento para execução de obras de recuperação, reforma, ampliação ou construção de Estabelecimentos de Saúde Municipais deve ser elaborada e assinada pelo Secretário Municipal de Saúde e representantes técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, bem como por responsável técnico pelas obras do município. No caso do objeto ser recuperação, reforma ou ampliação, o proponente deverá informar os ambientes existentes e a configuração final planejada.

VII - Termo de Adesão ao recurso devidamente preenchido e assinado eletronicamente, conforme Anexo III desta Resolução.

VIII - Nos casos de ampliação ou construção, o município deverá apresentar declaração de área desimpedida para a obra pleiteada;

IX - Licença Ambiental Simplificada ou Declaração de Órgão competente do município, nos casos de adesão à Construção, que: aprova a localização e a concepção do empreendimento, atividade ou obra de pequeno porte e/ou que possua baixo potencial poluidor/degradador, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos, bem como autoriza sua instalação e operação de acordo com as especificações constantes dos requerimentos, planos, programas e/ou projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes determinadas pelo órgão ambiental competente.

X - Declaração de Compromisso quanto a utilização da identificação visual padrão da SESA, conforme Anexo IV, para construção de nova Unidade Básica de Saúde.

XI - Lista de verificação documental de habilitação, conforme Anexo I desta Resolução.

Parágrafo Único: Os documentos relacionados nos incisos deste artigo deverão ser encaminhados às respectivas Regionais de Saúde, que deverão instaurar os procedimentos no e-Protocolo no âmbito da Administração Pública do Estado do Paraná, nos termos do Decreto Estadual nº 7.304, de 13 de abril de 2021.

Art. 11º Com a aprovação do pleito pela Regional de Saúde, a SESA editará a Resolução de Habilitação dos municípios que apresentarem documentação completa e aprovada para o recebimento dos recursos financeiros.

Parágrafo Único: A publicação da Resolução de Habilitação estará condicionada à disponibilidade de recursos orçamentários.

[2] Finalidade dos ambientes - espaço organizado que compõe um meio físico, social, profissional e de relações interpessoais, deve proporcionar atenção acolhedora, resolutiva e humana e estar adequado ao propósito assistencial ou ao apoio das atividades de saúde.

Art. 12º Todas as obras de Engenharia em regime de execução indireta deverão possuir os documentos gerais de controle que constam do Anexo VII desta Resolução.

Parágrafo Único: As obras habilitadas para construção de nova unidade deverão apresentar, além do estabelecido no caput deste artigo, documentação relativa às condições do terreno, conforme Anexo VIII desta Resolução.

Art. 13º Após emissão da Resolução de Habilitação, a SESA remeterá o protocolo à sua respectiva Regional de Saúde para que seja providenciada junto ao município a documentação técnica de engenharia, conforme lista de verificação dos Anexos VII e VIII, desta Resolução.

§1º Fica estipulado que o prazo para entrega da documentação técnica de engenharia é de até 60 dias após a data de assinatura do Termo de Adesão.

§2º Os municípios que forem habilitados e que possuam projetos em fase de aprovação da vigilância sanitária deverão, no período estimado no parágrafo 1º deste artigo, comprovar a submissão de protocolo à vigilância sanitária e estimar prazo para atendimento de todas as prerrogativas para aprovação integral dos projetos.

Art. 14º Fica como atribuição do monitor designado pela respectiva Regional de Saúde acompanhar os prazos estabelecidos, conforme parágrafos 1º e 2º, Art. 13º, desta Resolução, e se for o caso emitir prorrogação para entrega da documentação mediante apresentação de ofício e justificativa do município.

Parágrafo Único: Os documentos referentes a prorrogação de que trata o caput deste artigo devem constar no protocolo da Adesão.

Art. 15º Após análise e aprovação da SESA, quanto a documentação técnica de engenharia e comprovação plena da posse do imóvel onde será executada a obra, a SESA remeterá o protocolo à respectiva Regional de Saúde para que seja emitida a Autorização para Licitar, conforme Anexo VII desta Resolução, que deverá ser assinada pela Diretoria da Regional de Saúde e encaminhada ao município.

Art. 16º Depois de aprovada a documentação técnica pela SESA, as alterações dos elementos técnicos e suas características definidas em memorial descritivo e projetos complementares, bem como a alteração de itens e/ou respectivas quantidades definidos em planilhas, só poderão ser realizadas mediante aprovação e autorização da SESA, sob pena de instauração de Procedimento Administrativo e/ou Tomada de Contas Especial.

Art. 17º Os recursos financeiros aprovados serão transferidos, na modalidade Fundo a Fundo, do Fundo Estadual de Saúde/Funsaúde para os Fundos Municipais de Saúde, em conta-corrente específica dos respectivos municípios beneficiados, conforme disposto na Resolução SESA nº 074/2019 ou outra que venha a substituí-la.

Art. 18º A SESA/Funsaúde repassará os recursos para a execução das obras em quatro parcelas da seguinte forma:

I - A primeira parcela corresponde a 30% do valor preestabelecido, após o atendimento de todos os requisitos elencados no Art. 10º e Art. 15º e mediante apresentação da Ordem de Início de Serviço, assinada por profissional habilitado pelo CREA ou CAU. Toda a documentação deverá ser apresentada no protocolo eletrônico;

II - A segunda parcela, 30% do valor preestabelecido, será repassada quando da execução de 30% da obra de acordo com a aferição de órgão oficial do Estado constante nos relatórios de vistoria de obras, desde que não constem irregularidades;

III - A terceira parcela de 30% do valor preestabelecido, será repassada quando da execução de 60% da obra de acordo com a aferição de órgão oficial do Estado constante nos relatórios de vistoria de obras, desde que não constem irregularidades

IV - A quarta última parcela será repassada após a emissão, por órgão oficial do Estado, do relatório de vistoria de obras de 100% de execução da obra e nas seguintes condições:

a) Para os casos em que o valor da obra licitada for igual ou maior que o valor do incentivo, conforme estabelecido no Art. 7º, será repassado o correspondente a 10% do valor do Termo de Adesão;

b) Para os casos em que o valor da obra licitada pelo município for menor do que o valor do incentivo, conforme estabelecido no Art. 7º, será repassado o valor até o limite do valor licitado, somando-se, se for o caso, os aditivos aprovados pela SESA.

Art. 19º Caso o custo da obra de reforma, ampliação e construção do Estabelecimento de Saúde seja superior ao repasse efetuado pela SESA, sob qualquer hipótese, a diferença de valores deverá ser custeada pelo próprio município.

Art. 20º Caso o custo final da execução da obra seja inferior ao incentivo previsto no Art. 7º, desta Resolução, o município poderá solicitar a utilização do saldo do empenho à SESA, exclusivamente se houver acréscimo no quantitativo de serviços e se forem dirigidas exclusivamente ao mesmo Estabelecimento de Saúde contemplado na Adesão.

§1º Os pedidos de que trata o Art. 20º deverão ser encaminhados à SESA por meio de ofício do município, que contenha justificativa e acompanhado das planilhas dos serviços adicionais.

§2º A utilização dos recursos do caput do artigo só poderá ser realizada mediante aprovação e autorização da SESA, sob pena de instauração de Procedimento Administrativo e/ou Tomada de Contas Especial.

Art. 21º Caso exista saldo da aplicação financeira do recurso, o município poderá utilizar exclusivamente no mesmo objeto aderido e no Estabelecimento de Saúde contemplado na Adesão.

Art. 22º Os recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de que tratam esta Resolução são oriundos do orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, devendo onerar as seguintes iniciativas:

I - Iniciativa do projeto Atividade da Gestão da Atenção Primária em Saúde, Elementos de Despesa 3341.4100 e 4441.4200 mediante prévia indicação orçamentária.

II - Iniciativa do projeto Atividade da Gestão da Atenção Especializada em Saúde, Elementos de Despesa 3341.4100 e 4441.4200 mediante prévia indicação orçamentária.

III - Iniciativa do projeto Atividade da Gestão da Assistência Hospitalar e Ambulatorial - Elementos de Despesa 3341.4100 e 4441.4200 mediante prévia indicação orçamentária.

Art. 23º O município restituirá os recursos financeiros recebidos, atualizados monetariamente nos seguintes casos:

I - Quando a reforma, ampliação e/ou construção não for executada ou for executada parcialmente nos prazos estabelecidos conforme o Art. 30º;

II - Quando a reforma, ampliação e/ou construção for executada total ou parcialmente em objeto diverso ao programa estabelecido;

III - Depois que a reforma, ampliação e/ou construção estiverem prontas e em funcionamento, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses, for constatado o descumprimento de qualquer disposto nesta Resolução quanto a sua utilização;

IV - Quando alterar a finalidade da obra, sem prévia autorização da SESA e Comissão Intergestores Bipartite – CIB.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Art. 24º A comprovação da execução dos recursos financeiros aprovados para o financiamento para execução de obras com Incentivo Financeiro na modalidade Fundo a Fundo deverá ser realizada pelo município, junto ao Conselho Municipal de Saúde, por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 25º O Monitoramento e Acompanhamento da execução das obras objeto desta Resolução deverá ser realizado pelas Regionais de Saúde, nos termos da Resolução SESA nº 470/2021, ou outra que venha a substituí-la.

§1º A nomeação do monitor será realizada mediante preenchimento do Anexo V desta Resolução.

§2º O monitoramento da execução das obras de que trata o caput deste artigo não dispensa o município de comprovação da aplicação dos recursos financeiros recebidos por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG).

Art. 26º A fiscalização da reforma, ampliação e/ou construção será realizada exclusivamente por Engenheiro ou Arquiteto do município, habilitado em seu conselho de classe.

§1º O município deverá informar à SESA, mediante preenchimento do Anexo VI desta Resolução, os dados do responsável técnico que fiscalizará a obra nos termos da legislação vigente sobre execução de obras públicas, para registro no sistema oficial de acompanhamento de obra do Estado.

§2º Possíveis alterações de monitores da obra no município deverão ser informadas à SESA pela Regional de Saúde, até a data de realização da aferição seguinte a alteração do fiscal.

Art. 27º As aferições da execução das obras financiadas com o Incentivo Financeiro, para fins de acompanhamento e solicitação de pagamento das parcelas da Adesão, serão realizadas por órgão oficial do Estado.

Parágrafo Único: A Regional de Saúde, por meio do monitor designado, deve acompanhar o cronograma de aferições, bem como tomar providências junto ao município quanto a possíveis inconsistências na execução da obra e/ou na apresentação da documentação técnica.

Art. 28º Possíveis alterações no endereço da obra deverão ser solicitadas oficialmente à SESA, acompanhada de nova documentação comprobatória da posse do imóvel, nos termos do inciso V do art. 10º desta Resolução, de Ata ou Resolução do Conselho Municipal de Saúde e de parecer da área técnica da Regional de Saúde, aprovando a realocação da obra.

Art. 29º O município habilitado nos critérios desta resolução fica obrigado a providenciar a instalação de Placa de Obra nos parâmetros estabelecidos pelo Manual de Placas vigente do Estado na obra em até quinze dias após a emissão da Ordem de Serviço.

Art. 30º O prazo de vigência para a execução das obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de que trata esta Resolução será fixado em seu Termo de Adesão e será de 48 (quarenta e oito) meses, a contar da data de assinatura do Termo de Adesão.

Parágrafo Único: O prazo máximo de duração do Termo de Adesão e do prazo de execução, não deverá ultrapassar 48 (quarenta e oito) meses, salvo em caso de prorrogação excepcional mediante justificativa expressa e que indique as devidas alegações técnicas que motivam o pedido.

Art. 31º Nos casos em que o município tiver habilitação para reforma e ampliação na mesma unidade, o conjunto de planilhas de serviço da obra deverão ser enviadas separadamente, sendo um para reforma e outro para ampliação.

Art. 32º É de responsabilidade dos municípios observar o cumprimento da legislação de licitação e contratações públicas vigente e Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e suas alterações ou revogações nas licitações que realizarem para a contratação de obras ou serviços de engenharia com os recursos transferidos pela SESA/Funsaúde.

Art. 33º Os municípios serão responsáveis pela observância dos preceitos legais e boas práticas em todas as fases da obra, prevendo apenas serviços essenciais a sua execução, zelando por sua qualidade, pela gestão do pagamento ao fornecedor, bem como pela guarda da documentação pertinente, a fim de se reduzir prejuízos ao erário e promover a racionalização dos recursos públicos, sob pena de responsabilização técnica.

§1º A documentação administrativa e fiscal deverá ser mantida em arquivo pelo período mínimo legal exigido.

§2º O Gestor Municipal deverá impor sanções sobre a empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela Gestão Estadual se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA/Funsaúde. Definem-se as seguintes práticas:

a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

b) prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;

c) prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) prática coercitiva: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

e) prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

Art. 34º Como condição para repasse ou contratação, os gestores municipais deverão concordar e autorizar que quando a adesão e/ou contrato vier a ser financiado, em parte ou integralmente, pelo Banco Mundial, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do mesmo, e devendo manifestar ciência do conhecimento e da sujeição de todas as condições estabelecidas nas Condições Gerais do Contrato.

Art. 35º O município compromete-se a manter a unidade instalada no local indicado, garantindo sua prévia destinação e seu pleno funcionamento, em benefício da comunidade, segundo os preceitos do Sistema Único de Saúde.

Art. 36º Caso sejam comprovadas quaisquer irregularidades, estará o responsável sujeito às sanções previstas na Lei n° 8.429 de 1992 — Agentes Públicos Improbidade Administrativa.

Art. 37º Fazem parte desta Resolução os anexos abaixo relacionados:

I - ANEXO I – Lista de Verificação Documental e Habilitação – Documentação obrigatória para habilitação;

II - ANEXO II – Proposta de Investimento Obras Unidades de Saúde Municipais;

III - ANEXO III – Termo de Adesão;

IV - ANEXO IV – Declaração de Designação de Servidor Para Exercer a Atividade De Monitor Do Termo De Adesão;

V - ANEXO V- Declaração de Designação de Servidor para Exercer a Atividade de Fiscal da Obra do Município;

VI - ANEXO VI - Declaração de Compromisso quanto a Identidade Visual dos Projetos Padrão SESA;

VII - ANEXO VII – Lista de Verificação Documentos Técnicos de Engenharia;

VIII - ANEXO VIII - Lista de Verificação do Terreno - Somente Para Construção E/Ou Ampliação;

IX - ANEXO IX - Declaração de Não Alteração de Elementos Técnicos e Quantitativos;

X - ANEXO X - Declaração Sobre Definição de Quantitativos e Referências de Valores;

XI - ANEXO VII – Autorização para Licitar.

Art. 38º Esta Resolução terá seu prazo de vigência indeterminado.

Art. 39º Fica suspensa, para habilitação, a Resolução SESA Nº 388/2023.

Art. 40º As propostas habilitadas até a data de publicação desta Resolução obedecerão aos dispositivos vigentes à época de sua habilitação no que se refere aos valores pactuados, número de parcelas e à documentação para solicitação de novas parcelas e prazos, nas demais questões aplicam-se os dispositivos desta Resolução.

Art. 41º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, *datado e assinado digitalmente*.

Dr. Carlos Alberto Gebrim Preto
(Beto Preto)
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO I – RESOLUÇÃO SESA Nº. 1508/2025
LISTA DE VERIFICAÇÃO DOCUMENTAL DE HABILITAÇÃO
OBRAS FUNDO A FUNDO

RS: **PROTOCOLO:**	
MUNICÍPIO:	
UNIDADE DE SAÚDE:	
VALOR SESA:	
DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO	MOV.
Ofício do município solicitando adesão a esta Resolução, informando o valor e para qual estabelecimento de saúde o recurso será destinado.	
Ata ou Resolução do Conselho Municipal de Saúde com a aprovação da submissão da solicitação de execução de obra no município.	
Cópia de RG, CPF e Ata de posse do Prefeito e do Secretário Municipal de Saúde.	
Cópia básica da "Ficha de Estabelecimento-Identificação" do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, **nos casos de Reforma ou Ampliação**;	
Registro de imóvel ou documento legal de posse emitido no ano corrente, onde será executada a obra, que deve ser única, do próprio município.	
Proposta de investimento Anexo II	
Termo de Adesão ao recurso devidamente preenchido e assinado eletronicamente, conforme Anexo III desta Resolução.	
Nos casos de ampliação ou construção, o município deverá apresentar declaração de área desimpedida para a obra pleiteada;	
Licença Ambiental Simplificada ou Declaração de órgão competente do município, nos casos de adesão à construção.	
Declaração de Compromisso quanto a utilização da identificação visual padrão da SESA, conforme Anexo IV, nos casos de adesão à Construção.	
DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA DA REGIONAL DE SAÚDE	
Parecer quanto a justificativa enviada pelo município, emitido pela respectiva área de alocação do investimento, assinado pelo responsável por sua elaboração e pela Diretoria da Regional de Saúde	

Assinado e datado eletronicamente,

Nome
Responsável pelo preenchimento

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO II -DA RESOLUÇÃO SESA Nº. 1508/2025
PROPOSTA DE INVESTIMENTO -OBRAS UNIDADES DE SAÚDE MUNICIPAIS

PROTOCOLO	

IDENTIFICAÇÃO GERAL			
MUNICÍPIO:			
NOME DO ESTABELECIMENTO:			
Nº CNES			
DADOS DO IMÓVEL			
REGISTRO DO IMÓVEL Nº			
SITUAÇÃO DO IMÓVEL	Posse legal do imóvel - Registrado em cartório em nome do município		
	Com documentação de cessão gratuita de uso, de no mínimo 20 anos, averbada em matrícula		
	Outro		
ENDEREÇO			
LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL:	URBANO		
	RURAL		
RUA		Nº	
CEP	BAIRRO		
TEMPO DE CONSTRUÇÃO DO IMÓVEL (para reforma ou Ampliação)	MENOS DE 5 ANOS		
	MAIS DE 5 ANOS		
	MAIS DE 10 ANOS		
	MAIS DE 15 ANOS		

INCENTIVO RESOLUÇÃO Nº. 1508/2025			
ESTABELECIMENTO	TIPO DE UNIDADE	METRAGEM DA OBRA	VALOR

ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO SAÚDE			
População Total			
População Área Urbana		População de Área Rural	
Percentual de território Área Urbana		Percentual de território Área Rural	
Aspectos Geográficos			
Aspectos Demográficos			

SERVIÇOS EXISTENTES E A SEREM AMPLIADOS		
Descrição	Existentes	A Ampliar

O estabelecimento a ser construído substituirá unidade existente no município.		Sim
		Não
Em caso positivo, informar o CNES da unidade que será substituída.		

JUSTIFICATIVA
(Descrever as razões pelas quais é importante o investimento para a unidade referenciada ou nova unidade, considerando as necessidades da população que é/ou será atendida.)

Assinado e datado eletronicamente,

Nome Prefeito (a) do município de _____	**Nome** Secretário (a) Municipal de Saúde do município de _____

Nome
Responsável Técnico(a)– conforme Cláusula Terceira do Termo de Adesão
CREA/CAU nº_____

ANEXO III DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1508/2025

TERMO DE ADESÃO Nº _____/20____

O Município de xxxxxxxxx ADERE, por meio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ n.º: xxxxxxxxxx, ao Incentivo Financeiro de Investimento para execução de uma obra de xxxxxxxxxxxxxxx, com projetos próprios da SESA, no imóvel referente à Matrícula de Registro nº. xxxxx, na Rua xxxxxx N.º xxxx , Bairro: xxxxx , nos termos da Resolução SESA Nº. 1508/2025.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ADESÃO

O município **aceita todos os termos estabelecidos na Resolução SESA Nº. 1508/2025**, e deve adotar práticas de anticorrupção, devendo observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Saúde, o mais alto padrão de ética, durante todo o processo de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

I. **prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
II. **prática fraudulenta:** a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
III. **prática colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
IV. **prática coercitiva:** causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;
V. **prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS

Art. 18. A SESA/Funsaúde repassará os recursos para a execução das obras em três parcelas da seguinte forma:

I - A primeira parcela corresponde a 30% do valor preestabelecido, após o atendimento de todos os requisitos elencados no Art. 10º e Art. 15º e mediante apresentação da Ordem de Início de Serviço, assinada por profissional habilitado pelo CREA ou CAU. Toda a documentação deverá ser apresentada no protocolo eletrônico;

II - A segunda parcela, 30% do valor preestabelecido, será repassada quando da execução de 30% da obra de acordo com a aferição de órgão oficial do Estado constante nos relatórios de vistoria de obras, desde que não constem irregularidades;

III - A terceira parcela de 30% do valor preestabelecido, será repassada quando da execução de 60% da obra de acordo com a aferição de órgão oficial do Estado constante nos relatórios de vistoria de obras, desde que não constem irregularidades

IV A quarta última parcela será repassada após a emissão, por órgão oficial do Estado, do relatório de vistoria de obras de 100% de execução da obra e nas seguintes condições:

a) Para os casos em que o valor da obra licitada for igual ou maior que o valor do incentivo, conforme estabelecido no Art. 7º, será repassado o correspondente a 10% do valor do Termo de Adesão;

b) Para os casos em que o valor da obra licitada pelo município for menor do que o valor do incentivo, conforme estabelecido no Art. 7º, será repassado o valor até o limite do valor licitado, somando-se, se for o caso, os aditivos aprovados pela SESA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO

1. Fica indicado pela SESA/Funsaude o(a) servidor(a), conforme ANEXO IV, para acompanhar e monitorar a execução deste Termo de Adesão, nos termos do Art. 25 da Resolução SESA Nº. 1508/2025.
2. Fica indicado pelo município o profissional (Arquiteto/Engenheiro), conforme ANEXO V, para acompanhar e fiscalizar a execução física deste convênio, na forma da legislação orientadora da matéria.

3. As ações do monitor junto ao termo de Adesão ficam sob a supervisão da Diretoria da respectiva Regional de Saúde.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Adesão tem seus prazos de vigência e execução determinados no Art. 33º da Resolução SESA Nº 1508/2025, e poderão ser alterados/ prorrogados excepcionalmente, mediante aprovação do Secretário de Estado da Saúde, sendo vedada a mudança do objeto.

Parágrafo único: Depois de aprovada a documentação técnica pela SESA, as alterações dos elementos técnicos e suas características definidas em memorial descritivo e projetos complementares, bem como a alteração de itens e/ou respectivas quantidades definidos em planilhas, só poderão ser realizadas mediante aprovação e autorização da SESA, sob pena de instauração de Procedimento Administrativo e/ou Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Questões omissas a este documento deverão ser resolvidas no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite – CIB do Paraná.

A este Termo de Adesão aplica-se na íntegra o previsto na Resolução da SESA Nº. 1508/2025

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba da Justiça Estadual do Paraná para dirimir qualquer litígio que porventura possa surgir da execução deste Termo de Adesão, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

As partes assinam este instrumento, para efeitos jurídicos e legais por meio de assinatura digital.

Assinado e datado eletronicamente,

nome
Prefeito(a) do município de _____

nome
Secretário(a) Municipal de Saúde do
Município de _____

Ciência:

Carlos Alberto Gebrim Preto
Secretário de Estado da Saúde

ANEXO IV DA RESOLUÇÃO SESA Nº. 1508/2025

DECLARAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A ATIVIDADE DE MONITOR DO TERMO DE ADESÃO

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

Declaramos que fica DESIGNADO o (a) servidor (a) _____, portador (a) do RG nº _____, e inscrito (a) no CPF nº _____, lotado (a) na ___ Regional de Saúde, tendo como endereço eletrônico _____ e telefone para contato (___) _____, para acompanhar e monitorar a execução do objeto do Termo de Adesão nº ____/_____, Protocolo nº_____.

Assinado e datado eletronicamente.

Ciente:

nome
Diretor da ____ Regional de Saúde

nome
Monitor da Adesão

ANEXO V DA RESOLUÇÃO SESA Nº. 1508/2025

DECLARAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA EXERCER A ATIVIDADE DE FISCAL DA OBRA O MUNICÍPIO

Declaramos que fica DESIGNADO o(a) Responsável Técnico(a) – conforme Cláusula Terceira do Termo de Adesão, _____, portador (a) do CREA/CAU nº_____ tendo como endereço eletrônico o e-mail: _____ e telefone para contato n.º (___) _____, para acompanhar e fiscalizar a execução da obra, objeto do Termo de Adesão nº ____/_____, Protocolo nº_____, junto ao município e contrato de execução da obra.

Assinado e datado eletronicamente.

Ciente:

Nome
Prefeito Municipal de_____

Nome
Responsável Técnico(a)– conforme Cláusula Terceira do Termo de Adesão
CREA/CAU nº_____

ANEXO VI DA RESOLUÇÃO SESA Nº. 1508/2025

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO QUANTO A IDENTIDADE VISUAL DOS PROJETOS PADRÃO SESA

Declaramos, conforme prevê o inciso X do Artigo 10, da Resolução SESA Nº. 1508/2025 para os todos os fins de direito a quem interessar possa que a prefeitura municipal de _____ se compromete a seguir a identificação visual definida no projeto arquitetônico Padrão/SESA para construção de _____

Assinado e datado eletronicamente.

Nome
Prefeito (a) do município de
_____

Nome
Secretário (a) Municipal de Saúde do município de
_____

Nome
Responsável Técnico – conforme Cláusula Terceira do Termo de Adesão
CREA/CAU nº_____

ANEXO VII DA RESOLUÇÃO SESA Nº. 1508/2025
LISTA DE VERIFICAÇÃO – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA

ITEM	DESCRIÇÃO	Nº MOV
	ESTUDO DE VIABILIDADE	
1	ESTUDO DE VIABILIDADE, referente à Contratação de Obras e Serviços de Engenharia – Edificações, https://www.secid.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-Orientadores	
	ORÇAMENTO **Planilha oficial disponivel em: https://www.secid.pr.gov.br/Pagina/Custos-de-Edificacoes**	
2	Folha de Identificação da obra	
3	Folha resumo para fechamento de orçamento	
4	Folha resumo	
5	Planilha orçamentária	
6	Cronograma Físico Financeiro	
7	Composições complementares (quando houver)	
8	Cotações - Apresentar Obrigatoriamente 3 orçamentos para cada cotação de serviço não encontrado na tabela de insumos vigente. (Nome do arquivo: COT01 A, COT01 B, COT01 C, COT02 A, COT02 B,….)	
	Tabela – inserir os valores e descrições de todas as Cotações enviadas	
9	Planilha orçamentária organizada – Curva ABC de serviços e de insumos	
10	Composição do BDI	
11	ART / RRT (quitada) de orçamento	
12	Memória de cálculo	
13	Relatório fotográfico dos locais a serem reformados / ampliados	
14	Projetos / Croquis	
15	Termo de responsabilidade (correto uso dos modelos e da tabela SECID)	
16	Declaração de liberação do direito autoral	
	PROJETOS	
17	Declaração de Ciência referente de recebimento dos projetos e documentos padrão da Unidade de Saúde requerida.	
18	Memorial Descritivo completo juntamente com orçamento quantitativo – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
19	Projeto Aprovado na Vigilância Sanitária de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n.º 050/02 - assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança) **Cópia das plantas completas carimbadas**	
20	Projeto Aprovado no Corpo de Bombeiros – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança) **Cópia das plantas completas carimbadas****	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
21	Projeto Arquitetônico aprovado – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
22	Projetos Complementares Estrutural, Sondagem – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
23	Projetos Complementares Hidráulico – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
24	Projetos Complementares Elétrico – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
25	Projetos Complementares Gases – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
26	Projetos Complementares AVAC -Ar condicionado – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
27	Projetos Complementares PTPID- Pânico, Incêndio – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
28	**Se necessário:** Projetos Complementares de Fundação – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
29	**Se necessário:** Projeto de Radioproteção (caso seja necessário, deverá ser feito por físico responsável e aprovado pelo órgão competente) – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
30	Projetos Complementares (Outros, etc.) – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
	ART ou RRT (quitada)	
	Termo de responsabilidade e direitos autorais	
DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES		
31	Check List do Terreno (somente para ampliações e construções) – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
32	Arquivos digitais dos projetos (formato .dwg), orçamento (formato .xls) e cotações (formato pdf e/ou .jpg), fotos (formato .jpg).	
33	Cópia do CREA ou CAU com CPF do Engenheiro ou Arquiteto designado como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra para inclusão no sistema SGPO da Paraná Edificações	
34	Declaração do Engenheiro ou Arquiteto designado como responsável para o acompanhamento e fiscalização das obras junto ao Sistema SGPO da Paraná Edificações – assinado eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança)	
35	**DECLARAÇÃO DE NÃO ALTERAÇÃO DE ELEMENTOS TÉCNICOS E QUANTITATIVOS ANEXO IX**	
36	**DECLARAÇÃO SOBRE DEFINIÇÃO DE QUANTITATIVOS E REFERÊNCIAS DE VALORES ANEXO X**	

OBSERVAÇÕES:

Todos os profissionais e gestores envolvidos devem realizar o cadastro no E-Protocolo PR, acessarem os processos para acompanhamento e assinaturas (qualificadas/ simples).

Todos os projetos e documentos deverão estar devidamente assinados eletronicamente compatível com E-Protocolo PR (verificar Tutorial Central Segurança).

As ARTs/ RRTs devem ser definitivas, não serão válidos os rascunhos, documentos ilegíveis ou que não tenham sido emitidos dos sistemas próprios dos órgãos competentes.

O Departamento Técnico do Gestor Municipal deverá apresentar junto a Regional de Saúde toda a documentação necessária, identificando cada item conforme "CHECK LIST – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA", sendo que a não apresentação implicará na impossibilidade de análise.

Caso algum dos projetos ou documento não se aplique a edificação a ser executada preencher com N/A -não se aplica

DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

O Departamento Técnico do Gestor Municipal deverá apresentar junto a Regional de Saúde toda a documentação necessária, identificando cada item conforme o presente Anexo III - "CHECK LIST – DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA DE ENGENHARIA", sendo que a não apresentação completa implicará na impossibilidade de análise.

ESTUDOS PRELIMINARES

O Gestor Municipal do recurso deverá apresentar o estudo de viabilidade, contendo as indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e econômica e, quando necessário, o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento (Art. 6º, inciso IX da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993). O Estudo de Viabilidade deverá atender o contido no CADERNO 01 - ESTUDO DE VIABILIDADE, referente à Contratação de Obras e Serviços de Engenharia – Edificações Item 1.3 – Elaborar o Estudo de Viabilidade Técnica;

O Estudo de Viabilidade é aquele que permite análises e avaliações do ponto de vista técnico, legal e econômico e que promove a seleção e recomendação de alternativas para a concepção dos projetos, permite também, verificar se o programa, terreno, legislação, custos e investimentos são executáveis e compatíveis com os objetivos do órgão. É necessário nesse momento realizar uma estimativa de custos, o impacto ambiental do empreendimento, a relação custo-benefício, o prazo para a elaboração dos projetos e para a execução da obra, a origem dos recursos para realizá-los, a verificação quanto às previsões das legislações orçamentárias.

PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS

Para a elaboração de orçamentos e aditivos de serviços de edificações o gestor municipal deverá atender o contido na Resolução SECID vigente. O objetivo é estabelecer a uniformização na elaboração de orçamentos e aditivos contratuais. O orçamento estimativo deverá ser elaborado por profissional habilitado e será parte integrante do projeto, no caso de obras novas, e levantamentos no caso de reparos, melhorias e ampliações.

Deverão compor do orçamento estimativo completo os seguintes documentos:

1. folha de fechamento;
2. folha resumo (quando necessário);
3. planilha orçamentária;
4. cronograma físico-financeiro;
5. composições complementares (quando houver);

6. cotações / Propostas de serviços terceirizados (quando houver);
7. planilha orçamentária organizada – Curva ABC de serviços e de insumos;
8. composição do BDI;
9. ART / RRT (quitada);
10. memória de cálculo;
11. relatório fotográfico;
12. projetos / Croquis;
13. termo de responsabilidade
14. declaração de liberação do direito autoral.

Obs.: Todos os documentos deverão estar devidamente assinados.

PROJETOS APROVADOS

O Gestor Municipal deverá providenciar a aprovação dos projetos:

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O projeto deverá atender o contido na Resolução da SESA n.º 1891/2024, que dispõe sobre a necessidade de atualizar e organizar o processo de análise e aprovação de projetos de construções, ampliações e reformas de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde e de Interesse da Saúde, e estar devidamente aprovado.

CORPO DE BOMBEIROS

O projeto deverá atender o contido na Lei nº 19.449, de 05 de abril de 2018, que regula o exercício do poder de polícia administrativa pelo Corpo de Bombeiros Militar e institui normas gerais para a execução de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres, conforme especifica, e estar devidamente aprovado.

RELAÇÃO DE PROJETOS A SEREM APRESENTADOS

1. memorial Descritivo completo compatível com orçamento quantitativo e projetos;
2. projeto aprovado na Vigilância Sanitária de acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) n.º 050/02 e suas alterações, ou outra Resolução que vier a substituí-la;
3. projeto aprovado no Corpo de Bombeiros (*Apresentar Parecer Técnico expedido pelo Corpo de Bombeiros com a exigência ou a dispensa do PSCIP e a apresentação do Projeto Aprovado ou Memorial Simplificado com ART/RRT, em conformidade com o Parecer Técnico expedido pelo Corpo de Bombeiros*);
4. projeto Arquitetônico;
5. projetos Complementares (estrutural, hidráulico, elétrico, gases, ar-condicionado, pânico, etc.);
6. ART ou RRT (quitada) - Projetos básicos e complementares;
7. projeto de Radioproteção (caso exista, deverá ser feito por físico responsável e aprovado pelo órgão competente);
8. mapa e/ou croqui de localização – com coordenadas Geográficas (GPS).

DEMAIS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

1. relatório fotográfico dos locais a serem ampliados;
2. check List do Terreno (somente para ampliações), Anexo II;
3. arquivos digitais dos projetos (formato .dwg), orçamento (formato .xls) e cotações (formato pdf e/ou .jpg), fotos (formato .jpg);
4. todos os projetos e documentos deverão estar devidamente assinados e carimbados. Os carimbos devem conter a identificação pessoal do orçamentista responsável (nome por extenso) e a identificação profissional (Profissão e nº CREA/CAU).
5. declaração de que disponibiliza de uma área livre e desimpedida para a construção e/ou ampliação da Unidade;
6. informações sobre o manuseio e destinação dos resíduos sólidos, sobre os sistemas de fornecimento de água e tratamento de esgoto, sobre a instalação de energia elétrica e lógica.
7. aprovação dos projetos na Prefeitura.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

ANEXO VIII DA RESOLUÇÃO SESA Nº. 1508/2025
LISTA DE VERIFICAÇÃO DO TERRENO - SOMENTE PARA CONSTRUÇÃO E/OU AMPLIAÇÃO

1. FORMAÇÃO/COMPOSIÇÃO GEOLÓGICA		SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
1.1	Aterro recente ou não-consolidado			
1.2	Turfa			
1.3	Areia			
1.4	Terra vegetal			
1.5	Rochas			
1.6	Karst/dolinas			
2. TOPOGRAFIA		SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
2.1	Vala profunda/córrego			
2.2	Fundo de vale			
2.3	Barranco			
2.4	Terreno abaixo do nível da rua			
2.4.1	Declividade:			
2.4.1.1	Mínima			
2.4.1.2	Regular			
2.4.1.3	Máxima			
2.4.1.4	Excessiva			
2.5	Apresenta Cortes			
2.6	Necessita para melhor aproveitamento:			
2.6.1	Corte/Aterro			
2.6.2	Muro de arrimo/Contenções			
2.6.3	Taludes			
3. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS		SIM	NÃO	OBSERVAÇÃO
3.1	Movimento de terra executar			
3.2	Pavimentação e alteração de grade			
3.3	Remoção de obstáculo ou demolição			
3.4	Retirada de painéis de anúncios			
3.5	Remoção de eventuais ocupantes			

Assinado e datado eletronicamente,

Nome
Responsável Técnico – conforme Cláusula Terceira do Termo de Adesão
CREA/CAU nº_____

ANEXO IX DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1508/2025

DECLARAÇÃO DE NÃO ALTERAÇÃO DE ELEMENTOS TÉCNICOS E QUANTITATIVOS

Declaramos, para os devidos fins, que não será realizada qualquer alteração dos elementos técnicos e de suas características definidas no memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares, bem como alteração de itens e/ou quantitativos de serviços, sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado da Saúde – SESA, conforme disposto no Artigo 16º da Resolução SESA Nº 1508/2025 e demais normas aplicáveis.

Cientes de que o descumprimento desta declaração poderá implicar na suspensão do repasse de recursos, responsabilização administrativa e demais sanções previstas em lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Assinado e datado eletronicamente,

nome
Prefeito(a) do município de _____

nome
Secretário(a) Municipal de Saúde do
Município de _____

Nome
Responsável Técnico – conforme Cláusula Terceira do Termo de Adesão
CREA/CAU nº_____

ANEXO X DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1508/2025

DECLARAÇÃO SOBRE DEFINIÇÃO DE QUANTITATIVOS E REFERÊNCIAS DE VALORES

Declaramos, para os devidos fins, que os quantitativos da obra foram definidos a partir dos projetos elaborados pelos projetistas devidamente nominados nas respectivas pranchas, e que os valores orçamentários foram obtidos tomando-se por base as tabelas de referência oficialmente utilizadas pelo Estado.

Esta declaração é firmada pelo Engenheiro ou Arquiteto designado na Cláusula Terceira do Termo de Adesão do repasse e pela autoridade máxima do município, para fins de comprovação junto à Secretaria de Estado da Saúde – SESA, nos termos da legislação aplicável.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Assinado e datado eletronicamente,

nome
Prefeito(a) do município de _____

nome
Secretário(a) Municipal de Saúde do
Município de _____

Nome
Responsável Técnico – conforme Cláusula Terceira do Termo de Adesão
CREA/CAU nº_____

ANEXO XI DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1508/2025

AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR
Processo_____

1. Considerando que o município de _____ cumpriu os requisitos do disposto no Artigo 15 da Resolução SESA Nº 1508/2025.

2. Comunicamos a autorização de início do processo licitatório da obra objeto do Termo de Adesão_____/20___.

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

3. Inicialmente importa salientar que os recursos financeiros disponibilizados a este município devem obedecer ao regramento da Resolução SESA Nº 1508/2025.

4. Esclarecemos que a responsabilidade pertinente aos processos licitatórios cabe exclusivamente aos municípios, quando deve ser atendido os dispositivos da Lei de Licitações.

5. Para todas as obras previstas na Resolução SESA Nº 1508/2025 não é permitida a alteração dos elementos técnicos e suas características definidas em memorial descritivo, projeto arquitetônico e projetos complementares, bem como a alteração de itens e/ou quantitativos de serviços, **sem prévia e expressa autorização da SESA.**

6. O município deve providenciar e instalar a placa de identificação da obra no prazo de até 15 dias após a emissão da Ordem de Serviço município.

7. Após a finalização do processo licitatório o município deve enviar à SESA os documentos para cadastro no sistema oficial do Estado de acompanhamento de obras.

Assinado e datado eletronicamente,

Atenciosamente,

Ciente:

Nome
Diretor da ____ Regional de Saúde

Nome
Monitor da Adesão

126313/2025

